



TRANSFORMAÇÃO DA FORMA URBANA DA CIDADE DE BARCELOS

CARLOS MANUEL DA ROCHA GUIMARÃES CASANOVA

Vila Nova de Cerveira, Março de 2015



CARLOS MANUEL DA ROCHA GUIMARÃES CASANOVA

TRANSFORMAÇÃO DA FORMA URBANA DA CIDADE DE BARCELOS

Março de 2015

# MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA E URBANISMO

## TRANSFORMAÇÃO DA FORMA URBANA DA CIDADE DE BARCELOS

Aluno: CARLOS MANUEL DA ROCHA GUIMARÃES CASANOVA

Orientador: Prof. Doutor Arq. DAVID LEITE VIANA

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Arq.<sup>a</sup> MÓNICA ALCINDOR

Vila Nova de Cerveira, Março de 2015

## PREÂMBULO

Dissertação desenvolvida para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, apresentado na Escola Superior Gallaecia, enquadrada na unidade curricular de Projeto Dissertação do Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo, foi apresentada pelo aluno Carlos Manuel da Rocha Guimarães Casanova, N.º. 604-09, e orientada pelo Prof. Doutor Arq. David Leite Viana, tendo como coorientadora a Prof.<sup>a</sup> Doutora Arq.<sup>a</sup> Mónica Alcindor, entre Fevereiro de 2014 e Março de 2015

Em “Transformação da forma urbana da Cidade de Barcelos”, transformação morfológica, reflete o objeto central de estudo, focalizado na análise da evolução morfológica do tecido urbano de Barcelos, com a finalidade de identificar os principais elementos que contribuíram para a transformação morfológica da Cidade de Barcelos.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Doutor Arq. David Leite Viana, pela sua dedicação, apoio, e compreensão, pela forma como a orientou na partilha de informação, experiências pessoais, conselhos e incentivos demonstrados ao longo de todo este processo, também à Coorientadora Prof.<sup>a</sup> Doutora Arq.Mónica Alcindor, no apoio e revisão dos conteúdos.

À Câmara Municipal de Barcelos que prestou um importante apoio logístico, nomeadamente ao meu amigo José Faria representante do Presidente da Câmara na Divisão de Planeamento Urbanístico Mobilidade e Ambiente, bem como o Arquiteto Rui Vieira, o meu amigo Orlando Grego, topógrafo.

À Biblioteca Municipal na pessoa do Doutor Vítor Pinho, sem esquecer o meu grande amigo Bandeira.

À Arq. Isabel Ribeiro pela cedência de fotografias e mapas da Cidade de Barcelos.

Finalmente, às mulheres da minha vida que foram o suporte incondicional em todo o processo académico e a fonte de estímulo pela frequência universitária.

## RESUMO

A Cidade de Barcelos, situada no Norte de Portugal, no Distrito de Braga, no Concelho de Barcelos, foi o caso de estudo escolhido para a realização do presente trabalho, centrado na transformação morfológica do tecido urbano. A escolha deste estudo recaiu fundamentalmente na importância do carácter histórico e patrimonial que tem a cidade. Não obstante, o principal objetivo surge a partir das grandes alterações verificadas nos últimos cinquenta anos, fruto de diversos fatores de carácter social, económico e político, especialmente após o estabelecimento do regime democrático do 25 de Abril de 1974, fizeram uma notável transformação na sua forma urbana e, conseqüentemente, causando grandes diferenças morfológicas entre o centro e a periferia.

O crescimento demográfico motivado pela especulação imobiliária, pelo dinamismo da construção civil, pelos processos imigratórios dos ambientes rurais provocados pela entrada de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986 (União Europeia na atualidade), como incremento das atividades quer sejam elas no sector primário, secundário ou terciário.

O interesse geral desta Dissertação reside na transformação da forma urbana da Cidade de Barcelos, abordando a análise através duma leitura diacrónica das sucessivas alterações morfológicas. Os objetivos propostos centram-se em indicar os principais fatores e elementos urbanos que estruturaram o tecido urbano da cidade, permitindo, então, determinar a morfologia resultante que a caracteriza hoje, para além de identificar as suas permanências e variáveis morfológicas.

A metodologia baseia-se na interpretação de dados desenhados e escritos, pelo cruzamento e sobreposição dos mesmos. Aborda-se a contextualização política, económica, social da década de 1960. Seguidamente, realiza-se a análise morfológica dos períodos determinados, numa leitura física e interpretativa da decomposição da forma urbana.

Com base em análise documental, nos dados recolhidos em organismos públicos e a partir de entrevistas exploratórias, documentos oficiais e privados, cartografias, publicações literárias, fotografias assim como elementos de observação direta.

A morfologia implica convergência e uso de dados provenientes de diversas disciplinas: economia, sociologia, história, geografia, arquitetura, etc. A comparação dos dados a partir de diferentes áreas para servir de percepção da forma urbana, o seu processo de formação e a sua transformação ao longo do tempo.

Palavras-chave: Forma Urbana, Análise Morfológica, Cidade de Barcelos

## ABSTRACT

The City of Barcelos, located in the North of Portugal, more precisely in the District of Braga, municipality of Barcelos, was the case study selected for this work focused on the transformation of the morphological urban fabric. The choice of this study fell primarily on the importance of its monuments and historical heritage. Nevertheless, the main goal arises from the major changes occurred in the last fifty years, due to social, economic and political factors, especially after the establishment of democratic regime on April 25, 1974 that has made a remarkable transformation in its urban form, thus causing large morphological differences between the center and the periphery.

The demographic growth was driven by estate speculation, by the dynamism of civil construction, by the process of immigration to rural areas, caused by the entry of Portugal in the European Economic Community in 1986 (European Union today), mainly due to an increase of activities in the primary, secondary or tertiary sector.

The general interest of this dissertation lies on the transformation of the urban form of Barcelos city, addressing the analysis through a diachronic reading of successive morphological changes. The proposed objectives are focused on indicating the main factors and urban elements that had structured the urban fabric of the city, thus allowing to determinate the resulting morphology that characterizes it today, in addition to identifying their permanence and morphological variables.

The methodology is based on the interpretation of designed and written data, intersected and overlapped. It also deals with the political, economic and social contextualization of the 1960s and performs the morphological analysis of certain periods, in a physical and interpretive reading of the decay of urban form.

It is based on documents analysis, on the data collected in public bodies, on some exploratory interviews, on official and private documents, cartographies, literary publications, photographs and also items of direct observation.

The morphology implies convergence and use of data that came from different subjects: economics, sociology, history, geography, architecture, etc. It also implies the comparison of data from different areas to serve as a perception of the urban form, its formation process and its transformation over time.

Keywords: Urban Form, morphological analysis, City of Barcelos

RESUMO

PREÂMBULO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

## Índice de conteúdos

CAPITULO I.....	1
1 - Introdução .....	1
1.1 - Contextualização da investigação .....	1
1.2 - Justificação da problemática.....	2
1.3 - Objetivos.....	4
1.4 – Metodologia .....	5
1.5 – Estado da arte em Portugal.....	9
1.6 – Estruturação dos conteúdos .....	13
CAPITULO II.....	17
2 - Fundamentação teórica.....	17
2.1 – Abordagem introdutória .....	17
2.2 - Morfologia Urbana: .....	32
2.2.1 – O espaço planeado.....	32
2.2.2 – Espaço avulso.....	33
CAPITULO III.....	35
3 - Contextualização.....	35
3.1 - Enquadramento geral do processo de formação de Barcelos, e seus principais constituintes morfológicos. ....	35
3.2 - A origem de Barcelos – século XIV .....	37
3.2.1 – O significado da ponte - 1325 .....	40
3.2.2 – A importância da Igreja Matriz - 1382.....	42
3.3 - A Expansão.....	44
3.3.1 - Intra Muros.....	44
3.3.2 - Extra Muros .....	48
3.4 – Mutações do século XIX .....	58
3.4.1 - O Impacto do caminho-de-ferro.....	61

3.4.2 - A Consolidação industrial.....	63
CAPITULO IV .....	67
4 - Transformação da forma urbana de Barcelos, na segunda metade do século XX.....	67
4.1 – Introdução aos critérios de seleção e descrição das fases em análise.....	67
4.2 – Contexto político, económico, social e cultural da década de 1960 .....	70
4.2.1 – O século XIX ao século XX – 1801 a 1960 .....	73
4.3 – A influência das habitações sociais na forma da Cidade.....	77
4.4 – Escala territorial: Ordenamento do território.....	101
4.4.1 – Localização e limites do estudo .....	125
4.4.2 – Caracterização do meio em análise e os seus elementos de paisagem .....	130
4.4.3 – O fenómeno sócio- económico – 1960 a 2011 .....	137
4.5 - Década de 1960.....	151
4.5.1 - Evolução da estrutura urbana .....	151
4.5.2 - Formas de crescimento.....	155
4.5.3 - Tecido construído e tipologias dominantes.....	158
4.5.4 – Densidades e atividades.....	163
4.5.5 - Equipamentos e Serviços .....	167
4.6 – Período de 1960-1990.....	171
4.6.1 - Evolução da estrutura urbana .....	171
4.6.2 – Formas de crescimento .....	175
4.6.3 – Tecido construído e tipologias dominantes .....	178
4.6.4 – Densidades e atividades.....	181
4.6.5 – Equipamentos e serviços.....	185
4.7 – Período de 1990-2011.....	191
4.7.1 - Evolução da estrutura urbana .....	191
4.7.2 – Formas de crescimento .....	200
4.7.3 – Tecido construído e tipologias dominantes .....	203
4.7.4 – Densidades e atividades.....	208

4.7.5 – Equipamentos e serviços.....	214
CAPITULO V .....	221
Considerações Síntese.....	221
Sistematização .....	221
Conclusão .....	235
Bibliografia.....	239
Índice de figuras.....	249

## CAPITULO I

### 1 - Introdução

#### 1.1 - Contextualização da investigação

A cidade de Barcelos combina três estratificações espaciais:

- A primeira fase, a mais antiga, desde a época de Bronze ao fim do século XVII, resulta da organização após a origem de Barcelos até à Vila Ducal intramuros que devido à presença de uma mancha granítica contínua para sul, possibilitava um sítio mais ajustado para se construir uma ponte medieval, com sólidos contrafortes e uma boa altura. A jusante, o leito firme e pouco fundo do Rio Cávado que oferecia condições para a sua travessia a pé abaixo da atual ponte medieval, facilitada por um vau do qual ainda hoje se vêem pedras quando o caudal do rio é menor, esta na origem do desenvolvimento desta antiga vila;
- A segunda fase entre séculos XVIII e XIX, vai desde a Vila Ducal extra muros até ao impacto do caminho-de-ferro, a construção intra e extra muros, os eixos ordenadores da cidade, os traçados urbanos, um fator importante para o desenvolvimento da cidade;
- A terceira fase tem início do século XX até ao ano 2011, diz respeito à Cidade de Barcelos.

Para levar a cabo a análise da transformação da forma urbana da cidade de Barcelos, foram selecionados três períodos, respondendo aos objetivos enunciados, tendo como base características da cidade, o descrito nos capítulos III e IV. Anos mais tarde, em 1963, é apresentado o Esboceto Geral de Urbanização da autoria dos arquitetos David Moreira da Silva e Maria José M. Moreira da Silva.

Em Barcelos, as primeiras fases de expansão estão relacionadas com a construção da linha do caminho-de-ferro e com a industrialização das áreas na envolvente da cidade, com impacto nas condições físicas da estrutura urbana, para além dos aspetos sentidos ao nível da transformação das tipologias existentes e de outras que surgiram entretanto resultantes desde processo, que alterou ainda as variáveis demográficas da cidade.

A análise aos três períodos é precedida de um enquadramento do contexto político, económico, social e cultural da década de 1960. Para o estudo da forma urbana de Barcelos na década de 1960, procedeu-se ao redesenho cartográfico do mapa de 1948 à escala 1/1000, e da planta de 1951 à escala 1/1000, cujos autores são os arquitetos David Moreira da Silva e

Maria José M. Moreira da Silva. Perspetivou-se deste modo abordar os fenómenos que influenciaram a transformação da Barcelos naquela época, numa tentativa de perceber e compreender a forma urbana da cidade de Barcelos e os fenómenos que lhe deram origem, assim como relacionar com as décadas seguintes. A Cidade como elemento caracterizador dos espaços urbanos, catalisador da dinâmica, vai expressar-se na sua morfologia, na organização dos espaços de um modo estruturado de funcionamento e na forma como se distribuíram, por exemplo: as praças, avenidas, ruas etc., ou na organização do edificado.

## 1.2 - Justificação da problemática

As impressões que as pessoas têm sobre a cidade ou um lugar vão além da perceção visual e física, pois a cidade como espaço constituído, ocupado, agregador de histórias e vivências, oferece uma infinidade de sensações ao observador mais capcioso. Os fatos e a história, entre outros elementos que compõem as vivências, proporcionam perceções distintas enquanto conjuntos, paisagens e vida urbana e afetam e interagem distintamente em cada pessoa, conforme os seus referenciais. Esta investigação foca a morfologia urbana da Cidade de Barcelos, situada no distrito de Braga, Concelho de Barcelos, e suas características. O crescimento da cidade de Barcelos processou-se em várias etapas distintas que deixaram ao longo do tempo marcas na morfologia do seu tecido urbano.

Neste sentido, esta investigação tem como propósito colmatar a ausência de estudos sobre a evolução da forma urbana da Cidade de Barcelos. É na construção da Cidade que se deve procurar indícios e pistas pois nela se refletem as condições materiais, históricas, sociais, culturais, etc. que, em cada época, condicionaram as suas sucessivas fases de crescimento, contribuíram para a compreensão do sítio e a definição de bases para o seu projeto de transformação.

Conforme refere Viana (...) enquanto espaço geográfico plural, cuja "paisagem" urbana é marcada por diversas matrizes morfológicas e centralidades contrastantes, caracterizada por frentes de água (marginais fluviais, marítimas, complexos portuários, por ex.), distintas infraestruturas, dispositivos tipomorfológicos, fluxos, tipos de mobilidade e níveis de conectividade, entre outros elementos configuradores das respetivas estruturas urbanas. É sobre este quadro referencial-entre núcleos compactos e densamente ocupados e a extensão linear do espaço urbano difuso, determinado pela fragmentação e "diluição" de limites. (PNUM, 2013, p.33).

A proposta de investigação será realizada a partir da planta aerofotogramétrica da cidade de Barcelos, (ano 2005, à escala 1/2000), complementada com cartas de 1948 à escala 1/1000, de 1975 à escala 1/2000 e de 1990 à escala 1/1000, procurando caracterizar leituras por níveis de informação, nos diferentes quadrantes do estudo, que se pretende realizar para se atingirem os objetivos indicados.

A metodologia desenvolvida identificou transformações que a cidade de Barcelos teve no tempo e espaço, através do redesenho cartográfico, efetuando uma regressão no desenho até ao séc. XVIII, realizando, ao mesmo tempo, uma análise quantitativa, trabalhando também a abordagem qualitativa. Conforme refere Italo Calvino no seu livro *As Cidades Invisíveis*. "Os olhos não vêem coisas mas sim figuras de coisas que significam outras coisas." (1979, p.17).

A investigação propõe uma abordagem analítica de Barcelos, em que se verifica: a cidade que se projeta e antecipa; a cidade que se concretiza e experimenta. Trata-se de explorar a cidade enquanto espaço de ação sujeito à construção e ocupação no tempo.

Parte-se do princípio que qualquer intervenção no espaço urbano, independentemente da escala, implica uma mudança, ou seja, uma convergência de tensões, cuja repercussão não estará apenas cingida ao espaço e ao tempo da sua execução. Estas reações irão refletir-se necessariamente no homem e na sua memória.

A cidade é um espaço que depende da vivência de cada ser humano, vivência essa que induz uma nova dimensão, de origem particular.

A cidade assume importância crescente, nomeadamente devido aos fatores de proximidade e de coexistência plural que estão no centro dos processos de inovação. É essa proximidade e bem-estar que torna as cidades amigáveis, onde a vida urbana se constitui como um fator de localização para as atividades mais significativas de inovação, sendo neste envolvimento entre proximidade, criatividade e bem-estar que as cidades atuais se tornarão polos crescentes de produção de civilidade.

Para compreender as dificuldades de uma abordagem complexa da cidade e definir os termos do enigma que isto constitui, convém convencer-nos de duas coisas: por um lado, a fungibilidade da informação urbana continua sempre fraca; por outro, no domínio do urbanismo, a interdisciplinaridade quase falhou redondamente. (Bourdin, 2010, p. 62)

### 1.3 - Objetivos

O objeto de estudo sobre o qual se centra a Dissertação é a transformação da forma urbana da Cidade de Barcelos. A investigação implicou leituras sobre a forma urbana da Cidade, usando abordagens diversas, explicadas no enquadramento teórico.

A leitura foi efetuada em diferentes períodos de tempo, a fim de estabelecer uma sucessão temporal e evolutiva da forma urbana. Além disso, a análise incidiu sobre a identificação de intervenientes que condicionaram a configuração do tecido urbano da Cidade de Barcelos.

Para entender a transformação verificada estabeleceram-se os seguintes objetivos:

- Identificar e caracterizar as principais etapas e processos de transformação da forma urbana da Cidade de Barcelos. Consideraram-se os principais condicionalismos e constrangimentos que marcaram o processo de transformação de Barcelos, desde 1877 a 2011. A Cidade como estrutura caracterizadora de espaços, catalisadora de dinâmicas, expressa-se na sua morfologia, na organização dos elementos comuns os quais configuram no modo como estes se distribuem.

- Determinar os constituintes morfológicos da cidade de Barcelos. Preconizadas as transformações verificadas ao longo do tempo, no espaço urbano de Barcelos, enquadraram-se os principais elementos urbanos que organizam a atual Cidade de Barcelos, reconhecendo processos e variáveis, que se expressam em Ruas, Avenidas, Praças, conjuntos edificados e tipologias que definem as características morfológicas da Cidade de Barcelos.

Este objetivo será o passo final do presente trabalho, uma vez identificados os principais elementos que determinaram a transformação morfológica da cidade e as suas causas e resultados, a fim de se poder estabelecer um conjunto de indicadores.

Estes elementos servirão para lançar possíveis pistas que poderão levar a transformação da morfologia da cidade de Barcelos.

## 1.4 – Metodologia

### Modos de investigação

O método de estudo é um estudo comparativo sobre a transformação da forma urbana da Cidade de Barcelos. Este consistirá em identificar transformações que a cidade Barcelos teve no tempo e no espaço. A metodologia de análise morfológica consistirá no desenho cartográfico, efetuando uma regressão no desenho até ao séc. XVIII, trabalhando também a análise qualitativa.

Este tipo de pesquisa, que segundo Benavente (1993) e Yin (2003), obedece ao seguinte princípio:

O estudo detalhado de uma situação singular, que tem valor em si mesmo, e tem simultaneamente, as características seguintes:

- Visa a descoberta - estar atento a todos os elementos novos;
- Privilegia a interpretação em contexto;
- Retrata a realidade/problema de forma completa e profunda;
- Coloca em relevo a complexidade das situações e inter-relações;
- Utiliza uma variedade de fontes de investigação;

- A informação é recolhida de diversas formas/técnicas/instrumentos para se poder cruzar a informação, neste caso centrada na análise morfológica. Com este trabalho pretende-se relacionar a forma urbana da cidade de Barcelos e os fenómenos que lhe deram origem. Para isso, há a necessidade da existência de instrumentos que permitam a leitura, e desta forma estruturar os seus elementos.

As principais escolas de pensamento concordam que a morfologia implica convergência e uso de dados provenientes de diversas disciplinas, como são os casos da: economia, sociologia, história, geografia, arquitetura, etc.

A comparação dos dados a partir de diferentes áreas para servir de perceção da forma urbana, o seu processo de formação e a sua transformação ao longo do tempo.

A realização deste trabalho sobre a “Transformação da forma urbana da Cidade de Barcelos” torna-se uma oportunidade, dada a sua ausência de trabalhos sobre este tema, tentando reunir e de certa maneira confrontar toda as informações e elementos disponíveis, de forma a tentar relacionar as diferentes fases deste processo. Uma das maiores atrações deste estudo decorre da leitura sobre o desenvolvimento histórico da cidade. Quando entendemos a cidade

como um sistema estruturado, em que se estabelecem os conceitos de praça, rua e trama como elementos básicos; estando estes inter-relacionados.

Ao analisar estes elementos e sua organização espacial e funcional, conseguimos assim definir a realidade urbana. Lamas (2010) fornece uma classificação dos aspetos que se materializam:

- Aspetos quantitativos: aspetos da realidade urbana que podem ser quantificáveis: densidades superfícies, fluxos, volumes, formas, etc.;
- Aspetos da organização funcional: as atividades humanas e usos dos espaços e edifícios;
- Qualitativa: espaços de tratamento, o conforto do usuário, a adaptação clima, acessibilidade, etc.;
- Figuras simbólicas: relacionam-se com a comunicação estética.

#### Técnicas de recolha de informação

A análise documental, segundo Saint-Georges (1997), concentra dois tipos de fonte fundamentais: escritas e não escritas. No que respeita às fontes não escritas serão utilizadas, para efeitos da presente investigação a iconografia, as fontes orais e a imagem; quanto às fontes escritas serão privilegiados os documentos oficiais públicos (cartas aerofotograméticas, atas de reuniões da Câmara Municipal, cartografias antigas, PDM, legislação e outros documentos encontrados no decorrer do trabalho), assim como fontes não oficiais como: a imprensa, revistas, publicações, livros e documentos intermédios.

A análise documental na sua perspetiva histórica envolve a recolha de dados que vai ajudar a enquadrar a análise morfológica posterior, bem como a realização do primeiro objetivo do trabalho.

- Observação (Gil, 1995; Marconi et al., 1986))

A observação naturalista da estrutura urbana, foi pela primeira vez usada para estudar os acontecimentos que ocorreram na Cidade de Barcelos. Esta observação espontânea e informal permitiu a obtenção de dados que, uma vez analisados e interpretados, contribuíram para a elaboração acerca da problemática em questão.

Numa fase mais avançada de estudo da técnica de observação, será utilizada de forma mais sistemática, a fim de verificar e comparar os resultados obtidos na análise do caso de estudo, com a finalidade de obter uma visão da problemática da Cidade de Barcelos tão próxima o quanto possível da realidade urbana atual

- Fotografia (Bogdan & Biklen, 1994)

As fotografias de autor como registo de situações particulares da estrutura urbana, como sejam os casos de edifícios desde a época de oitocentistas, até ao ano 2011 quer sejam de características públicas, eclesiásticas ou privadas, bem como espaços públicos.

- Notas de campo (Bogdan & Biklen, 1994)

Os registos descritivos e reflexivos, complementares aos fotográficos, para descrever objetivamente e rever os aspetos mais relevantes do carácter urbano da Cidade de Barcelos, permitindo descobrir aspetos que não são percebidos na análise documental.

### Análise e tratamento de informação

O enquadramento geral do processo de transformação de Barcelos, numa primeira fase será realizado através da evolução histórica da vila, enquadramento esse que será baseado na bibliografia existente Análise (De Bruyne et al., 1991), onde serão abordados aspetos, políticos, económicos, sociais, etc., (matriz quantitativa) tentando assim conseguir a relação da génese da forma urbana da Cidade. Tudo isto será complementado com mapas intuitivos. Posteriormente a partir do século XIX, pretendemos identificar a formação do tecido urbano, analisando os principais elementos morfológicos e tipologias dominantes.

A informação obtida foi alvo de uma análise de dados, demonstrada através do cruzamento, sob reposicionamento e interpretação em diferentes escalas de abordagem e diversas técnicas analíticas, gráficas e documentais. Este método permite a obtenção de resultados relativos às transformações morfológicas da Cidade de Barcelos

Este processo de análise é baseado numa constante análise diacrónica. Os dados recolhidos sempre ancorados a textos, desenhos interpretativos e fotografias são analisados pela combinação de diferentes dimensões de visualização e leitura. Elaboraram-se componentes gráficas de interpretação baseadas nas cartografias reais e traduzidas numa informação conceptual, mais clara e legível. Por fim, estabelecem-se os principais resultados obtidos no estudo morfológico.

Confronta-se com uma leitura morfológica a confluência dos diferentes dados compilados e tratados. Identificados os elementos que determinam as transformações morfológicas, apresenta-se uma interpretação crítica dos resultados obtidos

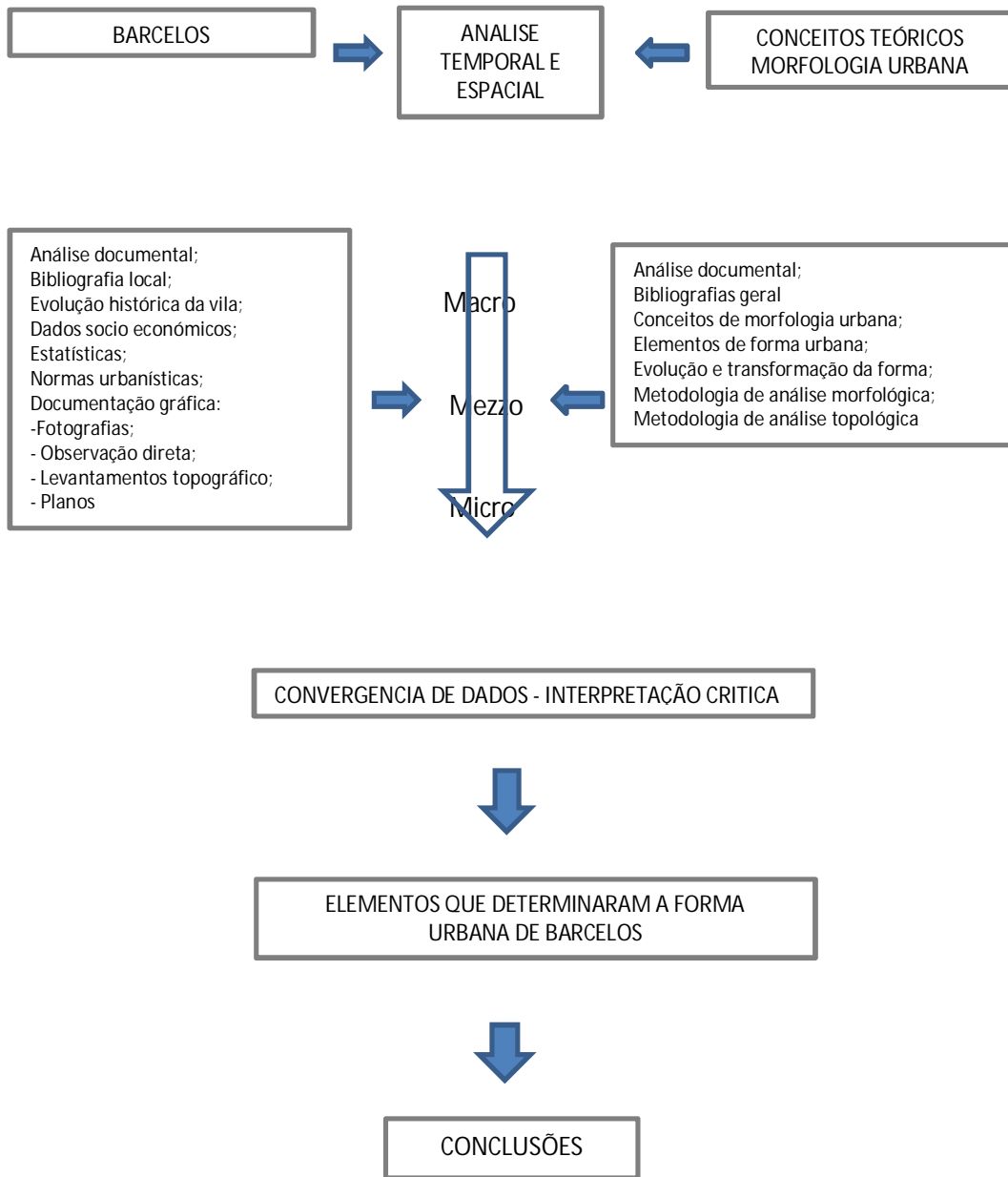


Fig. 1: Esquema interpretativo da metodologia utilizada

## 1.5 – Estado da arte em Portugal

As primeiras duas obras Portuguesas com dimensão morfológica foram realizados, em meados do século XX. A primeira é de Silveira (1951) que reuniu a iconografia de cidades coloniais portuguesas no mundo. Este estudo está estruturado de acordo com sete áreas geográficas; Marrocos, Açores e Madeira, África Oriental, África Ocidental, Ásia Ocidental, Ásia Oriental, e Brasil.

Silveira argumenta que Portugal teve um papel pioneiro na criação e estabelecimento das modernas cidades coloniais, apresentando as semelhanças e as diferenças entre as cidades portuguesas em Portugal e nas diferentes colónias portuguesas.

A segunda obra é de Chicó (1956) que publicou um artigo sobre a influência do planeamento das cidades ideais da Renascença, sobre a estrutura das cidades portuguesas na Índia. Compara as formas da construção das cidades portuguesas, aparentemente mais orgânicas, com as cidades espanholas, ditas mais “racionais”.

No final da década de 1950, Mota e Cortesão (1960) publicam “Portugaliae Monumenta Cartographica”, uma extensa coleção de cartas manuscritas, acrescentando ao contributo da história da cartografia portuguesa. É composta por seis volumes que abrangem o período entre os séculos XV e XVII.

A obra “Lisboa Pombalina e o Iluminismo” (França, 1966), publicada em meados dos anos de 60, trata da análise histórica da capital de Portugal, ou seja, analisa a reconstrução da Baixa de Lisboa após o terramoto de 1755, realizada de acordo com um plano elaborado por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel. Este é um dos primeiros exemplos de urbanismo que serviu de modelo para cidades portuguesas e coloniais.

Existem ainda três obras de âmbito arquitetónico que abordam a morfologia urbana. A primeira é do Arquiteto Raul Lino com a obra “Casas Portuguesas” (Lino, 1933), cujo trabalho foi desvalorizado devido à sua associação ao regime ditatorial entre 1926 e 1974. Este estudo é resultante de uma análise cuidada da tipo-morfologia consequente da anotação das principais características dos edifícios residenciais portugueses, com intuito de descoberta de uma arquitetura especificamente portuguesa.

O segundo, publicado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos (1961), resume os resultados do levantamento da arquitetura regional realizado entre 1955 e 1960. Este estudo surge como uma espécie de movimento contraditório ao estilo internacional num ambiente onde se evidência uma censura opressora por parte da ditadura do Estado Novo.

A terceira obra, de Carlos Azevedo (1969), analisa um determinado tipo residencial, a “casa nobre”, designadamente os solares portugueses no Norte de Portugal. Sensivelmente no mesmo período, pode-se ainda referir o trabalho de pesquisa de três geógrafos portugueses: Orlando Ribeiro, Pereira de Oliveira e Jorge Gaspar Ribeiro (1962). Oliveira (1973) desenvolvem, pela primeira vez, uma tese em geografia urbana, em que foca a sua dissertação na cidade do Porto. Gaspar (1969) analisa “a morfologia de padrão geométrico na Idade Média”. São analisadas diversas cidades que se estabeleceram, no século XIII.

O I.S.C.T.E. (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), segundo a coordenação de Manuel C. Teixeira e com a colaboração de Rosália Guerreiro, Teresa Madeira, Teresa Marat-Mendes e Margarida Valla, contribuíram para o estudo da evolução das cidades portuguesas durante a última década. “Imagens do Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa” (Teixeira, 2000) foi o primeiro dos contributos deste grupo de investigação.

O trabalho consiste na construção de um arquivo digital de cartografias urbanas, composto por um banco de dados digitais, com referências e imagens referentes à cartografia e iconografia urbana. Foram igualmente editadas outras obras relativas aos mesmos autores. Teixeira e Valla (1999) apresentam uma reflexão sobre a influência dos estudos britânicos e italianos no contexto português.

Consiste na análise detalhada de alguns exemplos das principais etapas de formação inicial da cidade portuguesa entre os séculos XIII e XVIII. Teixeira (2001) agrega um conjunto de trabalhos apresentados no Colóquio realizado pelo Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitetura (10 Março 1999) em “A praça na cidade portuguesa”.

O evento demonstra a preocupação da identificação da génese e das características morfológicas dos espaços públicos das cidades na relação com a história urbana Portuguesa. Teixeira (1993) em “O estado da arte da investigação urbana em Portugal” faz uma revisão do estado da arte, enquadrando o conjunto das obras publicadas diacronicamente na História.

Começando pelos primórdios, com os primeiros assentamentos urbanos conhecidos, considera momentos chave da evolução da cidade em Portugal: a época do domínio romano; o período de ocupação muçulmana; a Idade Média (século XIII - XV); a época da expansão marítima (séculos XV- XVII), incluindo o urbanismo colonial, que se prolonga no tempo; a segunda metade do século XVIII, correspondente ao pós-terramoto de 1755; a segunda metade do século XIX, com a expansão urbana da época industrial; no século XX, as políticas urbanas do Estado Novo. Entretanto, também as décadas de 1950, 60 e 70 passaram a ser objeto de estudo, trazendo os investigadores até à atualidade as suas preocupações de contextualização

e aplicabilidade operativa de conclusões ou partem, inclusivamente, da atualidade, do questionamento crítico que ela apresenta.

A História da Arte começou a contribuir para a história urbana, de acordo com Rossa (2008) com Silveira (1956), Chicó (1956) e França (1962). Nesse âmbito, mais recentemente, mas de forma pioneira, assinala-se o trabalho de Maria João Madeira Rodrigues, "Tradição, Transição e Mudança. A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista ", publicado em 1979. Tendo com pressupostos claros, não só a evolução morfológica da cidade, mas também as condições sociais, políticas e económicas da mesma, a autora faz uma inventariação ilustrada com fotografias, plantas e plano de localização, para cada conjunto ou bairro operário, dedicando uma segunda parte ao plano de construção de Lisboa, liderado sobretudo por Frederico Ressano Garcia (Rodrigues, 1979), com mapas, projetos, planos descritivos e quadros de evolução da cidade.

Manuel Teixeira desenvolve um trabalho para a mesma época, no Porto, em 1988 (Teixeira, 1996) e Nuno Teotónio Pereira vai publicar, em 1995, Prédios e Vilas de Lisboa, resultante de um trabalho de levantamento feito em 1978/79 com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, bem como os edifícios de habitação coletiva, paradigmáticos de uma forma ancestral de fazer cidade.

Este trabalho inclui uma aproximação tipológica, que não chega a ser analítica e uma planta de localização, organizado por fichas. Há uma caracterização geral, uma organização por tipos e épocas (Pereira & Buarque, 1995). Orlando Ribeiro (1911-1997), geógrafo, professor, investigador e humanista, pelas suas preocupações metodológicas e pelo valor que atribuía ao conhecimento, à integração interdisciplinar. Também em Portugal houve, posteriormente, a tendência para perder esta riqueza multidisciplinar, devido à delimitação progressiva do âmbito de cada ciência.

O que não impediu que a geração seguinte de geógrafos, alguns da escola de Orlando Ribeiro, tivesse produzido trabalhos notáveis na área da Geografia Urbana, nomeadamente Jorge Gaspar (1969); Teresa Barata Salgueiro (1999), Raquel Soeiro de Brito (1977) Carlos Nunes Silva (1987) e Carminda Cavaco (1983). Salgueiro (1999) "A Cidade em Portugal, Uma geografia Urbana" a autora analisa as diferentes características morfológicas das cidades portuguesas no contexto da sua evolução histórica, observando o papel do sistema de planeamento em diferentes atores. Aborda a organização funcional das cidades através das características do território relativamente às diferentes atividades e grupos sociais.

"Morfologia urbana e desenho da cidade" (Lamas, 1992) constitui uma obra de referência para

a morfologia urbana Portuguesa, o autor não se restringe somente ao âmbito português, mas aborda também a urbanística formal portuguesa. Defende a importância do papel da morfologia urbana e do desenho urbano no processo de construção das cidades.

Fernandes (2005) "Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal "centra-se na evolução do urbanismo e da morfologia de seis cidades Portuguesas, nomeadamente Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1952.

O autor salienta a importância dos elementos cartográficos e da documentação sobre o planeamento urbano como sendo fontes imprescindíveis de informação sobre os crescimentos e a metamorfose das cidades, define alguns princípios: a cartografia é um elemento que resume a história de uma cidade de onde é possível identificar as diversas etapas de desenvolvimento; a análise dos planos de uma cidade permite e facilita comparações; o redesenho dos planos das cidades permite o estudo de interpretação da situação atual, retirando previsões através dos resultados alcançados. É ainda possível identificar os problemas e potenciar a tomada de decisões para futuros planeamentos.

Oliveira & Pinho têm vindo a desenvolver estudos no mesmo sentido. Desenvolvem um estudo analítico sobre a morfogenética, identificando e caracterizando os diferentes períodos do desenvolvimento urbano das cidades de Lisboa e Porto (Oliveira & Pinho, 2006).

Abordam uma revisão crítica das políticas de planeamento dessas cidades desde a segunda metade do século XIX (Oliveira & Pinho, 2008). Os autores avaliam ainda o desempenho das revisões cartográficas na análise da morfologia urbana das cidades por longos períodos de utilização (Pinho & Oliveira, 2009).

Existem uma variedade de obras que procuram a interpretação de uma só cidade. França (1980) aborda o estudo da cidade de Lisboa desde a época medieval identificando e distinguindo os períodos mais significativos. Rodrigues (1973) concentra-se em partes específicas da mesma cidade contribuindo com uma matriz morfológica para a sua análise.

Também se encontram estudos que caracterizam uma única cidade num determinado momento da história, podendo salientar que a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX têm sido estudadas de forma particular em diversas obras.

Autores como Mullin (1992), Rossa (1998), Heitor et al. (2000) e Santos (2002) abordam a história de Lisboa durante o processo de reconstrução após o terramoto de 1755. Como para Lisboa, outros autores como Ferrão (1985), Mandroux-França (1986), Alves (1988) e Nonell (2002), abordam a cidade do Porto e estudam a sua expansão fora das muralhas medievais.

Por fim, referencia-se Correia (1997) que estuda uma pequena cidade do Algarve, Vila Real de

Santo António, abordando o período de 1773-1776, analisando as suas formas estruturais e refletindo sobre o significado de uma cidade planeada.

No que diz respeito à cidade de Barcelos, os autores que se debruçaram sobre este assunto foram muito poucos, como são os casos de Carlos Almeida, Francisco Azeredo, Maria Ferreira, Augusto Soucasaux, J. Sampaio, entre outros, os que tentaram fazer uma análise histórica da cidade de Barcelos desde os seus primórdios, sobre arqueologia temos António Brochado de Almeida e mais tarde publicações do Município de Barcelos, que não se debruçaram somente sobre este assuntos, mas também sobre os planos na década de 60, com especial relevo do Arq. Moreira da Silva.

## 1.6 – Estruturação dos conteúdos

A estruturação da Dissertação teve como base os objetivos e metodologia enunciados, numa necessidade inicial de conhecimento de conceitos inerentes e expostos ao processo de estudo. Recorreu-se, para tal, à bibliografia geral relacionada com o tema, assim como à bibliografia específica de autores de referências consubstanciando as noções e conceitos utilizados.

A Dissertação assenta a sua estrutura concetual dividida em diferentes partes, que, conjugadas, permitem consolidar o conhecimento sobre o objeto de estudo. Assim, e com base nos objetivos apresentados e a metodologia aplicada, o presente trabalho estrutura-se em seis capítulos:

### 1º Capítulo

Este Capítulo centra-se na apresentação do trabalho, e está dividido em vários subcapítulos. Em primeiro lugar, apresentam-se a contextualização da investigação, a justificação da problemática, os objetivos, o estado da arte em Portugal onde se fazem referência a diversos autores, por fim a estruturação os conteúdos.

### 2º Capítulo

Este Capítulo, centra-se na fundamentação teórica onde serão abordadas as obras de Kevin Lynch, Gordon Cullen, Jane Jacobs, e por fim Stephen Marsall; abordam-se conceitos e diferentes pensamentos relacionados com a morfologia urbana e planeamento e a tipologia de construção. Apresentam-se metodologias diferentes, oriundas de diversos autores sobre as análises morfológicas e tipológica. Este passo foi fundamental para definir as metodologias a aplicar na dissertação, e finalmente a natureza da investigação, modos de investigação, técnicas de recolha de informação e por fim análise e tratamento de informação.

### 3º Capitulo

Será feito o enquadramento geral de formação de Barcelos, onde serão abordados numa base histórica, estando dividido em várias partes:

A origem de Barcelos, o seu núcleo antigo, a gafaria, a Vila Régia e Vila Condal; a ponte; a igreja Matriz e a expansão (intra e extra muros). Tudo isto será feito numa base histórica e social realizada por vários autores sobre a Vila de Barcelos, complementada com diversos mapas que retratam a evolução da cidade. Aborda o século XIX e as obras mais importantes daquela época, sendo que uma das mais importantes foi o impacto do caminho-de-ferro e a consolidação industrial.

Tudo isto será complementado com diversos mapas, bem como uma análise quantitativa e qualitativa da vila de Barcelos, sem esquecer o Arq. Marques da Silva que foi o primeiro responsável pelos trabalhos arquitetónicos na Vila.

### 4º Capitulo

É sobre a transformação da forma urbana de Barcelos, na segunda metade do século XX, está dividido em vários subcapítulos. Aborda-se os critérios de seleção e descrição das fases em análise em que foram selecionados três períodos, a década de 1960, o período entre 1960-1990, e por fim o período de 1990-2011.

A análise aos três períodos é precedida de um enquadramento do contexto político, económico, social e cultural da década de 1960. O Decreto nº 15.929 da Direção Geral de Administração Política e Civil, que eleva a Vila de Barcelos à categoria de Cidade, ficando constituída pelos aglomerados urbanos das freguesias de Barcelos, Barcelinhos e Arcozelo; bem como uma análise quantitativa da cidade de Barcelos, e das freguesias de Barcelinhos e Arcozelo.

Enquadrar-se-ão informações sobre a cidade provenientes de um âmbito multidisciplinar, tais como dados geográficos físicos e humanos. Estes elementos serão vitais ao longo da análise morfológica, sendo recuperados e confrontados de forma contínua com a leitura do tecido urbano de Barcelos. Existirá também um subcapítulo sobre as habitações na cidade de Barcelos, onde se falará sobre o 1º Congresso Nacional de Arquitetura em 1948, com a adoção da Carta de Atenas; O Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa; O pós-guerra onde surgem três novos programas habitacionais em Portugal: Os regimes de Casas par Famílias Pobres, Casas de Renda Económica, e por fim as Casas de Renda Limitada, que vão marcar os anos de 1950. Abordasse-a também a habitação de âmbito Economico na Cidade de Barcelos, em diferentes épocas, que permitira uma leitura do panorama arquitetónico nacional inserido

num território descentralizado dos grandes centros urbanos.

O ordenamento do território, será abordado genericamente o urbanismo em Portugal na segunda metade do século XX; os instrumentos de ordenamento do território, de planeamento e gestão urbanística que influenciaram a Cidade de Barcelos O Antepiano de Urbanização da Cidade de Barcelos de 1951 da autoria dos Arquitetos David Moreira da Silva e Maria José M. Moreira da Silva; O Esboceto Geral de Urbanização da Cidade de Barcelos de 1963, cuja autoria são os mesmos arquitetos; Plano de Urbanização da Cidade, de 1983, da autoria do arquiteto José Carlos Loureiro; Instrumentos de gestão territorial em vigor; Instrumentos de gestão territorial em vigor. Localização e limites de estudo, a caracterização do meio em análise e os seus elementos de paisagem.

A estrutura das três fases de análise será comum, cada uma composta por cinco secções, em que individualmente serão abordados a evolução da estrutura urbana; das formas de crescimento; das tipologias dominantes; das atividades e suas densidades; os equipamentos e serviços, identificando as suas principais características e desenvolver esquemas interpretativos que fornecerão uma leitura e um conhecimento mais profundo do estudo comparativo;

## 5º Capítulo

É relativo à sistematização, em que apresenta triangulação entre o estudo realizado e a fundamentação teórica. Por outro lado, identifica-se a convergência dos diferentes elementos recolhidos na leitura da morfologia do aglomerado urbano aferindo a contribuição para o estado da arte.

Por fim as conclusões, estabelecem os principais elementos estruturadores da análise morfológica, verificando-se a resposta aos objetivos inicialmente propostos.

A última parte da Dissertação, remete-se toda a bibliografia, assim como todas as fontes relacionadas com as figuras apresentadas.



## CAPITULO II

### 2 - Fundamentação teórica

#### 2.1 – Abordagem introdutória

As obras de Kevin Lynch (1960), Gordon Cullen (1961) e Jane Jacobs (1961), têm a cidade como seus objetos de pesquisa. Estes admitiam que os atributos do lugar, natural ou construído, influenciavam o processo perceptivo e cognitivo, particularmente no que se refere ao campo visual, possibilitando o reconhecimento das qualidades ambientais e a formação das imagens. No livro a “Imagem da Cidade” Kevin Lynch destaca a maneira como percebemos a cidade e as suas partes constituintes, baseado num extenso estudo em três cidades norte-americanas (Boston, Los Angeles e Jersey City), no qual pessoas eram questionadas sobre a sua percepção da cidade, como estruturavam a imagem que tinham dela e como se localizavam. Através de fotografias e entrevistas com os cidadãos, Kevin Lynch leu e interpretou os fragmentos espaciais escolhidos em cada cidade.

Tentou perceber como os habitantes se orientavam, como se sentiam quando contornavam uma rua, quando se aproximavam de um cruzamento, qual a sensação perante qualquer elemento urbano. Enfim, a relação do homem e da cidade a partir da percepção do homem. Cada cidadão tem determinadas associações com partes da cidade, e a imagem que se faz delas está repleta de memórias e significados.

Lynch identificou, como principal conclusão, que os elementos que as pessoas utilizam para estruturar sua imagem da cidade podem ser agrupados em cinco grande tipos: caminhos, limites, bairros, pontos nodais e marcos.

Um dos conceitos básicos trabalhados é o da legibilidade, em que o autor refere a “facilidade com que cada uma das partes [da cidade] pode ser reconhecida e organizada em um padrão coerente” (Lynch, 1960, p.2).

Para Lynch, a percepção ambiental pode ser analisada segundo três componentes: estrutura, identidade e significado.

- Estrutura: a imagem da cidade deve incluir o padrão espacial ou a relação do objeto com o observador e com os outros objetos;
- Identidade: identificação de um objeto implica na sua distinção em relação a outras coisas, seu reconhecimento como uma entidade separada;

- Significado: Lynch é mais cauteloso, não se aprofundando muito no conceito nem no seu estudo. A ênfase é, portanto, na identidade e na estrutura.

Apesar disso, argumenta que o objeto deve ter algum significado para o observador, seja prático ou emocional, que isso está intimamente ligado à sua identidade, o seu papel dentro de uma estrutura mais ampla. Outro conceito importante de Lynch é a imageabilidade (imageability, no original), entendida como a:

Qualidade de um objeto físico que lhe dá uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador. Refere-se à forma, cor ou arranjo que facilitam a formação de imagens mentais do ambiente fortemente identificadas, poderosamente estruturadas e altamente úteis. (Lynch, 1960, p. 9)

O conceito de imageabilidade, portanto, está ligado ao conceito de legibilidade, uma vez que imagens “fortes” aumentam a probabilidade de construir uma visão clara e estruturada da cidade. “Uma cidade com imageabilidade (aparente, legível, ou visível), nesse sentido, seria bem formada, distinta, memorável; convidaria os olhos e ouvidos a uma maior atenção e participação” (Lynch, 1960, p. 10).

Na obra a “Paisagem Urbana” de Gordon Cullen, podemos depreender que a paisagem urbana é a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano. Este conceito de paisagem exerce forte influência em arquitetos e urbanistas porque possibilita análises sequenciais e dinâmicas da paisagem quando os elementos e jogos urbanos provocam impactos de ordem emocional.

Cullen dá alguns exemplos desse conceito, uma rua ou avenida em linha reta, cuja perspectiva visual seja assimilada rapidamente, torna-se monótona ou então grandiosa. Para estruturar esse conceito de paisagem Cullen recorre a três aspetos:

- O primeiro é a ótica, que é a visão serial propriamente dita, e é formada por percepções sequenciais dos espaços urbanos, primeiro se avista uma rua e em seguida se entra em um pátio, que sugere um novo ponto de vista de um monumento e assim por diante;
- O segundo fator é o local, que diz respeito às reações do sujeito com relação a sua posição no espaço, vulgarmente denominado sentido de localização, “estou aqui fora”, e posteriormente, “vou entrar em um novo espaço”, e finalmente, “estou cá, dentro”; esse aspeto refere-se às sensações provocadas pelos espaços; abertos, fechados, altos, baixos etc.;
- O terceiro aspeto é o conteúdo, que se relaciona com a construção da cidade, cores, texturas,

escalas, estilos que caracterizam edifícios e setores da malha urbana.

A cidade precisa de contrastes bem marcados, pois:

O homem tem em todos os momentos a percepção da sua posição relativa, sente a necessidade de se identificar com o local em que se encontra, e esse sentido de identificação, por outro lado, está ligado à percepção de todo o espaço circundante. (Cullen, 1961, p. 14)

De acordo com Cullen, paisagem urbana é arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano. Considera também a existência de uma série de vantagens na reunião de pessoas para formar uma cidade.

Para o autor, uma cidade é algo mais do que o somatório dos seus habitantes, é uma unidade geradora de um excedente de bem-estar e facilidades que leva a maioria das pessoas a preferirem viver em comunidade a viverem isoladas. Cullen rejeita o planeamento urbano recorrente, rejeita o que entende por "convencionalismo" no que diz respeito às cidades.

"Se houvesse inteira liberdade de ação provavelmente criar-se-ia simetria, equilíbrio, perfeição, concordância, convencionalismo. Não é essa a conceção popular da finalidade do planeamento urbano?" (Cullen, 1961, p.13).

Em 1961 a jornalista Jane Jacobs escreve o livro "Morte e Vida de Grandes Cidades", que se vai tornar um dos livros mais importantes nas universidades de arquitetura e urbanismo. O contexto dos ataques ao urbanismo moderno ortodoxo era o programa de renovação urbana das áreas centrais das cidades norte-americanas. O livro é também uma tentativa de introduzir novos princípios de planeamento urbano e de reurbanização. Escrevendo principalmente sobre coisas comuns e quotidianas, Jacobs escreve sobre o funcionamento das cidades na prática.

A tese central do livro é o grau de urbanidade de uma cidade, de uma metrópole ou de um bairro que depende intrinsecamente do grau de vitalidade urbana ali presente. A autora procura mostrar através de vários argumentos, que as atividades são responsáveis pela vida urbana e que os espaços que as acolhem devem estabelecer relações de compromisso.

"As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesse laboratório que o planeamento urbano deveria aprender, elaborar e testar as suas teorias" (Jacobs, 2003, p.5).

A principal e duradoura lição fincada por Jacobs é a necessidade da diversidade urbana, uma

necessidade que as cidades têm de uma diversidade de usos mais complexa e densa que propicie uma sustentação mútua e constante, tanto económica quanto social. “ Sob a aparente desordem da cidade tradicional, existe, nos lugares em que ela funciona a contento, uma ordem surpreendente que garante a manutenção da segurança e a liberdade. É uma ordem complexa” (Jacobs, 2003, p. 52). Jacobs critica o que chama de planeamento urbano ortodoxo no começo do livro, que abrange de certa forma, as utopias do final do século XIX sobre o que seriam sociedades perfeitas:

- A ideologia das cidades jardins, cujo fundador é Ebenezer Howard, a ideologia da Ville Radiouse, de Le Corbousier, a ideologia da “beautiful city”, dos arquitetos e urbanistas americanos, que culmina no modo de fazer e compor cidades conhecido pela arquitetura modernista. São ideologias aparentemente distantes, mas todas marcadas pelo mesmo princípio básico: mudar o homem, alterar a natureza humana por meio da transformação do meio urbano.

(...) cristalizar o poder, as pessoas, e os usos e os aumentos de recursos financeiros segundo um modelo estático, facilmente controlável (...) a não ser sob as diretrizes rígidas de um plano empresarial monopolista (...) A reinstauração de uma sociedade estática, governada, em tudo que fosse importante, por uma nova aristocracia de especialistas em planeamento urbano altruístas. (Jacobs, 2003, p 322)

Jacobs propõe um planeamento não restritivo, permitindo que a cidade seja feita e refeita pelos pequenos, médios e grandes empreendedores, e não deixada a cargo de monopolistas, sejam de iniciativa estatal ou particular. A obra de Jacobs não é contrária a iniciativa privada, a iniciativa individual, a pobreza ou a riqueza. É uma obra contrária aos técnicos que se julgam esclarecidos e clamam do alto de suas cátedras por déspotas que lhes deem poder para implantar suas distopias.

Se Jane Jacobs ataca as propostas de planeamento urbano das áreas centrais norte-americanas na tentativa de introduzir novos princípios de planeamento urbano, Kevin Lynch vai analisar áreas centrais de três cidades norte-americanas a partir de fragmentos espaciais escolhidos em cada cidade e Gordon Cullen, enjeitou apenas descobrir novos valores e novos critérios que para ele já existem além do campo científico.

Ainda que este trabalho não traduza graficamente os preconceitos morfológicos (análise preceptiva) das obras de Kevin Lynch, Gordon Cullen e Jane Jacobs, estes autores foram muito

importantes na abordagem morfológica da Cidade de Barcelos.

Contudo Stephen Marsall (2004), no seu livro *Street & Paterns* fornece um novo quadro para a conceção e planeamento de 'layouts' urbanos, a integração das questões de transporte, como seja o caso da hierarquia de estradas, ruas arteriais e redes multimodais com questões de design e planeamento urbano, como o tipo de rua, tipo grade, blocos de uso misto e urbano projetar a codificação.

Cada vez mais existe um consenso emergente de que os arruamentos devem ser planeados com maior atenção para 'placemaking', bem como a qualidade do design urbano, mantendo contudo as funções de acessibilidade e conetividade de transporte convencional.

Contudo, nem sempre está claro como isso pode ser alcançado: ainda existem diferentes conjuntos de orientação para a rede de estradas principais e para 'streetgrids' locais.

A rua, o espaço urbano mais complexo e dinâmico da cidade, sempre teve a capacidade de ligar, unir e relacionar diferentes realidades urbanas.

No entanto, ela foi intencionalmente eliminada no projeto da cidade através de instrumentos e configurações urbanas que dificultam ou impedem a coexistência entre a sua "função" de lugar e a sua "função" de ligação, condição peculiar da rua.

A área do urbano, mudou de escala não foi apenas no espaço, que Nuno Portas: "define como distribuição da matéria construída sob formas mais unitárias ou mais complexas por vastos territórios, mas também no tempo, uma sensível aceleração das alterações das funções e do seu suporte físico" (2007, p.87).

Parte-se do princípio que qualquer intervenção no espaço urbano, independentemente da escala, traz com ela uma mudança, ou seja, uma provocação de tensões, cuja repercussão não estará apenas cingida ao espaço e ao tempo da sua execução mas que despoletará ações e reações espaciais e temporais.

Estas reações irão repercutir-se necessariamente no Homem e na sua memória. Assim, a cidade é um espaço não limitado que depende da vivência de cada ser humano, vivência essa que é, tal como uma nova dimensão, de origem dinâmica.

Atualmente, as cidades contemporâneas caracterizam-se por espaços segregados onde as sequências de imagens são frequentemente surpreendidas por vazios urbanos e ausência de reunião de pessoas. As cidades continuam a crescer mas os "urbanistas", cada vez mais, dividem o espaço com agentes imobiliários tornando os autores acima referidos tão atuais quanto as suas ideias. Nunca como hoje esta ideia se mantém atual em virtude, do meu ponto de vista os planos que se fazem hoje em dia nunca tiveram em atenção sobre a ideia de cidade

que nos ocupamos, qual a função da vida urbana no seu desenvolvimento, cidades essas que cada vez estão mais descaracterizadas.

Podemos afirmar que, a cidade medieval é construída pouco a pouco, dia a dia, mas a cidade moderna sofre transformações aceleradas a ritmos muito elevados, e antecipar o seu futuro para ensaiar dar alguma lógica ao seu crescimento e transformação é um trabalho socio urbanístico de grande complexidade onde se exigem não apenas capacidade para pensar o futuro mas também para agir no presente em função desse futuro.

O urbanista francês François Ascher descreveu a cidade como um conjunto de agrupamentos de gentes e de populações onde ocorrem trocas da natureza mais diversa: bens produzidos e manufaturados, serviços, bens culturais, simbólicos, informativos e políticos, que subentende, como tal, processos, normas e estruturas de habitabilidade e de mobilidade, assim como uma divisão técnica, social e espacial da produção e da reprodução.

De todas as definições sobre as cidades, talvez a mais completa e poética seja de Italo Calvino, no seu livro

Cidades Invisíveis, que através dos relatos de Marco Pólo ao grande Kublai, afirmava: As cidades, como os sonhos, são construídas de desejos e de medos, embora o fio do seu discurso seja secreto, as suas regras absurdas, as perspectivas enganosas, e todas as coisas escondam outra. (Calvino, 1979, p. 46)

Etimologicamente, a palavra "cidade" provém do latim "civitas", referindo uma comunidade organizada, usado originariamente para descrever as cidades-estado das civilizações clássicas, nomeadamente as da Grécia Antiga. Daí uma ligação umbilical com a Polis, e com a base epistemológica do termo política.

Palavras como civil, civilização, cidadão ou cidadania têm ainda a mesma raiz. Para Platão, e para outros pensadores que aprofundaram a simbiose entre Estado e cidadania (como Locke, Montesquieu ou Tocqueville), a "Polis" compreende, antes de tudo, o coletivo dos seus cidadãos.

É, portanto, uma unidade sociocultural e política que tanto condensa como multiplica as virtudes e os defeitos dos homens. Pelo menos desde as décadas de 1940 e 1950 que Henri Lefebvre, filósofo francês de notável clarividência, começara a descrever as profundas mutações que emergiam. Mesmo em escritos anteriores aos seus famosos livros "O direito à cidade", "A revolução urbana" ou "A produção do espaço", Lefebvre vinha crescentemente classificando os novos mundos que aí vinham, os seus dilemas vitais, como mundos urbanos.

A urbanista Françoise Choay também nos anos de 1960, começou a alertar para as importantes diferenças entre cidade (espaços e fluxos de habitat e de relação) e urbano (cultura, identidade, condição). Emerge assim, paulatinamente, a partir dos anos 1960, um movimento de transformação que transmite novas dimensões à “sociedade urbana” e à “condição urbana”, elas próprias os motores das próprias transformações.

O fenómeno da urbanização assume hoje um protagonismo incontornável na morfologia e geometria dos sistemas urbanos.

A cidade tradicional compacta expandiu-se a diferentes ritmos e direções, dando origem a uma imagem urbana complexa, difusa e variável do ponto de vista das densidades, ocupando áreas de génese agrícola e florestal que em décadas anteriores possuíam um importante papel na subsistência das famílias.

Assistiu-se à mudança do paradigma urbano que se inicia com a cidade compacta, espaço de proximidade e multifuncionalidade, que se desenvolveu de forma “arrumada” e faseada e onde o centro era facilmente identificado, facto contrastante com o perfil da cidade extensiva, linear e fragmentada dotada de uma lógica monofuncional e amplamente dependente da cidade central e das respetivas funções.

O emergir desta configuração urbana acarreta custos inquestionáveis para a sustentabilidade ambiental e financeira dos sistemas urbanos, nomeadamente pelo consumo do solo rural, e de recursos hídricos e energéticos; infraestruturização das novas bolsas de urbanização; segregação social; ausência de equipamentos coletivos, serviços e funções urbanas; insegurança gerada pelo isolamento; dependência do veículo particular.

Nos finais do século XIX, “a cultura urbanística estava a oscilar entre a cidade como obra de arte e a cidade como manufatura, determinações que delimitavam campos do conhecimento e disciplinas distintas” (Choay, 1979). Enquanto a visão da cidade como manufatura implicava um rompimento com a história e afluiu na delimitação de certo “planeamento urbano”, a cidade vista como obra de arte reconhecia, pelo menos em parte, a sua dívida para com a história, e resultou no que Choay classificou como urbanismo culturalista.

Cisões estanques que, mais do que indicarem categorias rigidamente distintas, implicam em maneiras diferentes de tratar o mesmo problema, priorizando, diferentemente, aspetos de um mesmo desafio, isto é, dar solução aos problemas postos pela ordem advinda da Segunda Revolução Industrial. Ou seja, carece que pensemos como Heisenberg propõe.

Estas duas visões acabaram por dar origem a duas “ciências”, que, mais que antagónicas, são complementares, ambas procurando estudar e intervir na cidade como um todo. Tanto o

urbanismo como o planeamento urbano, de formas diferentes, visam estudar e intervir no todo da parte. Françoise Choay afirma que o termo urbanismo “Está carregado de ambiguidades”.

Segundo a autora, o termo que já teria sido assimilado pela linguagem corrente, no momento em que o seu livro “O Urbanismo” foi escrito, ora era empregado como sinónimo do trabalho de “engenheiros civis” ora como plano das cidades ou ainda, como o outro nome das “formas urbanas características de cada época”.

Choay é uma, entre os muitos autores, que o definem como uma ciência e explica que o termo corresponde à emergência de uma nova conceção de compreender e intervir na cidade, surgida no século XVIII, com a cidade industrial, e que no final do XIX se constituirá como uma disciplina. Esta basear-se-ia em critérios críticos e reflexivos, pretendendo-se “científica”, estando aí a “aceção original” do termo.

A autora diferencia, ainda, o urbanismo, das “artes urbanas anteriores”, distinguindo assim a disciplina que se delineou como tal nos fins do XIX, do que era feito no tempo pretérito. É unanime, entre alguns autores, Choay (1979), Benévolo (1974), Bardet (1990), Núñez (1951), Harouel (1990), que em diferentes épocas debruçaram-se sobre a génese do urbanismo moderno, identificar no século XVIII e ao longo do XIX as origens das questões que o mesmo se propõem a resolver.

No intento desta nova disciplina, não haveria lugar para dúvidas ou incertezas. Pretendendo-se que a ciência, o urbanismo preconizaria soluções que buscam a universalidade, posição no mínimo controversa, que vem ao longo dos anos sendo amplamente relativizada. Le Corbusier, na sua obra “O Urbanismo”, de 1925, define o mesmo como ciência e arte, e afirma que este é uma tarefa de arquitetos.

Na sua obra “Planeamento urbano”, de 1946, ele escreve que “uma ocupação racional do território permitiria que sua população trabalhasse duas vezes menos”; isso, após identificar que o “gigantesco desperdício” que a “desordem do fenómeno urbano” trazia consigo tornava-se “uma das cargas mais esmagadoras da sociedade moderna”.

Entre 1928 e 1959, os CIAM foram uma importante plataforma de discussão da arquitetura e do urbanismo: vários grupos, muitas vezes com perspectivas divergentes sobre estes grandes temas, participaram de forma ativa na organização e dinamização dos congressos – por exemplo, membros com uma abordagem mais científica à arquitetura (os quais rejeitavam, pretensamente, premissas estéticas – como os designados “racionalistas”), membros que encaravam a arquitetura como uma forma de arte, membros que propunham uma arquitetura

verticalizada em oposição aos que preconizavam uma produção arquitetónica horizontalizada, membros que defendiam a tomada de uma série de reformas consideradas necessárias no período do pós-2ª Grande Guerra (como o grupo do Team X), membros da “velha guarda”.

O CIAM de 1959 marca o início oficial do Estruturalismo enquanto movimento, não obstante ter havido, anteriormente a esta data, projetos e edifícios que perspetivavam já muitas dos princípios que mais tarde viriam a estar formalmente incorporadas ao Estruturalismo – no entanto, somente a partir de 1969 é que o termo “Estruturalismo” começaria a ser usado em publicações relativas às áreas da arquitetura e do urbanismo.

Alguns arquitetos começaram a estabelecer relações entre estruturas densas da sociedade ocidental, do séc. XX, com estruturas tradicionais da África e da Ásia: Aldo van Eyck, por exemplo, utilizou referências em abrigos do norte da África como base para o planeamento urbano. O pensamento estruturalista conferia ênfase à complexidade, multiplicidade e relacionamentos humanos, servindo também como base para construções pós-modernistas com as suas múltiplas fusões de padrões e estilos.

Uma organização de uma linguagem de padrões foi realizada pelo matemático Christopher Alexander, que publicou livros com padrões de linguagens relacionados a diversos tipos de arquitetura e configuração urbana. É interessante notar que a primeira utilização do vocábulo “urbanismo” também se encontra associada à expansão da sociedade emergente da Revolução Industrial, a que Morris veementemente se opôs.

O urbanismo pode, pois, ser definido como uma área através da qual se procuram respostas para um conjunto de questões relativas à estética e à organização das cidades, no sentido de adaptar as suas estruturas às necessidades dos homens.

Afastada para último plano em termos estéticos no século XVIII, a arquitetura alcançou assim na primeira metade do século XIX um prestígio central, adquirindo um discurso comum às outras artes, especificamente à pintura e à escultura. Desde que alguém sugeriu colocar como tema dos CIAM o “The Heart of the City”, vinha acontecendo uma reaproximação aos centros das cidades e ao património, sendo que a cidade tradicional e espontânea se tornava cada vez mais a referência essencial para a crítica da cidade moderna.

O renovado valor imprimido aos centros históricos urbanos e ao património significava uma crítica direta à tábula rasa que defendia o modernismo. O urbanismo moderno simplesmente considerava as cidades antigas “doentes” e “limpava” tudo, deixando apenas os monumentos principais soltos no meio da imensa cidade funcional.

A Carta de Veneza de 1964 revolucionária a forma como se olhava para esse património

pronunciava que o conceito de monumento não podia ser entendido como elemento isolado, devia antes ser considerado como parte de um conjunto urbano que passava também a ser património. A partir dos anos 60 os centros históricos tornam-se um objeto de estudo para o planeamento urbano, valorizando-se as suas qualidades espaciais, culturais, urbanísticas e sociais. A reaproximação à cidade antiga e ao património histórico, gera novas interpretações mais complexas, valorizando a hibridez e o confronto dos vários tempos da História que os modernistas decidiram ignorar.

Partindo-se do construído criavam-se novas relações e oportunidades. Robert Venturi, lança em 1966 "Complexidade e Contradição em Arquitectura" e no mesmo ano Aldo Rossi aparece com "A arquitetura da Cidade" ambos com um novo olhar sobre a história da arquitetura.

Como considera Jorge Figueira, "aquilo que Robert Venturi e Aldo Rossi significam no final dos anos 60 é um "regresso à arquitetura, no que os processos científicos e as estruturas mutantes puseram em causa as ferramentas tradicionais do arquiteto" (2009, p.84).

Rossi refere a relação intrínseca entre forma e a forma geral da cidade denominando-as como constantes. Estes factos são "ligados aos elementos construtivos, aos fundamentos da cidade, e estes reencontram-se nos monumentos" (Rossi, 2001, p. 79).

Não obstante os monumentos poderem ter sido alvo de alteração ao nível funcional, ao longo do tempo, a sua aparência física, ou seja, a sua forma física, mantém-se inalterável.

Por isso, Rossi defende que a análise funcional não poderá proporcionar dados fiáveis como factos urbanos. Segundo Panarai (1983), a noção de crescimento é oriunda de estudos italianos elaborados por Muratori, Aymonino e Rossi.

Este conceito prende-se com a análise dos fenómenos de crescimento e de densificação de aglomerações do ponto de vista morfológico, ou seja, a partir da sua inscrição material no território. Esta surge como tradição da leitura orgânica ou biológica da cidade, igualmente presente em reflexões sobre as questões de estrutura e de gramática generativa da forma, nos domínios da arquitetura e do urbanismo.

O estudo dos crescimentos oferece uma apreensão global do aglomerado numa perspetiva dinâmica: nos períodos de estabilidade observa-se uma coesão interna dos aglomerados que sucedem em momentos de rutura marcados por crescimentos bruscos sobre o território.

Assim, segundo esta linha de pensamento, o estado atual é um instante precário da evolução, que refuta a conceção de obra acabada ou fixa. Durante o estudo do crescimento são-nos revelados os pontos fixos das transformações anteriores que designam lógicas intrínsecas nos territórios que esclarecem situações para os planeamentos atuais.

Assim, os crescimentos são processos contínuos que se vão sobrepondo em momentos e contextos diferentes. A análise de uma aglomeração inicia-se pelo seu crescimento, pelo que permite “agarrar” de forma global o objeto. Este é o ponto de vista de Aymonino quando refere:

la forme urbaine est un processus continu (...) et, s’il est possible de la décrire ou de la caractériser á une période précise, on ne peut négliger, pour la comprendre, l’étude des périodes antérieures qui ont conditionné com développement et l’on littéralment formée. (Panarai et al., 1983)

Conforme refere Manuel Solá-Morales, o crescimento urbano e a sua morfologia são resultantes consequentes de três operações e das suas múltiplas combinações. Das três operações referidas depreendem-se o parcelamento (parce-lació), a urbanização (urbanització) e a edificação (edificació).

O parcelamento (P) define-se pela morfologia de ocupação do solo que se traduz na divisão de propriedade; a urbanização (U) prende-se com a construção de infraestruturas urbanas; a edificação (E) diz respeito à construção de edifícios, a harmonia e sucessão destas três operações traduzem-se em seis tipologias de crescimento urbano incluídas em dois grupos (Fig. 2).

COM PLANEAMENTO URBANO	Expansão Modelar	P+U+E
	Filas Urbanas	U+P+E
	Cidade Jardim	UP+E
	Polígonos	PUE
SEM PLANEAMENTO URBANO	Urbanização Marginal	P+E
	Barraca	E

P- Parcelamento; U-Urbanização; E-Edificação

Fig. 2: Tabela das formas de crescimento urbano segundo Solá-Morales.

O autor estabelece relações intrínsecas entre as diferentes formas de crescimento e os fenómenos sociais. Essa relação conduz ao estudo dos distintos tipos de morfologias urbanas. Logo, na análise de uma cidade, a linha temporal aparece como um processo contínuo, dinâmico, em que a sua forma revela épocas e contextos diferentes.

A rutura formal é indício de transformação social, económica ou política. Estas interrupções da forma, ao longo da história e dos diferentes contextos, são a chave para estabelecer os períodos de análise de uma determinada cidade ou aglomeração.

Segundo Lamas (2010), o conceito de forma aplica-se a todos os conjuntos urbanos

independentemente da sua grandeza ou complexidade. Refere-se à forma física de uma rua, de uma praça, de um bairro, de uma cidade.

Por outro lado, na forma de uma rua ou de um bairro, podem-se distinguir as particularidades dos edifícios que as delimitam e as estruturam; na forma do bairro, podem-se distinguir as ruas e praças que o compõem e nas quais este se subdivide, e assim por diante. (Lamas, 2010, p. 73)

Assim, a relação entre a presença humana e o espaço por ele utilizado são dois fatores indissociáveis. A compreensão e conceção da forma urbana são colocadas em diferentes níveis que são distinguidas por unidades de leitura e de conceção, ou seja, o espaço pode ser subdividido em diferentes partes identificáveis.

O critério para esta fragmentação do espaço urbano tem sempre que ver com a forma de processamento de leitura e com o modo como este foi produzido. A dimensão setorial (escala da rua, segundo classificações de Rossi e Tricart), é a mais pequena unidade com forma própria.

Segundo o autor, as construções e as suas relações estabelecidas com o espaço, juntamente com o tratamento do solo e da sua superfície, ocupam um lugar proeminente.

É o ponto onde o observador consegue englobar a unidade espacial no seu conjunto, permitindo que os diversos elementos (fachadas, mobiliário urbano, pavimentos, cores, letreiros, árvores, monumentos isolados, etc.) organizados entre si definam a forma urbana.

A dimensão urbana (escala de bairro, segundo Rossi e Tricart) envolve a área urbana, a cidade como um todo ou parte dela. Esta dimensão subentende a estrutura de ruas, praças ou formas com uma escala inferior.

Assim, corresponde à cidade, ou parte dela, como os seus bairros, sendo de partes idênticas identificáveis e que ainda pode abarcar uma vila ou uma aldeia. Na dimensão territorial, (escala da cidade, segundo Rossi e Tricart), a forma estrutura-se pela articulação das diferentes dimensões urbanas, ou seja, pelos diferentes bairros ligados entre si.

Esta forma é definida pela distribuição dos seus elementos primários ou estruturantes.

Esta macro organização de arruamentos, bairros, zonas habitacionais, articula-se entre si e com o suporte geográfico. Por outro lado, Rossi aborda as questões que se baseiam numa leitura contínua da "cidade e da arquitetura" (Rossi, 2001, p. 60). Retoma a teoria de Tricart que define três ordens ou escalas na paisagem urbana:

A escala da rua, que compreende as construções e os espaços não construídos que a circundam; A escala do bairro, que é constituído por um conjunto de quarteirões com características comuns; A escala da cidade inteira, considerada como um conjunto de bairros. (Rossi, 2001, p. 61)

Rossi afirma ainda que o elo de ligação entre estas diversas escalas é o conteúdo social que elas apresentam, dando ênfase à escala do bairro, sendo a intermediária entre as três escalas que, segundo ele, compõe a cidade. O bairro revela, antes de tudo, uma forma física, um pedaço urbano que cresce segundo tais eixos ou tais direções e um determinado tamanho, seu traçado segue uma lógica espaço-social.

As classificações contemplam a macro, media e micro escala ou dimensão. No entanto, as conexões existentes entre elas não estão referenciadas. Muratori, Aymonino e Rossi estabeleceram diferentes níveis de análise e as inter-relações existentes entre elas. Defendem a criação de divisões por tipos de edificações e na sua relação com a morfologia do espaço urbano.

Saverio Muratori publica uma série de investigações e estudos que marcam as primeiras reflexões sobre a arquitetura contemporânea, na década de cinquenta.

O seu principal objetivo era evitar a rutura entre as disciplinas técnicas e as disciplinas históricas e teóricas, e inter-relacionar a arquitetura com a crise urbana. Leva a cabo estudos sobre o tecido urbano da cidade baseado num método tipológico. Segundo Panarai, o estudioso italiano tem por objetivo:

caractériser la forme urbaine à la fois comme structure globale et comme ensemble de dispositions précises, locales. C'est l'idée d'appréhender la ville à partir de l'étude de sa croissance. C'est enfin, en dépassant la notion de bâtiment envisagé comme un objet isolé, sortir d'une conception de la typologie fondée sur la reconnaissance d'archétypes pour plonger dans une analyse concrète du tissu. (Panarai et al., 1983, p. 86)

Carlo Aymonino retoma as teorias do Muratori com um duplo objetivo:

O primeiro é de sistematizar os conceitos da forma urbana, de tipo e de crescimento propostos no estudo de Veneza e experimentá-lo em outras cidades. O outro é o de estudar a formação da cidade moderna e contemporânea como conjunto de edifícios completamente díspar dos que precederam (edifícios).

Em *La Città di Padova* (1966) são objeto de estudo os fenómenos urbanos em busca de uma dialética entre a tipologia dos edifícios e a forma urbana no decurso da história. Refere que a tipologia e o estudo dos tipos são um instrumento e não uma categoria, uma ferramenta que permite conduzir o estudo dos fenómenos urbanos, assim, “il ne faut donc pas s’attendre à une définition unique de typologie, mais à des redéfinition constantes en fonction des recherches” (Panarai, 1983, p. 89).

Para Aymonino, a relação existente entre estes dois fatores (tipos construídos e forma urbana) é “le moyen de comprendre la structure de la ville à la fois comme continuité historique d’un processus et comme phénomène partiel d’une telle continuité” (Panarai et al., 1983, p. 89).

Para o autor, as ruturas são o momento onde a cidade se engloba totalmente na sua forma, abandonando a forma precedente, é o momento onde deixa de existir um dentro e fora para dar lugar aos centros e às periferias atuais.

A forma urbana regista os diferentes crescimentos sob a forma de extensões sucessivas sem se preocupar antecipadamente nem pelos seus atores nem pelas suas relações, por isso, segundo Aymonino, já não há forma urbana, mas sim, fenómenos urbanos (Panarai et al., 1983).

No entanto, a forma urbana e a tipologia não estabelecem, por si só, um instrumento para conhecer a cidade a uma escala mais ampla. É através das infraestruturas que se torna possível criar um elo de ligação entre a macro escala e as edificações e as parcelas.

A contemporaneidade trouxe com ela a complexidade dos fluxos e das exigências existentes nas aglomerações. Em “Las formas de crecimiento urbano” de Solá- Morales, é perceptível o estabelecimento de uma relação entre as diversas escalas e as três combinações apresentadas pelo autor, nomeadamente a parcela (divisão de propriedade), a urbanização (infraestruturas) e a edificação (edifícios).

Assim, a combinação destes conceitos começaria pelo estabelecimento do traçado (urbanização) seguindo-se da edificação (edifícios) estando implícito que o emparcelamento (parcela) é resultante de fenómenos anteriores. A relação existente entre as diferentes escalas proporciona o conceito de estrutura urbana numa escala média e o conceito de estrutura do território numa macro escala e a sua importância na análise de um aglomerado urbano.

Como estrutura urbana, entende-se a análise da cidade como um todo, ou seja, o estudo de um macro - sistema constituído por um agregado de elementos que relacionam as edificações entre si e com o território. Esta é que define a forma da cidade segundo os seus traçados e a totalidade das redes por onde se movimentam os cidadãos. A partir desse traçado, torna-se possível a tipificação da estrutura, bem como um meio de articulação da cidade nas suas

diferentes escalas, nomeadamente entre o espaço público e o espaço privado, entre si e com o resto do território.

Os conceitos definidos são pertinentes na análise da forma urbana, na medida em que permitem identificar os diferentes crescimentos de uma determinada aglomeração através dos seus elementos geradores.

Assim, o traçado como elemento estruturante da cidade introduz a macro escala: um território que se articula perante as infraestruturas. Desta forma, a cidade comunica com o território e com as aglomerações existentes numa relativa proximidade. Perante este facto, Lamas refere que:

Atualmente é difícil ou quase impossível determinar os limites espaciais da cidade. A distinção entre cidade e território considera o território como envolvente da superfície terrestre onde o homem exerce a sua ação transformadora, e a cidade como meio geográfico e social formado por um conjunto de construções e cujos habitantes trabalham em maioria no seu interior. (Lamas, 2010, p. 64)

Enquanto as cidades antigas eram relativamente pequenas, a sua forma estava intrinsecamente ligada a um sítio e a um limite perfeitamente identificado, estabelecendo deste modo uma clara diferenciação entre o espaço urbano (construído) e rural (não construído). Com o decorrer do tempo, a demolição das muralhas e a chegada da revolução industrial, dilui a rigidez de separação tornando-a desvanecida, impercetível. Como referido, é difícil, para não dizer impossível, determinar o limite da cidade.

Este é um fenómeno da contemporaneidade e da globalização que estabelece um macro sistema territorial articulado por redes infraestruturais, em busca do favorecimento e fortalecimento da mobilidade.

Estas redes infraestruturais marcam um território que tem o papel de interligar as várias cidades, as diferentes aglomerações mais ou menos distantes.

As mesmas são elementos potenciadores dos crescimentos das aglomerações, como o foram para as cidades mais antigas, sendo, por tudo isto, preponderante na análise da forma urbana. Estes elementos apoiados em dispositivos físicos são apontados por Panarai como elementos reguladores, "sont des éléments physiques, des configurations matérielles, des constructions sur lesquels s'appuie la croissance" (Panarai et al., 1983, pp. 23-24). Os crescimentos são regulados fisicamente por dois elementos, os que a ordenam e os que a contém ou limitam. A escala da forma urbana e a metodologia de conceção do espaço urbano estendesse aos

escalões de planeamento ou tipos de planos. Segundo Lamas “a metodologia urbanística hierarquiza os planos quer pela dimensão ou escala de intervenção” (Lamas, 2010, p. 76).

Teoricamente, podemos definir três grandes escalas ou dimensões: macro (cidade), média (bairro) e micro (rua). Não é por acaso que, em Portugal, a legislação consolida-se através de três grupos de intervenção, que pela sua escala de abordagem, indica uma correlação estreita com as divisões ou dimensões anteriormente abordadas.

O Decreto-Lei nº 69/90 de 2 de Março define instrumentos de planeamento territorial até ao nível local, o Plano Diretor Municipal (P.D.M.), o Plano de Urbanização (P.U.) e o Plano de Pormenor (P.P.); estes devem estar articulados entre si. Estas classificações pretendem clarificar a leitura do território em cada nível de planeamento, aí explicitando as variáveis ou atributos de carácter formal; por outro lado, permite introduzir no planeamento urbanístico preocupações morfológicas que geralmente se diluem em métodos que relegam as preocupações arquitetónicas para os últimos níveis da produção espacial, tantas vezes pela falta de instrumentos operativos que permitam as questões formais em qualquer escalão.

## 2.2 - Morfologia Urbana:

### 2.2.1 – O espaço planeado

A morfologia urbana e o planeamento foram alvo de um estudo efetuado pelo L.N.E.C. (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) através de investigadores como Luz Valente Pereira e Nuno Portas. Em “A definição da forma urbana no planeamento físico”, Pereira (1982) introduz o “espaço urbano” como um elemento objeto de planeamento. Por tratar das interligações entre os edifícios e as escalas das cidades, deve ser acompanhado por uma cuidadosa análise morfológica.

Entre 1962 e 1974, o arquiteto Nuno Portas redige diversas investigações, que abrangem a pesquisa tipológica à habitação coletiva (Portas, 1969a), para a análise da cidade (Portas, 1969b). Com o passar dos anos, este autor publica documentos que reúne em “Os tempos das formas” (Portas, 2005), onde trata de temáticas como os assentamentos de origem portuguesa no Brasil, as relações entre o planeamento e os regimes absolutistas ou a evolução da forma urbana de Vila Viçosa. Em “Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco”, Lobo (1994) analisa os planos de urbanização que emergiram nas duas décadas após o lançamento da legislação de 1934 relativa aos Planos de Urbanização em Portugal, dividindo os grupos de planos em três tipos: pragmáticas da cidade, cidade jardim e cidade radiante. Ultimamente, o

C.I.T.T.A. (Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente) tem vindo a desenvolver uma linha consistente em torno desta questão; esta organização é detentora de um grupo de oito centros de pesquisa europeu estando a desenvolver um projeto que tem como principal intuito o estudo de conceitos relacionados com a forma urbana, as transformações urbanas, a morfologia urbana.

Oliveira (2006) avalia a incorporação de critérios morfológicos no PDM (Plano Diretor Municipal) da cidade do Porto, baseando-se num conjunto de informações documentais sobre planeamento realizado por membros do Grupo de Pesquisa de Morfologia Urbana para cidades britânicas e francesas. Oliveira e Pinho (2008) apresentam uma revisão crítica das políticas de planeamento sobre a evolução das formas urbanas das cidades de Lisboa e Porto, entre 1865 até 2005. A dimensão morfológica de planeamento urbano em Portugal torna-se cada vez menos evidente no final do século XX. No entanto, em meados do século XX, uma série de planos coordenados por Faria da Costa, Etienne Groer, Moreira Silva, Godinho Januário e Raul Lino demonstram a influência de pensamentos morfológicos.

### 2.2.2 – Espaço avulso

As principais investigações relativas à morfologia urbana e às tipologias de construção foram desenvolvidas principalmente por arquitetos, ancorados ao campo da história urbana. Todas as obras que, de seguida, se referem foram produzidas e publicadas na transição do século XX para o XXI. São compostas pela análise da relação das construções no território em diferentes escalas, nomeadamente a escala da região, da cidade, do bairro ou quarteirão, da rua e da praça.

O estudo sobre a arquitetura popular portuguesa é inicialmente abordado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos (1961) que incentiva a investigação do tema de vários autores. Com o apoio do Centro de Estudos de Etnologia, Oliveira e Galhano (1992) percorrem o país efetuando o levantamento da arquitetura tradicional, com o intuito de a analisar de um ponto de vista tipo-morfológico: “A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII” (Caldas, 1999) explora três linhas de investigação: a arquitetura rural em Portugal, os solares portugueses e a tipificação da casa portuguesa. Esta temática é semelhante ao abordado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos (1961), por Lino (1933) e Azevedo (1969). Barata (1996) identifica três tipos históricos de residências no Porto, contribuindo, deste modo, para a caracterização da forma urbana da cidade. Assimila um tipo residencial no núcleo histórico diferente do encontrado na expansão da cidade extra-muros, no século XVIII. Ambos os tipos diferem de

um terceiro, que apela de “liberal”, que se desenvolve a partir da segunda metade do século XIX e que permanece até às primeiras décadas do século XX. Berrance (1993) analisa a cidade do Porto entre 1774 e 1844, focando o fenómeno Almadino e a sua influência sobre a cidade. O autor desenvolve uma análise tipológica e centra-se na evolução da cidade.

Num hiato temporal similar, mas para a cidade de Lisboa, Viegas (1999) trata de reunir um conjunto de desenhos produzidos entre 1758 e 1846 pelos Arquitectos e Engenheiros da Casa do Risco das Reais Obras Públicas, sob a alçada do Marquês de Pombal, o principal projetista da cidade de Lisboa após o terramoto de 1755. Teixeira (1996) estuda as “Ilhas do Porto” do século XIX, um tipo de casa da classe operária oriunda da revolução industrial.

O autor procura explicar a sua localização e forma física, a sua influência no contexto local socioeconómico, como também os seus aspetos espaciais e formais. As “Ilhas do Porto” resultam de uma ocupação parcial de lotes urbanos.

Era um tipo residencial adaptado às realidades e condições económicas dos moradores. Teixeira (1996) reconhece a racionalização da solução que envolve a ocupação intensiva da trama urbana, assim como a minimização dos custos de construção e salienta que o modelo de “ilha” pode eventualmente ser uma solução racional para aplicar em parcelas maiores através da construção em fileiras de pequenas casas que ocupam toda o lote.

Como se pode reparar, independente da escola ou do país de origem, neste caso europeu, as colaborações de uns completam a dos outros e vice-versa. As linhas de pensamento são análogas apesar de algumas discordâncias ou diferenças na base central para o estudo da cidade. No entanto, o debate teórico, o ensino e as práticas profissionais remetem-nos para duas principais preocupações:

São, de facto, atentáveis os desassossegos relativos à cidade do passado, à sua preservação, sua conservação, seu restauro ou revitalização, através da apreensão e compreensão, na tentativa de recuperação da sua plenitude física, funcional e social.

A segunda, prende-se com relacionamento morfológico existente na cidade tradicional, como paradigma para os desenhos dos futuros crescimentos e expansões ou para posteriores intervenções no interior das cidades.

### CAPITULO III

#### 3 - Contextualização

##### 3.1 - Enquadramento geral do processo de formação de Barcelos, e seus principais constituintes morfológicos.

Barcelos é uma cidade, que pertence ao Concelho de Barcelos no Distrito de Braga, região do Norte e sub-região do Cávado, com cerca de 20 625 habitantes. É sede de um município com 378,9 km<sup>2</sup> de área e 120 391 habitantes (censos de 2011), subdividido em 61 freguesias.

O município é limitado a norte pelos municípios de Viana do Castelo e Ponte de Lima, a leste por Vila Verde e por Braga, a sueste por Vila Nova de Famalicão, a sudoeste pela Póvoa de Varzim e a oeste por Esposende.

Com a reorganização administrativa do território das freguesias, Diário da República, 1.<sup>a</sup> Série, n.º 19, Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, Anexo I, e Diário da República, 1.<sup>a</sup> Série, n.º 62, Declaração de Retificação n.º 19/2013, de 28 de março de 2013. A freguesia Barcelos, ficou assim constituída pelas freguesias de Vila Boa e Vila Frescainha (São Martinho e São Pedro), com uma população de 11 108 habitantes, área de 9.30 Km<sup>2</sup>, e uma densidade habitacional de 1194,4 hab/Km<sup>2</sup>



Fig. 3: Mapa de Portugal







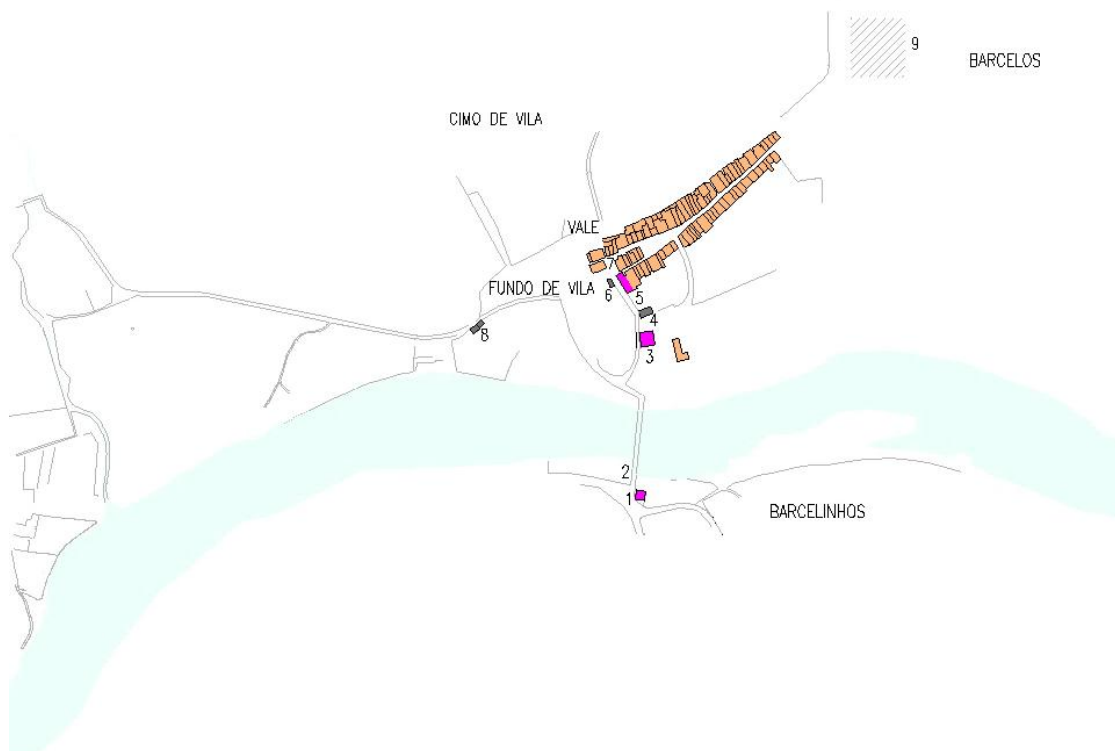
Fig. 4. Região Norte



### 3.2 - A origem de Barcelos – século XIV

LEGENDA

-  Rio Cávado
  -  Edifícios de valor arquitectónico
  -  Igrejas/Capelas
  -  Edifícios cuja data exacta de implantação se desconhece
- 1 Capela de Santa Maria da Ponte
  - 2 Ponte Medieval, edificado entre 1325 e 1328
  - 3 Igreja Paroquial – edificada no séc. XVI
  - 4 Hospital do Espírito Santo
  - 5 Capela de Santa Maria
  - 6 Casa de D. Nuno Alvares Pereira
  - 7 1ª Praça da Vila
  - 8 Local onde hipoteticamente poderia estar Implantada a Gafaria
  - 9 Zona onde possivelmente era efectuada a Feira



ESCALA GRÁFICA  
0 4 8 12 16

Fig. 7: O lugar de atravessamento, mapa interpretativo

O sítio onde hoje se localiza o núcleo antigo da cidade de Barcelos não parece ter sido escolhido para qualquer aldeamento, antes do início da nossa nacionalidade.

Conforme refere Carlos Almeida) (...) Embora pelas margens do curso inferior do Cavado não nos faltem testemunhos de ocupação humana com muitos milénios, apesar de os amplos terraços fluviais desta área, constituídos por velhos depósitos argilosos, terem propiciado, desde a Época do Bronze aos tempos castrejos e romanos, o habitat a numerosos núcleos de população (...). (1990, p. 9)

Por aqui passariam os viajantes que do Porto se dirigiam para Ponte de Lima ou Viana do Castelo, sendo que Barcelos foi um importante ponto de passagem para quem se dirigia em peregrinação para Santiago de Compostela. A carta de Foral, passada por el-rei D. Afonso Henriques, em que a data esta situada entre 1156 e 1169.

Conforme refere Salgueiro no seu livro *A Cidade em Portugal, Uma geografia Urbana*, Existem dois conceitos importantes relacionados com a localização das cidades, o de posição e o do sítio. A posição refere-se à localização à escala regional, portanto, ao posicionamento face a outros núcleos de povoamento ou às vias de comunicação e está intimamente relacionada com a função original da cidade, a sua razão de ser. Enquanto o sítio compreende o conjunto de características do local concreto onde se implantam as construções principalmente as topográficas e geológicas (...). A escolha do sítio pode portanto relacionar-se com a função, mas é principalmente ditadas por razões práticas, como sejam a defesa da povoação, a melhor exposição ao sol ou a proteção dos ventos. (1992, p. 149)

Em 1177 Barcelos já dispunha de uma gafaria junto à entrada da Vila, tornando-se assim uma das primeiras “instituições hospitalares” existentes no País.

A gafaria estava situada fora das muralhas, no Lugar da Fonte de Baixo, entre a calçada que vinha do vau do rio e de Esposende. Como tantas outras, por causa das esmolos que os gafos procuravam alcançar dos transeuntes, estava localizada na mais frequentada entrada da povoação, desse tempo, e perto do rio porque se se acreditava que os ares húmidos favoreciam a cura da lepra. (Almeida, 1990, p.14).

De Vila Régia nos seus primórdios, Barcelos tornou-se Condal em 1298, devido ao facto de D. Dinis, ter recompensado João Afonso, senhor de Albuquerque, mordomo-mor do reino e seu diplomata, pelos serviços prestados nomeou-o Conde e doou-lhe em título esta povoação. Este Conde irá marcar definitivamente a evolução histórica de Barcelos, impondo-se às administrações e às justiças das “terras” circundantes de Castelo de Neiva, onde antes se integrava, o Castelo de Faria, o de Aguiar do Neiva, o de Penafiel de Bastuço por fim Vermoim.

Nas Inquirições de 1258 relativas a Barcelos:

Elas evidenciam que a população tinha como se houvesse muralhas, uma clara consciência de um núcleo central, o da vila, certamente arruado, com a sua igreja e açougue, circundado por arrabaldes como o Cimo de Vila, de Fundo da Vila e do Vale. A referida Inquirição revela-nos também o nome de uns setenta e oito representantes de famílias da vila e couto de Barcelos (...) (Almeida, 1990, p 12)

Pelo que já foi anteriormente descrito, podemos ter uma ideia da estrutura da “Cidade”, em que o habitat já teria tendência para a concentração e algumas parcelas arruadas, que se situariam na área dos Largos do Apoio e Martins Lima.

O grande eixo principal de trânsito local e regional, passava através da vila, sendo os seus pólos a sul o Fundo de Vila, na sequência do vau do rio, e da velha estrada da beira do rio que vinha de Casal de Nil e de Esposende, e no outro lado depois do Cimo de Vila a “calçada” que daria ao sítio da feira e deste para Ponte de Lima e Viana do Castelo.

O eixo principal seria a zona que vai desde a Fonte de Baixo ao Cimo de Vila (atual Rua António Barroso).

Este eixo principal, seria cruzado por outro dois eixos que seriam de menor importância:

- O primeiro que seria no Largo do Apoio, primeira Praça da Vila, seria a zona de acesso ao Vale e aos campos no sentido Norte, e para Sula para a Igreja Paroquial (mais tarde dará acesso aos Paços do Concelho, a sua Praça e à Ponte);

- O segundo seria designado “ a Cruz”, partia do Largo Matias Lima e no início da Rua António Barroso, e no sentido Sul daria acesso à Judiaria, seguindo depois até ao Pessegal, à Fonte e à margem do Rio Cávado.

O rio é uma via de transporte, mas também pode constituir obstáculo apreciável ao movimento. Assim a facilidade da travessia torna o sitio muito valioso, quer o atravessamento se faça por meio de uma ponte, e daí a grande frequência deste topónimo, quer recorrendo a barcas de passagem. (...) Muitas povoações localizadas junto da passagem de rios situam-se na margem norte, aquela que oferece melhores condições climatéricas devido à maior exposição aos raios solares, enquanto do lado oposto se desenvolvem subúrbios. (Salgueiro, 1992, p. 153)

Era assim Barcelos, sem as muralhas, sem o castelo e as torres, figura 7, página 37, sempre esteve arredada dos sucessos militares, devido existirem nas proximidades os Castelos de Faria, Neiva, Vermoim ou Bastuço, não tirava partido das mercês do Monarca que compensava as gentes que em momentos cruciais se batiam pelo Reino. A história mudou devido ao facto da passagem de Vila Régia a Condal. O primeiro passo decisivo e com responsabilidade posterior no arranjo urbano da vila foi a construção da nova ponte.

### 3.2.1 – O significado da ponte - 1325

Um dos fatores importantes no século XIV mais precisamente em 1325 foi a construção da ponte que iria ligar Barcelos aos Arrabaldes de Barcelinhos, estando concluída em 1328, em virtude de nessa altura se instituir a capela de Santa Maria da Ponte do lado sul, figura 7, página 37. Esta ponte (Monumento Nacional, Decreto 16-06-1910, DG nº 136 de 23 Junho 1910 / ZEP, Portaria, DG 2ª serie, n.º 8 de 11 Janeiro 1954) tem 6 arcos desiguais, maiores e um pouco mais altos os que cobrem o meio do rio, edificação gótica. Foi mandada construir pelo Conde de Barcelos D. Pedro (1314-1354), filho bastardo de D. Dinis. No livro das Fortalezas, de Duarte Armas, do início do século XVI, existe um desenho da Vila de Barcelos, vista de sudeste, onde se representa a sua ponte sobre o Rio Cávado, com doze arcos, que é sem dúvida um puro engano. A ponte que apresenta desenhada é a de Chaves, outra Vila Condal e que pertencia também ao Conde D. Pedro.

A edificação da ponte medieval de Barcelos, sobre o Cávado, foi, na verdade, um facto com enormes consequências não só pelos novos eixos que abriu dentro da vila e por ter originado a valorização de certos espaços mas também porque reforçou o papel de polo comercial e de prestigiado local de passagem que este local já tinha e até porque lhe recriou um novo impacto arquitetónico.

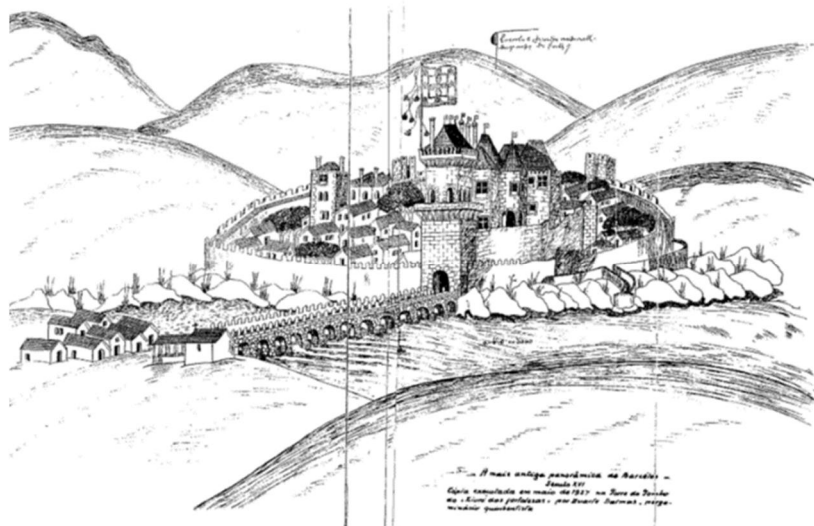


Fig. 8: Do livro das Fortalezas, de Duarte Armas, Vila de Barcelos

Este veio responder a uma necessidade há muito sentida em cruzar o rio, principalmente durante o inverno, dificultando assim a comunicação das gentes que vinham de Braga e do Porto.

Certos indícios sugerem-nos que antes da construção da ponte, tanto o Paço Condal como os edifícios administrativos se situavam na área em redor do Largo do Apoio. É aqui que encontramos os restos da casa que foi do Conde de Barcelos D. Nuno Alvares Pereira. A velha cadeia medieval um pouco abaixo, já em Fundo de Vila, conforme nos documenta tombo quinhentista da Colegiada. Sendo assim, parece-nos muito provável que este referido Largo do Apoio tenha sido a primeira “praça” da vila. (...). (Almeida, 1990, p 32)

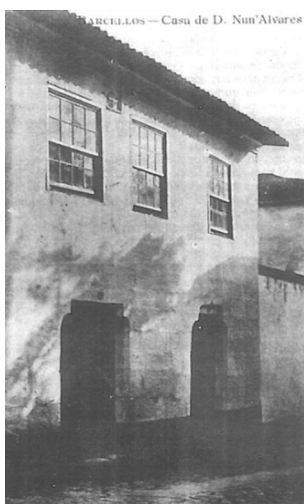


Fig. 9: Casa de D. Nuno Alvares Pereira

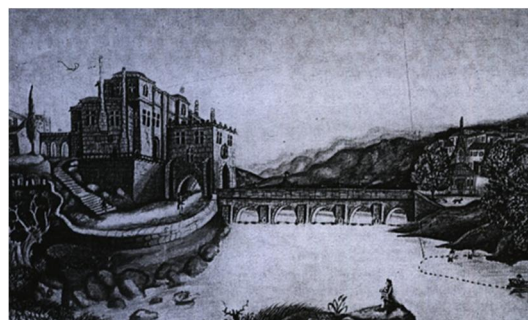


Fig. 10: Aspeto de Barcelos, nos finais do séc. XVIII.

### 3.2.2 – A importância da Igreja Matriz - 1382

Foi mandada construir pelo Conde de Barcelos D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis, sobre a pequena igreja paroquial (românica) que existia no local, tendo estas obras prolongando-se pelos dois condados seguintes, o de D. Afonso Telo e D. Afonso Teles de Meneses.

Tem diversos estilos desde o gótico, barroco, maneirista e revivalista. Igreja de estrutura gótica, de planta longitudinal de três naves, que apenas se evidenciam na fachada arcaizante através dos contrafortes, com quatro tramos, e cabeceira neogótica, resultante das obras do séc. 20, tripartida com abside retangular e absidiolos poligonais.

Apresenta torre sineira setecentista de planta quadrangular e diversos volumes correspondentes a capelas, sacristia e arrumos, resultantes das profundas alterações que a igreja (Monumento Nacional, Decreto nº 14 425, DG, 1ª Série, nº 228, de 15 outubro 1927 / ZEP, Portaria, DG, 2ª série, nº 8 de 11 Janeiro 1954) sofreu durante o séc. XVI, XVII e XVIII. Esta edificação veio corroborar o arranjo da área, que se começa a afirmar como ponto central da vila.

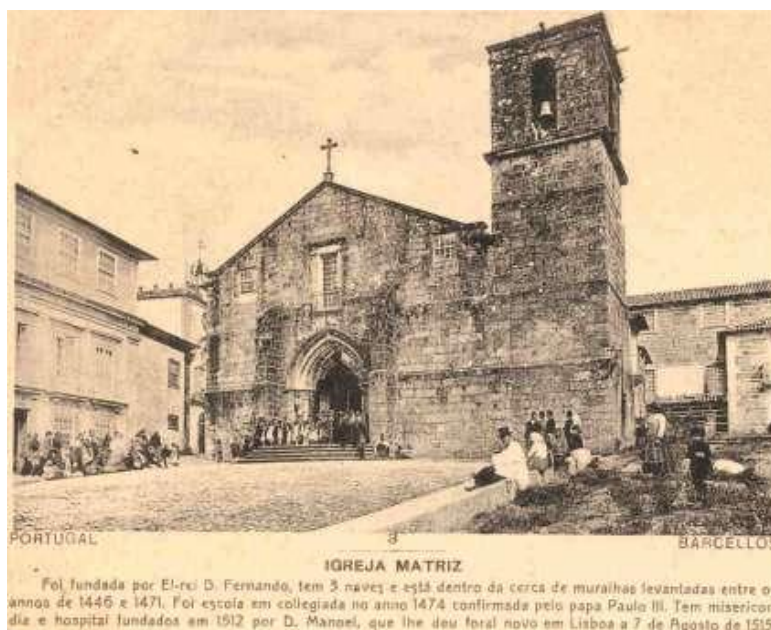


Fig. 11: Igreja Matriz

Por outro lado, a história da vila de Barcelos, com foral desde D. Afonso Henriques e sede de condado desde D. Dinis, é um fator de importância vital para a provável concentração de uma atividade construtiva relevante e que não terá começado certamente apenas no século XIV.

Além deste dois aspetos referidos anteriormente que marcaram o século XIV, houve outro não menos importante que foi o núcleo judaico. A primeira referência data de 1369, no reinado de

D. João II, já dispunha de rabi e de Sinagoga e de um bairro reservado a judeus, denominado “a judiaria”.






Nos finais do século XV já dispunha de uma vintena de famílias judaicas que eram residentes ou originárias “A contiguidade dos quintais da Judiaria e da Rua dos Mercadores devem ter estado na origem da identificação Judiaria/Mercadores feita por Gorge Gaspar” (Almeida, 1990, p.10). Tratava-se com efeito, de dois arruamentos distintos e situados perpendicularmente um ao outro.

O tombo do hospital de 1498, faz referência a uma casa que foi sinagoga e na rua nova que foi Judiaria. Com a conversão obrigatória de 1497, no reinado de D. Manuel I, todos os judeus ficaram reconhecidos como cristãos novos.

### 3.3 - A Expansão

#### 3.3.1 - Intra Muros

LEGENDA

-  Muralha
  -  Rio Cávado
  -  Edifícios de valor arquitectónico
  -  Igrejas/Capelas
  -  Edifícios cuja data exacta de implantação se desconhece
- 1 Capela de Santa Maria da Ponte
  - 2 Ponte Medieval
  - 3 Torre da Porta da Ponte
  - 4 Postigo do Fundo de Vila
  - 5 Torre da Porta Nova
  - 6 Torre da Porta do Cimo de Vila
  - 7 Torre e Postigo do Pessagal
  - 8 Paço dos Condes
  - 9 Igreja da Colegiada
  - 10 Solar dos Pinheiros
  - 11 Paços do Concelho e Torre da Câmara
  - 12 Capela de Santa Maria
  - 13 Hospital do Espírito Santo
  - 14 Casa de D. Nuno Alvares Pereira
  - 15 Casa dos Carmonas
  - 16 Zona onde possivelmente era efectuada a feira
  - 17 Local onde hipoteticamente poderia estar implantada a Gafaria

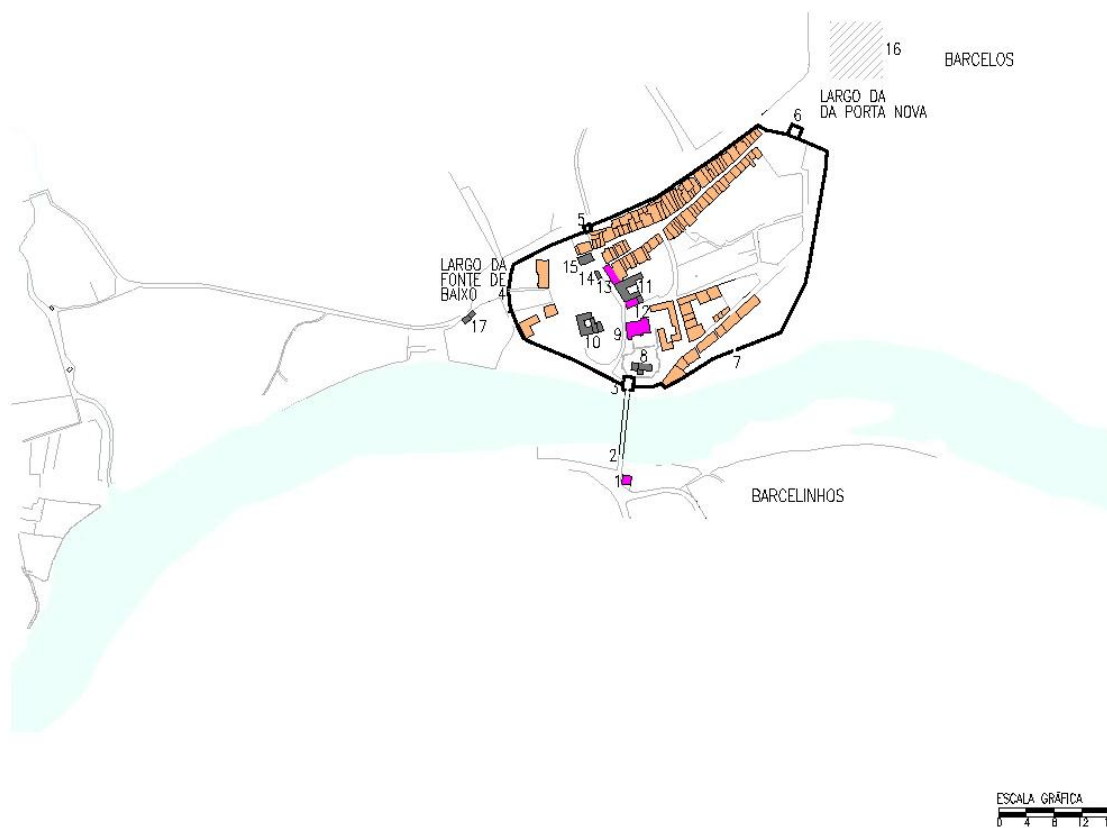


Fig. 12: A Expansão intra muros, século XV, mapa interpretativo

Só no século XV à época do Conde D. Afonso, a povoação começou a ter características de Vila medieval, que foi a construção dos muros e torres, fig.12, página 44, tendo ficado concluídas em 1425. A muralha protetora, ratificando fisicamente a noção de intra e extra muros seccionou muito provavelmente certas áreas mais urbanizadas, “não nos podemos esquecer que as muralhas tinham cerca de 2.80m de espessura” (Almeida, 1990, pp.32-33). Salgueiro no seu livro *A cidade em Portugal, Uma geografia Urbana*, refere:

(...) Alguns autores reconhecem, e com razão, que a defesa não foi em geral, função determinante na escolha da posição da cidade, mas pode ser fator de peso na seleção do sítio, pelo que muitas vezes se tem confundido sítios defensivos com posições defensivas. Com frequência as cidades apresentam sítios defensivos sem que a função da urbe o fosse. (1992, p. 142)

A construção do Paço Condal teve início com o 8º Conde de Barcelos D. Afonso logo após o seu casamento (1401) com a filha do Condestável D. Nuno Alvares Pereira. Os principais eixos passaram a ser feitos através das 3 torres existentes, em que cada torre correspondia cada uma a uma porta da cidade:

- Porta da Ponte; Porta do Vale, que articulava a ligação a Esposende e aos campos a norte;
- Porta Cimo de Vila, aberta na própria torre, que articulava a saída para Viana do Castelo e Ponte de Lima, que foi valorizada progressivamente no século XVI com a construção da Porta Nova.

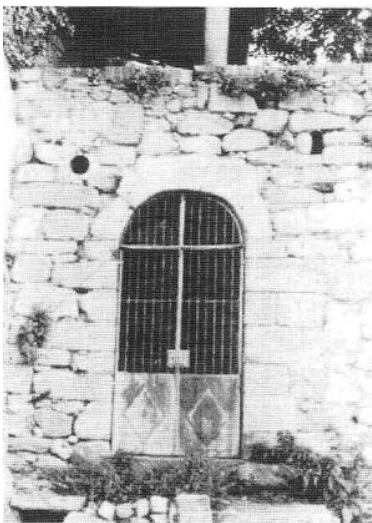


Fig. 13: Postigo do Pessegal

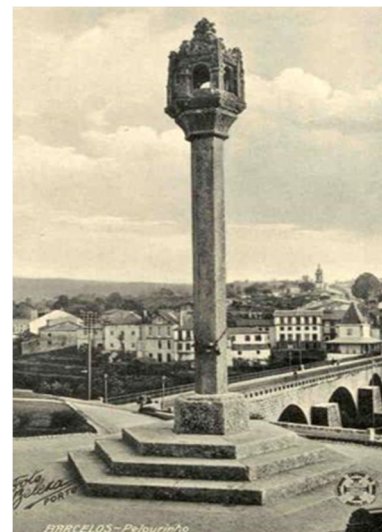


Fig. 14: Pelourinho

Existia também um postigo denominado Fundo de Vila, que servia de circulação ao longo do rio para o lado ocidental.

No lanço da muralha que partia da Porta da Ponte para Cimo de Vila fica documentada a “construção de uma barbacã, protetora do postigo denominado do Pessegal refere que esta torre controlava uma das saídas mais importantes de Barcelos, e que a porta primitiva era aberta na própria torre” (Almeida, 1990, p 34).

Esta muralha teria para a época um perímetro relativamente pequeno, podemos considerar como uma estrutura orgânica, já que esta envolvia a “urbe”, contudo a construção desta muralha deixou por fora zonas já urbanizadas como foi o caso da Fonte de Baixo, onde existia a gafaria.

A construção do Paço Condal, as muralhas e as respetivas torres, bem como a implantação do pelourinho da vila, símbolo da lei e da administração, durante o século XV, foram as grandes intervenções que delimitaram e conferiram definitivamente identidade à “urbe”, bem como a elevação da Igreja Matriz a Colegiada em 1464.

A partir daqui os pontos principais surgem em dois locais a saber:

- O mais antigo polarizado em torno do Largo do Apoio e cuja importância foi decisivamente sacrificada pelas alterações quatrocentistas, tendo sido a primeira ligação de Fundo de Vila aos Açougues, continuando na Rua dos Mercadores e na paralela da Rua da Triparia para retomar depois um percurso único na Rua de Cima de Vila, nesta altura já era denominada Direita, “acerca da Cruz”, em 1529 (Arquivo Distrital de Braga, Registo Geral, 1529, Caixa 254, p.8) até à Porta de Cima de Vila, dando saída para o arrabalde com o mesmo nome.

- O segundo eixo intercetava agora duas praças: a da Igreja e a do Apoio em direção à Porta do Vale. O espaço aglutinador seria agora o local da Igreja, dos Paços, e da Casa do Concelho.

Depois de terminada a reconquista e definido, no essencial, o território português em meados do século XIII, muitas povoações veriam os seus elementos defensivos serem reconstruídos, por vezes alargados, e outras seriam fortificadas pela primeira vez, concluindo-se os muros medievos entre os séculos XIII e XV, com particular relevo para os reinados de D. Afonso III e D. Dinis (...). (Fernandes, 2005, p.83)

Existem poucas referências relativas à habitação corrente no século XV, contudo chegaram até ao nosso tempo referências de muitas casas construídas umas pegadas às outras, e certos

indicadores de um mercado negocial razoavelmente dinâmico.

Na zona do Fundo de Vila, Cima de Vila e nas proximidades da Judiaria, o tipo de casas eram na sua maioria telhadas, umas eram apenas de um piso (terreiras na linguagem coeva), na zona do Sabugal, Mercadores, Sapataria, Cima de Vila junto ao forno, seriam de dois pisos (rés do chão e sobrado) que se podiam encontra-las na Praça da Vila, na Rua de Santa Maria, e no início da rua de Cima de Vila, bem como na rua dos Mercadores.

Existiriam também habitações de três pisos (rés do chão e dois sobrados) o que era muito raro (Arquivo da Colegiada de Barcelos, Registo Geral, 1585, caixa 245, p.3). Ainda nesta zona sobressai um edificio notável que é designado por “O Solar dos Pinheiros”, que foi residência do ouvidor do Duque, Dr. Pedro Esteves, que o mandou construir em 1448, conforme a inscrição que existe na fachada.



Fig. 15: Solar dos Pinheiros



Fig. 16: Foral de Barcelos

O Rei D. Manuel I, concedeu também o Foral Novo a Barcelos em 1515.

### 3.2.2 - Extra Muros

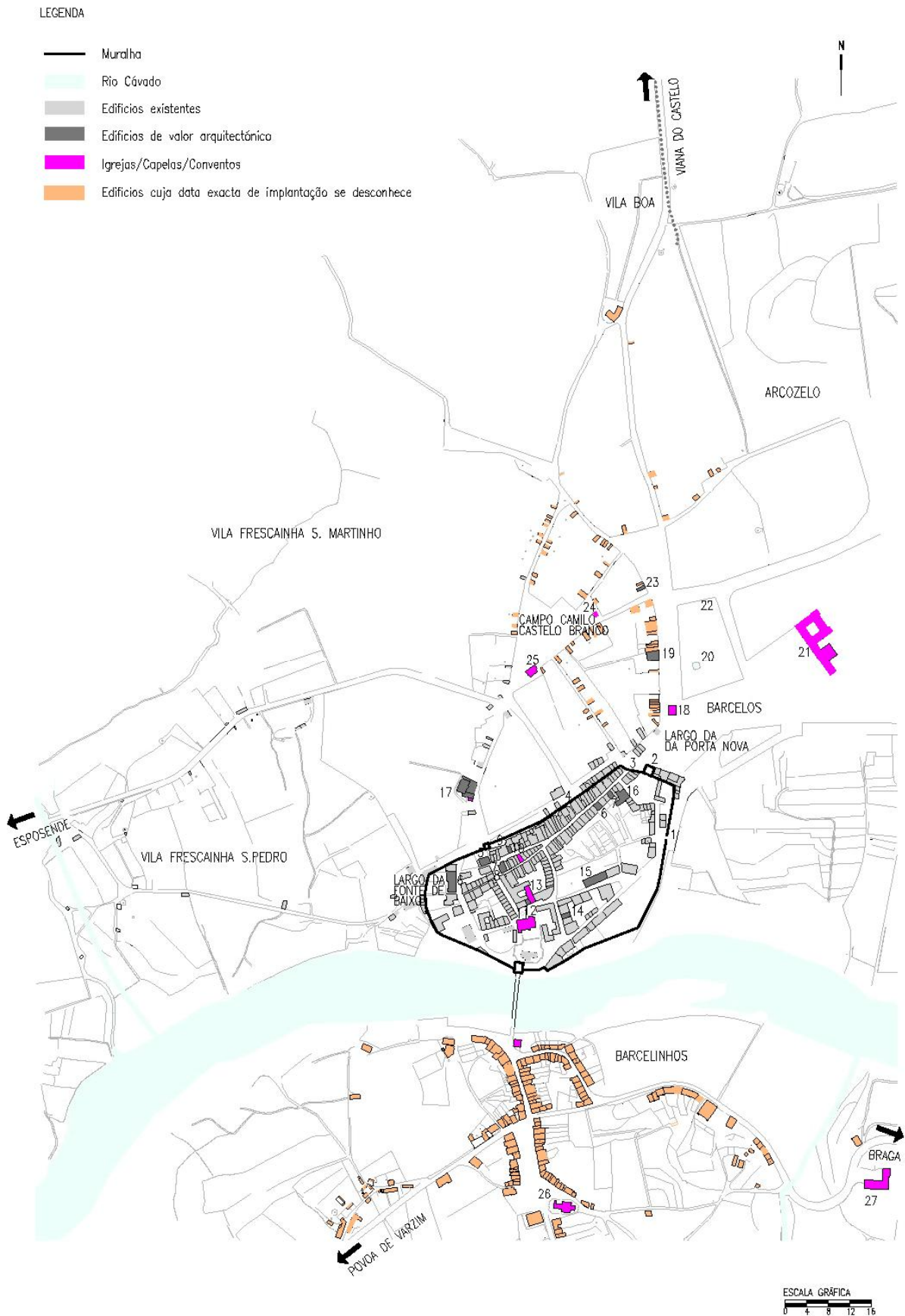


Fig. 17: A Expansão extra muros, século XVI a XVII, mapa interpretativo

- 1 Postigo dos Pelames
- 2 Torre da Porta Nova (Torre do Cimo de Vila), teve diversas funções, entre as quais cadeia desde Séc XVI até 1932
- 3 Porta Nova – Aberta no séc. XVI
- 4 Postigo das Ferrarias – Aberto em 1631
- 5 Casa do Alferes Decepado
- 6 Casa dos Costa Alves
- 7 Chafariz do Largo do Apoio – construído em 1621
- 8 Casa Quinhentista
- 9 Casa do Baú
- 10 Igreja de S. Francisco
- 11 Pelourinho
- 12 Casa do Cabido
- 13 Igreja da Misericórdia – 1593–1598
- 14 Casa Quinhentista
- 15 Casa dos Calheiros Benevides
- 16 Casa dos Machados da Maia, foi extermato e actualmente Biblioteca Municipal
- 17 Solar da Barreta e Capela
- 18 Local aonde se deu o milagre do aparecimento da cruz
- 19 Casa dos Andrades e Almada – revestida a azulejo no séc. XI
- 20 Chafariz do Campo da Feira – Construído em 1621,
- 21 Convento dos Capuchos – Início da construção em 1649, em 1834 passou para a Misericórdia
- 22 Hipotectico local da Feira
- 23 Casa Quinhentista
- 24 Capela de S.Bento – edificada no séc. XVII
- 25 Capela de S. José – reconstruída no séc. XIII
- 26 Igreja Matriz de Barcelinhos – edificada em 1677
- 27 Casa de Vessadas – edificada no início de 1600

Fig. 18: Legenda a expansão extra muros, século XVI a XVII

O crescimento das povoações para o exterior faz-se por adições sucessivas de construção, quer de casas isoladas, que se vão fazendo ao longo dos caminhos, quer por meio de conjuntos planeados, fruto do que hoje se chama operações de urbanização (...). (Salgueiro, 1992, p. 159)

Como já foi afirmado, foi durante o condado de D. Jaime que se deu o “renascimento de Barcelos”. O século XVI traz a expansão extra muros, feita para nordeste da Vila: Esta expansão poderá ter havido com o milagre das Festas das Cruzes em 1504, como defendem vários autores, entre os quais Carlos Almeida.

Quando em 1504, se deu o milagre do aparecimento da Cruz, de cor negra, no chão barrento deste terraço fluvial onde começa o campo da feira, algo de muito importante se iniciava na vida e no prestígio de Barcelos. Ao cruzeiro que logo se ergueu no local onde apareceu a cruz miraculosa, depressa sucedeu uma capela para o qual um rico comerciante barcelense ofereceu, e, 1505 a venerada imagem do Senhor da Cruz que trouxera da Flandres. (Almeida, 1990, p.63)

Só no século XVIII a capela que tinha um caráter provisório é que se tornou definitiva pela mão do arquiteto régio João Antunes. Conforme refere J. Sampaio e A. Soucasaux no seu livro

Barcelos, Resenha Histórica e Pitoresca Artística. “ (...) nessa ocasião abriram um postigo ao extremo da Rua Direita, o qual reinando D. João IV, foi por 1646 ampliado e transformado em porta monumental (...) que por isso se passou a chamar Porta Nova”.(1927, p. 33).

Dá-se também uma significativa requalificação urbana dos espaços intramuros:

- O Largo do Apoio, que se estruturou como uma praça com passeios laterais sob arcadas, bem como a construção de edificações residenciais.

- A ampliação da Igreja matriz para nascente, o aparecimento de diversas ordens religiosas (Irmandades), entre as quais se destacam a do Santíssimo Sacramento, da Senhora da Graça, de S. João Baptista, contudo a que teve mais impacto na vida da vila foi sem dúvida a do Senhor da Cruz e da Misericórdia, fundada em 1500. Os primeiros arrabaldes, poderão ter surgido com a instalação de conventos em áreas relativamente isoladas, figura 17, pagina 48.



Fig. 19: Largo José Novais e Torre da Porta Nova

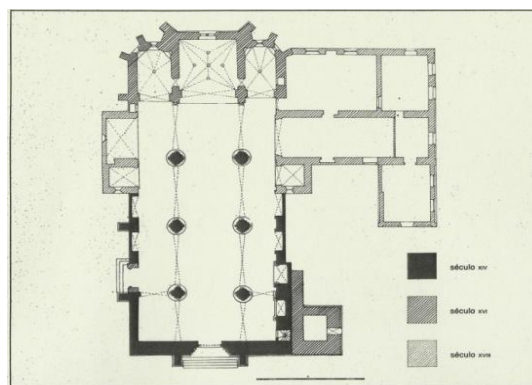


Fig. 20: Planta da Igreja Matriz



Fig. 21: Largo do Apoio



Fig. 22: Igreja de S. José

A Misericórdia aparece inicialmente sediada na capela de Santa Maria, contudo em 1593 lançou-se a primeira pedra da construção de uma nova igreja, por se considerar pequena para o culto, ficando concluída em 1596.

Situava-se a nascente da denominada Praça da Vila, hoje em dia neste espaço funcionam as instalações dos Paços do Concelho. O século XVII para além da abertura de várias portas ou postigos na muralha é simbolizado pelos diversos arranjos urbanísticos, como é o caso de colocação de vários chafarizes, em outros tantos Largos ou Praças da Urbe.

Uma das obras mais importantes realizadas nesta época prende-se com o da Rua Direita, apontando-a para a Porta Nova, que tinha sido recentemente aberta junto à Torre do Cimo de Vila, reforçando assim o carácter de eixo inicial principal

Destaca-se ainda a remodelação da Igreja de S. José em 1680.



Fig. 23: Casa de Francisco Lopes, de 1615



Fig. 24: Casa do Baú, Quinhentista

Entre 1631 e 1636, ter-se-á instalado na Torre da Porta Nova a cadeia Comarcã “quando se extingui o antigo Tronco Municipal” (Basto, 1982, p.59). No século XVIII, com o dinheiro proveniente do Brasil, foram construídos vários solares de grande qualidade arquitetónica.

É também desta altura a construção da Igreja do Senhor da Cruz (1705), o Mosteiro do Terço (1707) e a Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, estas duas últimas foram construídas em parte com o dinheiro do imposto “Real de Água”.

Toda esta zona que com o Campo da Feira já se tinha assumido como um novo polo de desenvolvimento da urbe, ganhou uma nova importância com a implantação da Igreja do Senhor da Cruz, tornando também um centro de peregrinações, assim com o crescimento da urbe e o aumento das edificações a envolverem o Campo da Feira, podemos assim dizer que este fica integrado na Vila, adquirindo o papel de espaço central.



Fig. 25: Casa Dr. Domingos Figueiredo da década de 1750

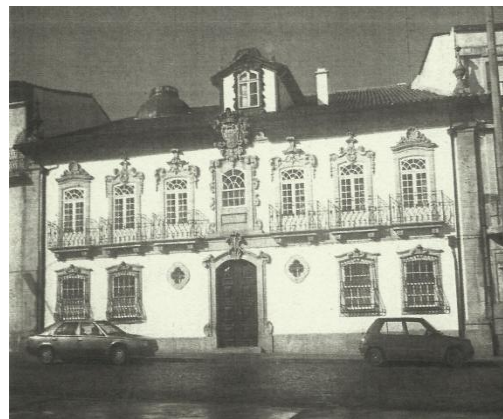


Fig. 26: Cada dos Beças Menezes, moradia setecentista



Fig. 27: Solar do Benfeito, construção dos meados do século XVIII



Fig. 28: Igreja do Senhor da Cruz



Fig. 29: Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco



Fig. 30: Passeio dos Assentos

A feira continuou a crescer e o seu espaço setecentista compreendia “uma área relativamente ampla que ia desde o Templo do Senhor da Cruz ao extremo do Campo de 5 de Outubro, alargando-se, no começo, até ao Convento dos Frades” (Almeida, 1990, p.87). Esta ficou, também, marcada pelo arranjo do Largo da Porta Nova. Com base da Carta Militar de 1806, desenhada pelo oficial engenheiro Villas Boas, com diversa bibliografia e monografia, serviu de base para o desenho em anexo ,figura 31, página 54, em que se pode verificar que foram várias as zonas que foram (urbanizadas) construídas, muito além do limite dos muros.

O século XVIII marcou assim uma progressiva expansão extra muros, apoiada nas duas principais vias:

- A que saía da Porta do Vale para Esposende; A Porta Nova para Ponte de Lima e Viana do Castelo, e que foi estruturada pelos Campos de S. José, do Campo da Feira e Campo do Bonfim. Na zona do Campo da feira, esta é circundada por bons edifícios. A constituição de frentes resultantes deste processo, começa a cingir o espaço do Largo da Feira.

- O denominado eixo Norte/Sul, Ponte/Porta do Vale, passando pela Igreja Matriz, Rua de Santa Maria e Largo do Apoio, mantinha a importância dos séculos anteriores.

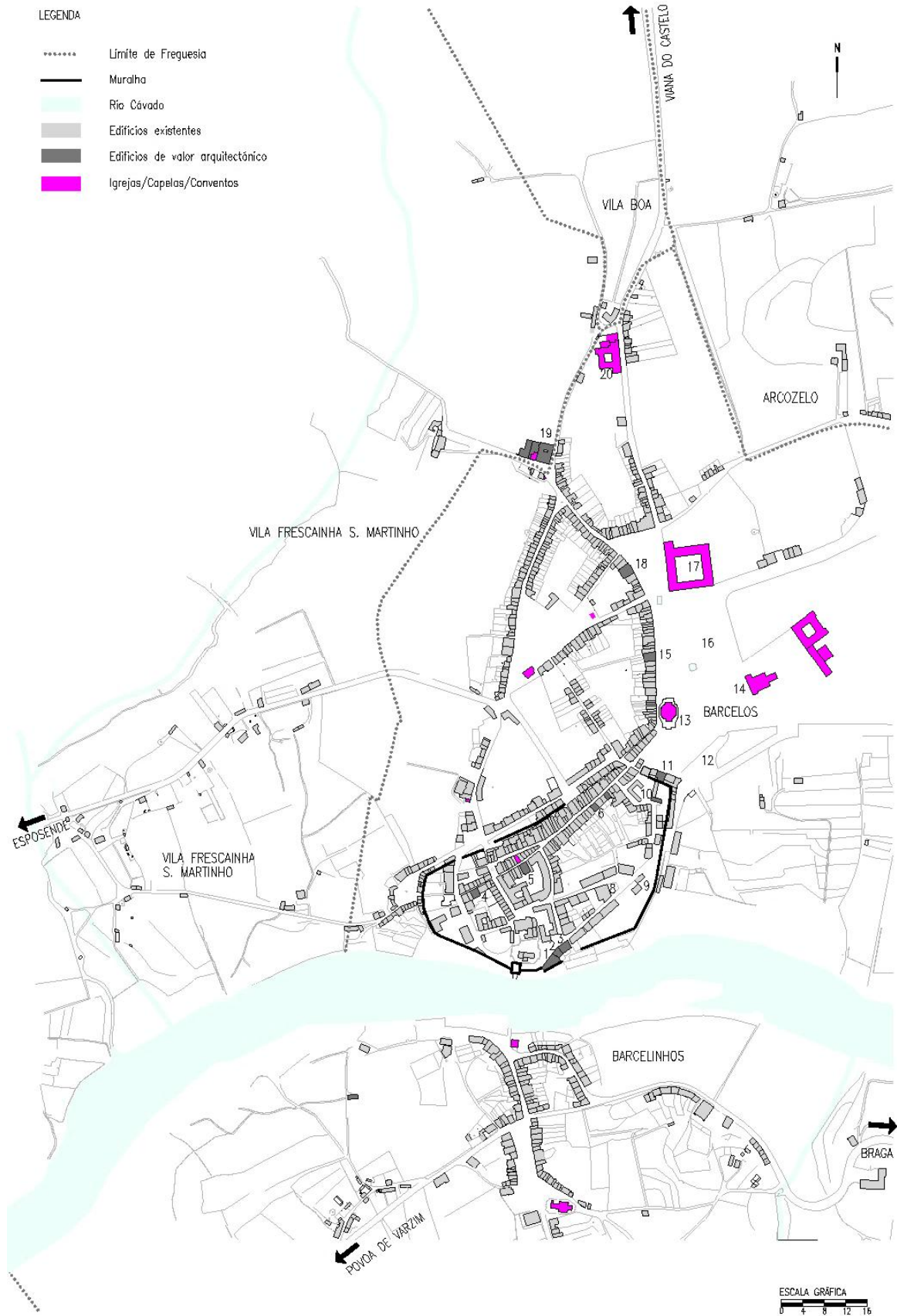


Fig. 31: A consolidação dos arrabaldes, século XVIII a 1806, mapa interpretativo

- 1 Casa Felgueiras Gaia – Séc. XVIII
- 2 Casa Condes Vilas Boas – actual Arquivo Municipal
- 3 Casa Vilas Boas Sampaio
- 4 Casa dos Brandões – segundo quartel séc. XVIII
- 5 Casa dos Carvalhos – actual Associação Comercial de Barcelos
- 6 Casa de Mathias Gonçalves da Cruz
- 7 Casa dos Barretos – Finais do séc. XVIII
- 8 Casa dos Mendanhas Benevides Cyrne  
Funcionou como Escola Industrial e Comercial de Barcelos – 1963/1975, depois Museu de Olaria
- 9 Casa do Tanque – Princípios séc. XVIII – actualmente Associação do Grémio da Lavoura
- 10 Casa do Barão da Retorta – Em 1928 foi fundada uma creche
- 11 Casa da Calçada – segunda metade do séc. XVIII – Edifício do Stander Totta
- 12 Passeio dos Assentos – obra realizada em 1780
- 13 Templo do Bom Senhor da Cruz
- 14 Igreja da Ordem de S. Francisco – demolida em 1930
- 15 Casa Garcia Maciel – construída em 1750
- 16 Campo da Feira
- 17 Convento do Terço – construído entre 1707/1713
- 18 Casa do Jardim Beça Meneses – época de 1700
- 19 Solar do Benfeito – início do séc. XVIII
- 20 Casa do Menino de Deus (Convento) – construída em 1725

Fig. 32: Legenda a consolidação dos arrabaldes, século XVIII a 1806

Era assim Barcelos e o seu termo nos princípios do século XVIII era o mais amplo da Província, era um concelho imenso, estendia-se pelo nascente até à ponte de Arcozelo, confrontando com o concelho de Prado que o acompanhava até à Ponte de Anhel.

A seguir confrontava com o concelho de Penela, até à Portela de Santo Estevão da Facha e fazendo fronteira com o concelho de Geraz o Lima, descia à Portela de Deucriste e ao rio Lima, seguindo-o até à Foz.

Espraiava-se pela costa marítima, ultrapassando os pequenos enclaves de Esposende e Povia de Varzim, até Vila do Conde, onde começava a contornar o Rio Ave até ao Termo de Guimarães, no sítio em que este se separa do Termo do Porto. Confrontava ainda com o Termo de Guimarães até à Portela dos Leitões, atingindo aí o Termo de Braga. Passava então por Vimieiro e Couto de Tibães até fechar no rio Cávado.

Entre-Os-Rios Cávado e Lima, estendiam-se as freguesias dos julgados de Aguiar e Neiva, enquanto os julgados de Faria, Penafiel e Vermoim se implantavam entre o Cávado e o Ave, num total de duas centenas de freguesias.

Embora algumas transformações se fossem verificando na estrutura administrativa portuguesa desde os finais do século XVIII, esta estrutura a nível nacional manteve-se quase intacta até às reformas administrativas do Liberalismo. Foi nesta conjuntura que surgiram as novas formas de organização judicial e administrativa.

É na década de 30, do século XIX que assistimos ao seu fracionamento, às grandes transformações, à extinção de concelhos e à formação de outros novos, à transferência de freguesias de uns para outros e, em alguns casos, à dança de freguesias ora para um, ora para

outro concelho. O Decreto nº 25 de 26 de Novembro de 1830, institui as Juntas de Paróquia, dotando-as de competências específicas.

Seguidamente a Lei de 16 de Maio de 1832, destruiu por assim dizer toda a estrutura anterior e propôs uma nova organização administrativa, podendo considerar-se como a primeira tentativa de introdução de um modelo pautado pela uniformidade.



Fig. 33: Concelho de Barcelos no séc. XVIII

Mouzinho da Silveira através deste Decreto implantou um marco no sistema administrativo.

Contudo não foi de fácil aplicação e também não obteve a longevidade esperada, só sendo possível aplicar-se no Reino a reforma que transformou em concelhos todas as divisões anteriormente existentes, após a vitória dos Liberais sobre os Miguelistas.

Os trabalhos relativos às reformas continuaram, quer no plano judicial, quer no plano administrativo, pelo que com a Carta de lei de 25 de Abril de 1835 surgiu reformulada a estrutura existente e com o Decreto de 18 de Julho de 1835, ficou definida a divisão do território em Distritos, Concelhos e Freguesias.

Com a nova legislação, com a criação de novos Concelhos e desaparecimento de outros, com a extinção de algumas freguesias, o Concelho de Barcelos que comportava 194 freguesias, a partir de 1835, aparece-nos transformado. Porém, o Decreto de 6 de Novembro de 1836, assinado por D. Maria II e publicado no Diário do Governo no dia 6 de Novembro do mesmo ano, este decreto eliminou 465 municípios, reduzindo o número de concelhos a 351.

O Concelho de Barcelos acabou por ficar unicamente com 89 Freguesias. Contudo com a Reorganização administrativa do Território das Freguesias, Lei nº 11-A/2013 de 28 de Janeiro, Anexo I, e a declaração de Retificação nº 19/2013 de 28 de Março, o concelho de Barcelos, passou a ter 61 Freguesias, tendo a cidade de Barcelos, passado a integrar a União de Freguesias, composta por Barcelos, Vila, Vila Frescainha São Martinho e Vila Frescainha S. Pedro, com uma área de 9,30HM2, e uma densidade de Hab/Km<sup>2</sup> de 119 Hab /Km<sup>2</sup>

### 3.4 – Mutações do século XIX

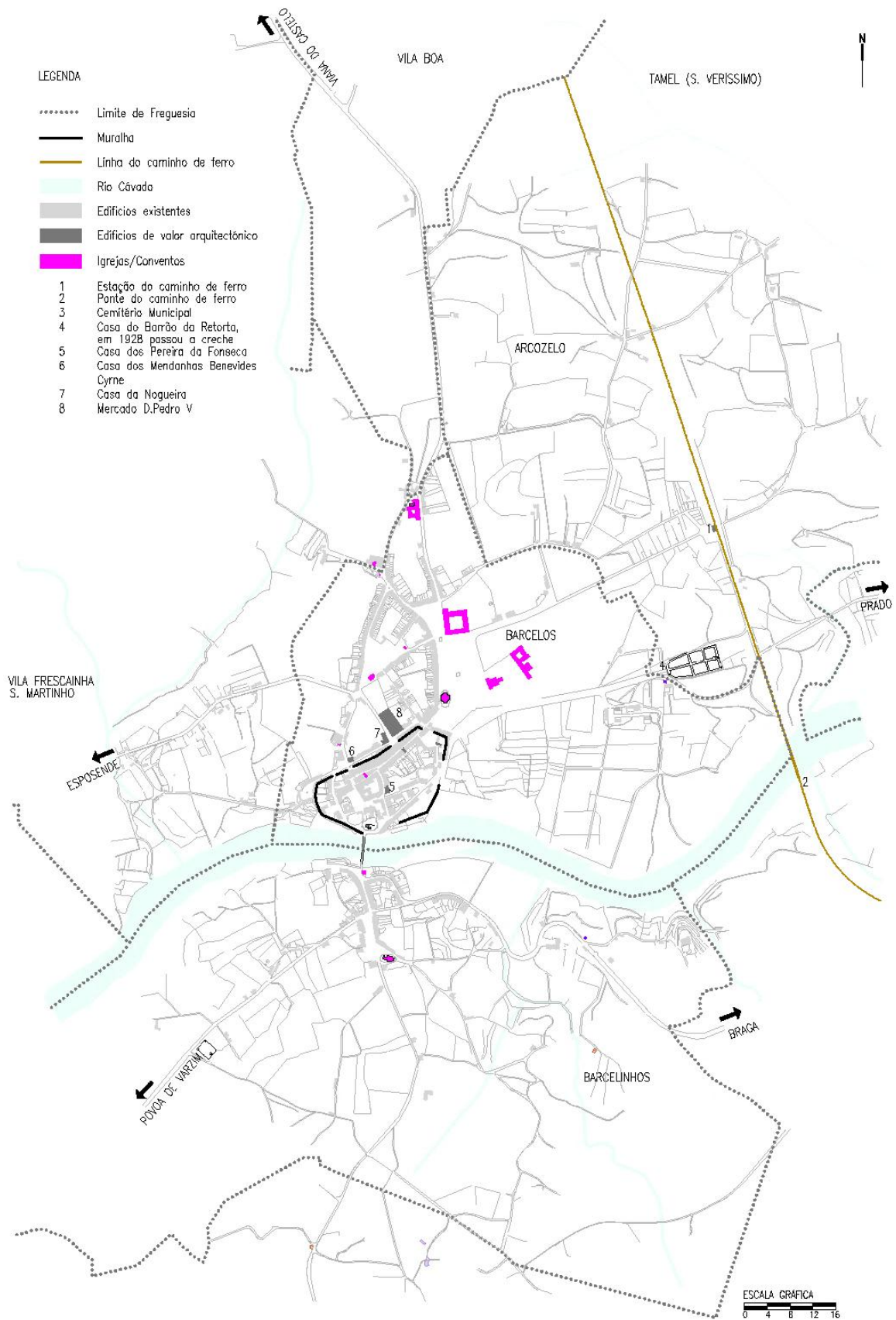


Fig. 34: O impacto do caminho-de-ferro, 1877, mapa interpretativo

A primeira metade do século XIX, pode-se afirmar que foi um período bastante conturbado da vida portuguesa. As invasões Francesas contribuíram fortemente para a desorganização das estruturas económicas, bem como a instabilidade que lhe sucedeu dificultou a recuperação económica e também as reformas Liberais de 1836, de que já falamos anteriormente.

Com o Liberalismo e a extinção de ordens religiosas, as cidades vão presenciar importantes alterações na titularidade e ocupação de imóveis. Grandes edifícios conventuais entram na posse do Estado, que aí instala repartições públicas, prisões, quartéis, escolas, museus e hospitais. Em alguns casos, são destruídos para se fazer uma praça ou corrigir um traçado viário. (Salgueiro, 1992, p.193)

Foi o caso da Misericórdia de Barcelos, que ocupou o antigo convento dos Capuchos do Campo da Feira. Em 1849 a antiga Igreja da Misericórdia é destruída para possibilitar a ampliação dos Paços do Concelho, estas obras incluíram a ampliação da fachada para Este, segundo o mesmo modelo, começando assim por integrar o edifício da Igreja da Misericórdia, acrescentando de seguida um segunda torre idêntica à que já existia, equilibrando assim todo o conjunto.

Estas obras foram as mais significativas dentro da “cerca”. A Igreja do Terço, que até então pertencia às Freiras Beneditinas, em 1834 passa para a posse do Estado.



Fig. 35: Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco demolida em 1930, ao fundo a igreja do Terço, e aspeto da feira semanal



Fig. 36: Edifício da Câmara Municipal

O mercado que se fazia no Largo da Porta Nova, e em virtude de ser acanhado e sem condições higiénicas, foi aprovado a sua demolição e a construção de um novo mercado em reunião de Câmara de 19 de Novembro de 1862. Este mercado que ficou conhecido pelo Mercado D. Pedro V ficava situado no entroncamento das Ruas Nogueira de Cima (atual Barjona de Freitas) e Filipa Borges. As obras de construção tiveram início no ano de 1862 e ficaram concluídas no ano de 1866, tendo sido o responsável pela obra o condutor Municipal de 1ª classe João Pedro da Silva Costa.

Tendo em vista melhorar o mercado D. Pedro V foi elaborado em 1930 um projeto da autoria de Manuel Marques para a construção de um paredão interior e mais dois laterais na fachada voltada para a Rua Barjona de Freitas. Este mercado esteve em funções até ao ano de 1969, altura em que foi demolido, dando lugar a uma Praça. O novo mercado ficará situado a Norte do antigo. À semelhança de outras urbes, a centúria de novecentos ficará marcada em Barcelos, pela demolição da muralha e das torres, o Paço Condal entra em decadência chegando ao estado de ruína. " (...) desde o Campo da Feira ao Largo S. José, desde a Rua Direita à de Faria Barbosa, fica-se com a certeza de ter havido, neste período, uma imensa renovação dos edifícios particulares e também públicos." (Almeida, 1990, p.29).



Fig. 37: Mercado D. Pedro V, vista de frente



Fig. 38: Mercado D. Pedro, vista lateral

Em 1870, há notícias sobre o estabelecimento, junto ao rio Cávado ao pé da ponte, de uma fábrica de fiação. Em 1877 foi inaugurado o cemitério Municipal de Barcelos. Estes foram os primeiros tipos de equipamentos a receber a atenção das autoridades preocupadas com as questões higienistas. Já em França desde 1794 se interditaram os enterramentos nas igrejas e hospitais, e decretou que os cemitérios deveriam distanciar 35 ou 40 m das últimas habitações.

Em Portugal, a legislação de 1806, que proibia os enterros nas igrejas não teve condições sociopolíticas que lhe possibilitassem qualquer eficácia. Seria assim reformulado pelo decreto de 21 de Setembro de 1835, que determinou proibição idêntica à legislação francesa, clarificando contudo que os cemitérios não podiam ser construídos senão a 200 passos de distância das casas mais próximas. Esta legislação, que criou oficialmente os cemitérios públicos, seria complementada por novo decreto de 1844, que estipulava a obrigatoriedade da existência de, pelo menos, um cemitério público por cada concelho. Concluíram-se as obras do edifício da Câmara, alargaram-se ruas, arborizaram-se muitos pontos da vila, foi criada a rede de abastecimento de água, pela primeira vez a vila é iluminada a luz elétrica, são realizados novos calcetamentos citadinos. Aparecem as primeiras fábricas e oficinas.

### 3.4.1 - O Impacto do caminho-de-ferro

Contudo, além do que já foi referido, houve o que podemos indicar como o mais importante na segunda metade de oitocentos, que se iria revelar importante para o futuro de Barcelos, que foi a chegada do caminho-de-ferro, em 1877 e que foi outra das causas de modificação e condicionamento do plano urbano.

É construída a ponte do caminho-de-ferro de autoria do Eng.º. Gustave Eiffel em 1877, bem no limite nascente da vila, construção essa que dista cerca de 750m do centro do Campo da Feira (figura 34). Este novo elemento surge oposição paralela ao eixo principal (ligação a Ponte de Lima e Viana do Castelo).

Ficando à margem do centro, houve a necessidade de uma via que ligasse o centro ao novo meio de transporte, rasgando-se assim a familiarizada “avenida da estação” cuja toponímia é Avenida Alcaldes de Faria.

“Esta via designa-se com frequência por «avenida da estação», mesmo que tenha recebido algum onomástico; no geral é arborizada e escolhida pelos burgueses e outras frações de classes dominantes para edificarem as suas moradias” (Salgueiro, 1992, p.191).

Criou-se assim um novo espaço, que será a base do futuro desenvolvimento urbano, reforçando o sentido norte/nordeste, que desde o século XVIII, estava apontado para o crescimento urbano de Barcelos. Normalmente, as vias férreas flanqueavam ou cercavam as povoações, colocando problemas na transposição das barreiras em que se construíram.

A articulação das estações ferroviárias com os centros urbanos era crucial para o Estado ou para as companhias concessionárias do caminho-de-ferro, já que a facilidade dos acessos às estações poderia fomentar o tráfego e com ele a viabilidade económica das ferrovias.

Conforme refere Fernandes no seu livro *Urbanismo e Morfologia no Norte de Portugal* “(...) no artigo 1º da lei de 25 de Junho de 1864, que autorizou o Governo a construir, à custa do estado, as estradas districtaes e municipaes que directamente comunicarem as estações dos caminhos de ferro com as estradas de primeira ordem ou com as povoações importantes (...). (Fernandes, 2005,p.159).

Sendo pagas pelo Estado ou pelas companhias privadas, com um mínimo investimento do poder municipal, estas vias apresentaram-se, ao poder local, como uma oportunidade para enriquecer o centro urbano com uma avenida tipo “boulevard”, influencia essa do urbanismo francês em Portugal na segunda metade de oitocentos.

É a partir daqui que a cidade toma novos aspetos. Em Julho de 1957 a estação foi ampliada, sendo o projeto atribuído ao Arquiteto Cottinelli Telmo. Contudo, nesta época, Barcelos, assim como a maior parte das povoações, cresce pouco em área, mas são realizadas obras que hoje em dia estão no quotidiano da cidade.



Fig. 39: Fotografia do edifício original



Fig. 40: Fotografia do alçado principal, depois da ampliação



Fig. 41: Fotografia do alçado tardoz, depois da ampliação



Fig. 42: Ponte do caminho-de-ferro de Gustave Eiffel

Estamos no início da Revolução Industrial, contudo a indústria vai desenvolver-se muito lentamente no nosso País.

Conforme refere Salgueiro, “a indústria não é necessariamente, uma atividade característica da cidade: (...) Grande parte das indústrias do período pré industrial localizava-se perto dos cursos de água ou em zonas de fortes declives para usar água como força motriz (...)” (1992, p.261).

Como referido, a chegada do caminho-de-ferro e consequentemente o desenvolvimento da indústria dos transportes, a vila de Barcelos tomou novos aspetos, podemos mesmo considerar que foi um período importante para o urbanismo de Barcelos.

Contudo, este desenvolvimento será caracterizado inicialmente pela implantação de fábricas de madeiras, malhas e de tecidos, definindo um importante zona industrial dentro da área de influência do caminho-de-ferro.

### 3.4.2 - A Consolidação industrial

Na centúria de Novecentos assiste-se ao desaparecimento da muralha, que já tinha sido iniciada nos finais do século XVIII, bem como o Paço Condal. Esta situação surgiu da necessidade de destruir as muralhas que tolhiam o “velho Burgo”

Em Barcelos, à semelhança de outras urbes, quando a muralha constituía uma barreira à sua expansão, esta era demolida e a sua pedra utilizada noutras construções, integradas nestas ou simplesmente demolidas, bem como devido a fatores naturais como foi o caso do terramoto de 1755, que foi sentido em Barcelos. “cahirão com o tremor da terra algumas ameas da muralha para a parte Norte, e o mesmo sucedeo na torre da Cadeya aonde cahirão algumas ameas, das que coroão esta torre, para a parte de dentro” (Gouveia, 1758, p.67).

Com a demolição da Porta do Vale, em 1797, deu-se também início ao desmantelamento da muralha, continuando em 1811 com o desaparecimento do troço da muralha entre a Porta do Vale e a Fonte de Baixo.

Em 20 de Janeiro de 1800, devido ao desmoronamento da Torre sobre a ponte do rio Cávado e parte do Paço, obstruindo a circulação “a Câmara Municipal mostrava preocupação pelos distúrbios qua a anómala presença de muita pedra causava naqueles que pretendiam circular pela ponte e respetivos acessos”

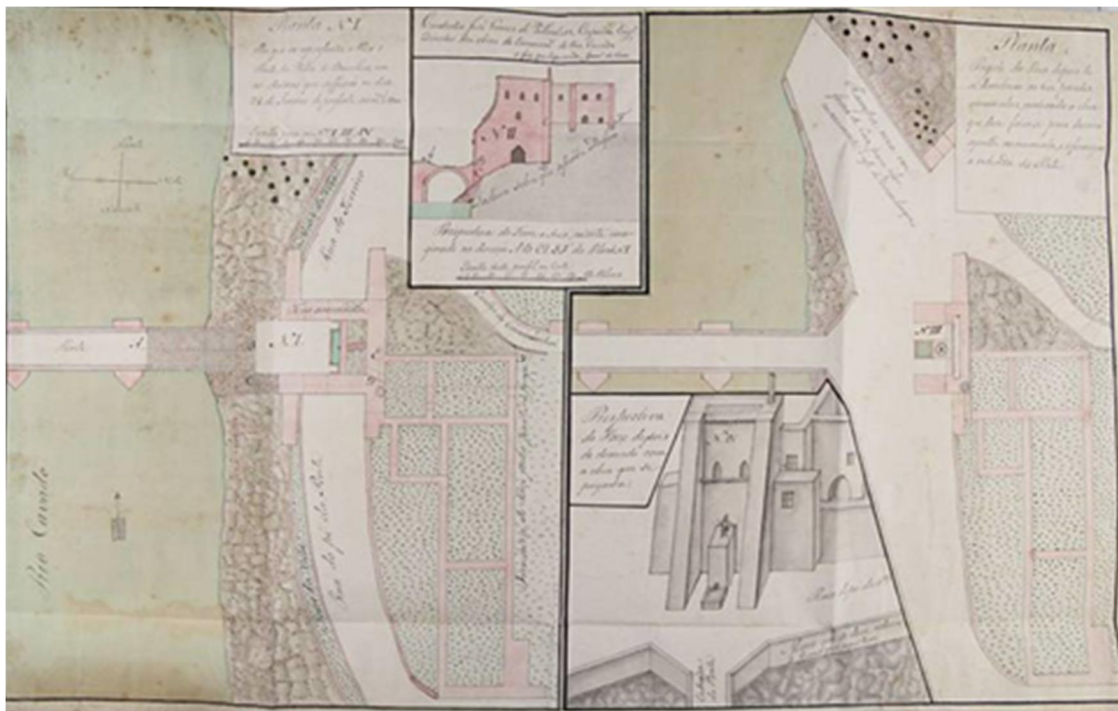


Fig. 43: Processo relativo à ruína de uma parte da torre, junto ao palácio dos Duques

Em 1874 a Casa Real autorizou o Administrador Geral a vender algumas moradias que a Casa de Bragança possuía nas redondezas do Paço e Igreja Matriz (sul/poente), a fim de serem demolidas “ para que se pudesse alargar a rua da Igreja e fosse permitido melhorar o aspeto visual da área adjacente à Igreja matriz e ruínas do Paço” (Almeida, 1990,p 1).

Podemos afirmar que não foram só o Paço dos Duques e a muralha que sofreram esta onda de destruição, mas também foi o caso da demolição de um pequeno quarteirão de velhas casas existente nas traseiras da Torre da Porta Nova, que deu origem ao denominado Largo José Novais, visível no primeiro levantamento da vila efetuado em 1806.

Contudo no início do século XX o denominado centro histórico sofreu varias intervenções, quer por parte do Município, intervenções essas feitas de acordo com os projetos do Arq. Marques da Siva, quer pela D.G.E.M.N., que basicamente mantêm a forma nos nossos dias, sendo uma das mais importantes a da rua Infante D. Henrique, antiga Rua da Judiaria, é refeita, perdendo a sua linha curvilínea, de modo a adaptar-se à geometria rígida da cidade, ampliando assim o edifício dos Paços do Concelho.

Conforme é referido na Barcelos Revista, Assumptos Locaes:

A Planta da Villa um planta geral da villa, a que obedeçam todas as edificações e que seja o guia de todos para aformoseamento da nossa terra, evitando assim muitos erros (...) que, um dos primeiros trabalhos a efectuar, seja o do levantamento da planta geral da vila, (...) e não se consita que a mais pequena obra ou reparo se faça sem as prescrições da planta geral da villa serem observarrem rigorosamente.(1909, p. 1)

Todavia, em 1910 os principais temas diziam respeito aos melhoramentos mais urgentes, conforme se pode depreender pelo que foi escrito na Barcelos Revista, Vida Local, Assumptos Camarários

O Saneamento da Villa, abastecimento de água potável, reforma do systema da iluminação públic , levantamento d’ uma planta geral a que obedeçam todas as futuras construções e reconstruções urbanas, arborização e fiscalização rigorosa ao modo como funcionam as sentinas das habitações e às condições de salubridade oferecida pelos prédios habitados.(1910, p. 146)

O responsável pelos primeiros trabalhos arquitetónicos, na Vila, foi o Arquiteto Marques da Silva, que falaremos mais adiante. Contudo só na década de 40, mais precisamente em 1948, é que aparecem os primeiros levantamentos topográficos à escala 1/1000.

Conforme se pode verificar pelo quadro em anexo, desde os censos da habitação e população datado de 1801, até 1920, houve um aumento significativo da população e da habitação, com a exceção dos anos 1911 e 1920 em que não foi construída nenhuma habitação.

FREGUESIA DE BARCELOS							
Ano	1801	1849	1864	1878	1890	1911	1920
Números de fogos	630	665	714	795	837	730	730
Número de Habitantes	1036	1236	2639	2860	3312	3626	3734

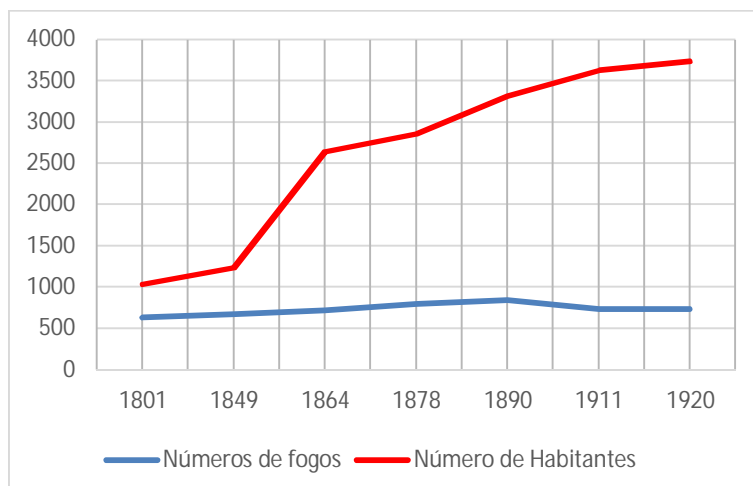


Fig. 44: Relação entre o número de fogos e ao número de habitantes entre 1801 e 1920



## CAPITULO IV

### 4 - Transformação da forma urbana de Barcelos, na segunda metade do século XX

#### 4.1 – Introdução aos critérios de seleção e descrição das fases em análise

Para levar a cabo a análise da transformação urbana da cidade de Barcelos foram selecionados três períodos, respondendo aos objetivos enunciados. Tendo como base as características da cidade descritos nos capítulos III e IV, anos mais tarde em 1963 é apresentado o Esboço Geral de Urbanização.

Em Barcelos, as primeiras fases de expansão estão relacionadas com a construção da linha do caminho-de-ferro, seguindo-se a industrialização das áreas na envolvente da cidade, estes fatores tiveram impacto nas condições físicas da estrutura urbana, para além dos aspetos sentidos ao nível da transformação das tipologias. Outros elementos surgiram entretanto resultantes desde processo o que alterou ainda as variáveis demográficas da cidade.

A análise dos três períodos é precedida de um enquadramento do contexto político, económico, social e cultural da década de 1960.

Para o estudo da forma urbana de Barcelos, na década de 1960, estudo do primeiro período, procedeu-se ao redesenho cartográfico do mapa de 1948, escala 1/1000, e da planta de 1951 à escala 1/1000, cujos autores são os arquitetos David Moreira da Silva e Maria José M. Moreira da Silva. Deste modo perspetivou-se abordar os fenómenos que influenciaram a transformação de Barcelos naquela época, numa tentativa de perceber, para melhor compreender a forma urbana da cidade de Barcelos e os fenómenos que deram origem, para relacionar as décadas seguintes.

A morfologia implica convergência e uso de dados provenientes de diversas disciplinas, como são os casos de:

- Economia, sociologia, história, geografia, arquitetura, etc. A comparação dos dados a partir de diferentes áreas para servir de percepção da forma urbana, o seu processo de formação e a sua transformação ao longo do tempo.

Ao qual se seguirá o segundo período compreendido entre 1960-1990, foi o momento em que aconteceram as transformações mais significativas na forma urbana da cidade de Barcelos, quer seja nos aspetos da estrutura urbana, das formas de crescimento, das tipologias dominantes, das atividades e suas densidades e, por fim, os equipamentos e serviços.

O crescimento demográfico motivado pela especulação imobiliária, pelo dinamismo da

construção civil e pelos processos imigratórios dos meios rurais, provocados pela entrada de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986 (União Europeia na atualidade), bem como o incremento das atividades quer sejam elas, no sector primário, secundário e terciário. Esta teve uma influência muito grande na qualidade de vida da sociedade local e nacional, criando um cenário de conforto e bem-estar.

A qualidade de vida para a U.E. é significativamente relevante no que respeita a conforto e bem-estar, criando um conjunto de infraestruturas. Não havendo capacidade de conter o fenómeno da construção, e sendo um período de “crédito fácil”, iniciou-se um processo de construção sem grandes regras, onde surgem os grandes loteamentos com especial incidência na freguesia de Arcozelo. De salientar que à data (1984) estava já em vigor o Plano Geral de Urbanização da Cidade, aprovado em Assembleia Municipal, autoria do GALP, Lda., Gabinete de Arquitetura e Urbanismo do Arquiteto José Carlos Loureiro.

Este período caracteriza-se por uma situação financeira que privilegia o investimento que se vai materializando no meio urbano. Associado está igualmente implícito o investimento nas infraestruturas de mobilidade, o que acelera e intensifica as dinâmicas, os denominados movimentos pendulares.

O terceiro período será compreendido entre 1990-2011, onde as transformações que condicionaram nos aspetos: da estrutura urbana; das formas de crescimento; das tipologias dominantes; das atividades e suas densidades; o aumento dos equipamentos e serviços, quer sejam eles, nos setores primários e terciário, e uma diminuição dos setor secundário.

Ainda que nesta fase, é publicado o Diário da República 1ª série B, nº 152 de 4 de Julho de 1995, o Plano Diretor Municipal, que define no seu Artigo 8º o perímetro urbano da cidade de Barcelos que é delimitado na planta de ordenamento pelos limites das freguesias de Barcelos, Barcelinhos e Arcozelo.

Em conclusão, este período encerra a análise evolutiva que corresponde ao ano de 2011, representado através da situação atual. A estrutura da abordagem analítica será dividido em três partes, que através de uma leitura diacrónica se pretende desvendar as grandes mudanças no desenho urbano da cidade de Barcelos.

Assim, em primeiro lugar, teremos em consideração as especificações para determinar os conceitos da cidade, em que a aparência desta, no final será determinada, principalmente, pela consolidação urbana fora da cidade (Barcelinhos e Arcozelo). Além disso, a identificação do mesmo, em vários pontos de tempo irá revelar como as transformações se vão materializar no local, revelando os processos em curso e a importância que cada um deles adquire.

A estrutura das três fases de análise será comum, cada uma composta por cinco subsecções, em que individualmente serão abordados a evolução da estrutura urbana; formas de crescimento; tecido construído e tipologias dominantes; densidades e atividades; equipamentos e serviços. Através desta leitura pretendeu-se Identificar as principais características, desenvolver esquemas interpretativos que fornecerão uma leitura e um conhecimento mais profundo do estudo de comparativo.

Com base neste estudo comparativo far-se-á uma análise conjunta que permitirá determinar a informação a partir do impacto que cada um tem sobre o outro, proporcionando um conjunto de conclusões que irá formar a base para a identificação de possíveis padrões que têm regido o desenvolvimento morfológico.

A comparação dos dados a partir de diferentes áreas servem de percepção da forma urbana, o seu processo de formação, a sua transformação ao longo do tempo. Assim, a cidade é um espaço não limitado que depende da vivência de cada ser humano, vivência essa que é, tal como uma nova dimensão, de origem dinâmica.

Atualmente, as cidades contemporâneas caracterizam-se por espaços segregados onde as sequências de imagens são frequentemente surpreendidas por vazios urbanos e ausência de reunião de pessoas.

A cidade tradicional compacta tal como Barcelos expandiu-se a diferentes ritmos e direções, dando origem a uma imagem urbana complexa, difusa e variável do ponto de vista das densidades, ocupando áreas de génese agrícola e florestal que em décadas anteriores possuíam um importante papel na subsistência das famílias.

Assistiu-se à mudança do paradigma urbano que se inicia com a cidade compacta, espaço de proximidade e multifuncionalidade, que se desenvolveu de forma "arrumada", faseada e onde o centro era facilmente identificado, facto contrastante com o perfil da cidade extensiva, linear e fragmentada dotada de uma lógica mono funcional, amplamente dependente da cidade central e das respetivas funções.

#### 4.2 – Contexto político, económico, social e cultural da década de 1960

Com o golpe militar de 28 de Maio de 1926 dá-se início à II República. O governo, perante a má situação económica e financeira do país, nomeia Ministro das Finanças o Professor António de Oliveira Salazar cargo que desempenha durante pouco tempo, por considerar que não consegue impor as suas condições.

Em 27 de Abril de 1928 volta ao governo como Ministro das Finanças. Mas é só em Julho de 1932, que assume as funções de Presidente do Conselho de Ministros. Esta data marca o início do Estado Novo caracterizado por uma ideologia nacionalista e por um governo autoritário empenhado na manutenção da ordem e no desenvolvimento económico do país, mediante o exercício de um apertado controlo administrativo e financeiro.

Foi um regime político autoritário, autocrata e corporativista que vigorou em Portugal durante 41 anos sem interrupção. Desde a aprovação da Constituição de 1933 até ao seu derrube pela Revolução de 25 de Abril de 1974, ficou também conhecido pelo “regime salazarista”.

Será com o estabelecimento da Constituição de 1933, concebida e elaborada por António de Oliveira Salazar, já como Presidente do Conselho, que serão delineados os principais princípios do regime que perdurará até 1974: o nacionalismo corporativo, doutrina que articula e subordina os diferentes organismos civis, desde da família, corporações, órgãos do poder local (câmaras, freguesias e municípios) ao interesse da Nação, o intervencionismo económico-social, com a concentração da responsabilidade no Estado da promoção e implementação de obras e melhoramentos necessários ao desenvolvimento do país; o imperialismo colonial.

São ilegalizados os partidos, as associações políticas de oposição ao regime, é definido um partido político único designado por União Nacional, fundada em 1930, que seria a plataforma de organização desse consenso das direitas na direita portuguesa sob a autoridade tutelar de Salazar.

As eleições Presidenciais de 1958 surgem como um ponto de viragem na evolução política do Estado Novo, onde, pela primeira vez, surge um candidato, Humberto Delgado, com suficiente apoio social das massas para rivalizar com o candidato da União Nacional, Américo Tomás.

O resultado duma eleição condicionada, com a derrota de Delgado, conduz a um processo de oposição ao regime, concretizado com o golpe militar de 25 de Abril 1974 e conseqüente queda da ditadura. Outro contributo para o fim do Governo encontra-se no descontentamento gerado pela Guerra Colonial. Os movimentos independentistas, que surgiram em diferentes colónias, levaram à abertura de simultâneas frentes de guerra, primeiro em Angola em 1961,

seguido da Guiné em 1963 e em Moçambique em 1964. A defesa do império colonial foi alvo tanto de críticas internas como internacionais, mas apesar disso, a política do estado novo manteve-se inalterável. O poder central era exercido de forma extremamente centralista e setorizada.

A gestão das Câmaras Municipais, era feita por presidentes de Câmara nomeados pelo poder central, ficando, assim, a dependência política assegurada. Deste modo, as iniciativas eram dos presidentes e dos governantes. Os vereadores, com os seus pelouros, desempenhavam um papel menor, sendo a maioria dos assuntos tratados diretamente entre o presidente de Câmara e o Ministro ou Secretário da tutela, cujas resoluções eram dadas a conhecer aos vereadores que as aprovavam por unanimidade.

As Câmaras Municipais eram obrigadas a viver com as fracas capacidades de gestão, de recursos, decorrentes das comparticipações financeiras dadas pelo Poder Central, o quadro administrativo, sobretudo no setor técnico, era reduzido a um mínimo de funcionários, em que estes se limitavam a assegurar as resoluções do dia-a-dia. Contudo, tudo isto era complementado pela figura do governador Civil.

Nesta época o grande destaque era colocado na construção de equipamentos públicos (Liceus, Hospitais, Universidades, Palácios da Justiça, ...), e de grandes espaços públicos, emblemáticos do regime, vistos também pela sua monumentalidade. Os Palácios da Justiça e a Cidade Universitária de Coimbra constituem precisamente a melhor expressão da "arte oficial" do Estado Novo, sobretudo da que se relaciona diretamente com a expressão do Poder.

O desenvolvimento económico esteve, pelo menos até aos anos 50, subordinado à defesa da ruralidade e dos equilíbrios nominais da economia, à preservação dos valores predominantes de uma sociedade fisiocrata, onde a igreja exercia um papel determinante no controlo social.

O desenvolvimento esteve condicionado à preservação da superestrutura ideológica de forma a evitarem-se mudanças sociais de desequilíbrio da ordem instituída.

A repressão, por um lado, o populismo económico e a propaganda, por outro, eram os instrumentos de estabilização que complementavam as alianças palacianas entre as elites políticas, económicas e a igreja. É o conservadorismo político e sociológico a base da resistência cultural às transformações dos dogmas em que assentava o Estado Novo:

- Antidemocracia, anticomunismo e religião; Deus, Pátria, Império, Evangelização, Família, Estado acima dos cidadãos, trabalho e sacrifício.

Estes elementos refletiram-se no plano económico e político com nacionalismo e protecionismo económico, com um Estado forte e intervencionista para concretizar a missão

(divina para alguns), um aparelho repressivo para manter a “paz social” e uma máquina de propaganda para manipular a opinião pública e manter os valores civilizacionais. É a fé das convicções e o poder potencial do império que faz persistir o regime no ideário. O isolacionismo era contrário à abertura económica do pós-guerra; a democratização dos sistemas políticos era correspondida com o anti partidarismo e antiparlamentarismo.

Comparativamente com a descolonização de outros países, Salazar introduziu reformas de superfície e manteve uma guerra em defesa do ideal imperial a que não era alheio um certo desígnio evangelizador, o anticomunismo, a difusão de valores civilizacionais e o nacionalismo económico de construção de uma grande nação.

O regime político limitava a formação de elites através do acesso à educação e controlava os movimentos migratórios. Os baixos investimentos em infraestruturas, nas comunicações, o papel da igreja, reforçavam o isolamento das comunidades. O Estado era um importante empregador e quase exclusivo prestador de serviços básicos o que, juntamente com o caciquismo reforçava o poder dominador da burocracia sobre os cidadãos. Os campos começaram a perder gente, estima-se em cerca de um milhão e meio na década de 60, para as cidades e para a Europa, designadamente França e, em menor número, a Alemanha. Embora hoje os fluxos migratórios para a Europa tenham diminuído consideravelmente, a área rural continuará ainda por algum tempo, segundo os padrões correntes noutros países, a envelhecer e a perder jovens. O Estado Providência deu os primeiros passos na década de 1960 e adquiriu contornos de sistema depois da revolução de 1974.

A esperança de vida aumentou consideravelmente, passando de 60 e 66 anos (homens e mulheres), respetivamente em 1960, para 75 e 82 (homens e mulheres) em 2011. A partir deste período e até finais do séc. XX, a evolução de Portugal podia ser descrita da seguinte forma:

Um pequeno país aberto que só começou o “crescimento económico moderno” durante a golden age dos anos 50-60, mudando então de uma velha economia rural para uma estrutura moderna. Isto foi feito sem grande instabilidade financeira e uma clara opção de abertura. (Neves, 1994, p. 1013)

Contudo, em 1953 inicia-se a implantação do I Plano de Fomento, o qual tem as suas raízes na mudança iniciada por Ferreira Dias, que entrara para o Governo em 1940, substituindo Duarte Pacheco em 1943, como Ministro das Obras Públicas. Ocorre uma centralização dos esforços

do Regime, no que se segue à modernização da Indústria portuguesa, tendo como objetivos a valorização do solo e do subsolo, a produção de energia elétrica, o crescimento das indústrias de base e das comunicações, de modo a permitir um desenvolvimento financeiro razoável e propiciar uma maior abertura internacional ao nível económico.

Porém, em 1958 entra-se na "Idade de Ouro" da economia portuguesa, que irá durar até 1973. Neste período, Portugal irá praticamente triplicar o seu produto interno bruto, diminuir o peso da agricultura na economia e abrir-se ao comércio externo".(Neves, 1994, p. 1018). Ao mesmo tempo, a política económica do governo neste período conduziu a uma notável aceleração industrial. O desenvolvimento de setores industriais como a química, a siderurgia, os cabos elétricos, a construção naval e a produção automóvel, pelo seu caráter tecnológico, irão revelar o atraso do país em matéria de qualificação dos recursos humanos.

Em 1948, a adesão de Portugal, no papel de membro fundador, à O.E.C.E. (Organização para a Cooperação Económica), atualmente O.C.D.E. (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), representou o momento de abertura da economia portuguesa ao exterior. Esta nova realidade socioeconómica vai revelar o desajustamento dos anteriores projetos educativos. E, tal como a economia vai ser influenciada pelo contexto externo, o mesmo irá acontecer em matéria de ensino, verificando-se um intercâmbio de ideias e uma evolução do pensamento, sendo evidente o crédito dado às orientações da O.C.D.E. no assunto.

Esta organização económica, fortemente apoiada nas teorias do capital humano, enunciadas por Schultz, que surgem no pós-guerra, defendia o papel da ciência como força motriz do progresso, advogando a necessidade de se procederem a reformas ao nível do ensino superior, mas também no ensino básico e secundário. (Teodoro, 2000, p. 51)

#### 4.2.1 – O século XIX ao século XX – 1801 a 1960

As diretrizes políticas do liberalismo definiram as vias de comunicação como principais para o desenvolvimento das Cidades. Em Barcelos com a chegada do caminho-de-ferro, a fixação das primeiras indústrias, assistiu-se a um aumento muito significativo no que diz respeito ao número de habitantes, provenientes das zonas rurais, que procuravam trabalho nas novas indústrias. "Se a cidade é dotada de caminho-de-ferro esta converte-se num polo de atração, pois representa o progresso e a facilidade da ligação com outros lugares" (Salgueiro, 1992,

p. 191). Podemos afirmar, assim, que Barcelos passou de ser uma Cidade ligada aos setores primários e terciários para estar ligada também ao setor secundário (indústria têxtil e de madeiras).

Relacionada com a melhoria das acessibilidades aos mercados nacionais e regionais, as indústrias de Barcelos, localizam-se numa posição periférica à cidade, beneficiando da proximidade da instalação da linha do caminho-de-ferro, bem como dos transportes urbanos, definindo assim numa importante zona industrial.

Este processo de industrialização vai incidir particularmente no ramo têxtil, contudo as principais indústrias que apareceram com o advento do caminho-de-ferro, foram as ligadas ao setor da madeira (serrações), embora a última tenha desaparecido na década de 90.

A indústria do ramo têxtil tem um passado relativamente recente, cujo início remonta a 1921, quando João Duarte, fundou a primeira empresa no concelho de Barcelos, denominada “Barcelense” na Rua Cândido Cunha.

Esta empresa empregava para a época, grandes contingentes de mão-de-obra vinda essencialmente das zonas rurais (cerca de 400/500 operários).

Esta fábrica organizava-se segundo o modelo típico de corporativismo industrial de época, incorporando serviços de creches, bairros de habitação operária que falaremos adiante, e uma série de apoios sociais que aumentava o reconhecimento e a notabilidade de João Duarte.

Fundou também, em 1923, a “Fabrica de Fiação e Tecidos de Barcelos” e em 1945 a “Empresa Têxtil de Barcelos-Tebe”, que se dedicavam ao fabrico e confeção de malhas de nylon e algodão. Podemos afirmar que estas primeiras empresas foram como “escolas”, formando não só mão-de-obra mas também novos empresários.

Destas empresas saíram muitos operários para fundarem a sua própria empresa. Conforme poderemos verificar, a cidade de Barcelos estava extremamente consolidada, no que diz respeito às infraestruturas, habitação, comércio, serviços, havendo assim a necessidade dos seus limites administrativos abrangerem as freguesias limítrofes.

Aliado a estes fatores existe um outro, não menos importante, que foi o aparecimento do primeiro “Banco de Barcelos” em 1875, cujo capital social era à data de 33 contos (±165,00€), possuindo dependências nas cidades do Porto, Guimarães e Pinhel, tendo cessado a sua atividade em 31 de Julho de 1940, passando esta para a alçada do Banco Nacional Ultramarino, em consequência da 2ª guerra mundial e também devido à crise económica.

Assim, em 6 de Setembro de 1928 foi publicado na 1ª Serie-número 205 o Decreto nº 15.929 da Direção Geral de Administração Política e Civil, o decreto que eleva a Vila de Barcelos à

categoria de Cidade. No seu preâmbulo é afirmado “atendendo a que a vila de Barcelos tem uma população e um desenvolvimento urbano e Industrial superior a algumas cidades do País”. No seu artigo 1º é referido e passo a citar “ A Vila de Barcelos é elevada à categoria de cidade, ficando constituída pelos aglomerados urbanos das freguesias de Barcelos, Barcelinhos e Arcozelo”.

Conforme se pode verificar pelos mapas em anexo, com a integração de Barcelinhos e Arcozelo, o número de habitantes e da habitação aumentou, tendo como base os anos entre 1920 e 1960, em que o número total das habitações era de 1685, e o número de habitantes passou para 1612.

Com o aumento da população resultante do sucesso da indústria têxtil fez com que a Vila se convertesse em Cidade, como consequência há a necessidade de criar condições de organização de um novo mapa urbano. Isto resultou que a Câmara Municipal em 1949 contratasse os arquitetos David Moreira da Silva e Maria José M. Moreira da Silva que, no ano de 1951, apresentam o Antepiano de Urbanização da Cidade de Barcelos, mais tarde reformulado e intitulado Esboceto Geral de Urbanização, datado do ano de 1963 a sua apresentação, estes estudos já englobam as freguesias de Barcelinhos e Arcozelo de qual falaremos mais adiante.

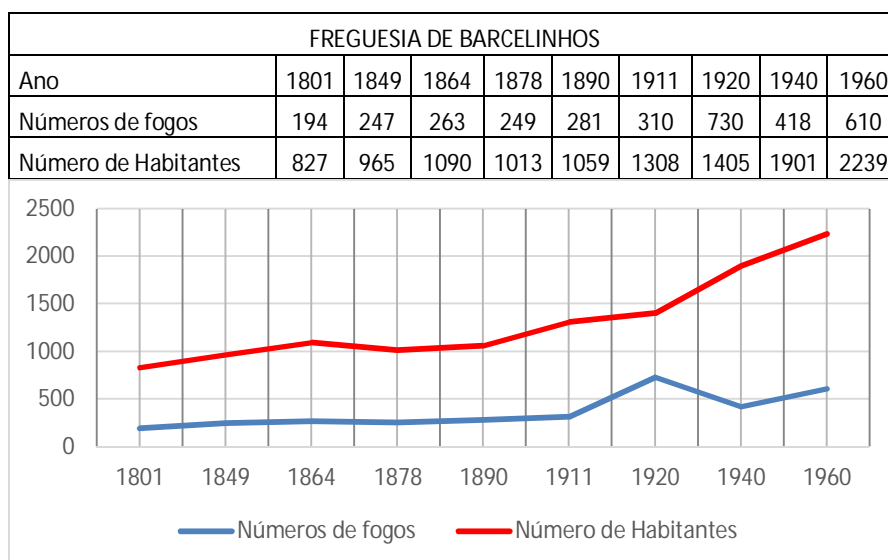
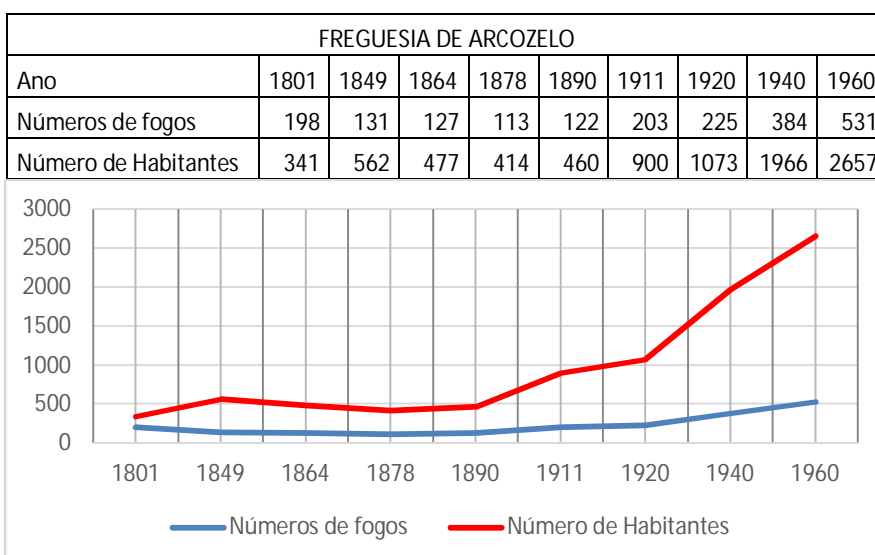
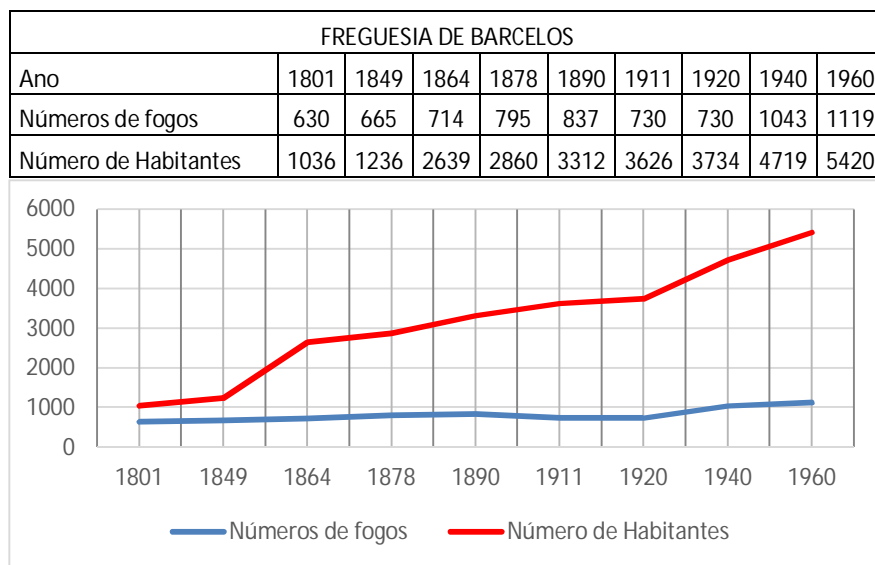


Fig. 45: Relação entre o número de fogos e ao número de habitantes, entre 1801 e 1960

#### 4.3 – A influência das habitações sociais na forma da Cidade

Não podemos deixar de realçar o panorama ideológico e cultural da classe dos arquitetos, associado às políticas habitacionais que o Estado lançou para resolver o défice habitacional.

Realiza-se assim em 1948 o 1º Congresso Nacional de Arquitetura, com a adoção da Carta de Atenas como seu manifesto, indo assim vai proporcionar uma importante viragem nos modelos adotados na habitação de âmbito económico, que passava a ser um inigualável laboratório de experiências para a classe, com a introdução dos valores associados ao uso coletivo.

O Contexto Cultural e Político da Habitação de Âmbito Económico em Portugal nos anos de 1950, foi devido às transformações culturais, sociais e políticas ocorridas em Portugal no rescaldo do pós-guerra, e as mudanças alicerçadas a essas convulsões, destacando o panorama da arquitetura portuguesa na década de 1950.

O fim da guerra, com o despertar das democracias e uma oposição revigorada pela derrota do fascismo na Europa, desenha um tempo de agitação cultural, que torna o final da década de 40 particularmente significativo na reflexão da arquitetura moderna em Portugal. A partir de 45 processa-se uma cisão na vida nacional que a arte em certa medida refletia e propunha. A euforia da libertação aproximou as pessoas e uma consciência de geração marcou os jovens de então, tanto no domínio estético como cívico. (Tostões, 1997, p. 21)

Estes arquitetos, influenciados pelo contexto internacional e com total "(...) consciência da sua importância na sociedade e da parcela de poder que podiam usar para influenciarem as decisões no sentido de se abrir caminho para novos rumos" (Pereira, 1996, p 255) afirmaram o Movimento Moderno em Portugal e adotaram os princípios da Carta de Atenas, numa clara reação à chamada "arquitetura do Estado Novo".

Neste contexto, formaram-se como resultado de uma atitude cívica os movimentos associativos ICAT "Iniciativas Culturais, Arte e Técnica" em Lisboa -, surgiu em 1946 impulsionado por Francisco Keil do Amaral (1910-1975), e o ODAM "Organização dos Arquitetos Modernos" -, que era composta por jovens arquitetos do Porto, que teriam o seu ponto alto no "1º Congresso Nacional de Arquitetura" em 1948.

Estes dois movimentos tornaram-se numa importante plataforma de discussão e divulgação da arquitetura que se pensava e fazia, contribuindo para uma classe profissional mais ativa, informada e melhor formada, e reuniu jovens de uma nova geração. Esta geração do pós-

guerra mais consciente e informada, adquiria bases teóricas para se impor à arquitetura defendida pelo regime que se encontrava desenquadrada quer dos modelos internacionais, por defender um modelo nacionalista e de pendor ruralizante, quer da “verdadeira arquitetura portuguesa” como viria a demonstrar o “Inquérito à Arquitectura Regional”, que mais à frente evidenciaremos por ter sido essencial para questionar os modelos até então aplicados.

Neste contexto, a habitação desempenhou um papel de destaque na produção arquitetónica dos anos 50 em Portugal. “(...) é no domínio da habitação que se revelam as maiores inovações, quer no âmbito dos programas quer na sua conceptualização espacial.” (Tostões, 1997, p. 51).

Os arquitetos ensaiaram novas propostas que respondiam aos paradigmas de uma vida moderna acreditando no poder da arquitetura como elemento transformador. Na tentativa de contrariarem as imposições relativas à “feição portuguesa” a nova geração segue duas direções distintas:

- Uma visão internacionalista, fundamentalmente assente na “Carta de Atenas” (...) que se irá institucionalizar mais tarde como o «Estilo Internacional» (...). Tem aspetos vanguardistas, propõe uma linguagem moderna com toda a carga anti-histórica radical do Movimento Moderno.
- A outra forma assume-se como a compreensão de uma cultura ou de uma tradição nacional, sem as conotações inerentes ao discurso oficial, mas entendida como afirmação de uma cultura «Popular» (...). (Saraiva, 1998, p. 41)

Estas duas linhas de pensamento tiveram obras exemplares que enriqueceram a linguagem arquitetónica nacional. O “Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa” foi essencial não só para esta revisão interna do denominado “Estilo Internacional” como para aclarar todas as ideias preconcebidas e que resultaram no apelidado “estilo nacional”. Consequência direta do Congresso de 1948 e programado pelo Sindicato dos Arquitetos, sob a presidência de Keil do Amaral em 1949, esta iniciativa só viria a ter efeitos práticos seis anos mais tarde.

Entre 55 e 60 foi elaborado um levantamento sistematizado da construção vernacular pelo território continental. Organizaram equipas de arquitetos, que se dividiram por seis regiões (Minho, Trás-os-Montes, Beiras, Estremadura, Alentejo e Algarve), seguindo diretivas comuns. A análise dos dados recolhidos culminaria mais tarde em 1961 com a publicação destes sob o título “Arquitetura Popular em Portugal”. Este estudo contribuiu “para um certo afastamento relativo a formas estereotipadas do Movimento Moderno que circulavam entre nós”. (Pereira, 1996, p. 257).

Concluindo que, ao contrário do que esperava o Governo, o Inquérito “anula certos falsos conceitos sobre «arquitetura portuguesa» ou «à portuguesa» muito em voga entre nós e que, infelizmente, têm dado os seus bastardos frutos de Norte a Sul do país.” (Tostões, 1997, p. 161).

Desta visão renovada em que se concilia a modernidade com a tradição rural surge um modernismo português tendo em Fernando Távora (1923-2005), Keil do Amaral e Nuno Teotónio Pereira (1922), entre outros, elementos importantes deste percurso.

Em 1948 realizou-se, em Lisboa, o primeiro grande momento de afirmação da arquitetura portuguesa. O “1º Congresso Nacional de Arquitetura”, promovido pelo Sindicato Nacional Arquitetos (SNA) em simultâneo com o 2º Congresso Nacional de Engenheiros, entre Maio e Junho, estava enquadrado na exposição “Quinze Anos de Obras Públicas”.

Este evento, com o alto patrocínio do governo, teve como objetivo enaltecer o regime e homenagear o trabalho realizado pelo Eng.º Duarte Pacheco, enquanto Ministro das Obras Públicas. No entanto, revelou-se como um momento de congregação de toda a classe em redor dos novos ideais modernos contrariando os modelos impostos pelo Estado Novo. “O congresso, inteiramente dominado por uma nova geração arquitetos que se agrupara pouco antes em duas organizações de oposição à ditadura sediadas em Lisboa e Porto [ICAT e ODAM], constituiu o dobre de finados para a arquitetura oficial.” (Pereira, 1996, p. 302)

O Congresso mostrou-se muito combativo e contestatário, o que surpreenderia o poder, e os seus intervenientes “numa vontade coletiva de mudança, de recusa consciente e mais teoricamente alicerçada [sentem] necessidade de produzir obras verdadeiras e atuais” (Tostões, 1997, p.33) adotando para isso os modelos da Carta de Atenas e os princípios do Movimento Moderno Internacional no urbanismo e arquitetura.

Assim, e em face do contexto político e social, apresentaram-se os grandes temas a debate: «A Arquitetura no Plano Nacional» e o importante «Problema Português da Habitação». As conclusões obtidas do Congresso foram estrondosas contrariando os intuitos do regime.

Quanto ao problema da imposição de uma arquitetura tradicional, concluíram que as obras arquitetónicas não poderiam “ (...) continuar a impor-se através da imitação de elementos decorativos do passado (...)” (Tostões, coord, 2008, p. 65) mas antes deveriam ser “(...) um louvor às formas novas porque são libertas de condicionamentos acanhados” (Tostões, coord, 2008, p60).

Debateram-se também temas como a regulamentação da construção, os aspetos materiais do exercício da profissão e os problemas do urbanismo.

O final da Segunda Guerra Mundial apresentou-se como um momento de viragem nas políticas de habitação de âmbito económico. Os novos programas surgiram como uma resposta necessária e urgente ao denominado “Problema Português da Habitação”, vinculado durante o “1º Congresso Nacional de Arquitetura”, que se tornava cada vez mais exigente.

O aumento da industrialização desencadeou um crescente êxodo rural para os centros urbanos. Famílias de fracos recursos povoavam bairros clandestinos sem condições de habitabilidade originando problemas de carácter social que o Estado queria solucionar.

Numa primeira fase do Estado Novo, os programas de habitação surgiram imbuídos de uma função política e simbólica.

O programa das Casas Económicas, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 23 052 de 23 de Setembro de 1933, foi o que teve maior impacto antes da segunda Guerra Mundial. Este Decreto-Lei marcou o início da participação ativa do Estado com o objetivo de “(...) promover a construção de casas económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos corporativos”, para famílias de fracos recursos económicos. Estes bairros habitacionais, de dimensões variadas, apareciam como a formalização da ideologia política do Estado Novo que defendia a casa própria como alicerce da família.

(...) as carências habitacionais não se faziam sentir ainda de forma significativa, compreende-se as razões da opção tomada pela moradia unifamiliar como forma de dar resposta aos problemas da habitação, visto se basearem num discurso essencialmente ideológico e numa estrutura marcadamente ruralista (...).  
(Tavares, 2003, p. 19)

A “habitação como defesa da instituição familiar e de conservação da ordem social”, enquanto mensagem matriz, face ao novo contexto social do pós guerra, teve de dar lugar a medidas economicistas e mais pragmáticas, pois uma grande maioria da população mal alojada não se encontrava contemplada neste diploma legislativo por se dirigir apenas a trabalhadores diretamente relacionados com o Estado.

Assim, o programa das Casas Económicas, que previa a concentração maioritária de habitação em bairros de baixa densidade populacional, deixou de ser uma solução viável, e o regime apostou no bloco de habitação coletiva. Esta estratégia marcadamente económica foi essencial para a fase do pós 2ª Guerra Mundial.

Numa tentativa de adequar os princípios ideológicos do Regime com os novos blocos de habitação, estes não ultrapassavam os quatro pisos (rés-do-chão mais três), observou-se numa

primeira fase uma imagem marcadamente rural ainda numa tentativa de dar continuidade à “casa portuguesa” que sempre defenderam.

Neste contexto, de pós-guerra surgem três novos programas habitacionais:

- Os regimes de Casas Para Famílias Pobres;
- Casas de Renda Económica;
- Casas de Renda Limitada, que vão marcar os anos de 1950 em Portugal.

O programa das Casas Para Famílias Pobres, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 34 486 de 6/4/1945, sucedeu o programa das casas desmontáveis. Este novo regime atingiu uma escala nacional e estava orientado para uma faixa de população impossibilitada, naquele momento por motivos económicos, de se candidatar às Casas Económicas e Casas de Renda Económica. Neste novo programa buscavam-se soluções construtivas de carácter definitivo, de forma a eliminar os custos de conservação que os bairros das Casas Desmontáveis originavam devido ao seu carácter transitório, e económicas pois era essencial conseguir proporcionar rendas baixas.

Assim, o governo optou por “(...) construir casas definitivas, agrupadas em bairros devidamente estruturados de modo a poderem ser integrados em futuros planos de urbanização” (Tavares, 2003, p. 28).

Numa primeira fase, entre 1945 e 1950, optou-se ainda pelo modelo ideológico da habitação unifamiliar, no entanto, a década seguinte ficou já marcada pela construção do bloco de habitação coletiva.

Em 1945, em simultâneo com o programa “Casas para Famílias Pobres”, surge o regime das Casas de Renda Económica, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 2 007 de 7 de Maio.

Com o exacerbar dos problemas da habitação em Portugal, este programa anuncia o arrendamento como uma solução para um segmento de população, principalmente a classe média, impossibilitada de se candidatar às Casas Económicas, ou que não queria adquirir estas casas em regime de propriedade resolúvel.

Assim, de acordo com a mesma lei que as implementava, as Casas de Renda Económica surgiriam em centros urbanos ou industriais não podendo ter mais do que rés-do-chão e três pisos, os fogos deviam sempre ter acesso direto, e as rendas estavam previamente definidas e compatíveis com os rendimentos de cada família.

A lei 2007 defendia também o alargamento deste programa a sociedades cooperativas ou anónimas, organismos cooperativos ou de coordenação económica, empresas industriais, instituições de previdência social, entre outras.

Esta alteração, face ao regulamento das Casas Económicas que definia que a construção destas estava entregue ao Governo em colaboração com as Câmaras Municipais, corporações administrativas e organismos corporativos, encontrando-se estes já com recursos limitados, foi fulcral para o sucesso desta operação.

É neste contexto que surgem as HE-FCP (Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência) tornando-se fundamentais ao investir os seus fundos na construção de Casas de Renda Económica bem como em Casas Económicas, ainda que numa primeira fase. “(...) Com o objetivo de contribuir para o fomento da habitação com a aplicação dos capitais da previdência na construção de «Casas de Renda Económica»” (Tavares, 2010, p. 3).

São criadas as Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência regulamentadas pelo Decreto-Lei 35 611 de 25 de Abril de 1946. Este organismo, o mais longo no contexto de habitação em Portugal, manteve-se ativo durante 26 anos e foi responsável pela criação de importantes núcleos habitacionais, não só em contexto urbano como outros, um pouco espalhados por todo o país, de cariz marcadamente rural. Assim sendo, estava definido que as Habitações Económicas - Federações de Caixa de Previdência elaboravam os projetos e as Câmaras Municipais ficavam encarregues de ceder terrenos destinados a Casas de Renda Económica.

Em 1947 promoveu-se uma nova solução que visava colmatar uma falha dos programas anteriores. Estes não seduziam os investidores privados uma vez que a habitação de âmbito económico não era tão rentável como a construção para classes mais elevadas.

Foi neste contexto que surgiu o regime das Casas de Renda Limitada, vocacionado para uma classe média baixa. Este programa promoveu a participação privada em cooperação com a pública como forma de resolução dos problemas de habitação. Assim, de acordo com o estabelecido em decreto, a iniciativa privada beneficiou de isenção de taxas, fornecimento de materiais a preços fixos como forma de combater a inflação e sobretudo tiveram acesso a terrenos municipais a preços mais acessíveis.

Contudo, esta iniciativa envolve também o setor público, como o Governo e as Câmaras Municipais, com o objetivo de fixar o valor das rendas a aplicar bem como a própria distribuição dos fogos, fiscalização da obra, entre outras.

## Anos de 1950

A abertura da linha férrea do Minho, em 1877, com a estação bem no limite nascente da vila, veio criar todo um novo espaço a solicitar um desenvolvimento urbano, “embora ele apenas tenha sido verdadeiramente ocupado, já no segundo quartel do século XX, por fábricas de malhas e de tecidos que tanto impacto irão ter na vida de Barcelos (...)”. (Almeida, 1990, p 29)

A evolução urbana da cidade de Barcelos, que timidamente tinha enfrentado as muralhas, assistiu no final do século XIX a um crescimento no sentido nascente. Com a chegada da via-férrea, o núcleo antigo ligou-se à nova estação através de uma avenida onde se instalaram habitações, mas principalmente indústrias ligadas ao setor da madeira (serrações).

Seguidamente, na segunda metade do século XX, começou a desenvolver-se uma nova estrutura dando-se o impulso definitivo para a ampliação da área urbana. Assim, a cidade expandia-se e procurava responder aos novos paradigmas modernos.

Este novo contexto não alterou apenas o desenho da cidade mas toda a estrutura social e económica do concelho. Barcelos, que até então era predominantemente de cariz rural/agrícola, tem nesta nova indústria muitas oportunidades de emprego para numerosas famílias deste concelho que passam a aliar ao rendimento do setor primário o do setor secundário.

Como refere Maria Vieira, “Barcelos (...) associa assim, uma realidade fortemente rural e agrícola com uma realidade marcadamente industrial (...)”. (1999-2000, p 183).

No entanto, a cidade de Barcelos carecia de infraestruturas habitacionais para a substancial migração de pessoas, em busca de melhores condições de vida. A própria câmara referiu em ata que “muitas famílias (viviam) em verdadeiros tugúrios sem higiene, sem luz nem ar, e na mais condenável promiscuidade (...)” (Ata reunião de Ordinária da Câmara Municipal, 1945, p. 10).

Assim, e como forma de responder ao desenho da cidade e também ao grave problema da habitação, surge a necessidade de elaborar o Antepiano de Urbanização da Cidade de Barcelos, que iremos falar mais à frente. O “Problema Português de Habitação” debatido no “1º Congresso Nacional de Arquitetura”, em 1948, também se fazia sentir em Barcelos como consequência de uma forte industrialização em busca do progresso, principalmente no segmento têxtil. Esta nova conjuntura tornou premente criar condições de habitabilidade para esta nova população operária. É também necessário referir a importância da realização do Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa.

“Os autores referiam que (...) a qualidade da pedra e o gosto pelas proporções pesadas, densas e gordas conferem às obras, particularmente às populares, que são muitas, o carácter duma forma e expressão enraizadas, tipicamente regionais.” (Antunes, 1988,p. 27).

É neste contexto social e cultural que surgiram algumas iniciativas que visavam responder ao problema. Os programas habitacionais, anteriormente referidos, que apareceram no final da segunda Guerra Mundial tiveram aplicação na cidade de Barcelos originando novos bairros para a população mais carenciada. Estes foram realizados no âmbito de várias iniciativas públicas e/ou privadas que possibilitaram responder ao “deficit” habitacional.

Os bairros projetados demonstram a evolução no panorama arquitetónico habitacional que nos atravessou nesse período na circunstância dimensional de Barcelos. Na cidade de Barcelos encontramos exemplos ainda ligados ao ideário do Estado Novo com a sua “casa portuguesa”, bem como outros em que já se manifestam as novas posturas da nova geração de arquitetos.

#### A Habitação de âmbito económico na Cidade de Barcelos

Desde a primeira metade do século XX que o problema de habitação em Barcelos se agudizou face a uma industrialização crescente e conseqüente aumento da população no centro urbano gerando condições de habitação pouco condignas. Assim, entidades privadas, públicas ou semipúblicas, em atos individualizados ou em conjunto, visaram proporcionar melhores condições habitacionais às classes mais pobres aproveitando em vários momentos os programas de habitação de âmbito económico em vigor.

Surgiram assim, na área envolvente do núcleo histórico, diferentes iniciativas como o Bairro João Duarte, Bairro 1º de Maio, Bairro da Misericórdia, Bloco Habitacional e Conjunto habitacional na Avenida João Duarte e o Bairro de Santa Marta.

A falta de habitação ou as más condições de alojamento provocadas pelo êxodo populacional em busca de melhores condições de vida, resultante da industrialização que marcou a primeira metade do século XX, preocuparam João Duarte (1888 – 1966), que desempenhou um papel importante na evolução económica e social da cidade de Barcelos.

Após o 25 de Abril de 1974, foram construídos diversos blocos, designados por Barcelos I e Barcelos II.

Enquadrados em promoções públicas ou privadas, alguns deles apresentaram-se ainda vinculados ao modelo da “casa portuguesa” formalizado em bairros de casas unifamiliares com quintal. Num momento seguinte, apareceram novas iniciativas que já propunham a introdução dos valores modernos num contexto rural.

A construção destes espaços surge geralmente de forma descontínua em relação ao crescimento urbano, criando sentimentos de segregação e de exclusão. A periferação dos bairros sociais, conjugada com a sua homogeneidade socioeconómica, garantiu a estes espaços uma condição de segregação relativamente ao centro urbano e às próprias atividades da cidade.

O seu distanciamento relativamente à continuidade do tecido urbano, para além de físico, é igualmente simbólico, exprime-se numa standardização dos seus modelos arquitetónicos. Iguais entre si, os bairros sociais são distintos de todos os outros espaços da cidade, quer em termos sociais, quer arquitetónicos ou de espacialização no tecido urbano, pelo que, facilmente representam situações de segregação urbana.

Contudo paulatinamente estas habitações foram inseridas no meio urbano, muito por culpa das novas vias e construções.

É esta a situação que se verifica em Barcelos, onde existem vários bairros sociais que se encontram hoje no centro da cidade e não nos subúrbios, como resultado do crescimento da cidade para a sua periferia, que acabou por incluir estes na malha urbana, com exceção dos bairros de construção mais recente (Barcelos I e II construídos nos anos de 1980).

### Bairro João Duarte (1942)

Situado na freguesia de Arcozelo junto à Estação de Caminho-de-ferro, foi uma das suas primeiras iniciativas com a finalidade de proporcionar habitação a funcionários da sua empresa, a “Barcelense”, num terreno de sua propriedade em regime de arrendamento. Este projeto, da autoria do arquiteto João Pereira Braga, remete-nos para o ideário da “casa portuguesa” tipificada na moradia unifamiliar com quintal. O primeiro projeto propunha um aglomerado de sete habitações com duas tipologias, A e B. Numa segunda fase, o bairro João Duarte foi projetado com seis habitações A tipologia adotada foi do tipo T3.

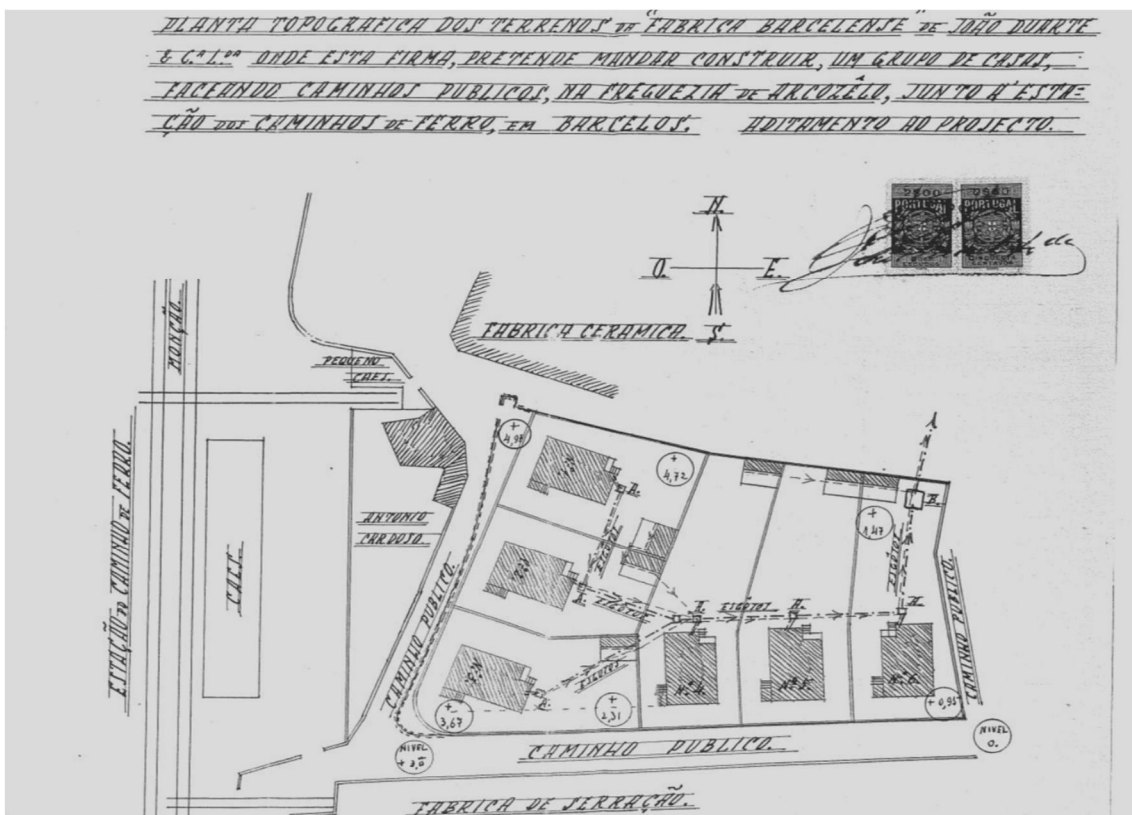


Fig. 46: Planta da proposta final



Fig. 47: Fotografia da época



Fig. 48: Fotografia na atualidade, vista de sul

## Bairro 1º de Maio (1946 – 1949)

Primitivamente denominado Bairro Dr. Oliveira Salazar, situa-se em Arcozelo e foi a primeira iniciativa pública no sentido de criar condições habitacionais para albergar famílias de baixos recursos financeiros.

Enquadrado no programa das Casas Para Famílias Pobres, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 34 486 de 6/4/1945, a Câmara Municipal de Barcelos decidiu "(...) construir a expensas suas e mediante ajudas técnicas e económicas (...)" do Estado, cem casas para famílias pobres.

O arquiteto David Moreira da Silva, contratado para elaborar um estudo e levantamento do Plano de Urbanização da cidade de Barcelos, "indicou a localização do bairro tendo o projeto sido elaborado pela Repartição Técnica da Câmara Municipal" (Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Barcelos, 1946, p.34).

Este bairro encerra em si a ideologia que o Estado Novo defendia como o seu "modelo português", a habitação unifamiliar com quintal, como defesa da moralidade das famílias, era ainda nesta fase um modelo dominante e que proliferava pelo país. Além das habitações, subdivididas em três classes (A, B e C) foram propostos equipamentos como uma capela e uma escola.

Este conjunto caracterizava-se por ser uma parte homogénea identificável num todo, em que a repetição dos elementos e os materiais de construção garantiam uma uniformidade visual que se perdeu ao longo do tempo.

A necessidade de adaptação da habitação à evolução da família levou a uma deturpação dos vários elementos morfológicos que a compunham, gerando um conjunto bastante heterogéneo.

A ocupação do Bairro 1º de Maio, que se encontrava bastante afastado do centro urbano, não suscitou grande interesse por parte da população quando foram publicados os editais, sobre a abertura de candidaturas a futuros residentes, nos jornais locais.

A distância e valor das rendas iam ditando o fracasso desta iniciativa tendo João Duarte intervindo de forma a "(...) resolver o problema, alugando as vivendas higiénicas para o pessoal da sua fábrica, pagando-lhes as rendas, a fim de retirar os seus trabalhadores de outros lugares menos sadios." (Comissão Executiva do Monumento a João Duarte, 1967, p. 46).

Apesar da implantação bastante periférica, nos dias de hoje o Bairro 1º de Maio está completamente inserido na malha urbana.

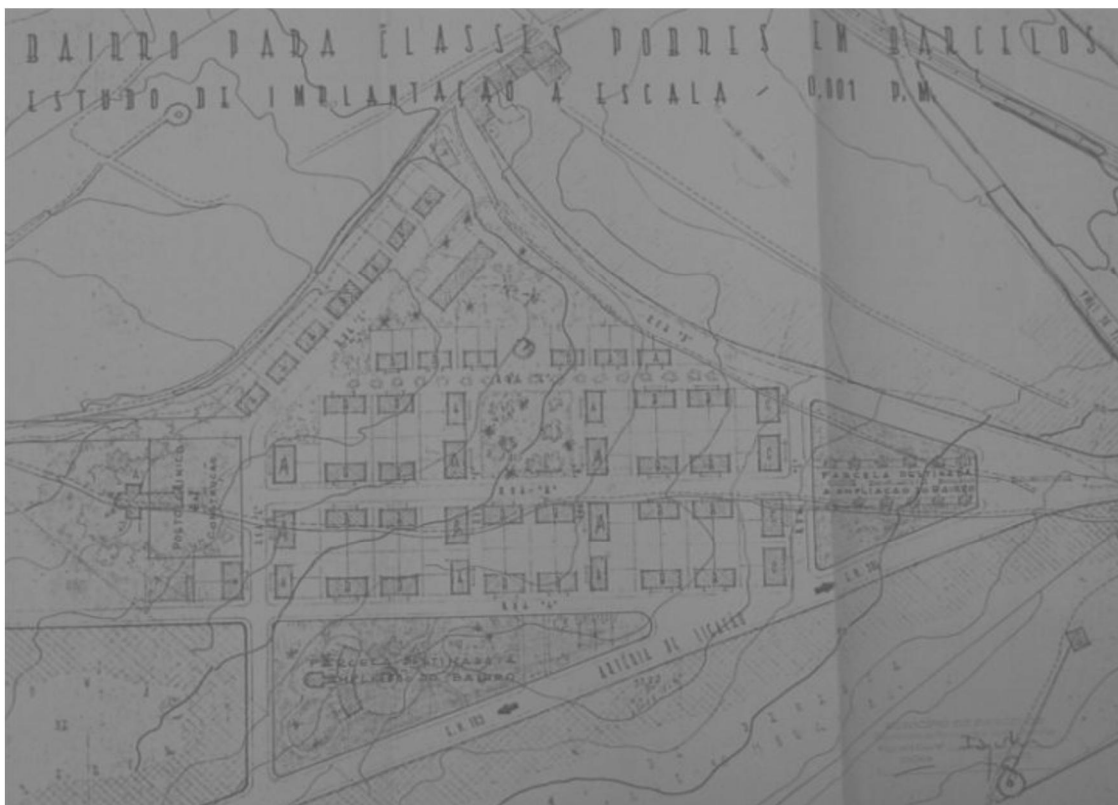


Fig. 49: Planta de implantação Bairro 1º de Maio



Fig. 50: Fotografia da época



Fig. 51: Fotografia na atualidade, vista de sul

## O Bairro da Misericórdia (1959 – 1961)

Situa-se em Vila Frescainha S. Martinho, a oeste do centro histórico da cidade de Barcelos e surgiu enquadrado numa iniciativa da Santa Casa da Misericórdia, com o objetivo de fomentar habitação para famílias modestas. A primeira referência a esta iniciativa data do ano de 1951 onde em ata se refere que "(...) com o aparecimento da Cooperativa "A Nossa Vivenda" e outras, houve a necessidade de se facultar terrenos à venda para construções económicas.

A procura desses terrenos tem por fim a construção de prédios que vão de trinta a noventa contos, sendo desta forma inacessíveis pelo preço os terrenos já urbanizados." (Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Barcelos, 1951, p. 35).

A Quinta da Ordem, propriedade da Santa Casa da Misericórdia, já prevista no Antepiano de Urbanização para a implantação de habitação de âmbito económico, foi o local escolhido para a fixação deste bairro.

Na mesma ata referem que a sua "(...) urbanização facultaria a construção de um bairro-jardim o mais próximo do centro da cidade e que em plano inclinado sobre o Rio daria à entrada de Barcelos um aspeto de belo efeito urbanístico." (Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Barcelos, 1951, p 36).

O projeto para o Bairro da Misericórdia da autoria do Arquiteto Ruy da Silveira Borges, através do organismo DGSU – GEH45, datado de 1959, já propunha o bloco de habitação coletiva como solução ao problema habitacional. Os novos blocos, isolados ou em banda, criaram uma rutura com o desenho de quarteirão tradicional, anulando o conceito de pátio interior originando áreas de forte carácter público.



Fig. 52: Extrato do Esboço Geral de Urbanização da Cidade de Barcelos de 1963

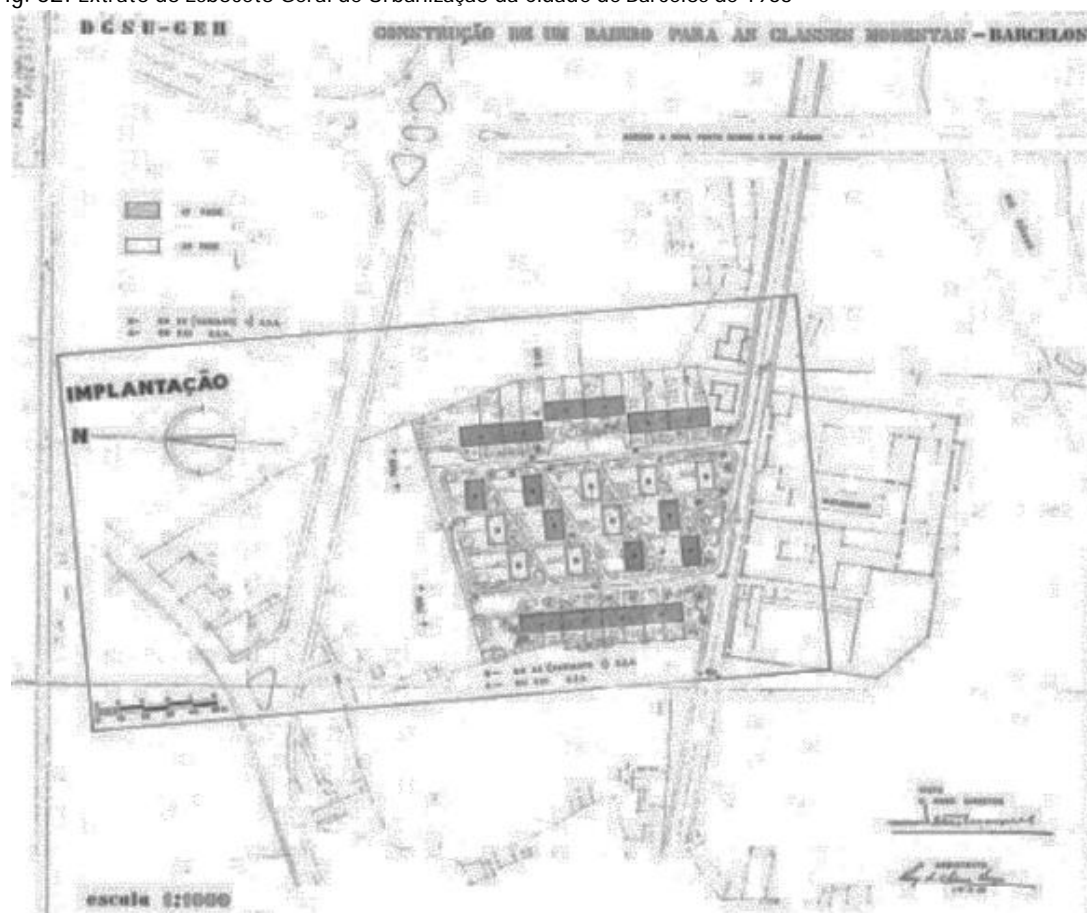


Fig. 53: Planta de Implantação dos lotes

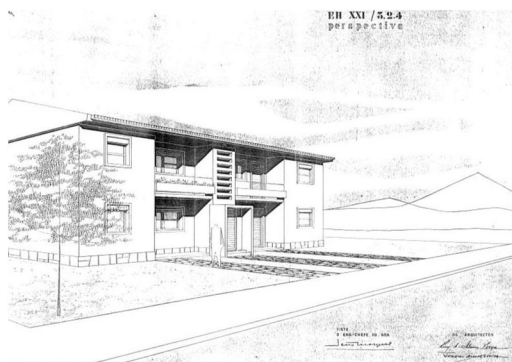


Fig. 54: Perspetiva do Bloco Habitacional



Fig. 55: Fotografia na atualidade, vista de sul

### Bloco Habitacional João Duarte (1960 – 1961)

Implantado perpendicularmente à Avenida com nome análogo em homenagem à oferta do terreno pelo empresário, insere-se na continuidade da sua “política social”, em que a assistência habitacional aos seus funcionários esteve sempre presente como já referido.

Este processo começou a ganhar forma em 1952 quando deu entrada na Câmara Municipal um “(...) estudo para a construção de 29 casas no Campo Vinte e Oito de Maio (...)” (Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Barcelos, 1952, p 41).

O projeto da autoria do arquiteto Gaspar de Sousa Coutinho formaliza o ideal social que marcou a geração que proclamava o Movimento Moderno, onde o arquiteto desempenhava um papel de ativista social. Implantado perpendicularmente à Avenida João Duarte, esta unidade é formada por dois blocos que comunicam entre si através de um sistema de distribuição independente, a galeria. Além da função primária, assegurar acesso às habitações, estes espaços constituem elementos de animação do conjunto habitacional fomentando relações de vizinhança.

Tratando-se de habitações de âmbito económico, esta solução além de propiciar uma interessante composição plástica ao plano da fachada, formalizando os conceitos da “casa-máquina de habitar”, é também uma solução económica. O uso da galeria de distribuição remete-nos para uma outra inovação que dela deriva, a organização do fogo em duplex.

As fachadas orientadas no sentido nascente/poente conferem também qualidade arquitetónica a este conjunto. O jogo entre os cheios e vazios, que denunciam a lógica modular utilizada e imprimem a fachada de uma plasticidade interessante na qual as “grelhas”, ganham destaque ao equilibrarem visualmente o conjunto.



Fig. 56: Extrato do Esboceto de Urbanização da cidade de Barcelos, Arq. David Moreira da Silva e Arq. Maria José Moreira da Silva

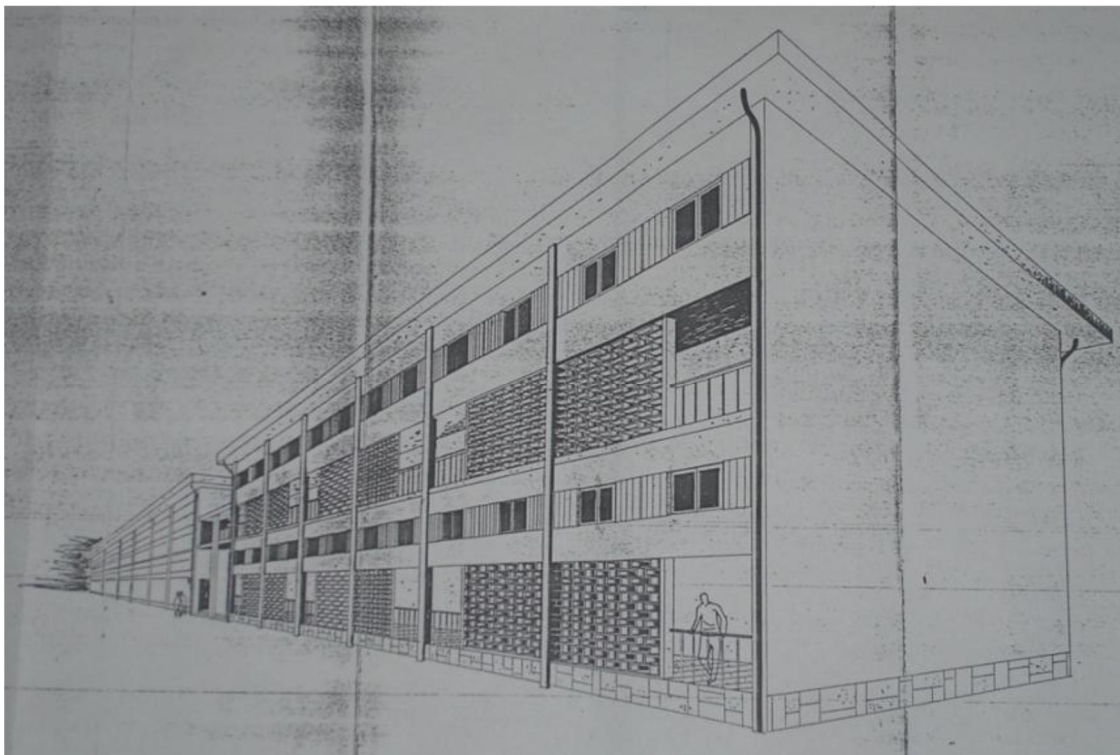


Fig. 57: Perspetiva do Bloco Habitacional

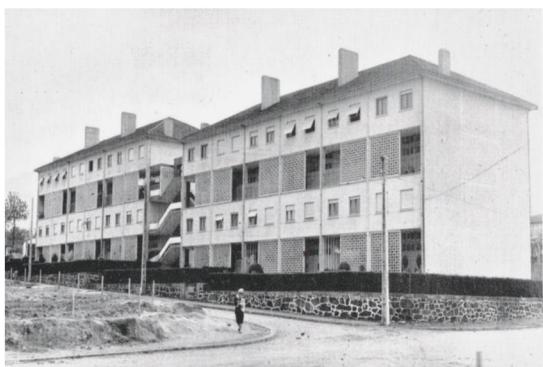


Fig. 58: Fotografia da época



Fig. 59: Fotografia na atualidade, vista de norte

### Bairro de Santa Marta (1955-1962)

A expansão do centro urbano de Barcelos a nascente, motivada pela abertura da linha férrea do Minho (1987), gerou um novo polo dinamizador da cidade. Como já referenciamos, foi nessa nova área urbana que se instalaram importantes naves fabris, gerando um novo paradigma social e económico nesta localidade. Já no Extrato do Antepiano de Urbanização, se previa a implantação de uma área habitacional neste extremo da cidade, de forma a resolver os problemas que se faziam sentir pela falta de alojamento.

A Câmara Municipal, "(...) deliberou proceder à abertura duma artéria de ligação entre a Rua de Santa Marta (Estrada Nacional) e o Campo de Futebol (Avenida Doutor Sidónio Pais), no intuito de facilitar a construção de prédios que venham a atenuar o grave problema habitacional da cidade gerada pela escassez de habitação (...)" (Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Barcelos, 1956, p.14).

Este Plano de Urbanização não foi totalmente executado, surgindo à volta do antigo Estádio Adelino Ribeiro Novo mais unidades fabris. Como refere em ata da Câmara, "(...) nesta cidade, e à semelhança do que se verifica com todos os meios urbanos onde o ritmo de construção não tem acompanhado o aumento progressivo da população, se luta com grande falta de habitação de todos os tipos e muito principalmente para trabalhadores cujo vencimento não permite acompanhar a alta dos aluguéis provocada pela falta de habitações (...)" (Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Barcelos, 1956, 15 ). Este projeto teve duas propostas da autoria do Arquiteto Nuno Teotónio Pereira.

No início do ano de 1958, aparece a segunda e final proposta, para o Bairro de Santa Marta, que demonstra ser "reveladora de um esforço de conhecimento da realidade social dos destinatários e da procura de uma escala adaptada aos sítios (...)" (Tostões, 1997, p. 88) relacionando agora o método funcional com "(...) vetores de humanização do espaço, sem

rutura com os contextos regionais tradicionais, buscando imagens nas raízes da arquitetura popular.” (Tostões, 1997, p. 88).

Alinhado com o neorrealismo, afasta-se do purismo das formas do Estilo Internacional, que marcou a primeira proposta, procurando uma revisão dos códigos modernistas, em que a imagem devia ser facilmente apreendida pelos futuros moradores. O terreno está a uma cota mais elevada relativamente à rua com que confronta bem como à linha de caminho-de-ferro, privilegiando desta forma o bairro com uma vista desafogada sobre todo o lado Nascente. Esta relação com a envolvente foi muito importante para o Bairro de Santa Marta pois o projeto do arquiteto Nuno Teotónio Pereira não previa qualquer equipamento de apoio ao mesmo, como acontecia em outros conjuntos projetados pelas HE-FCP. As habitações propostas, dispostas em bandas, A e B integram vinte fogos, respetivamente, sobrepostos, originando volumes de dois pisos. As tipologias adotadas para o Bairro de Santa Marta foram o T2, T3 e T4, sendo que este último deriva de um aproveitamento de se posicionar no topo da banda.

Conforme refere Nuno Portas (2004) (...) o modelo a que nos opúnhamos eram as casas económicas (...). No fundo são umas aldeias metidas na cidade. Opúnhamos a isso a construção coletiva, edifícios plurifamiliares. Eram blocos que começaram por ter formas alongadas, depois tiveram forma de torre. Isso permitia economias e a criação de laços de vizinhança. (citado por Milheiro & Salema, 2004, p 5-6)

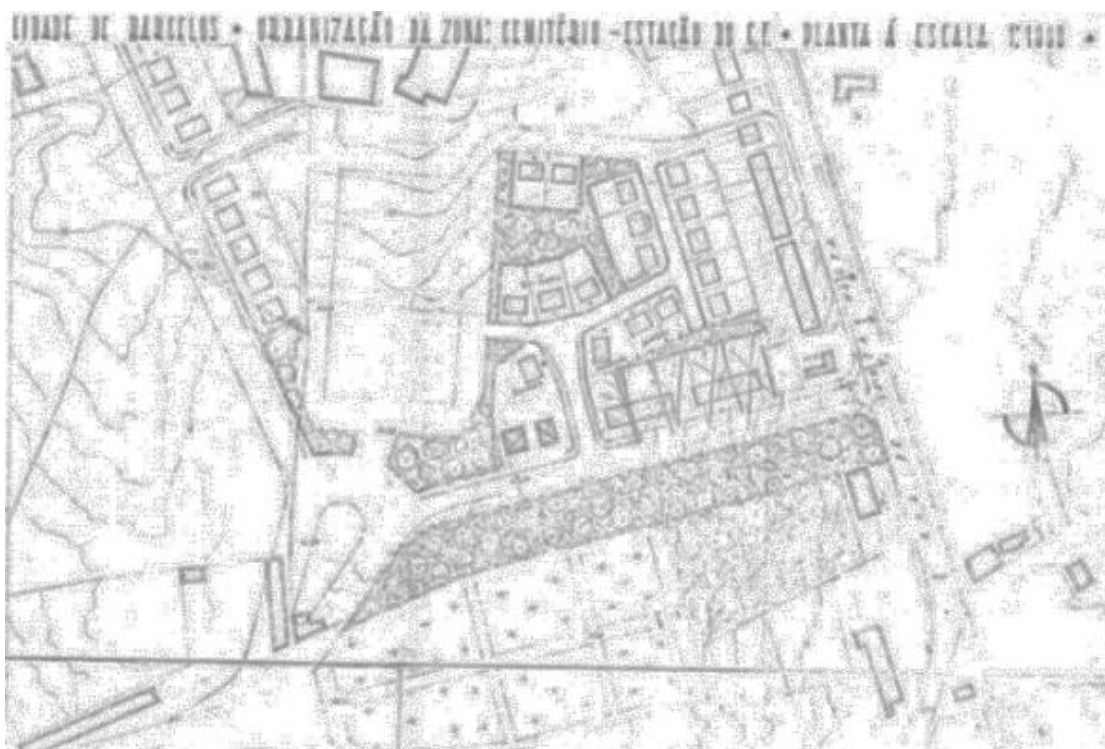


Fig. 60: Extrato do Antepiano de Urbanização, Zona do Cemitério e Estação de Caminho-de-ferro, Arq. David Moreira da Silva e Arq. Maria José Moreira da Silva

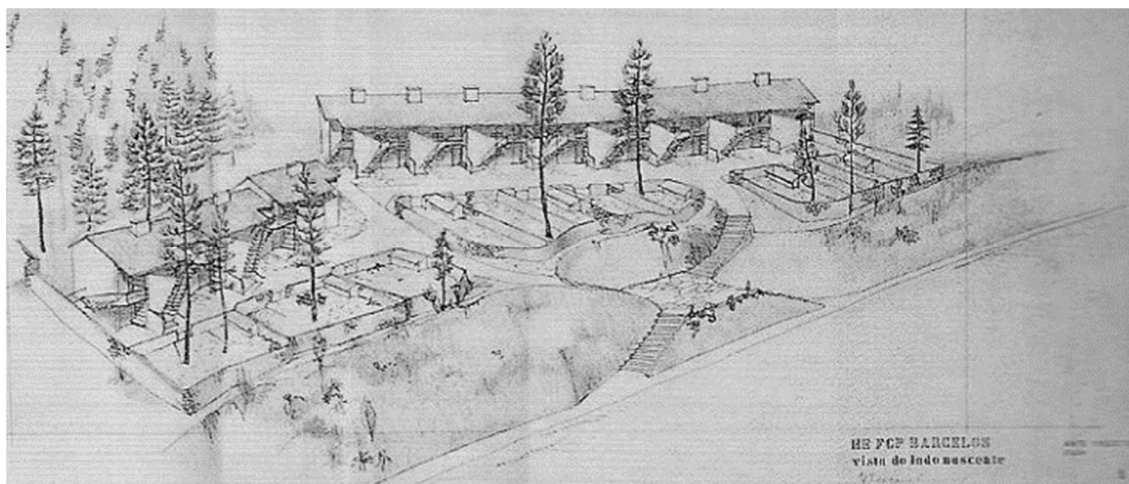


Fig. 61: Perspetiva das Casas



Fig. 62: Vista sobre a entrada dos fogos nos anos de 1960



Fig. 63: Fotografia na atualidade, vista de norte

### Conjunto Habitacional na Avenida João Duarte (1966)

Surge no seguimento da política de habitação para funcionários do empresário barcelense.

Implantado paralelamente à Avenida, este conjunto, construído ao abrigo da Lei nº 2092 de 9 de Abril de 1958 que instituiu as Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimos, volta novamente à solução de habitação unifamiliar, embora agora disposta em banda.

Foram construídas, seis habitações, três em cada lado da avenida, com cave, rés-do-chão e primeiro andar. Construído durante a última metade da década de 1960, ensaiava um novo modelo de habitações para classes carenciadas, na cidade de Barcelos.

De linhas simples e geométricas, este conjunto, da autoria do arquiteto Gaspar de Sousa Coutinho, que já tinha projetado o Bloco Habitacional na mesma Avenida.

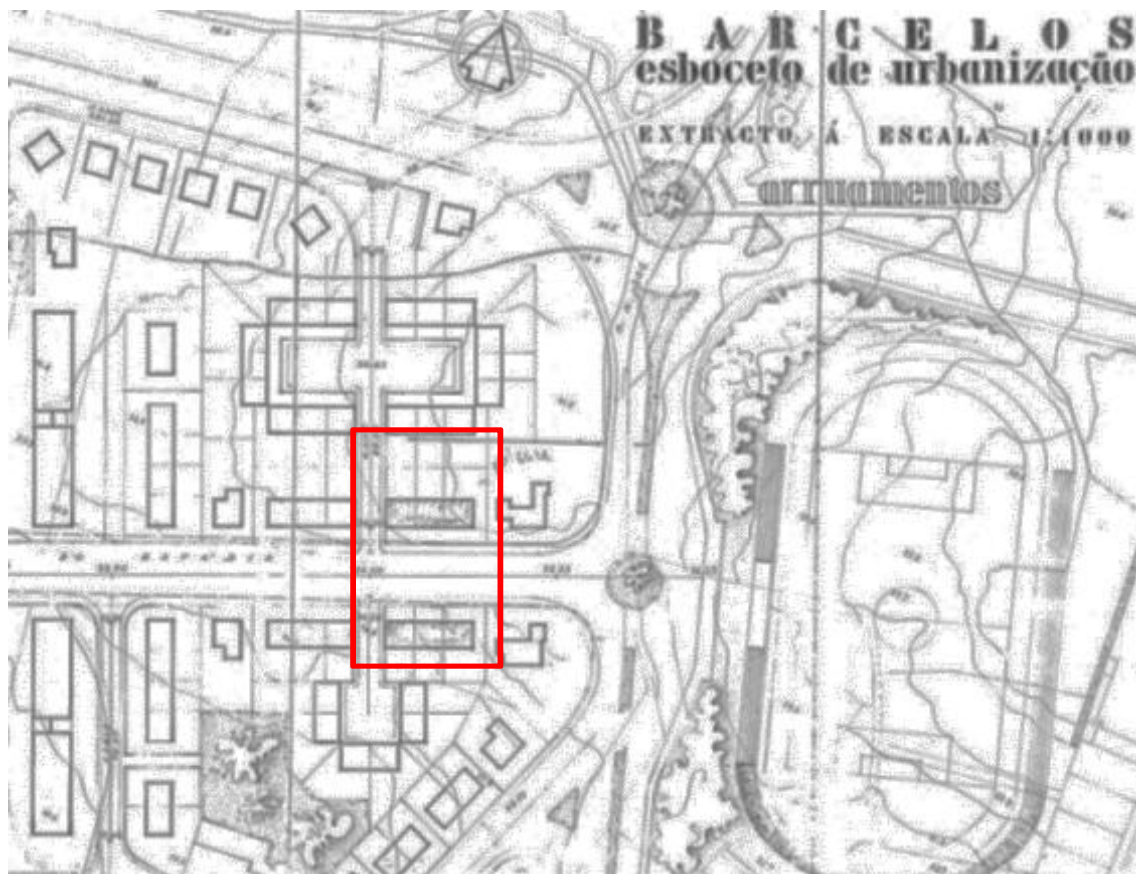


Fig. 64: Extrato do Esboceto de Urbanização da Cidade de Barcelos, Arq. Maria José Moreira da Silva e Arq. David Moreira da Silva



Fig. 65: Fotografia dos anos de 1970 com a panorâmica da Avenida João Duarte



Fig. 66: Fotografia na atualidade, vista de este



Fig. 67: Fotografia na atualidade, vista de sul

### Barcelos I (Habitação de renda económica, 1979/1980)

A expansão do centro urbano de Barcelos para nascente, motivada pela abertura da nova via (Avenida João Duarte), onde estão situadas as novas edificações escolares (2º e 3º ciclos), bem como novas habitações do tipo unifamiliar, numa política de inserção deste tipo de habitação de renda económica, levou a Câmara Municipal a adquirir e a expropriar terrenos para a construção destes blocos. Foram executados em duas fases:

A primeira fase é constituída por três blocos, sendo que dois blocos têm uma cêrcea de 4 pisos, o outro bloco uma cêrcea de 5 pisos, sendo que o rés-do-chão é destinado a garagens, e a sua tipologia constituída por 48 habitações do tipo T2 e T3, assim descriminados: 12 T2 e 36 T3. A segunda fase é constituída por nove blocos, com uma cêrca de 3 pisos, sendo a sua tipologia constituída por 91 habitações, do tipo T2, T3 e T4. Estes projetos são da autoria do Arq. Jorge Vasco Croft de Moura.

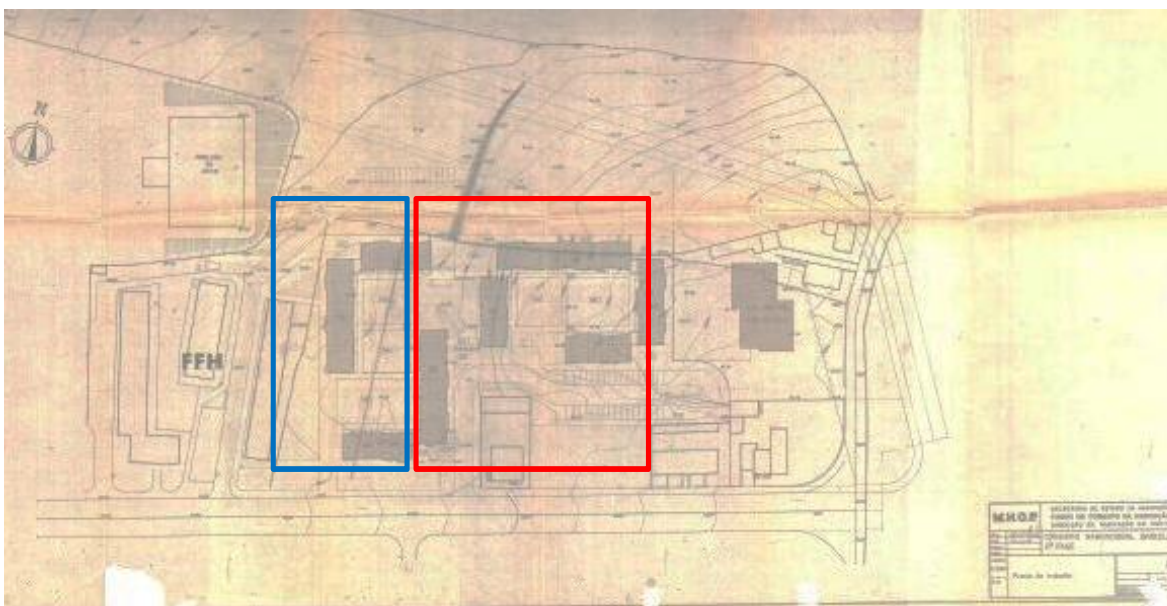



Fig. 68: Planta Geral- 1 Fase,  2 Fase 



Fig. 69: Fotografia na atualidade-1ª fase, vista de sul



Fig. 70: Fotografia na atualidade-2ª fase, vista de este



Fig. 71: Fotografia na atualidade-2ª fase, vista de sul



Fig. 72: Fotografia na atualidade-2ª fase, vista de sul

### Barcelos II (Quinta do Aparício, anos 80)

Trata-se dos segundos blocos habitacionais, inseridos na malha urbana da cidade. São sete blocos habitacionais, sendo que cinco blocos estão paralelos à via, e dois perpendiculares. Todo o processo foi realizado através do Fundo de Fomento de Habitação, onde foram realizadas uma série de expropriações de forma a tornar a construção exequível.

Os blocos paralelos à via têm uma cêrcea de quatro pisos, em que o rés-do-chão é destinado ao comércio, e os blocos perpendiculares à via têm uma cêrcea de três pisos, todos eles destinados à habitação.

No seu conjunto estes blocos têm na sua totalidade 102 habitações, em que 21 são do tipo T2, 51 do tipo T3, e 50 do tipo T4.

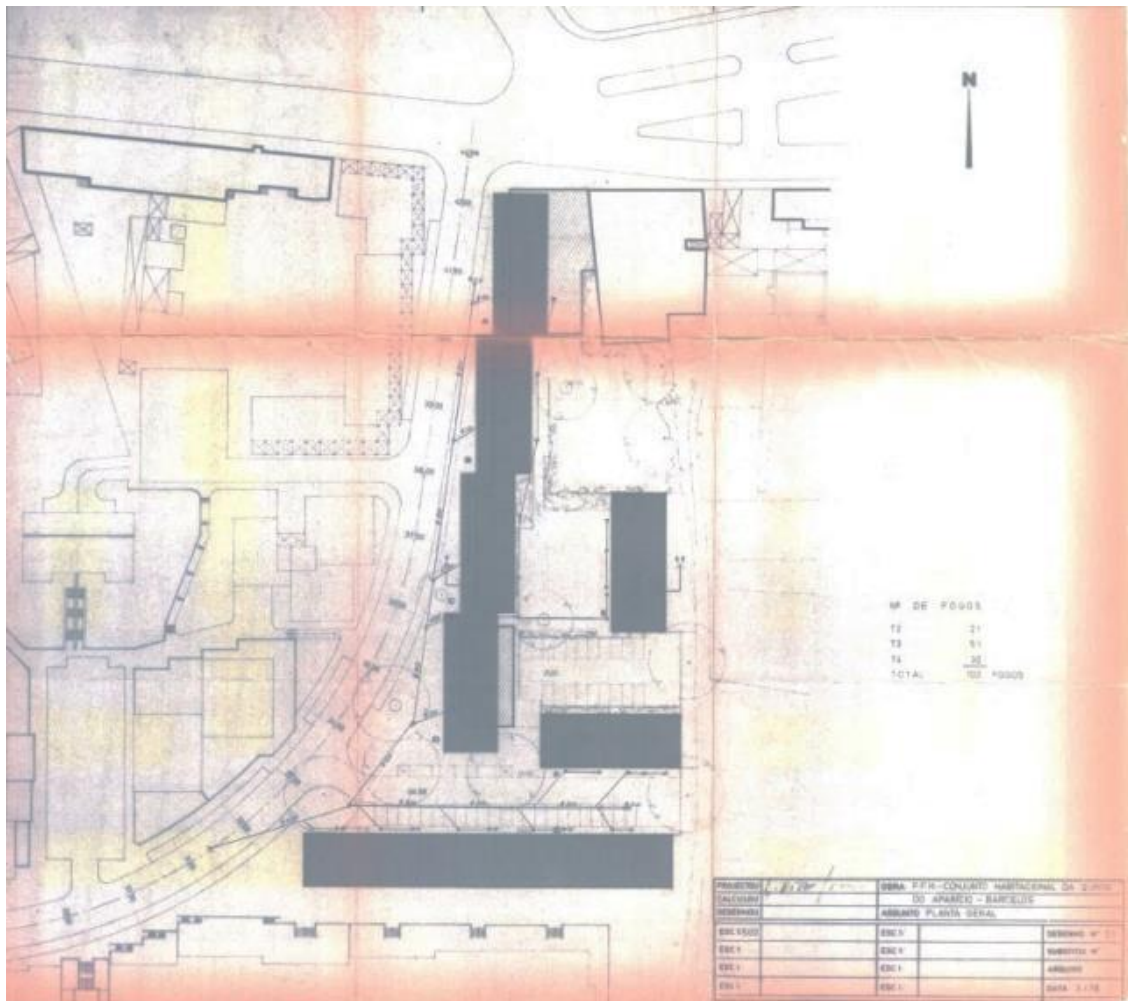


Fig. 73: Planta Geral



Fig. 74: Fotografia na atualidade

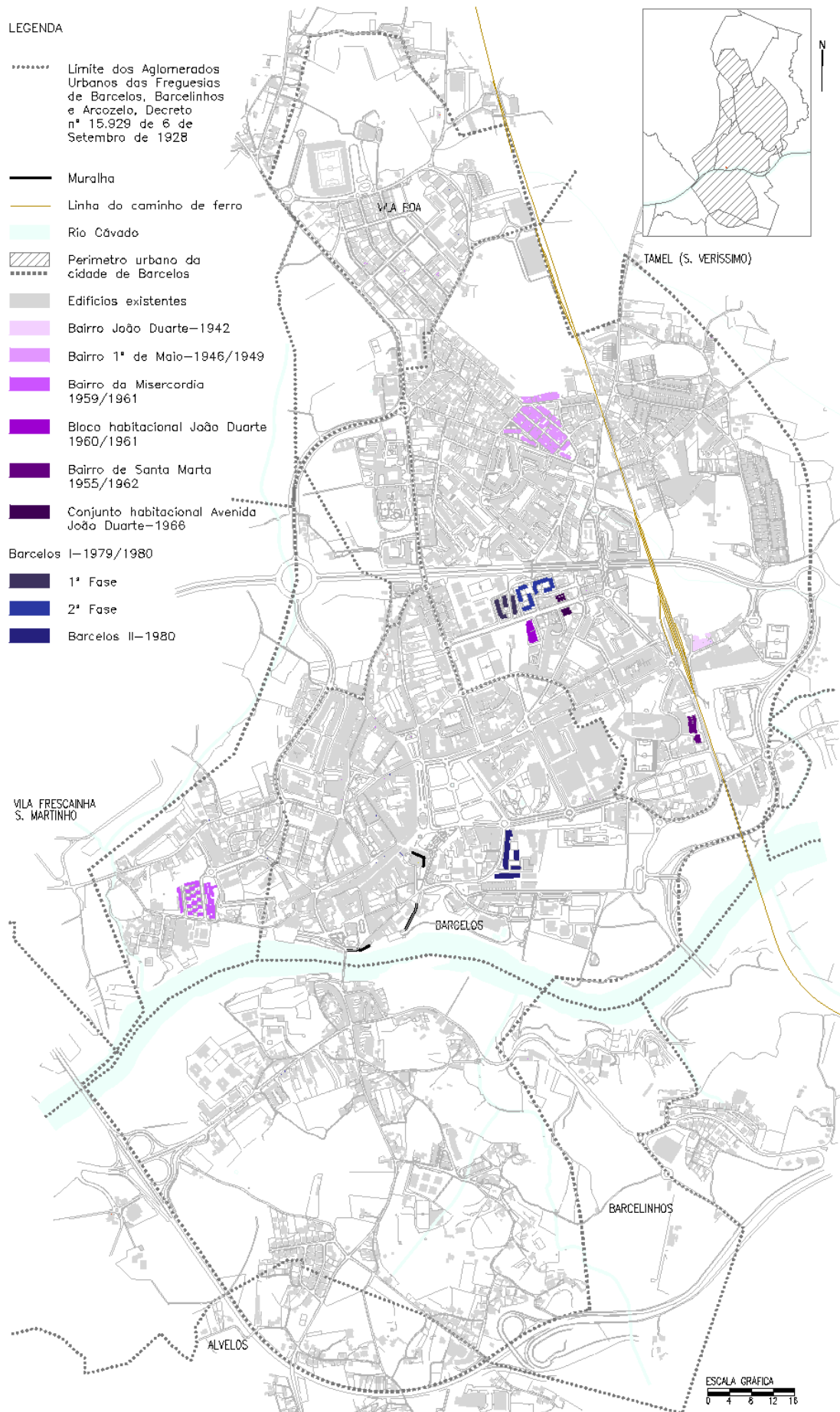


Fig. 75: Habitações sociais na atualidade

#### 4.4 – Escala territorial: Ordenamento do território

##### Breve abordagem ao urbanismo em Portugal na segunda metade do século XX

As Cartas de leis de 15 de Julho de 1862 e a de 6 de Junho de 1864, contribuíram para as transformações oitocentistas dos centros urbanos, abrangendo quase toda a rede de viação ordinária do País, contudo ainda faltava clarificar as regras relativas do sistema de viação pública, que neste caso seriam as ruas que no interior das povoações, não constituíam parte de qualquer estrada. Em 31 de Dezembro de 1864, o então governo da altura, procedia à elaboração do decreto que iria regular a “construção, conservação e polícia das estradas de 1ª, 2ª e 3 ordens, e das ruas e das ruas que fazem parte dellas no interior da cidade, villas e mais povoações do reino”, que vai instituir a figura do plano geral de melhoramentos e que vigorará até aos planos gerais e ante planos de urbanização do Estado Novo.

Este decreto determinou que o governo mandaria proceder à elaboração de um plano de melhoramentos para as cidades de Lisboa e Porto (Art.º 34º e 35º) e que para as outras povoações unicamente se mandará proceder aos planos destes melhoramentos quando as respectivas câmaras o reclamarem (Art.º.52º, §1º); clarifica também aspetos que os planos deviam atender (Art.º 35º), designadamente na aplicação de melhores condições no que diz respeito a esgotos e limpeza da cidade, drenagem de solos, tubagem da iluminação pública a gás, do encanamento das águas dos telhados e também à chanfragem dos ângulos ou esquinas dos edifícios, regulando a altura destes em função da largura dos arruamentos em que estes se edificarem, determinando também que as novas ruas não tenham largura inferior a 10 m, nem inclinação superior a 7%. Contudo a altura dos edifícios das edificações que era determinada pela largura dos arruamentos, seria readaptada pela lei de 2 de Julho de 1867. Por fim é publicado o decreto de 14 de Fevereiro de 1903 – Regulamento da Salubridade das Edificações Urbanas.

Constitui o primeiro documento legal português onde se encontram definidas, de forma minuciosa, as condições que as edificações urbanas deveriam respeitar nas quais constam indicações sobre as características de depósito de água, tubos de queda, sifões, tubos de ventilação, latrinas e pias, fossas e alojamentos para animais, áreas e cubicagens mínimas, introduzindo ainda, por ultimo, mas de grande importância, a obrigatoriedade de licença camarária para que pudessem ser habitadas. (Fernandes, 2002, p. 107)

Vem também alterar a altura dos edifícios que era determinada pela largura dos arruamentos nos anteriores decretos já referidos.

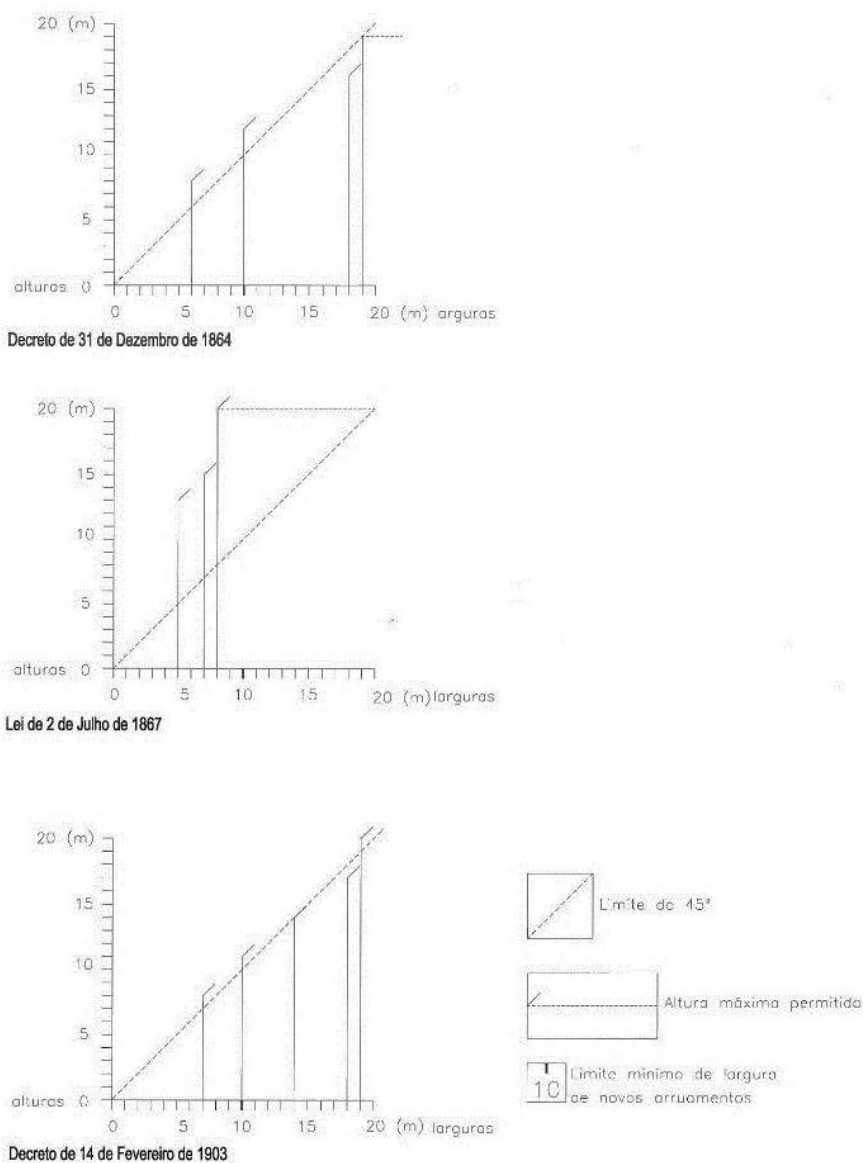


Fig. 76: Altura das fachadas dos edifícios (cérceas) permitidas, em função das larguras dos arruamentos (em metros)

Já no século XX com os primeiros Planos Gerais de Urbanização do Estado Novo e iniciados por Duarte Pacheco, figura marcante que protagoniza, coadjuvado, primeiro por Agache e mais tarde por Groer, o lançamento do Urbanismo em Portugal, fá-lo nas suas diversas dimensões: legal, administrativa e processual. Assim, em regime de comparticipação do Estado e das Autarquias Locais, foram construídas várias obras, desde fontanários, escolas, edifícios passando também pelos mercados municipais.

Tudo isto complementado com a abertura de novas ruas, praças e largos, bem como a realização de obras de infraestruturas de abastecimento de água e rede de águas residuais.

Contudo, estas obras não correspondiam ao fim em vista em virtude de não obedecerem a um plano de conjunto mais alargado e também mais estudado. Conforme refere Margarida Lobo “O rápido crescimento das cidades no último século, provou que toda a cidade, cujo desenvolvimento não está dirigido, não pode vir a ser senão um grande caos.” (1995, p. 47). Era assim necessário regulamentar a construção, disciplinar a expansão e repensar as localizações urbanas das diversas atividades que se partilhava com o espaço urbano, tudo isto devido aos conceitos introduzidos na época de 30 pelo Eng.º. Duarte Pacheco, tentando-se assim reforçar a disciplina urbanística nos tecidos urbanos. Devido ao estado de indisciplina de diversas realizações:

Nem sempre delineadas com o melhor critério e a mais justa consideração das condições locais e das necessidades futuras, nem segundo as melhores regras de higiene e das condições locais e das necessidades futuras, nem segundo as melhores regras de higiene e da conveniência das aglomerações urbanas. (Gonçalves, 1997, p.24)

Em 1934 Duarte Pacheco, ordenou a publicação do Decreto-lei nº 24.802 de 21 de Dezembro de 1934 que consagra a figura do Plano Geral de Urbanização. Este diploma obrigava as Câmaras Municipais a proceder ao levantamento das plantas topográficas a fim de se elaborarem os estudos dos planos de urbanização das sedes dos concelhos, cujos núcleos urbanos deveriam ter uma população superior a 2500 habitantes, e ainda aquelas que pelo espeto histórico, recreativo o aconselhassem.

Se a intenção Duarte Pacheco era de planear os aglomerados urbanos, dando-lhes assim nova localização, configuração, e novos equipamentos, bem como a instalação de redes viárias e redes de infraestruturas, os levantamentos topográficos dos centros urbanos eram praticamente inexistentes, tendo demorado cerca de uma década para a sua concretização.

Contudo, à medida que os levantamentos topográficos iam ficando concluídos, surgiu outro problema em virtude de Urbanistas Portugueses com formação específica nos anos quarenta, serem apenas dois: David Moreira da Silva (futuro autor do Ante Plano e Esboceto Geral da Cidade de Barcelos) e João Faria da Costa. Tendo sido este um dos motivos porque não foi possível abrir concurso para os Planos Gerais de Urbanização.

Na tentativa de sair deste impasse, a Secção de Melhoramentos Urbanos do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, sugere que as Câmaras Municipais possam indicar outros técnicos à sua escolha, de modo a alargar o número de urbanistas, contudo ainda assim Duarte

Pacheco vê-se obrigado a recorrer a Urbanistas estrangeiros entre outros Etienne de Groer, Donat Alfred Agache, etc.

Contudo, a Câmara de Barcelos, em 1944, é informada pela Secção de Melhoramentos Urbanos do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, da aprovação da Planta Topográfica da Cidade e com a recomendação de dar imediato início à elaboração do Plano pois que, conseqüentemente está a decorrer o prazo de três anos, fixado pelo Decreto-lei nº 24.802 de 21 de Dezembro de 1934, "para apresentação do respetivo Plano de Urbanização, à aprovação do Governo (...), tem sido dispensada (...) a abertura de concursos públicos para a elaboração de tais planos, de que poderão ser encarregados técnicos especializados, a propor pelas Câmaras Municipais" (Atas da Câmara Municipal de Barcelos, 1934, livro 85, p. 92).

Todavia, só passado 7 anos (1951), aparecem os primeiros estudos consistentes sobre a matéria, sendo os seus autores os arquitetos David Moreira da Silva e Maria José M. Moreira da Silva. Os instrumentos e processos operativos de regulação, são os designados:

- Ordenamento do território;
- Planeamento urbanístico;
- Gestão urbanística.

Estes instrumentos têm como objetivo disciplinar e regular o meio urbano. Sendo assim possível separar os diferentes instrumentos que indicam formas e morfologias diferenciadas, traduzindo-as em tipologias e usos dos solos. Estas características são distintas por três dimensões que se enquadram num determinado tipo de forma urbana segundo a escala da abordagem. Deste modo, interliga-se o tipo e escala do instrumento à dimensão urbana.

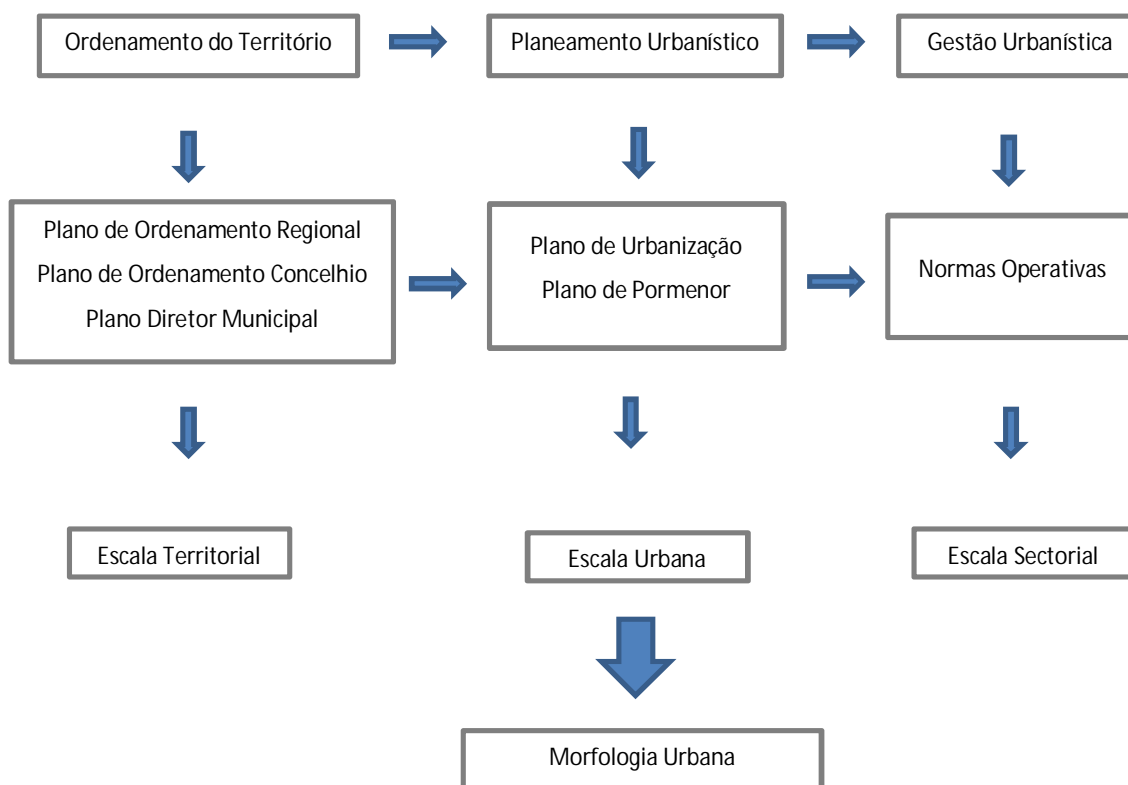


Fig. 77: Mapa interpretativo

O território, ao longo do tempo, tem vindo a ser alvo de ajustamentos, cujo objetivo é aperfeiçoar e qualificar a relação do Homem com o meio.

A análise destes instrumentos operativos que interferiram no meio urbano e que moldaram a forma urbana da Cidade de Barcelos, são essenciais para o entendimento do seu processo de crescimento.

Esta análise dos planos torna-se essencial para o entendimento das intervenções implementadas (quer sejam elas ao nível nacional ou Autárquico), apurando quais os resultados obtidos e se, de alguma forma, estes influenciaram a morfologia da Cidade.

Como veremos adiante, a Cidade de Barcelos foi sujeita a diversas pressões territoriais e urbanísticas, que de certa maneira se revelaram incapazes de responder às solicitações humanas. São vários os fatores que determinam esta pressão, desde os aspetos políticos, sociais e económicos:

- Nos aspetos políticos, temos a pressão sobre o poder Autárquico, levada a cabo pelas pessoas ou grupos que os elegeram, a ausência de planeamento, etc.;
- Nos sociais a falta de infraestruturas;
- Nos económicos, levado a cabo por grupos económicos ligados à construção.

O primeiro teve a ver com o 25 de Abril de 1974, alterou radicalmente a vida política, o que teve implicações sociais, culturais e económicas de grande dimensão, bem como nos aspetos da estrutura urbana, das formas de crescimento, das tipologias dominantes, das atividades e suas densidades e, por fim os equipamentos e serviços.

O crescimento demográfico motivado pela especulação imobiliária, e pelo dinamismo da construção civil, pelos processos imigratórios dos ambientes rurais, provocados pela entrada de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986 (Comunidade Europeia na atualidade), bem como o incremento das atividades quer sejam elas, no sector primário, secundário e terciário.

A qualidade de vida para a U.E. é significativamente relevante no que respeita a conforto e bem-estar, criando um conjunto de infraestruturas. Não havendo capacidade de conter o fenómeno da construção, e sendo um período de “crédito fácil”, inicia-se um processo de construção sem grandes regras, onde surgem os grandes loteamentos com especial incidência na freguesia de Arcozelo.

De salientar ainda que, à data (1984), estava já em vigor Plano Geral de Urbanização da Cidade, aprovado em Assembleia Municipal, autoria do G.A.L.P., Lda., Gabinete de Arquitetura e Urbanismo do Arquiteto José Carlos Loureiro.

Este período caracteriza-se por uma situação financeira que privilegia o investimento que se vai materializando no meio urbano.

Associado, está igualmente implícito o investimento nas infraestruturas de mobilidade, o que acelera e intensifica as dinâmicas, os denominados movimentos pendulares.

Instrumentos de ordenamento do território, de planeamento e gestão urbanística que influenciaram a transformação da Cidade de Barcelos

A primeira abordagem da elaboração de planos à escala concelhia é feita através do Decreto -Lei n.º 560/71, de 17 de dezembro.

Ainda que focado na figura do Plano Geral de Urbanização, deixa em aberto a possibilidade, para além de serem elaborados para as sedes do Concelhos, abranger outras povoações de dimensões significativas. Impunha a obrigatoriedade de elaboração de Planos Gerais de Urbanização, sua tramitação, aprovação e conteúdo.

Contudo antes destes planos, em 1806 foi efetuado um estudo da Planta da Villa de Barcelos para “Intelligencia da Informação sobre o Aquartelamento de hum regimento de Cavallaria na dita Villa Costodio Jose Gomes Villas Boas, Sagtº Mor Eng.

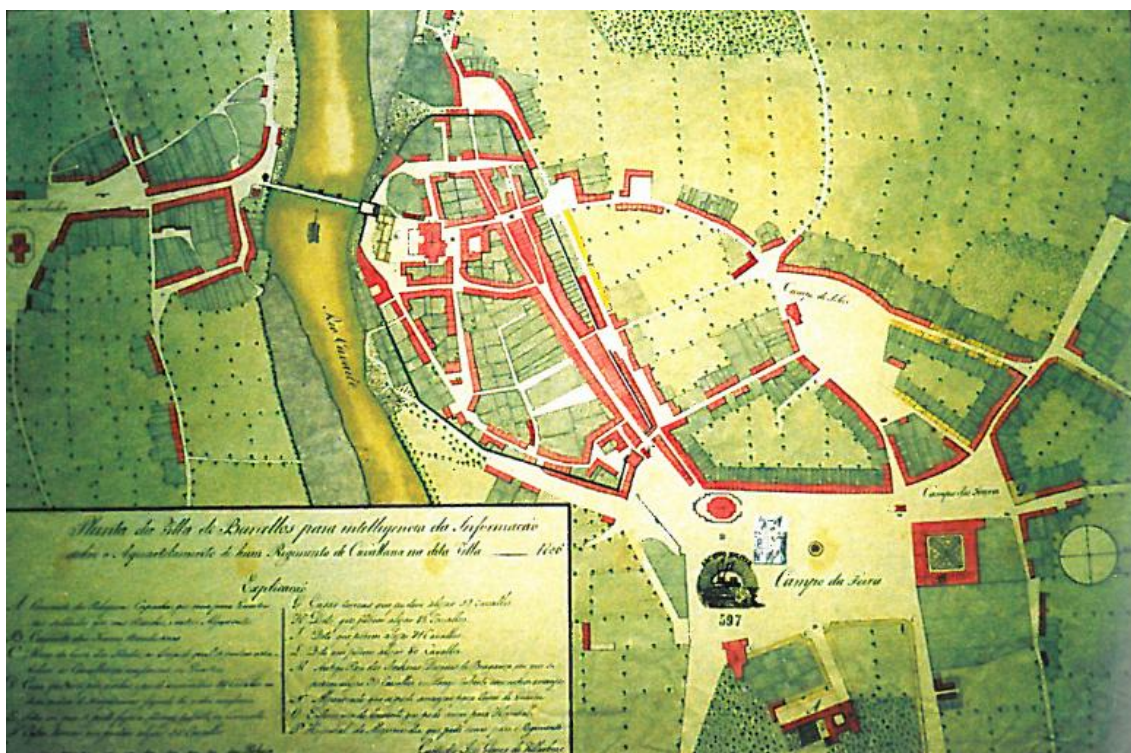


Fig. 78: Mapa de 1806

Por aqui passava a principal via de circulação norte/sul da região, cujo dinamismo a ponte construída no século XIV veio incrementar. A esta ligação a Barcelinhos, do outro lado do rio, aliavam-se o Paço, castelo apalaçado há muito sofrendo de ruína, as muralhas de configuração oval, com as suas portas de acesso, em cujo exterior se situava o Campo da Feira, datado do começo do século XV e onde ainda hoje se realiza a feira semanal.

Apesar do fim específico desta planta, que condicionou a informação discriminada, o detalhe com que se representaram os edifícios (a vermelho), distinguindo os que deveriam ter obras (a amarelo) de acordo com cada um dos dois projetos propostos, e os respetivos arruamentos, fazem dela provavelmente a mais antiga imagem de Barcelos e, com certeza, a sua primeira representação moderna. Podemos considerar esta planta como a mais rigorosa feita à época.

Com a implantação da república no dia 5 de Outubro de 1910, foram criadas comissões municipais para gerirem os destinos dos Concelhos. O seu Governo Provisório formulou os primeiros decretos com força de lei, de modo a fazer valer as suas ideias republicanas, já enunciadas em programas anteriores, como os de 1868 e 1891.

Uma das principais ideias que sobressai nestes programas do partido republicano, e que também se refletiu nas determinações do Governo Provisório, era a necessidade de estancar a excessiva intervenção da Igreja na vida pública, sendo este, segundo os republicanos, o grande

motivo pelo qual a sociedade e o país se encontravam num tal estado de decadência e atraso. Afonso Costa referindo-se à lei de separação das Igrejas do Estado afirmou:

“Está admiravelmente preparado o povo para receber essa lei; e a ação da medida será tão salutar que em duas gerações Portugal terá eliminado completamente o catolicismo, que foi a maior causa da desgraçada situação em que caiu.” (Almeida 1988, p.12).

À data destes acontecimentos quem presidia ao município de Barcelos era o Dr. Miguel Fonseca, tendo em 1912 dado início ao chamado “plano de melhoramento” da então vila. Este plano consistia em termos gerais no “aformoseamento” do campo da feira e das suas imediações, criando-se assim as condições necessárias para um melhor urbanismo, em que o responsável foi o Arq. Marques da Silva.

Em reunião municipal de 19 de Novembro de 1910, o presidente Dr. Cardoso de Albuquerque, apresentou dois projetos para arborizar a vila e melhorar as suas condições “estéticas e higiénicas”, projetos esses que foram elaborados por Jerónimo Martins Costa, diretor dos jardins e arborização municipal do Porto: um dizia respeito à total remodelação do Jardim Público (atual campo 5 de Outubro), o outro dizia respeito ao Campo da Feira. Contudo por razões económicas aprovou somente o projeto do Jardim Público.

A questão da arborização da Vila dominava as atenções dos dirigentes republicanos.

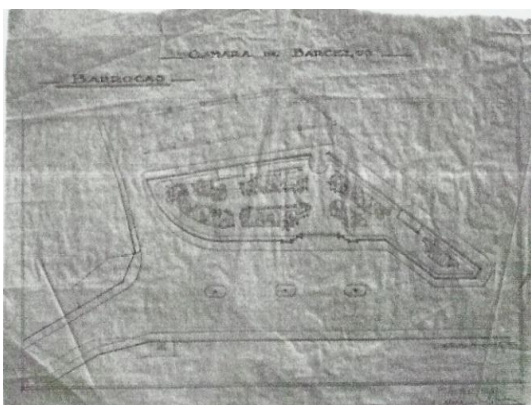


Fig. 79: Jardim das Barrocas



Fig. 80: Largo do Campo da Feira

As relações da Autarquia com o Arq. Marques da Silva, então professor da Academia de Artes do Porto, começam a estreitar-se quando no início de 1911, esta convidou-o a estudar e a emitir parecer sobre as obras do hospital da Misericórdia, cujo Provedor à altura era o Dr. António Ferraz. Devido ao fato de se deslocar frequentemente a Barcelos, por causa das obras hospitalares, foi ouvido em 26 de Janeiro de 1912 pelo executivo municipal acerca do “aformoseamento” do Campo da Feira e das suas imediações, integrado no plano de melhoramentos da então Vila” (Era Nova, 1912).

Em Março de 1912, o projeto estava concluído e, segundo aquele semanário republicano (no nº 74, ano 2, 1/2/1912) este contemplava:

- Largo da Calçada (atual Largo da Porta Nova), normalização do terreno, macadamizando-se ou calçetando-se, ficando ao centro dois ovais destinados a candeeiros ornamentais, com o pavimento em mosaico ou cimento.
- Nas Obras ou Assentos fazia-se um passeio devidamente arborizado com um canteiro de relva que ia terminar numa alameda; no campo da Feira, havia lineamentos de árvores “traçados em harmonia com os eixos procurados e que foram devidamente fixados”. Do lado das casas havia dois tabuleiros centrais orlados de árvores, ficando em volta, todo o espaço livre para a rodagem de trens.

Ao longo do hospital, havia uma rua com renques de árvores que a delimitavam, seguindo daí outro renque a formar o quadrilátero, cuja linha norte faceava com a Avenida da Estação (atual Alcades de Faria).

Todavia lamentava-se o facto de a Câmara não ter dinheiro para executar imediatamente este projeto. Este foi retomado em 1919, pelo Dr. Miguel Fonseca que, de novo, dirigia os destinos do município barcelense. Sobre o plano de arborização, as descrições relatadas na imprensa local (Ecos de Barcelos, 1919) forneceram uma ideia do que se estava a passar.

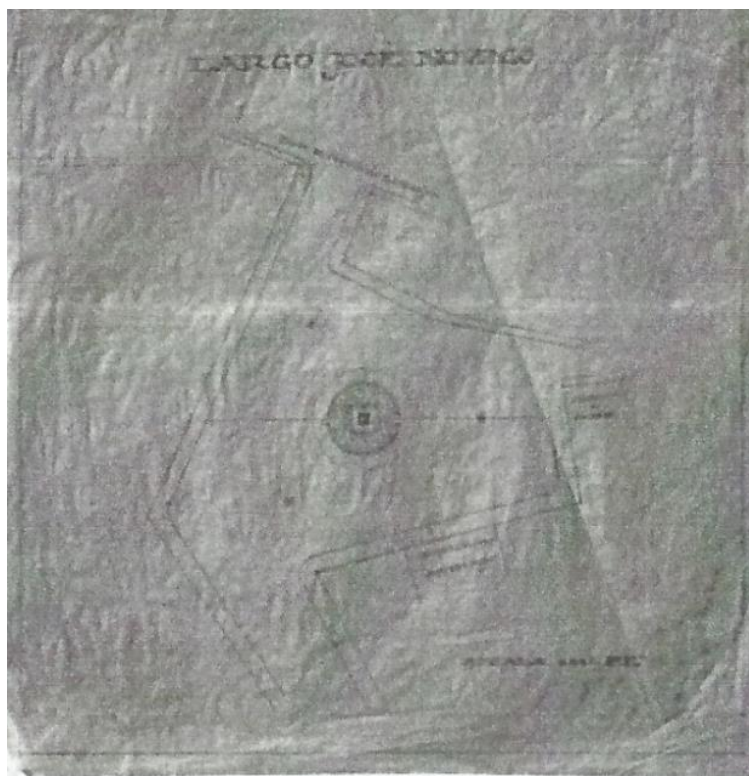


Fig. 81: Largo José Novais

A Avenida 11 de Fevereiro (atual Avenida Alcaides de Faria) sofria uma transformação, ficando apenas com uma rua ao centro e dois passeios largos com árvores.

A Pedra do Couto (atual Avenida dos Combatentes da Grande Guerra) e a parte inferior do Campo da Feira eram arruadas e arborizadas em concordância com a avenida.

#### Ante Plano de Urbanização da Cidade de Barcelos

Contudo é na década de 50 que aparecem os primeiros estudos consistentes sobre a matéria, sendo os seus autores os arquitetos David Moreira da Silva e Maria José M. Moreira da Silva que, no ano de 1951, apresentam o Ante Plano de Urbanização da Cidade de Barcelos, mais tarde reformulado e intitulado *Esboçeto Geral de Urbanização*, datando do ano de 1963 a sua apresentação. Este Ante Plano de Urbanização da Cidade de Barcelos já definia zonas de expansão para edificação. Conforme se pode verificar no mapa do antepiano esta expansão era definido por quatro eixos principais:

- 1 - Para Norte no sentido de Viana do Castelo;
- 2 - Para Sul no sentido de Braga e Póvoa de Varzim;
- 3 - Nascente no sentido de Prado;
- 4 - Para Poente no sentido de Esposende.

Todos estes eixos ligariam às Estradas Nacionais existentes.

Com estes quatro eixos já eram definidas zonas habitacionais, desportivas, escolares, zonas verdes, bem como já previa arruamentos a conservar, arruamentos a alargar, e a construir, bem como a suprimir. Pretendia-se assim a eliminação do estrangulamento da E. N. 103, na zona da ponte, este estrangulamento seria resolvido pela criação de um troço alternativo, que passaria pela construção de uma nova ponte (Fonte de Baixo) a Poente da atual, projeto esse nunca executado, mas sim com a construção de duas novas pontes, uma a poente da projetada pelos Arquitetos e a outra a nascente da ponte ferroviária.

Este Ante Plano tinha a particularidade da ampliação pura e simples da ponte existente.

Os arruamentos projetados tinham um perfil médio que variava entre os 9.00 e os 12.00m, completados com zonas de estacionamento quer elas fossem paralelas ou perpendiculares, zonas de passeios (entre os 1.50 e os 4.00m) e zonas verdes.

Os afastamentos às habitações teriam 5.00m ao muro de delimitação. Este Ante Plano tinha como limites administrativos:

- A norte seria o limite de freguesia de Barcelos;
- A Sul seria a Freguesia de Barcelinhos;
- A Nascente a freguesia de Arcozelo, ultrapassando o limite físico existente que é a linha do caminho-de-ferro;
- A Poente parte da freguesia de Vila Frescainha S. Martinho.

Convém referir que este Ante Plano denota o estilo característico do regime então vigente, influenciado simultaneamente pelo urbanismo formal das décadas anteriores e pelo tardio paradigma da cidade jardim, desenvolvido pelos urbanistas ingleses duas décadas antes.

Esta proposta adota um estilo de tipologias de edificação aberta, de muito baixa densidade, onde predomina basicamente os edifícios unifamiliares, a par com construções geminadas ou em banda.

Conforme refere Moreira da Silva na memória descritiva:

Situada em excelente lugar de convergência das E.E.N.N. nº 103, 103.1, 205 e 306, atravessada pelo rio Cávado e pela importante linha férrea do Minho que a põe facilmente em contacto com qualquer ponto do país ou do estrangeiro. A cidade de Barcelos tem-se edificado numa forma extensa e dispersa, ao longo das estradas e ruas, largos e praças e nas proximidades do caminho-de-ferro (Silva, 1951, p. 16).

Sendo os factos históricos mais ou menos decisivos para a formação da cidade, o Arq. Moreira da Silva faz um estudo crítico da aglomeração de então, propondo-se assim “estabelecer ou remodelar a respetiva ordem urbana. (Silva, 1951, p. 37).

Existiriam três zonas de expansão a saber: Norte, Sul e Poente, e eram destinadas essencialmente à habitação, e ficariam situadas na periferia da Cidade.

Ao nível da habitação, o Arq. Moreira da Silva adota uma tipologia predominantemente unifamiliar, espaçada e baixa, que segundo ele, este tipo de tipologia correspondia melhor às exigências de liberdade e independência enquanto que e passo a citar “ as casas bloco, em altura (...) constituem perigo para a saúde moral e educação das crianças, assim como para o enfraquecimento dos tradicionais laços de família” (1951, p. 40).

Quando a tipologia de habitação é em banda ou geminada, os quarteirões são rasgados nos topos, com atravessamentos longitudinais. Das demolições previstas, as mais importantes seriam a supressão do pequeno quarteirão existente entre a Torre do Porta Nova e a Rua D. António Barroso, denominada popularmente por Rua Direita “para completo desafogo daquela torre e perfeita ligação entre o Largo José Novais e o Largo do Porta Nova” (Silva,

1951, pp. 52-54). A abertura de uma via tipo Marginal que ligaria a zona da Esplanada existente à Estrada Nacional E.N.103.1 Barcelos/Esposende, a transformação do Antigo Matadouro em Quartel dos Bombeiros Voluntários de Barcelinhos. Em 21 de Maio de 1953, através do Conselho Superior de Obras Públicas, o Ante Plano obtém uma aprovação de princípio “contenha útil para a elaboração dum plano definitivo”, contudo aconselha os autores a completar e a rever alguns aspetos como a previsão demográfica, que foi considerada excessiva e não menos exagerada a área de expansão. Aconselha ainda que se estabeleça a malha de grandes comunicações rodoviárias tendo como base o estudo da Junta Autónoma das Estradas a as sugestões da Direção Geral dos Serviços de Urbanização e do Concelho.



Fig. 82: Ante Plano de urbanização da cidade de Barcelos, 1945

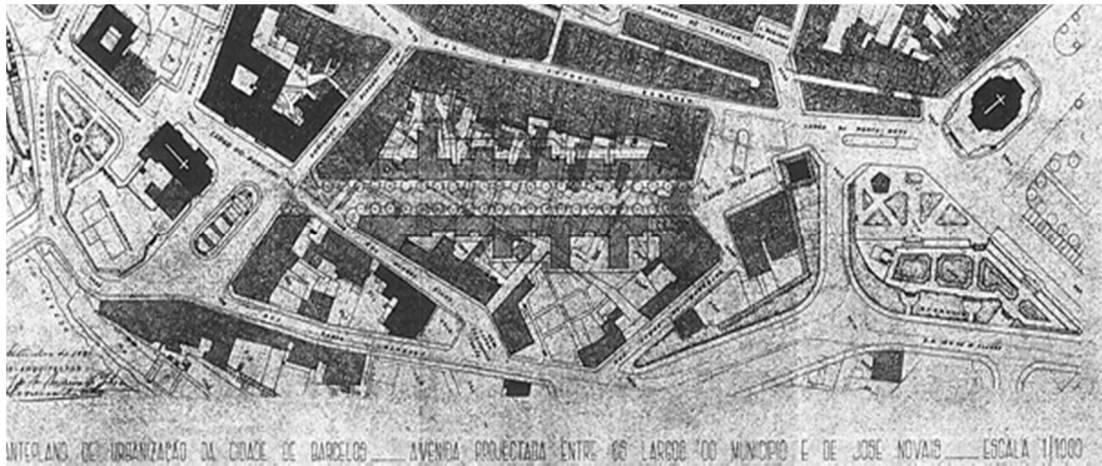


Fig. 83: Extrato do Ante Plano de urbanização da Cidade de Barcelos, Avenida projectada entre os largos do município e de José Novais

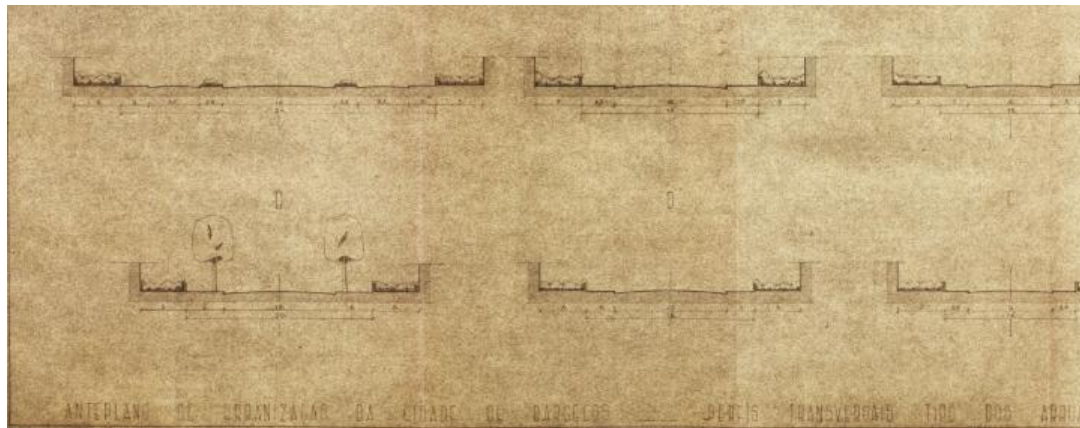


Fig. 84: Extrato do Ante Plano de urbanização da cidade de Barcelos. Perfis transversais

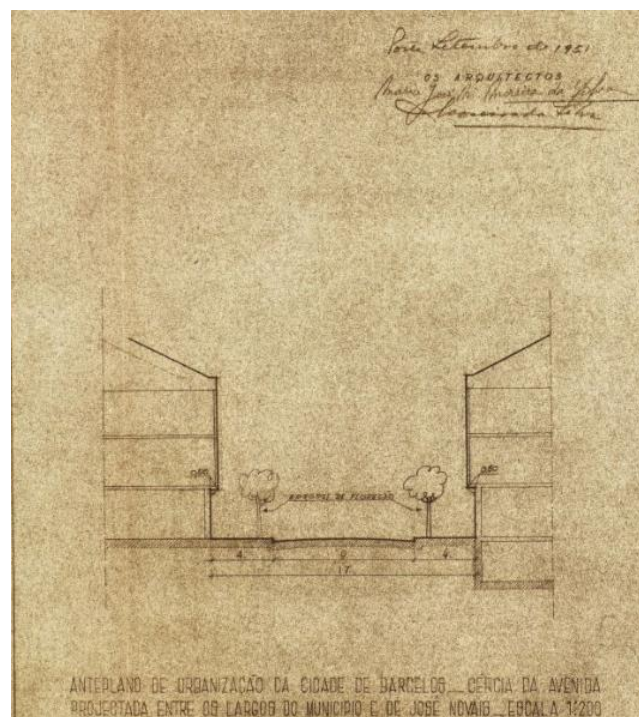


Fig. 85: Extrato do Ante Plano de urbanização da cidade de Barcelos. Perfil transversal tipo

## Esboçeto Geral de Urbanização da Cidade de Barcelos

Anos mais tarde, em 1963, é apresentado o Esboçeto Geral de Urbanização (contrato celebrado em 21 de Dezembro de 1960). Este Esboçeto e os pareceres colhidos destinavam-se à elaboração definitiva do Plano Geral de Urbanização. Tal tarefa, contudo, não chegou a concretizar-se, mas teve a aprovação Ministerial em 13 de Janeiro de 1972.

Este esboçeto tinha em relação ao Ante Plano a criação de uma variante que não estava prevista inicialmente. Contudo, mantinha por quatro eixos principais inicialmente propostos no Ante Plano de Urbanização:

- 1 - Para Norte no sentido de Viana do Castelo;
- 2 - Para Sul no sentido de Braga e Pova de Varzim;
- 3 - Para Nascente no sentido de Prado;
- 4 - Para Poente no sentido de Esposende.

Bem como o estabelecimento de uma variante à E. N. 103 que liga a cidade de Braga a Viana do Castelo, desenvolvendo e prolongando-se no sentido de interceder toda a rede viária primária, de traçado radial, constituída pelas diversas Estradas Nacionais que atravessam a cidade. Mantinha também a eliminação do estrangulamento da E. N. 103, na zona da ponte, este estrangulamento seria resolvido pela criação de um troço alternativo, que passaria pela construção de uma nova ponte (Fonte de Baixo) a Poente da atual, projeto esse nunca executado, mas sim com a construção de duas novas pontes, uma a poente da projetada pelos Arquitetos e a outra a nascente da ponte ferroviária.

Este Esboçeto tinha a particularidade da ampliação pura e simples da ponte existente.

A via periférica projetada no plano, ficaria muito próxima do aglomerado, atravessando o rio a cerca de 100 m do Largo da Fonte de Baixo, e várias penetrações urbanas, das quais se destaca a que constitua o prolongamento da Av. dos Combatentes, para o lado poente, que, além de destruir vários edifícios pertencentes à estrutura urbana antiga, impor a demolição da Capelinha de S. Bento e inutilizaria parcialmente o Campo Camilo Castelo Branco.

Deixando de fora as demolições previstas no Ante Plano, a mais importante seria uma zona existente a Nascente dos Paços do Concelho, que seria transformada em dois quarteirões habitacionais. Porém, além do estabelecimento de uma variante a E. N. 103 que liga a cidade de Braga a Viana do Castelo, este Esboçeto propunha novas aberturas de arruamentos no interior da cidade que de fato vieram a ser executados.



Fig. 86: Esboço geral de urbanização da cidade de Barcelos, Estado atual



Fig. 87: Esboçeto geral de urbanização da cidade de Barcelos, Planta de trabalho

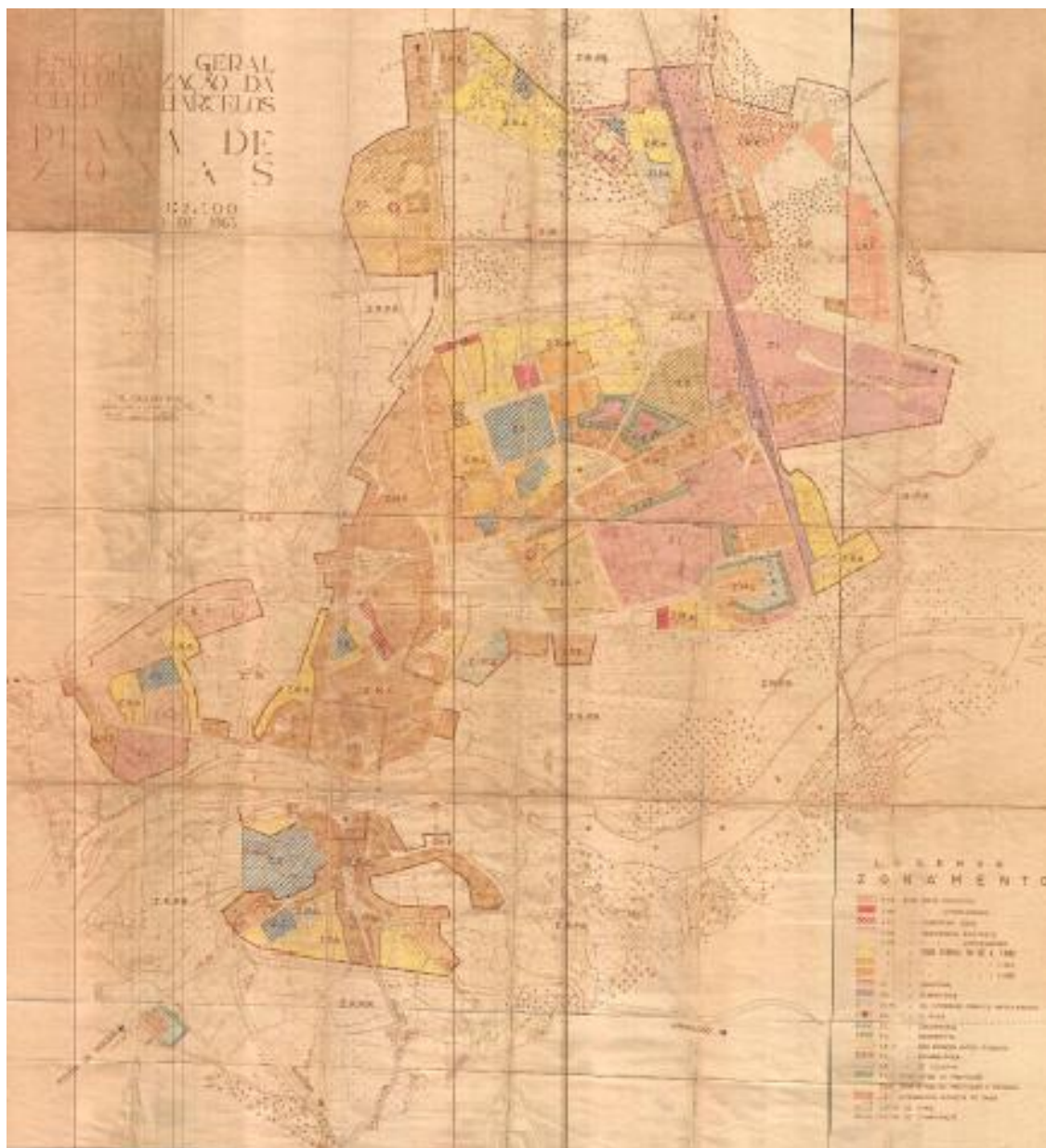


Fig. 88: Esboço geral de urbanização da cidade de Barcelos, Planta de zonas



Fig. 89: Esboçeto geral de urbanização da cidade de Barcelos, Planta de apresentação

Este Esboçeto já definia zonas de construção que poderiam ser desde zonas mistas existentes a zona mista ante planeada, zonas comerciais, zonas residenciais, zonas industriais, zonas ferroviárias, zonas clínicas, zonas educacionais, zonas desportivas, zonas dos espaços livres públicos, zonas arqueológicas e faixas verdes de proteção.

Tudo isto complementado com os tipos de construção, utilização, área mínima de talhão, percentagem máxima de ocupação de construção principal com anexos no rés-do-chão, percentagem máxima dos anexos em relação à construção principal, afastamentos mínimos (alinhamento rua, entre fachadas, entre fachadas posteriores), altura máxima das vedações, número de pavimentos e altura máxima dos anexos.

No entender dos autores do plano nada obstava, a coexistência fisicamente próxima da pequena indústria não poluente, da zona residencial, do pequeno parque, do ginásio, de zona comercial, etc. Havia que obter micro equilíbrios estendidos a determinadas áreas, tornando-as autossuficientes a determinados níveis de procura, evitando fluxos e refluxos cíclicos da população, responsáveis por consumos exagerados de tempo e por grandes investimentos no campo dos transportes, sem, todavia, se perder de vista o equilíbrio mais geral e a sua integração superior, justificadores da existência do grande estádio, do centro hospitalar, do grande parque público, etc.

**ESBOCETO GERAL DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE BARCELOS**  
 1933

OS ARQUITECTOS:  
*António José de Sousa e Silva*  
*Luís de Sousa e Silva*

ZONAS	TIPO DE ZONA	EXTENSÃO (HA)	POPULAÇÃO (HAB.)	PERCENTAGEM NA ÁREA DA ZONA		AFASTAMENTO (M)			ÁREA MÁXIMA DA ZONA		NÚMERO DE PARCELOS	ÁREA ÚTIL (HA)	DENSIDADE (HAB./HA)
				ÁREA ÚTIL	ÁREA TOTAL	DE EIXOS	DE AVENIDAS	DE QUAIAS	DE PARQUE	DE OUTROS			
1.ª	ZONA DE EIXOS	100	1000	100%	100%	0	0	0	0	0	100	1000	
2.ª	ZONA DE AVENIDAS	100	1000	100%	100%	0	0	0	0	0	100	1000	
3.ª	ZONA DE QUAIAS	100	1000	100%	100%	0	0	0	0	0	100	1000	
4.ª	ZONA DE PARQUE	100	1000	100%	100%	0	0	0	0	0	100	1000	
5.ª	ZONA DE OUTROS	100	1000	100%	100%	0	0	0	0	0	100	1000	
6.ª	ZONA DE EIXOS	100	1000	100%	100%	0	0	0	0	0	100	1000	
7.ª	ZONA DE AVENIDAS	100	1000	100%	100%	0	0	0	0	0	100	1000	
8.ª	ZONA DE QUAIAS	100	1000	100%	100%	0	0	0	0	0	100	1000	
9.ª	ZONA DE PARQUE	100	1000	100%	100%	0	0	0	0	0	100	1000	
10.ª	ZONA DE OUTROS	100	1000	100%	100%	0	0	0	0	0	100	1000	

Fig. 90: Esboço geral de urbanização da cidade de Barcelos. Mapa de cercas, afastamentos aos eixos, volumetria, etc.

Ao propor a demolição da velha ponte Gótica, a destruição do secular Carvalho, o prolongamento da Avenida dos Combatentes, para o lado poente que, além de destruir vários edifícios pertencentes a estrutura urbana antiga, imporia a demolição da Capelinha de S. Bento e inutilizaria parcialmente o Campo Camilo Castelo Branco, estas alterações seriam de certa forma radicais na estrutura antiga Urbana da Cidade, que iriam contra a Carta de Património de 1931 e a Carta do Urbanismo de 1933.



Fig. 91: Extrato do Esboço geral de urbanização da cidade de Barcelos, variante ao palácio da justiça



Fig. 92: Extrato do Esboceto geral de urbanização da cidade de Barcelos, Execução da variante e localização da caixa geral de depósitos

Em Barcelinhos, no estabelecimento de uma via envolvendo totalmente a Capelinha de Nossa Senhora da Ponte, tudo isto tendo como subjacente a ideia de desafogar certas áreas, evidenciando os edifícios presumivelmente mais importantes e aumentar a velocidade de circulação, em suma, reorganizar um espaço de características medievais pouco apto e, justificadamente, a suportar a solicitação e intrusão do automóvel a ritmo cada vez maior. Contudo sentiu-se uma preocupação em preservar os antigos terrenos que marginavam o rio, nomeadamente as Quintas do Aparício e do Bessa, em Barcelos e Vessadas, do Galo e da Tomadia, em Barcelinhos, sugerindo inclusivamente a dinamização do rio e suas praias fluviais.

## Plano Geral de Urbanização da Cidade

Em 1978 a Câmara Municipal de Barcelos contrata o GALP, Lda., Gabinete de Arquitetura e Urbanismo do Arquiteto José Carlos Loureiro, para a elaboração do estudo prévio para o futuro Plano Geral de Urbanização da Cidade, aprovado em Assembleia Municipal em 1984.

Apresenta como fundamentos a afetação ao plano de uma grande área do território, o estabelecimento de uma alternativa à E. N. 103, integrando uma nova ponte, a preservação da estrutura urbana antiga da Cidade de Barcelos e dos terrenos que marginam o rio, não como uma área não edificável, mas, sobretudo, vocacionando-os a futuro parque da cidade e permanecer como elementos preponderantes na definição da nossa paisagem urbana.

A inclusão de uma grande área teve em vista permitir o aparecimento de uma zona tampão, desenvolvendo-se perifericamente ao aglomerado futuro, constituída por terrenos agrícolas e florestais, que provocasse uma descontinuidade física no tecido urbano, impedindo o alastramento das construções.

Este plano forneceu as diretrizes para a elaboração de planos de pormenor, como foram os casos das Quintas do Escondidinho, Espinheira, contudo não nos podemos esquecer do grande índice construtivo aliado a estética dos edifícios que muitas vezes deixa muito a desejar, e para os terrenos situados entre a Rua Trás-das-Freiras e a Avenida Combatentes da Grande Guerra; de um modo passivo, pela qualidade e carácter pedagógico de que se revestiram algumas recuperações de edifícios e quando impediu a demolição e/ou a alteração tipológica de edifícios em zonas urbanisticamente comprometidas. É ainda de realçar a previsão de uma nova ponte de âmbito marcadamente regional junto à atual ponte ferroviária, que irá permitir a ligação direta das duas margens, esta ponte foi iniciada em 1990 e concluída em 1995.

A eliminação programada das diversas passagens de nível e a localização de diverso equipamento social, desde ao recinto da nova feira, ao futuro estádio, zonas escolares, hospitalar, etc.

Este plano era acompanhado por um regulamento geral, em que definia os parâmetros que considerava necessários para conseguir um ordenamento mínimo crescimento urbano, estabelecendo entre outros, as percentagens de ocupação de solo, número de pisos.

Além do Plano Geral de Urbanização da Cidade, o Arq. Carlos Loureiro elaborou vários estudos, entres os quais se destacam os principais equipamentos: Palácio da Justiça, Posto de Correios, a Galeria Municipal de Arte e o Edifício do Cartório Notarial.

Os terrenos afetados pelo plano à construção são uma parcela muito pequena da área estudada e permitem, com um índice de ocupação do solo na ordem dos 250H/há no máximo, projetar uma cidade de 40000 habitantes, válida para um horizonte temporal de 25 anos. (Boaventura, 1982, p. 217)



Fig. 93: Plano Geral de Urbanização da Cidade – Estudo Prévio

A função do anel procurava resolver o fluxo de trânsito inter-regional que atravessava a cidade. A posição geoestratégica de Barcelos coincidente com o ponto de cruzamentos dos percursos que estabelecem a ligação entre diversos polos de atração a saber: Braga, Famalicão, Póvoa de Varzim, Esposende Ponte de Lima e Viana do Castelo, colocava-a numa situação privilegiada em termos de dinamismo urbano.

Simultaneamente a via periférica (mais tarde denominada cintura externa) agarra todas as Estradas Nacionais que cruzam a Cidade e serve de apoio ao estabelecimento de penetrações urbanas que introduzirão o tráfego rodoviário na Cidade.

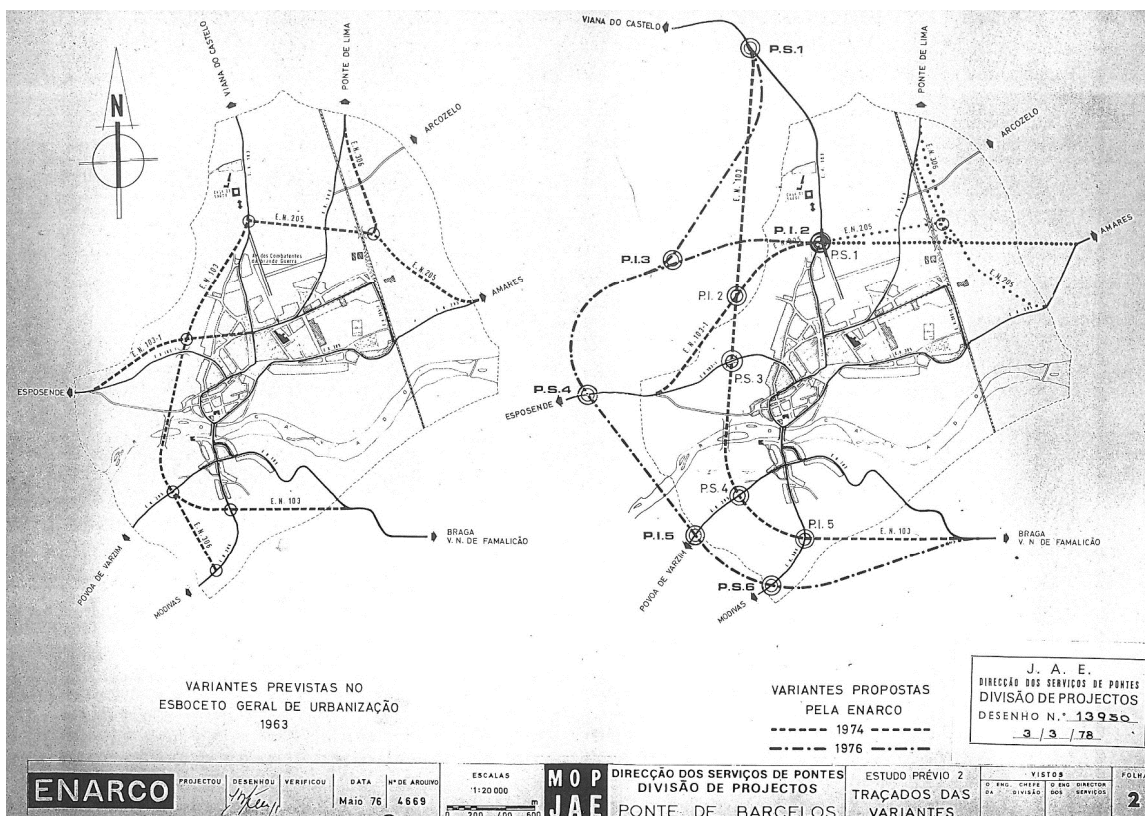


Fig. 94: Estudo da rede viária proposta no Esboço Geral de Urbanização de 1963, e o estudo prévio elaborado pela ANARCO em 1978

Este estudo prévio elaborado pela ANARCO exclui as alternativas previstas no Esboço Geral de Urbanização de 1963, propondo algumas variantes.

### Instrumentos de gestão territorial em vigor

O Concelho de Barcelos é abrangido, total ou parcialmente, pelos seguintes Planos de Ordenamento do Território.

TIPO DE I.G.T.	DESIGNAÇÃO	DINÂMICA	PUBLICAÇÃO	D.R.	DATA
Plano Diretor Municipal	P.D.M. de Barcelos	Em Revisão	R.C.M.64/95	152 IS-B	4/7/1995
Plano Setorial	Plano da Bacia Hidrográfica do Lima	Em elaboração	D.R. 11/2002	57 IS-B	8/3/2002
Plano Setorial	Plano da Bacia Hidrográfica do Ave	Em elaboração	D.R. 19/2002	63 IS-B	15/3/2002
Plano Setorial	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho	_____	D.R. 17/2007	62 IS	28/3/2007

Fig. 95: Quadro dos planos em vigor

#### 4.4.1 – Localização e limites do estudo

De acordo com o diploma do Plano Diretor Municipal, este obriga ao desenvolvimento de um Plano Estratégico Municipal. Este Plano obriga a estudos sectoriais tais como: rede viária, meio físico e relevo: hipsometria; declives; clima; exposição de vertentes; ocupação do solo; número de alojamentos familiares clássicos; número de famílias a sua variação; enquadramento socioeconómico; evolução da população; evolução do número de habitantes, famílias e alojamentos; atividade económica da população; entre outros.

O concelho de Barcelos está inserido na NUT III – Cávado, juntamente com Amares, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde, pertencendo ao distrito de Braga.

Faz fronteira com o concelho de Esposende a Oeste, Póvoa do Varzim a Sudoeste, Viana do Castelo e Ponte de Lima a Norte sendo separados pelo Rio Neiva, Braga e Vila Verde a Nordeste, Braga a Este e Vila Nova de Famalicão a Sudeste.

Situado no noroeste do território nacional, pode dizer-se que está na proximidade de algumas infraestruturas de conectividade de grande importância.

A cidade de Barcelos, situada no centro geográfico do território municipal, dista, por rodovia:

- Pouco mais de 1 hora de Vigo (Galiza) e respetivo aeroporto e porto comercial;
- Cerca de 30 minutos de Viana do Castelo e respetivo porto comercial;
- Menos de 1 hora da cidade do Porto, Porto de Leixões e Aeroporto Francisco Sá Carneiro;
- Menos de 30 minutos da cidade de Braga;
- Plataformas logísticas transfronteiriças de Chaves e As Neves/ Salvaterra (Galiza) a cerca de 1h 30m e de Valença a cerca de 1 hora.

Os acessos rodoviários principais que suportam esta conectividade são:

- A3 (Espanha - Valença – Porto);
- A11 (Guimarães – Braga – Barcelos – Esposende);
- A28 (Porto – Viana do Castelo – Espanha);
- A7/A24 (Vila do Conde – Famalicão – Chaves).

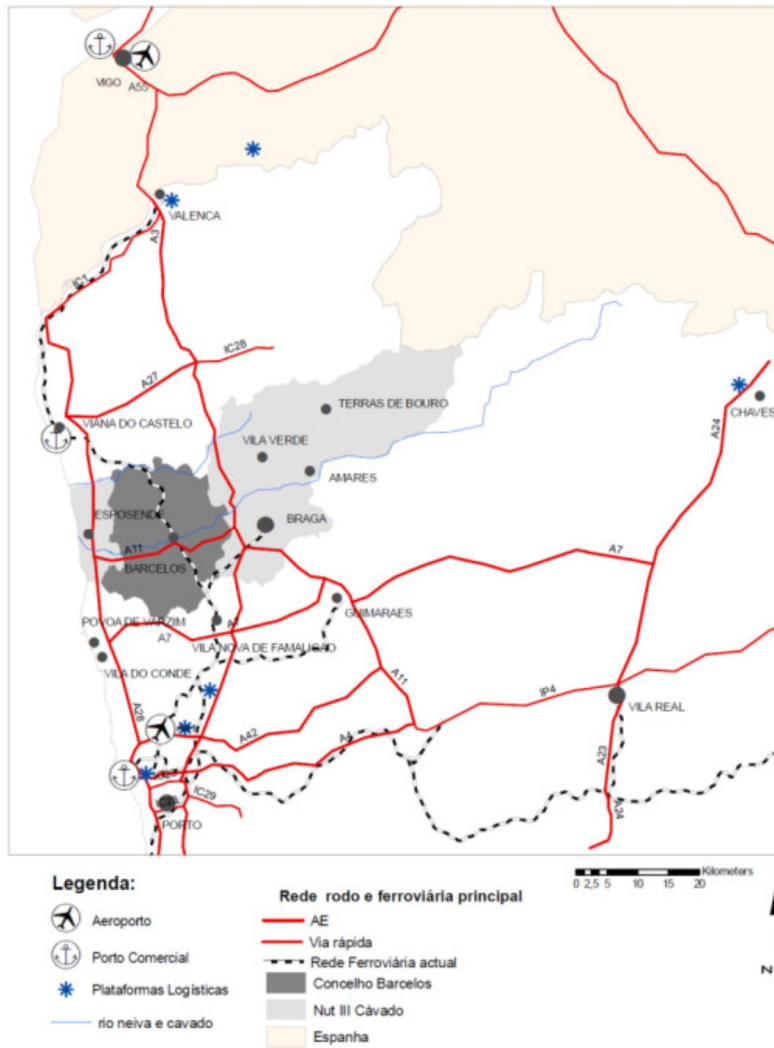


Fig. 96: Barcelos no mapa regional

A integração neste espaço regional faz-se através de alguns eixos rodoviários (e ainda pela ferrovia) que, ao longo do tempo, foram estruturando o povoamento e as dinâmicas.

Esses eixos cruzam-se num lugar geograficamente central onde, grosso modo, se localiza a Cidade, sede de Concelho, induzindo assim um esquema quase radial de funcionamento do sistema territorial.



Fig. 97: Esquema viário

Como já referido, Barcelos é relativamente bem servido por eixos rodoviários de grande capacidade. Embora os eixos norte-sul, de integração com a Galiza e Grande Porto (A3 e A28), tenham um percurso tangencial ao território, a autoestrada A11 garante a integração neste sistema.



Fig. 98: Rede viária

A configuração “radial” da rede favorece claramente a centralidade da cidade de Barcelos no território, seja ao nível das ligações internas, seja na conectividade com o exterior.

Em muitos casos, devido às condições do terreno e aos fluxos historicamente predominantes, o atravessamento do território ou a ligação entre freguesias/aglomerados faz-se com passagem pelo centro geográfico do município.

A rede viária mais fina (estradas e caminhos municipais) não garante a conectividade muito para além da alimentação do esquema radial básico.

Como se pode verificar o concelho de Barcelos é servido por rede ferroviária principal.

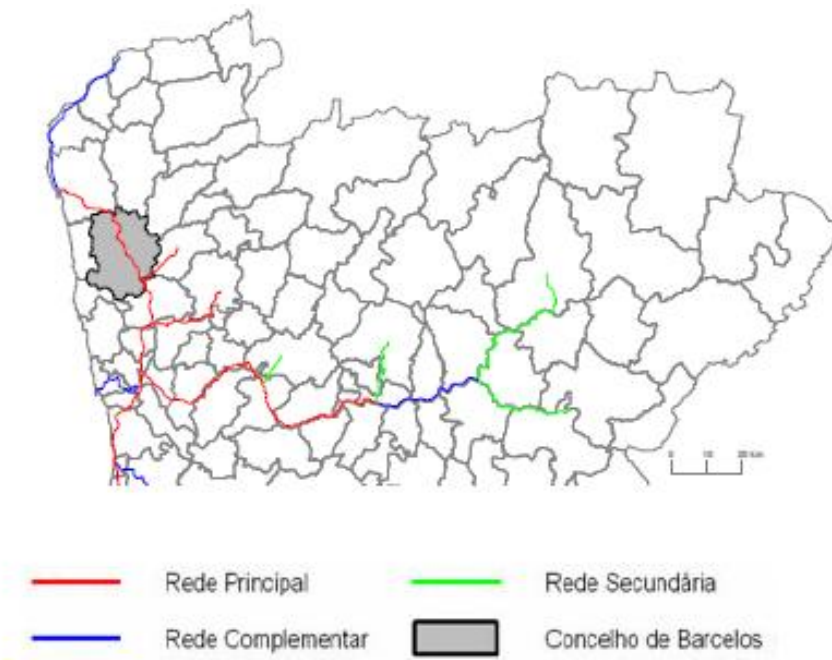


Fig. 99: Rede ferroviária



Fig. 100: Mapa das freguesias

#### 4.4.2 – Caracterização do meio em análise e os seus elementos de paisagem

##### Hipsometria

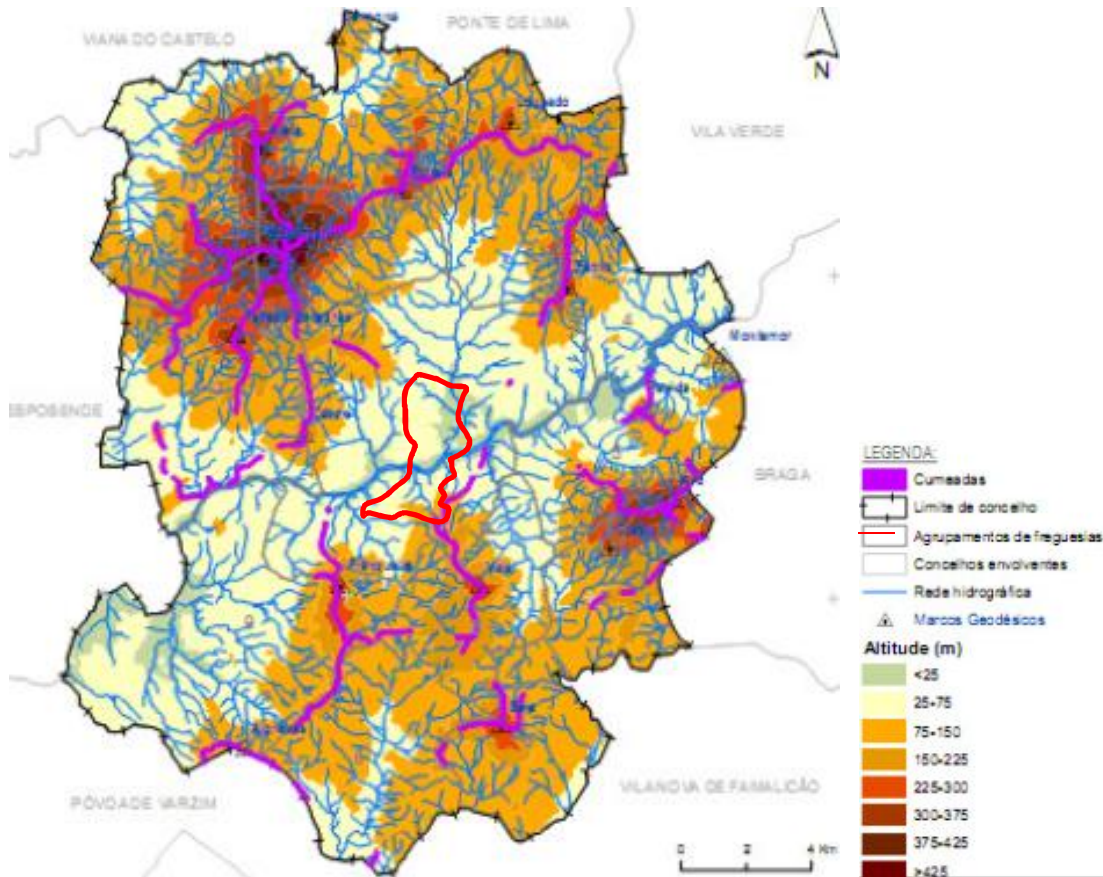


Fig. 101: Mapa hipsométrico

A análise da variável relevo constitui um fator essencial para a definição de unidades territoriais com vista à determinação de aptidões, capacidades e potencialidades para todas as utilizações e funções úteis para o Homem. A definição dessas unidades territoriais deve-se à sua influência sobre uma boa parte dos elementos e processos fundamentais do sistema biofísico (clima, sistema hídrico, solo, usos e funções, etc.).

A morfologia da região do Minho é marcada pela existência de cortes originados por alinhamentos de fraturas de várias direções, em especial "bética", pelos principais Rios da região e alguns dos seus afluentes, dos quais o Rio Cávado faz parte.

A maioria da área do concelho de Barcelos faz parte desta bacia hidrográfica, localizando-se no setor mais jusante, próximo da faixa litoral. Estes condicionalismos fazem com que esta região seja "medianamente acidentada, com ampla orla litoral, vales abertos e diversos alvéolos de

erosão que abrem largas clareiras intensamente cultivadas. Numa análise a uma escala maior, a altitude mínima (inferior a 5 metros) de Barcelos observa-se na parte Sul, na passagem do Rio Cávado para o concelho de Esposende. Por sua vez, a altitude mais elevada é de 488 metros, correspondendo ao marco geodésico de S. Gonçalo, na parte Noroeste. Apesar do concelho de Barcelos apresentar um relevo “medianamente acidentado”, as diferenças morfológicas locais condicionam de forma diversa as diversas ações. As altitudes superiores a 375 metros correspondem a uma ocupação de 1,3% do concelho predominando sobretudo a Norte, na margem direita do Rio Cavado. A Sul do concelho, esta classe encontra representação mais reduzida, limitada ao marco geodésico de Airó. As altitudes inferiores a 75 metros (representam 40% do concelho) caracterizam toda a área adjacente ao principal curso de água de Barcelos (Rio Cávado).

### Declives

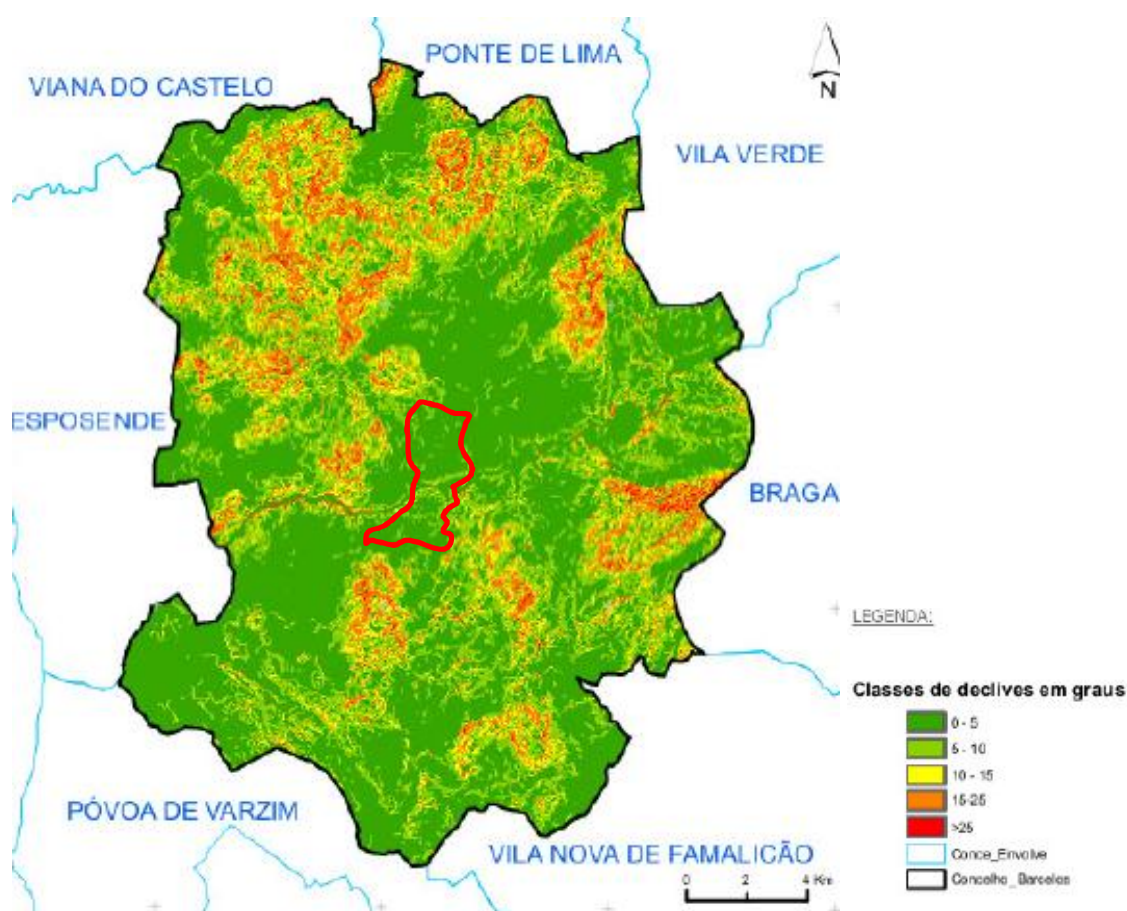


Fig. 102: Mapa de Declives

A importância da caracterização e análise desta variável geofísica repercute-se nas “condicionantes positivas e negativas para usos e funções existentes ou previstos no território

(riscos de erosão, drenagem hídrica e atmosférica, implantação de estruturas e infraestruturas, trabalho de maquinaria diversa, sistemas agrícolas e florestais, etc.) ". Os declives mais acentuados têm uma maior expressão na margem direita do Rio Cávado, principalmente nas Serras de S. Gonçalo, Lousado, S. Lourenço e Oliveira. Na margem esquerda, os maiores declives verificam-se na Serra de Airó. São nos pontos mais elevados do concelho – a Norte do Rio Cávado: as Serras de S. Gonçalo, Penedo do Ladrão, Peniques, Arefe, Boicinhas, Cutulo, Roriz, S. Lourenço, Busto, Montes do Facho e Lousado; a Sul: Airó, Serra da Saia e Franqueira, Alto da Vaia e Montes do Maio e Minhotões - que a morfologia acidentada se reflete nos declives mais elevados.

Estas áreas apresentam-se mais sensíveis à erosão do solo, o que conduz à necessidade de evitar nestas áreas a remoção total do sub-coberto aquando da gestão de combustíveis. O predomínio de declives inferiores a 35% (representa 96% do território do município) faz com que o fator limitante no uso de meios mecânicos não seja significativo na maior parte do concelho de Barcelos. Os declives mais suaves (inferiores a 8%) representam na área proximamente de 48%.

### Clima

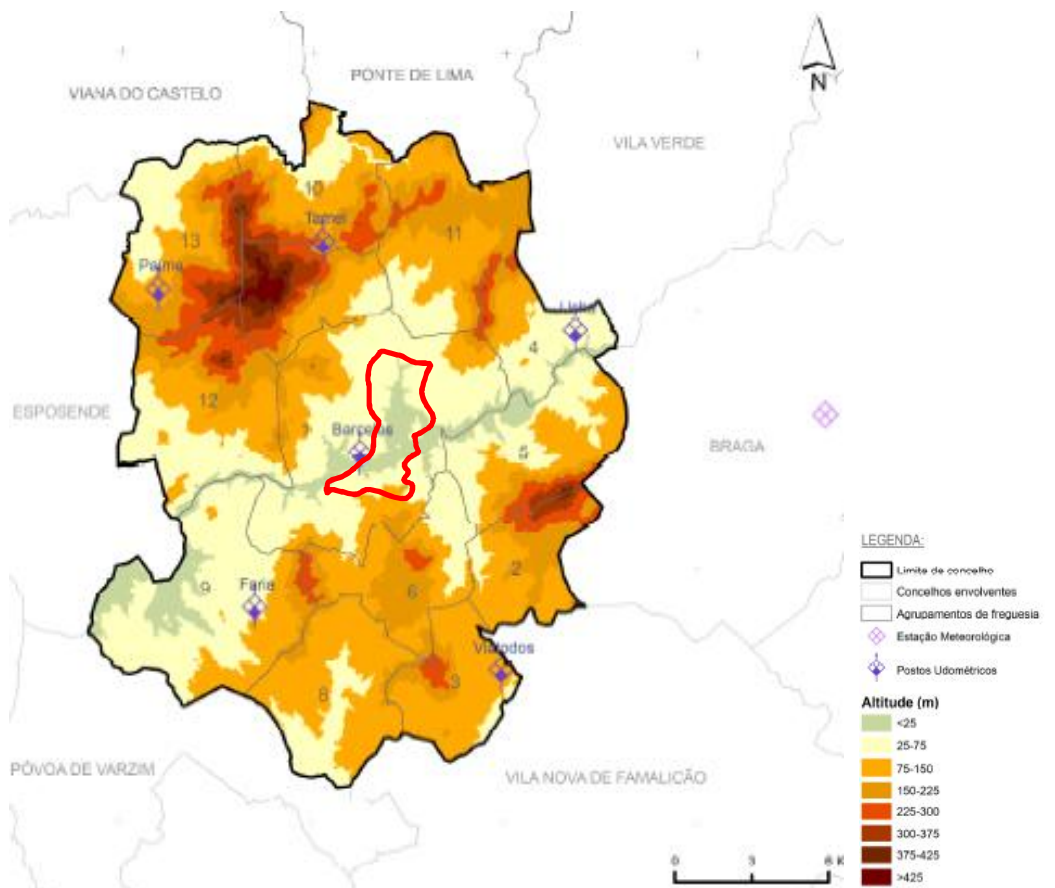


Fig. 103: Mapa do Clima

A característica climática mais marcante do Noroeste Português reside, inquestionavelmente, nos seus elevados quantitativos pluviométricos, os quais se devem à frequente passagem de superfícies frontais, conjugadas com o efeito das montanhas, muito próximas do litoral apresentando totais anuais médios de precipitação superiores a 1.400 mm

De fato, trata-se de uma região com afinidades mediterrâneas mas com forte influência atlântica, traduzindo-se num clima de temperaturas amenas, com pequenas amplitudes térmicas e forte pluviosidade média, resultado da sua posição geográfica, da proximidade do Atlântico e da forma e disposição dos principais conjuntos montanhosos.

De acordo com Atlas do Ambiente, a temperatura média diária da região varia entre os 12,5 e os 15°C, situando-se os índices de humidade atmosférica médios anuais entre os 75 e os 80%. Para a precipitação os valores médios variam entre os 1.400 e os cerca de 3.000 mm por ano. A altitude e disposição do relevo contribuem localmente para uma acentuada assimetria na distribuição da precipitação. Também os restantes elementos climáticos são fortemente condicionados por estas duas variáveis.

A existência de vertentes nebulosas e nevoeiros frequentes, aliada a uma insolação relativamente baixa, completam as características do clima da região.

O tempo pode ser definido como sendo o estado da atmosfera num determinado lugar e momento. Quanto ao clima, é consequência de um conjunto de condições atmosféricas que sucedem em determinada área, de forma típica e continuada ao longo de dado período de tempo. A análise do clima de um dado território é determinada por estatísticas de longo prazo (30 anos) de uma série de parâmetros que em climatologia se podem denominar por meteoros (precipitação, humidade, temperatura, vento, entre outros).

A caracterização climática do concelho de Barcelos foi realizada com base nos valores de dez parâmetros/meteoros respeitantes à Estação Meteorológica de Braga/ Posto Agrário (1961/1990 – Instituto de Meteorologia). Estes parâmetros são: temperatura, precipitação, humidade relativa, evaporação, vento, orvalho, geada, neve (solo e cobertura de neve) e evapotranspiração real e potencial.

## Exposição de Vertentes

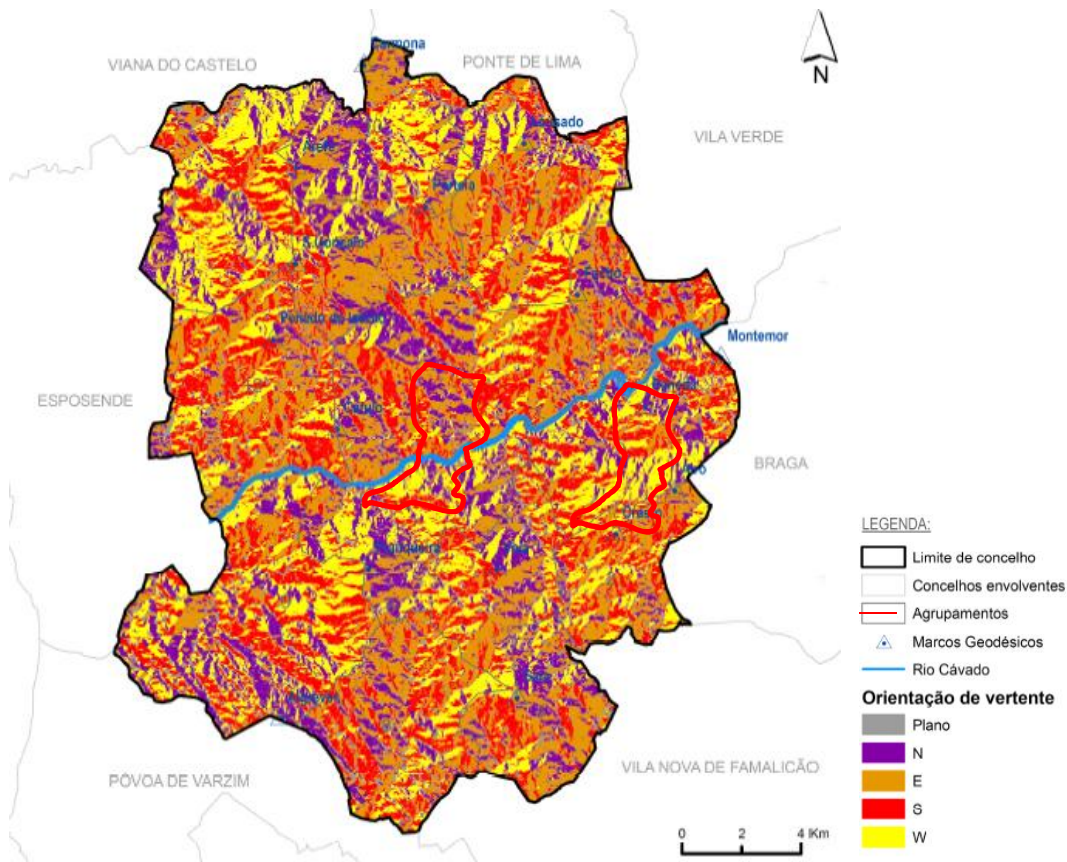


Fig. 104: Mapa de Exposição de vertentes

A orientação das encostas reveste-se de uma certa importância nas diversas exposições das vertentes ao sol e geram diferentes microclimas, determinantes no conforto bioclimático e na natureza da vegetação espontânea ou das culturas instaladas.

Em termos espaciais, verifica-se que existe uma divisão originada pelo Rio Cávado. Na margem esquerda há um predomínio das vertentes soalheiras, com intrusões de vertentes sombrias.

Por sua vez, na margem direita a parte central do concelho tem um domínio de vertentes expostas a Norte e Este. Nessa mesma margem do Rio, na parte Sudoeste junto à fronteira com Esposende e Viana do Castelo, existe uma mancha extensa de vertentes soalheiras.

A relação entre a orientação das vertentes e os declives adquire uma importância maior do que a análise das variáveis isoladamente, uma vez que, associado às condições climáticas, influenciam positiva ou negativamente os processos vitais da vegetação. A esta relação dá-se o nome de insolação e é sabido que as vertentes expostas a Sul (no Hemisfério Norte), são as que recebem maior quantidade de radiação solar ao longo do ano, quanto maior for o declive.

Pelo contrário, nas vertentes expostas a Norte o máximo regista -se, no Inverno, nas superfícies menos inclinadas e no Verão, nas paredes verticais, sendo que entre Setembro e Março as vertentes expostas a este quadrante praticamente não recebem radiação.

As vertentes expostas a Oeste possuem valores de temperaturas do ar superiores às expostas a Este, pois, no primeiro tipo de vertentes verifica-se uma acumulação de radiação ao longo do dia, logo, há aquecimento de massas, enquanto, a nascente, a radiação das primeiras horas é gasta na evaporação do orvalho.

A morfologia do concelho de Barcelos não permite distinguir um predomínio claro de orientações das vertentes. A existência de vertentes soalheiras leva, no entanto, à necessidade de atribuir especial atenção aquando da gestão de combustíveis. Relacionando a exposição de vertentes com os declives, verifica-se que o concelho de Barcelos regista insolação máxima em 5,3% do seu território e moderada em 80,2%.

O fato dos declives predominantes serem inferiores a 35%, a combinação com vertentes soalheiras sofre maior dessecação, tornando fácil a progressão dos incêndios nessa área. Irá influenciar a prevenção estrutural, o planeamento e disposição das faixas de gestão de combustíveis.

CLASSES	NÍVEL DE INSOLAÇÃO
0	Zonas planas
1	Insolação máxima
2	Insolação moderada
3	Semi insolação
4	Semi sombreado
5	Sombreado
6	Sombreamento máximo

Fig. 105: Classificação dos níveis de insolação

### Ocupação do Solo

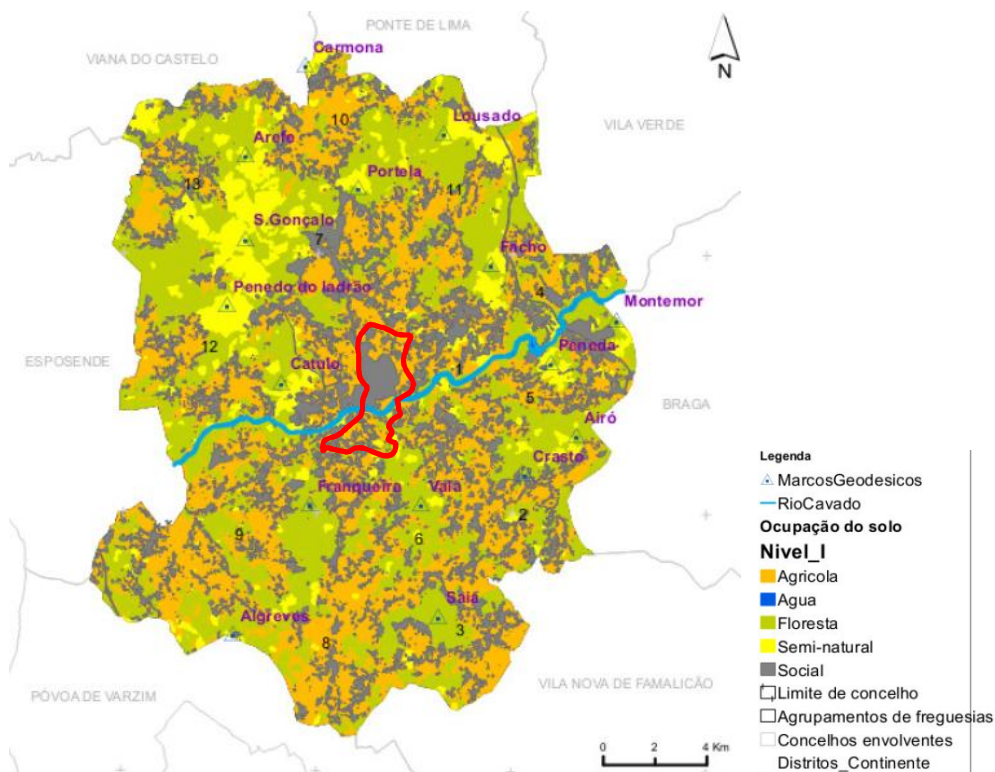


Fig. 106: Mapa de Ocupação do solo

A Carta de Ocupação do Solo, constitui uma ferramenta de auxílio importante em processos de apoio à tomada de decisão, como por exemplo, o caso dos instrumentos de planeamento (PDM, PROF) ou apoio à gestão municipal ou privada em diferentes áreas. Como se pode verificar pelo mapa a maior mancha de ocupação (social) do solo está concentrada na freguesia de Barcelos e Arcozelo, e diz respeito ao tecido urbano infraestruturas e equipamentos.

Nível I	Nível II	Área %
Agricultura	Culturas agrícolas	40,8
	Território agro florestal	2,0
Social	Tecido Urbano	14,8
	Improdutivos	0,4
	Infra estruturas e equipamentos	1,2
Floresta	Povoamento misto	17,2
	Povoamento puro	14,8
Semi natural	Ocupação arbustiva e herbácea	0,4
	Vegetação arbustiva alta e floresta degradada	3,3
	Áreas descobertas sem ou com pouca vegetação	2,7

Fig. 107: Distribuição de área (%) por classe de ocupação de nível II

#### 4.4.3 – O fenómeno sócio- económico – 1960 a 2011

Este trabalho não tem por objetivo fazer um estudo aprofundado da cidade de Barcelos, mas sim, fazer uma abordagem relativa a questões de contextualização genéricas que possam servir, em simultâneo, de sustentação para o estudo que se pretende desenvolver.

##### Evolução da população

A análise da componente demográfica é importante como forma de conhecimento tanto quantitativo como qualitativo da Cidade de Barcelos. Também pode providenciar uma avaliação do potencial de desenvolvimento.

Esta análise poderá ser utilizada como suporte para diversas formas de intervenção, bem como a definição de necessidades e implementação de futuros programas de ação.

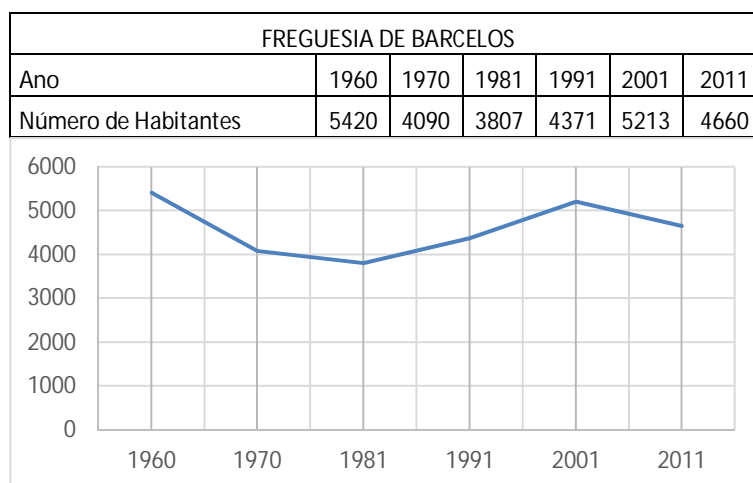
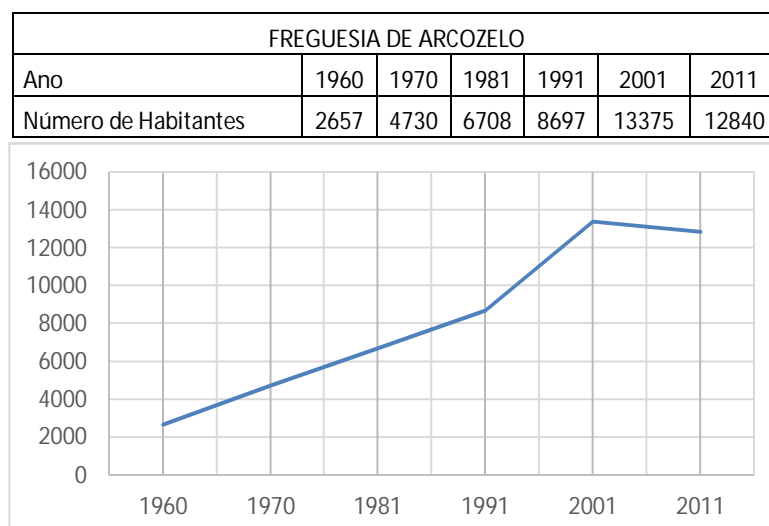


Fig. 108: Relação do número de habitantes, entre 1960 e 2011



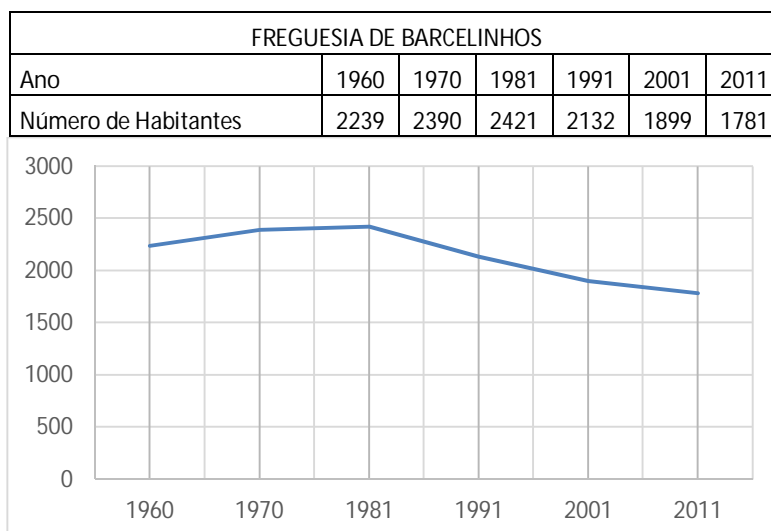


Fig. 109: Relação do número de habitantes, entre 1960 e 2011

Conforme se pode verificar, pelos quadros acima apresentados, o número de habitantes desde a época de 1960 tem vindo a crescer, contudo, entre 2001 e 2011 houve um decréscimo de população. Este decréscimo de população, pode ser explicado por:

- Pessoas que foram viver para as freguesias limitrofes;
- Aumento de emigração;
- Taxa de natalidade.

Os quadros destas três freguesias, Barcelos, Barcelinhos e Arcozelo, são apresentados em virtude do Plano Diretor Municipal, ter definido no seu Artigo 8º e passo a citar "O perímetro urbano da cidade de Barcelos é o delimitado na planta de ordenamento e nele identificado como tal "

A partir daqui, toda a análise sobre a cidade de Barcelos incluirá também as freguesias de Barcelinhos e Arcozelo. Incluirá, também, parte da área urbana da freguesia de Vila Frescainha S. Martinho.

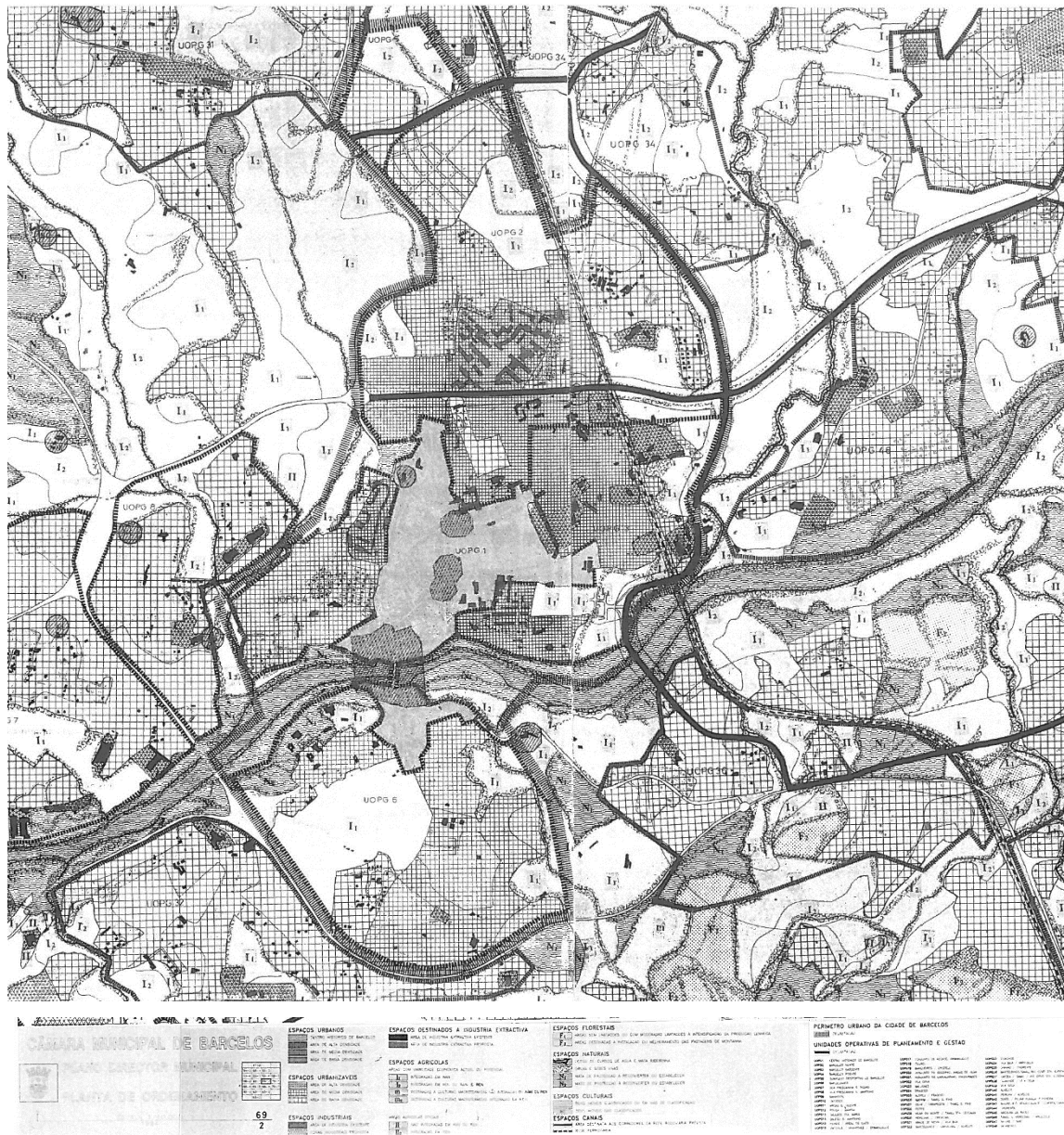
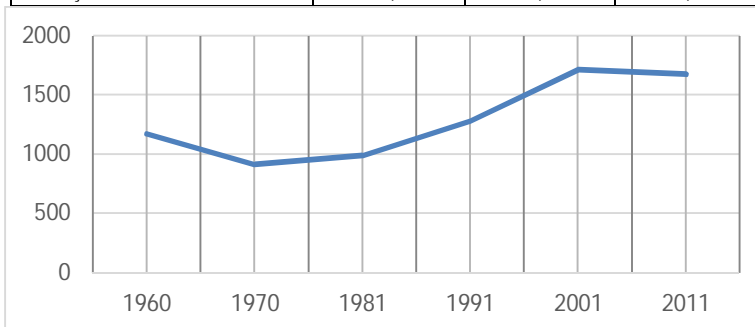


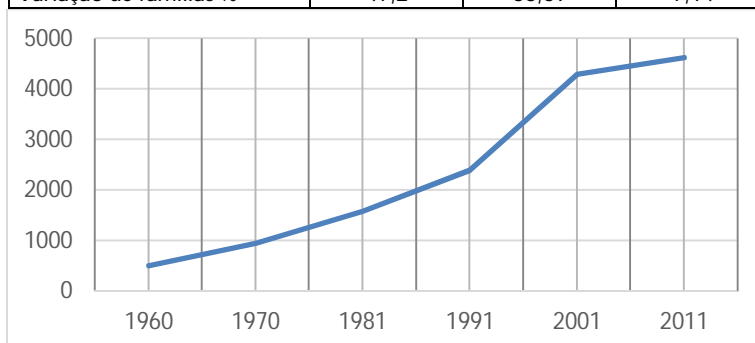
Fig. 110: Extrato da Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal de Barcelos

### Número de famílias e a sua variação

FREGUESIA DE BARCELOS						
Ano	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Números de famílias	1170	912	991	1281	1715	1677
Variação de famílias %	-28,28		22,63		-2,26	



FREGUESIA DE ARCOZELO						
Ano	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Números de famílias	501	949	1586	2392	4288	4618
Variação de famílias %	47,2		33,69		7,14	



FREGUESIA DE BARCELINHOS						
Ano	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Números de famílias	489	512	566	582	597	632
Variação de famílias %	4,49		2,74		5,53	

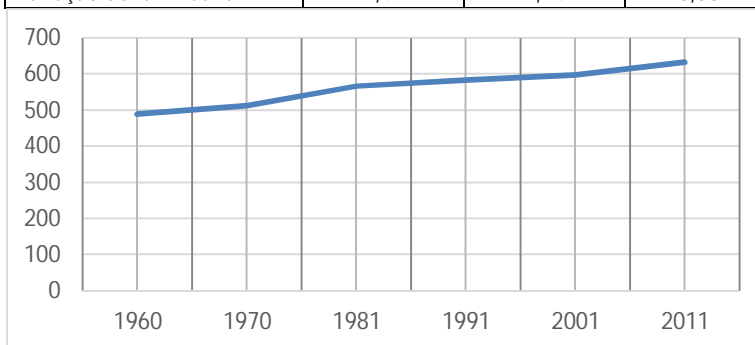


Fig. 111: Relação do número de famílias e a sua variação, entre 1960 e 2011

Conforme se pode verificar, pelos quadros acima apresentados, o número de famílias desde a época de 1960 tem vindo a crescer. Contudo na freguesia de Barcelos entre a década de 1960/1970 e 2001/2011, houve um decréscimo de famílias, entre os -28,28% e -2,26%, atingindo um grande número de famílias (geralmente famílias clássicas), provocando alterações na estrutura demográfica e familiar. Tal como na evolução populacional, os valores obtidos relativos à variação do número de famílias, realçam a importância dos movimentos populacionais.

Assiste-se assim a um crescimento mais acentuado no número de famílias nas freguesias de Arcozelo e Barcelinhos, desde a década de 1960 a 2011. Podemos constatar que a freguesia de Barcelos desde a década de 2001 tem vindo a perder habitantes, bem como famílias.

### Número de alojamentos familiares clássicos

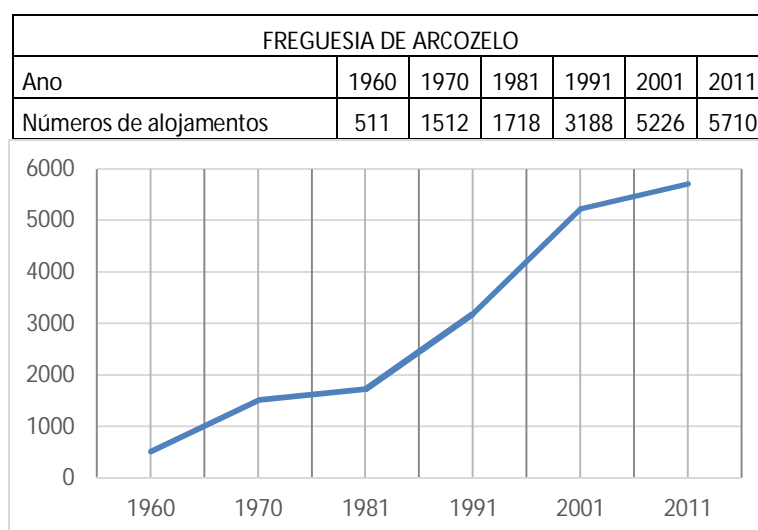
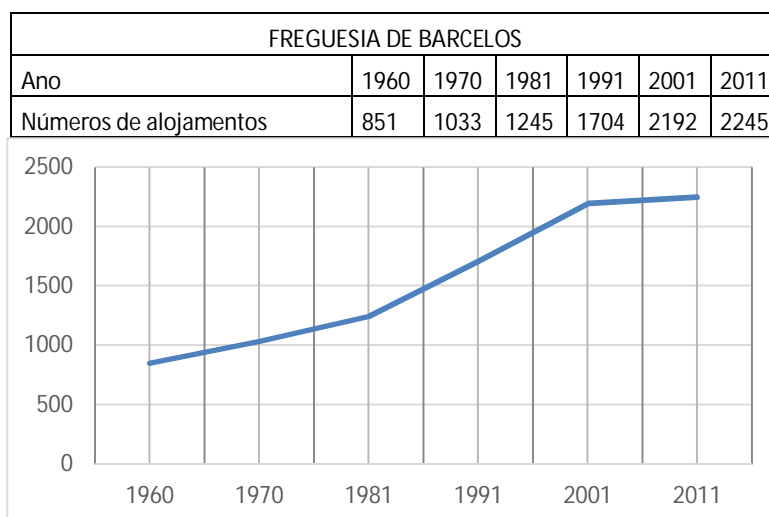


Fig. 112: Relação do número de alojamentos entre 1960 e 2011

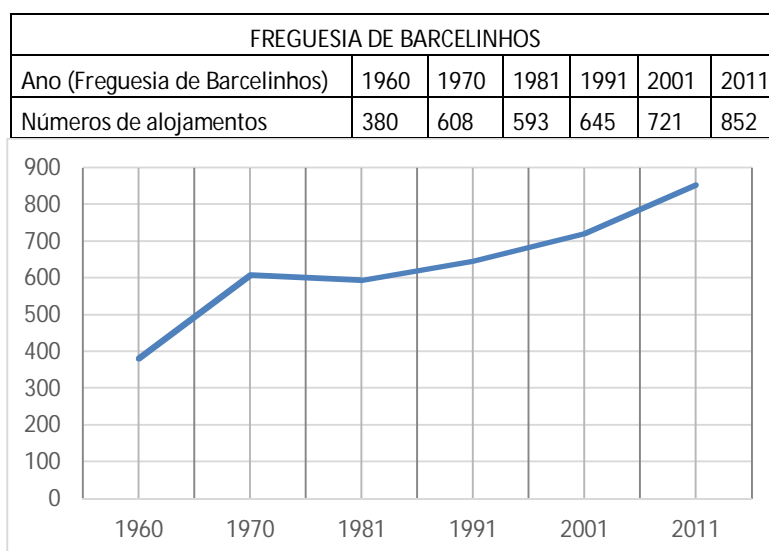


Fig. 113: Relação do número de alojamentos entre 1960 e 2011

Perante a observação dos quadros acima apresentados constata-se que os alojamentos têm vindo a aumentar nas três freguesias, com maior incidência na freguesia de Arcozele.

#### Evolução do número de habitantes, famílias e alojamentos

FREGUESIA DE BARCELOS						
Ano	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Número de habitantes	5420	4090	3807	4371	5213	4660
Números de famílias	1170	912	991	1281	1715	1677
Números de alojamentos	851	1033	1245	1704	2192	2245
FREGUESIA DE ARCOZELO						
Ano	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Número de Habitantes	2657	4730	6708	8697	13375	12840
Números de famílias	501	949	1586	2392	4288	4618
Números de alojamentos	511	1512	1718	3188	5226	5710
FREGUESIA DE BARCELINHOS						
Ano	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Número de Habitantes	2239	2390	2421	2132	1899	1781
Números de famílias	489	512	566	582	721	632
Números de alojamentos	380	608	593	645	721	852

Fig. 114: Relação entre o número de habitantes, número de famílias e número de alojamentos entre 1960 e 2011

O apuramento dos alojamentos ao longo das diferentes décadas permite-nos ter uma ideia da dinâmica da evolução. Contudo, como se pode verificar pelos quadros acima apresentados, a evolução das variáveis do número de habitantes (população residente), do número de famílias e de alojamentos, e se admitirmos o princípio de uma “família por alojamento”, rapidamente concluímos que há um “excesso” de alojamento nas três freguesias. Enquanto nos anos de

1960 existia sensivelmente um alojamento por família na freguesia de Arcozelo, o mesmo não se passava nas freguesias de Barcelos e Barcelinhos, contudo esta tendência foi aumentando ao longo dos anos.

Após a análise dos valores apresentados, esta remete-nos para duas questões de fundo:

- O dinamismo da construção civil;
- A especulação imobiliária.

Todavia, a vitalidade da evolução da construção civil não se resume à simples edificação de casas. Temos que ter em linha de conta as alterações introduzidas nas habitações pré-existentes. Além das manutenções e dos restauros do parque habitacional, há as transformações e os sucessivos aumentos como a construção de anexos, de garagens e de piscinas.

#### Atividade económica da população

Não possuindo dados referentes à atividade económica entre 1960 e 1991, a análise desta atividade económica será centrada entre a década de 2001 e 2011.

Contudo, entre 1960 a 1970 a população residente nas freguesias de Arcozelo e Barcelinhos, era de cariz rural/agrícola, em que a maioria estava empregada no setor primário (agricultura) e no setor secundário (têxtil e indústria de madeira), trabalhando por conta de outrem.

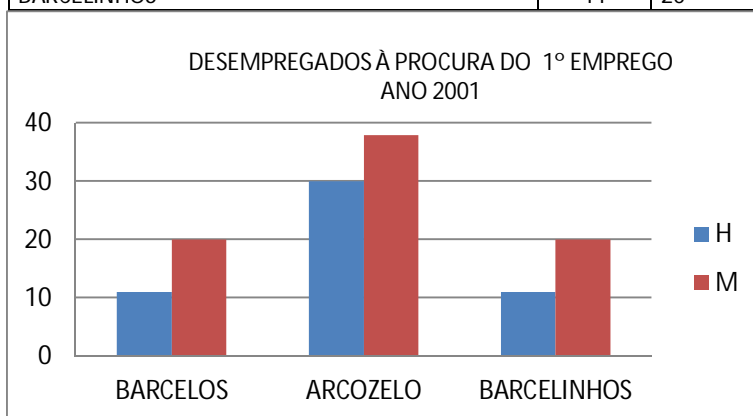
O setor terciário que está relacionado com serviços, estava principalmente confinado à freguesia de Barcelos e uma parte a sul do rio, mais precisamente na freguesia de Barcelinhos. Estes na sua maioria eram de cariz familiar, em que a cabeça do casal eram os proprietários e os filhos trabalhavam para ajudar o agregado familiar.

Relativamente à taxa de desemprego esta era muito baixa, em virtude da necessidade de mão-de-obra no setor primário e secundário, à guerra nas ex colónias portuguesas e também a emigração. Entre 1981 e 1991, com entrada de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986 (União Europeia na atualidade), houve um maior incremento das atividades quer sejam elas, no setor primário, secundário e terciário.

Contudo, no setor terciário houve uma alteração de paradigma, de cariz familiar passar a ter um cariz mais profissional. Tudo isto teve uma influência muito grande na qualidade de vida da sociedade nacional e local, criando um cenário de conforto e bem-estar.

A qualidade de vida é significativamente relevante no que respeita a conforto e bem-estar, criando um conjunto de infraestruturas. No que diz respeito à década de 2001 e 2011, de tudo o que foi referido, sofreu uma grande alteração, com o aumento do desemprego (à procura do 1º emprego e do novo emprego), conforme se pode verificar pelos quadros abaixo apresentados.

DESEMPREGADOS À PROCURA DO 1º EMPREGO - ANO 2001		
	H	M
BARCELOS	11	20
ARCOZELO	30	38
BARCELINHOS	11	20



DESEMPREGADOS À PROCURA DE NOVO EMPREGO - ANO 2001		
	H	M
BARCELOS	67	54
ARCOZELO	173	173
BARCELINHOS	67	54

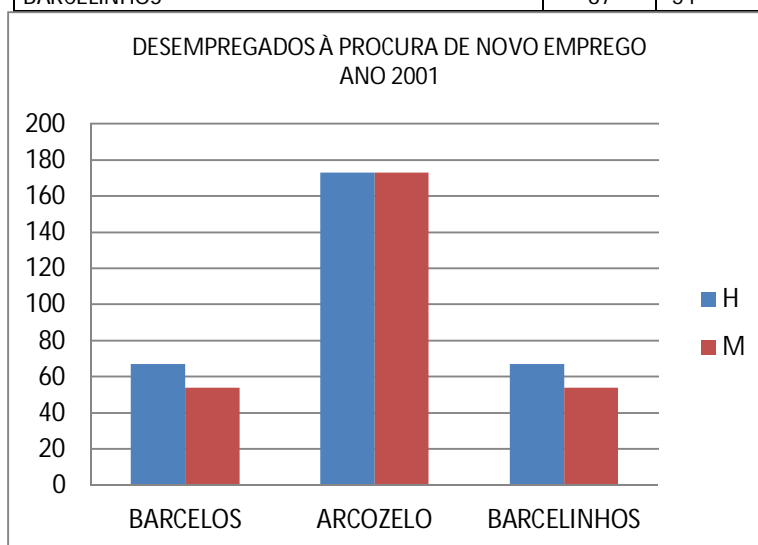


Fig. 115: Relação entre o número de desempregados à procura do 1º emprego e de novo emprego-ano 2001

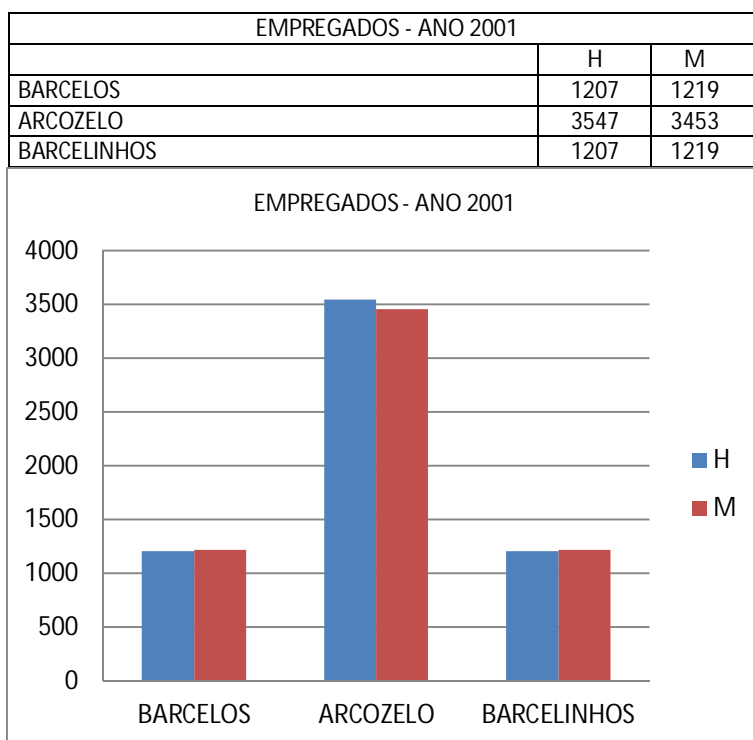
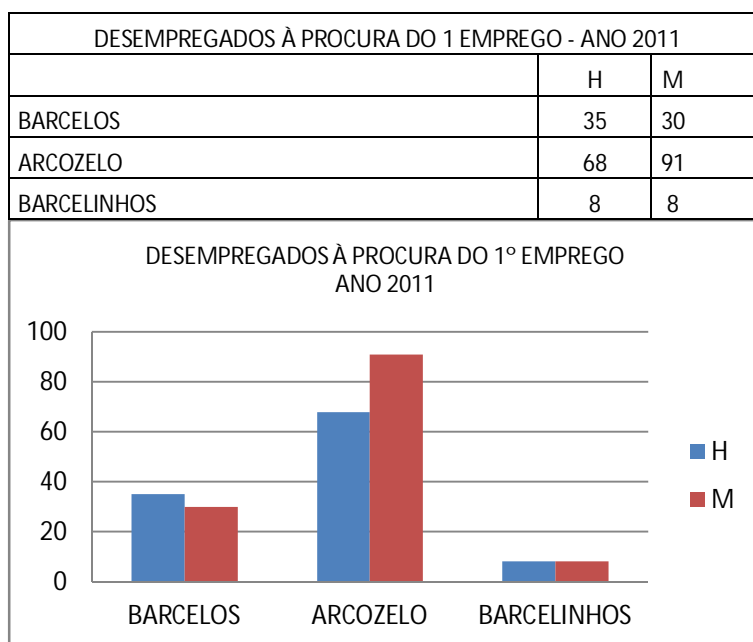


Fig. 116: Relação de empregados-ano 2001



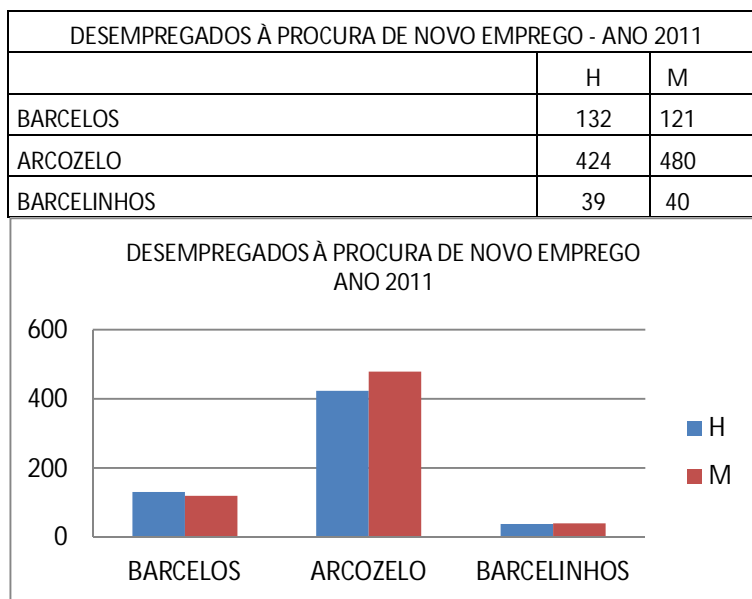


Fig. 117: Relação entre o número de desempregados à procura do 1º emprego e de novo emprego-ano 2011

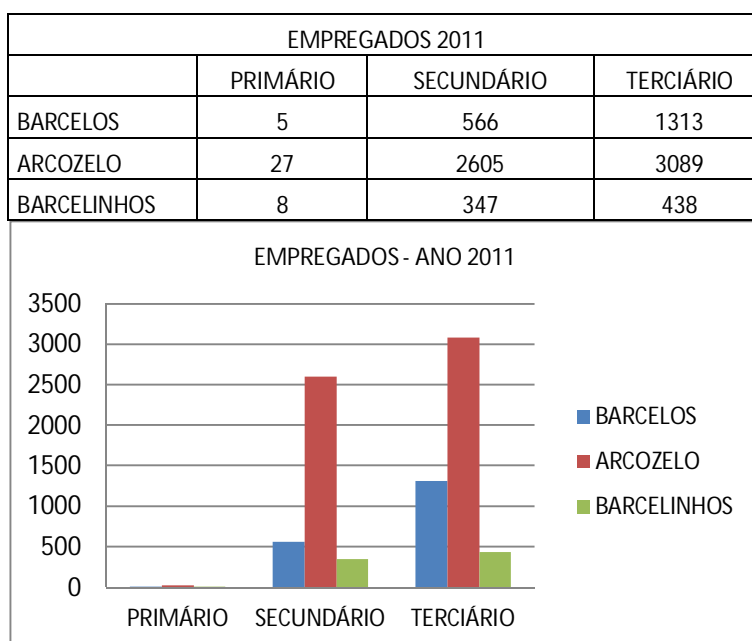


Fig. 118: Empregados por setores de atividade-ano 2011

Neste quadro relativo aos empregados no ano 2011, podemos verificar que é o setor secundário, ao qual está ligado a têxtil que emprega mais população. Em contrapartida o setor primário, o qual está mais ligado à agricultura, é quase inexistente.

Verifica-se também que os desempregados no ano 2001, relativo a homens e mulheres eram quase idênticos: Contudo, no ano 2011 houve uma assinalável alteração com o aumento de desempregados do sexo feminino em detrimento do sexo masculino, sendo isto mais visível na freguesia de Arcozelo.

O perímetro Urbano da Cidade de Barcelos foi definido como sendo a área mais dinâmica, por reunir um conjunto de valências/convergências, sócio económicas, demográficas, que caracterização o meio, conforme referido.

#### Instrumentos de gestão territorial em revisão

Passados dezasseis anos os instrumentos de planeamento, para além da revisão do Plano Diretor Municipal, estão em elaboração/revisão vários Planos Municipais de Ordenamento do Território.

DESIGNAÇÃO DO PLANO	TIPO DE I.G.T.	ÁREA ABRANGIDA	SITUAÇÃO	EM PROCESSO DE REVISÃO	OBSERVAÇÕES
Plano de Pormenor do Complexo Industrial do Vouga	Plano de Pormenor	1,5 Ha	Em elaboração 2003	_____	Encontra-se em reformulação para adaptação da legislação
Plano de Pormenor do Complexo Desportivo de Barcelos	Plano de Pormenor	27 Ha	Início em 2002 e suspenso em 2007	_____	Com Programa Base
Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Barcelos	Plano de Pormenor	_____	Início em 1995	_____	Em discussão pública
Plano de Pormenor da Zona Industrial de Rio Côvo Santa Eugénia	Plano de Pormenor	52,1 ha	Início em 1998	_____	Com estudo prévio
Plano de Urbanização de Barcelinhos	Plano de Urbanização	179 ha	Em elaboração 2002	Revisão 2010	_____
Plano de Urbanização da Zona Norte Nascente	Plano de Urbanização	361 ha	Em elaboração 2001		Discussão pública e ponderação de reclamações
Plano de Urbanização de Galegos Santa Maria	Plano de Urbanização	395 ha	Em elaboração 2002		Com entrega de Plano

Fig. 119: Quadros dos planos em revisão

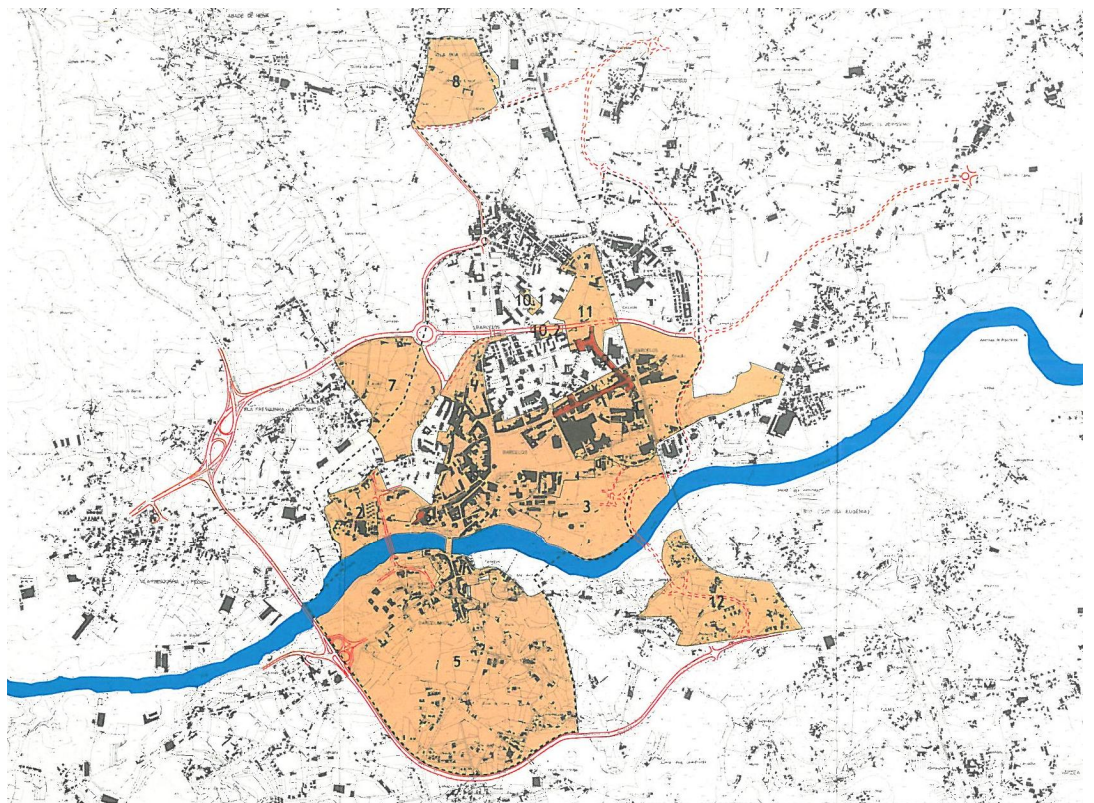


Fig. 120: Plano Diretor Municipal – Áreas sujeitas a estudos

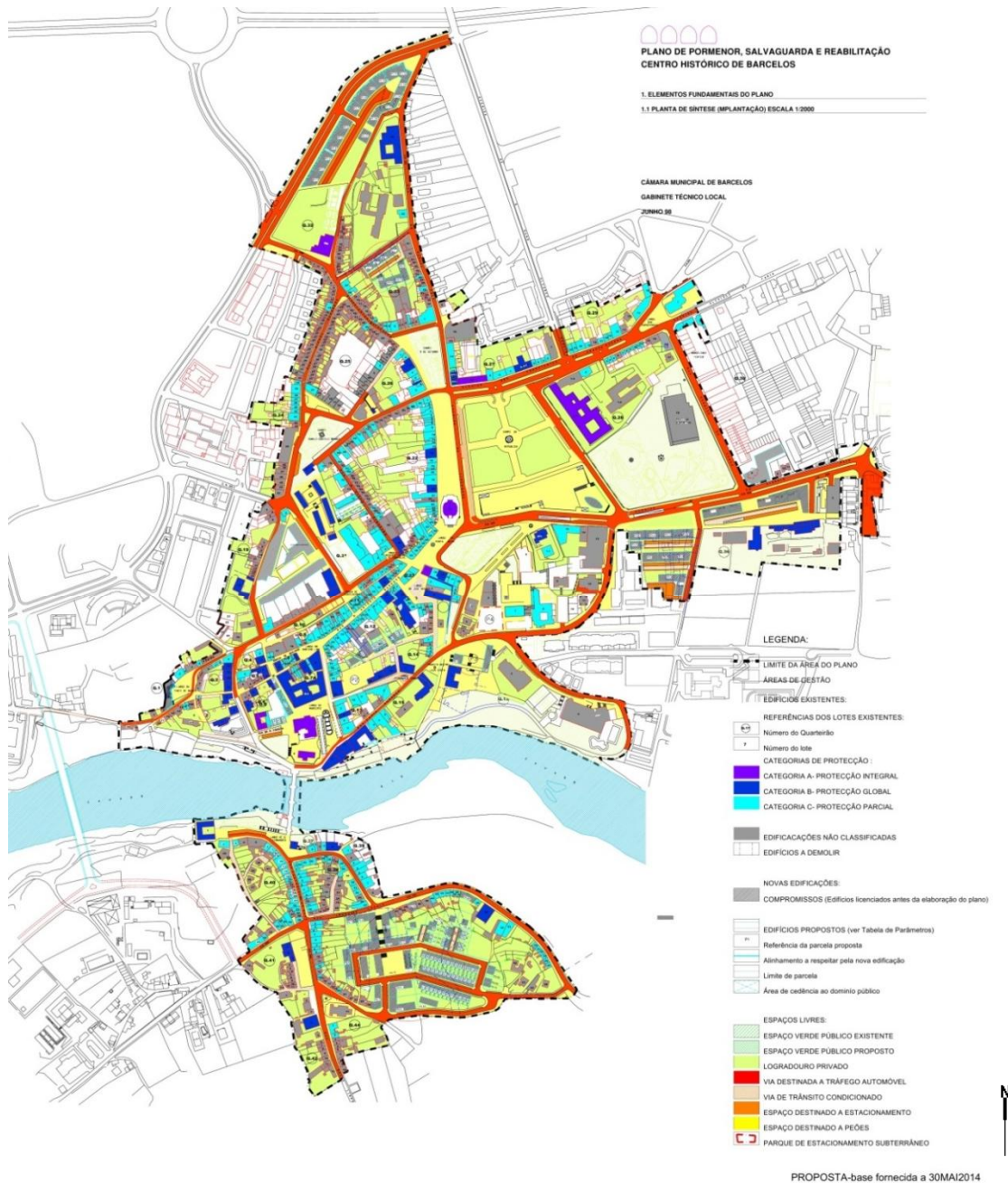


Fig. 121: Plano de Pormenor, Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico da Cidade de Barcelos

Este Plano de Pormenor delimita o Centro Histórica da Cidade de Barcelos, ou como é conhecido pela área antiga da Cidade, define três categorias de proteção:

- Categoria A-Proteção Integral;
- Categoria B-Proteção Global;
- Categoria C-Proteção Parcial.

Bem como as edificações não classificadas, os edifícios a demolir, as novas edificações, os alinhamentos a respeitar pelas novas edificações, o limite da parcela e área de cedência ao

domínio público, os espaços livres quer sejam espaços verdes públicos existente ou propostos, vias destinadas ao tráfego automóvel, estacionamento, e espaço destinado a peões.

A análise ao Capítulo IV, tornou-se uma oportunidade de reunir e de certa maneira confrontar toda as informações e elementos disponíveis, permitindo assim comparar os dados a partir de diferentes áreas para servir de percepção urbana, o seu processo de formação, a sua transformação ao logo do tempo.

É essencial, no estudo de uma cidade, compreender através da tomada de fatos históricos relacionados com a sociedade, a economia e a política (entre muitos outros, visto estes estudos serem de cariz multidisciplinares), dos diferentes intervalos temporais, que foram modelando a forma da cidade, é possível relacionar o tempo e a forma.

Ao analisar estes elementos e sua organização espacial e funcional, conseguimos assim definir a realidade urbana. A forma da cidade pode indicar componentes elucidativos dos fenómenos urbanos que vão acontecendo ao longo do tempo.

Perspetivou-se deste modo abordar os fenómenos que influenciaram a transformação da Barcelos, numa tentativa de perceber, e compreender a forma urbana da Cidade de Barcelos e os fenómenos que lhe deram origem, assim como para relacionar as décadas seguintes.

O enquadramento do capítulo IV, colaborou na obtenção de conhecimentos e noções relevantes para o estudo de caso.

Para tal, selecionou-se três períodos, respondendo aos objetivos enunciados, a partir do qual se extraíram fatores que condicionaram a transformação da Cidade de Barcelos.

## 4.5 - Década de 1960

### 4.5.1 - Evolução da estrutura urbana

(...) As realidades mais recentes e mais contrastantes das novas geografias resultantes da explosão urbanística do último meio ou quarto de século e cuja extensão e características não se podem explicar simplesmente, nem pela evolução demográfica, nem pela afeição imobiliária, nem pela proverbial inoperância dos instrumentos de planeamento. (Portas, Domingues, & Cabral, 2003, p.15)

A evolução da estrutura urbana foi sempre definida por quatro eixos principais, que ainda se mantêm nos dias de hoje a saber:

- 1 - Para Norte no sentido de Viana do Castelo, E.N. 103;
- 2 - Para Sul no sentido de Braga e Póvoa de Varzim, E.N. 205/103 e E.N.306;
- 3 - Para Nascente no sentido de Prado, E.N. 205;
- 4 - Para Poente no sentido de Esposende, E.N. 103-1.

Estes quatro eixos principais (estradas nacionais foi efetuada partindo da carta militar à escala 1/25000 de 1948) estão definidos nas figuras 122 e 123, páginas 153 e 154 que rasgam a cidade em quatro, atravessadas por vias principais que servem os maiores fluxos urbanos. Com o crescimento urbano a avulso, gerou novos arruamentos que se ligam às vias principais, numa teia nervosa ramificada. As interceções perpendiculares são, como exemplo

A ortogonalidade, quando existia, que no caso da cidade, os exemplos são muito poucos: Rua D. António Barroso, conhecida pela Rua Direita, era apenas matrizadora do traçado geral dos arruamentos, apresentando-se estes muito distantes da retilinearidade e quase sempre estreitos, para os padrões atuais, sendo assim complicado distinguir uma hierarquia com base no seu perfil transversal.

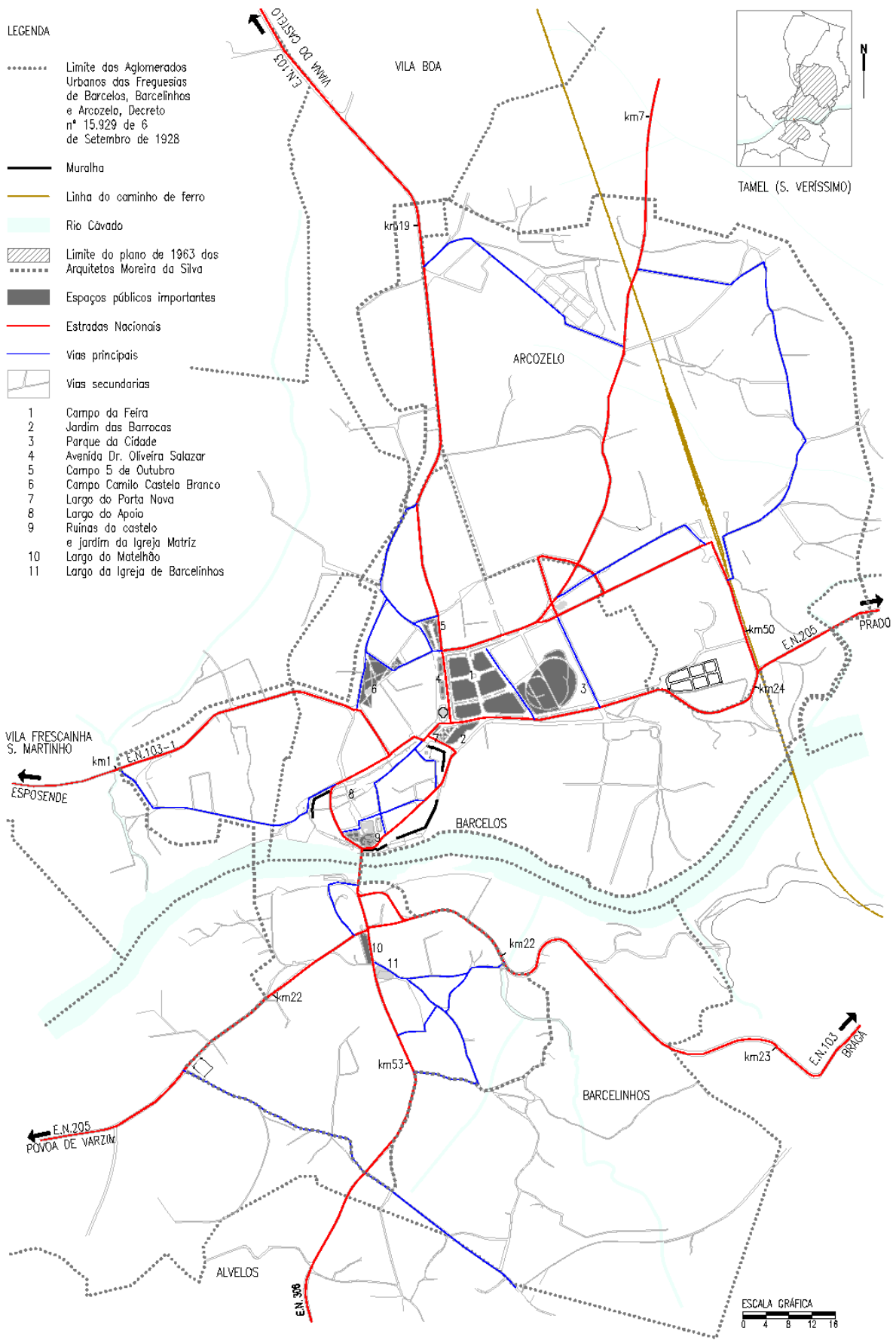
Nesta época, o arruamento construído com uma certa dimensão foi a Avenida D. Nuno Alvares Pereira. Esta via é conhecida pela Avenida das Escolas, que mais tarde, na década de 1970 seria finalmente concluída com a ligação à Avenida Alcaldes de Faria (ou como é conhecida pela Avenida da Estação), formaram planos ortogonais, originados por arruamentos retilíneos cortados perpendicularmente em angulo reto.

Ao analisarmos os mapas de 1877 e 1960, figuras 34 e 122, páginas 58 e 154, verificamos que não houve alteração na estrutura da rede viária. As vias eram as mesmas, onde a sua maioria manteve o seu perfil transversal, sendo a de maior importância foi a Avenida D. Nuno Álvares Pereira.

A evolução da estrutura urbana foi sempre pelas vias existentes, condicionada pela topografia do terreno, sendo este crescimento linear, os arruamentos consolidados, caminhos que mais tarde se tornaram em arruamentos (vias), conforme se pode verificar pelos mapas relativos a 1877 e 1960, contudo verificou-se alterações na evolução da estrutura, que teve o seu início com a construção do Bairro 1º de Maio em 1945/1949 e do Bairro da Misericórdia em 1959/1962, em que os novos arruamentos fazem parte de uma urbanização extensiva e reticular, em virtude desta não ocorrer com as vias já existentes.

Nesta época os arruamentos existentes de uma maneira geral já eram em "macadame", (macadame e macadamismo são termos coevos derivados do autor do processo John Loudon Mac Adam, conhecido pelo Sistema MacAdam foi efetuado em 1820, em Londres), os passeios em betonilha de cimento esquartelada (Areia e cimento em volume de 1:3) as guias eram em cimento. Os novos arruamentos já foram executados em cubo de granito, com a incorporação de guias em granito, mantendo-se ainda os passeios em betonilha de cimento esquartelada e guias em cimento.

Contudo no Esboço Geral de Urbanização de 1963, da autoria dos arquitetos David Moreira da Silva e Maria José M. Moreira da Silva, além dos três aglomerados urbanos, incluíram também parte da freguesia de Vila Frescainha S. Martinho, tendo verificado que já tinha um crescimento bastante assinalável, e ser também a via que liga a Esposende (E.N. 103-1), e possuir alguma indústria e serviços ligados ao setor terciário.



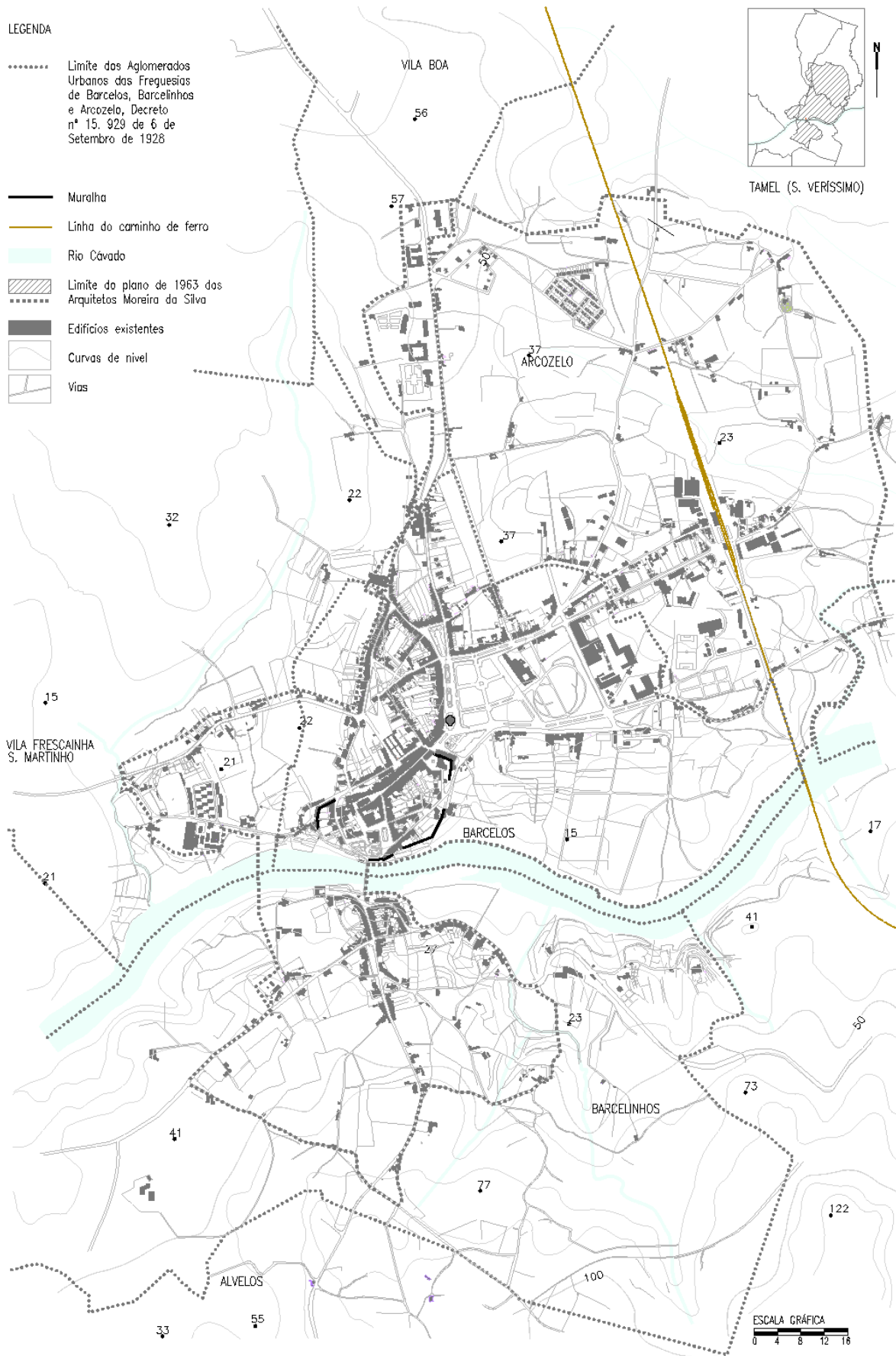


Fig. 123: Planta topográfica, com as vias e edifícios

#### 4.5.2 - Formas de crescimento

O crescimento do tecido urbano deu-se para fora dos limites da cidade em virtude deste estar completamente consolidado, havendo contudo zonas no interior dos quarteirões que estavam destinados às denominadas “quintas”, que de certa maneira ainda se mantêm hoje em dia, conforme se verifica pelas figuras 124 e 125, páginas 156 e 157. Este tipo de cidade contemporânea configura-se cada vez mais como uma estrutura compósita de cidade ou cidades, que são conhecidas pela sua história, bem como o da dita urbanizações sem história. Este tipo de sequência de crescimento linear vai delimitar vazios e discontinuidades que contrastam com a compacidade e com o desenho do tecido antigo da cidade, que se encontra representado na figura 125, página 157.

Não nos podemos esquecer que a cidade é um território que foi modelado durante séculos por agentes de diversa natureza com interesses diferentes.

Este crescimento foi também devido ao aparecimento de muitas indústrias, o que levou a uma imigração da população das zonas rurais para a cidade.

Ao analisarmos a figura 139, página 166, verificamos que a maior parte do edificado construído nesta década, é relativo ao setor secundário: indústria têxtil e de madeiras.

Ao observarmos as figuras 45, página 76 podemos concluir que entre os anos de 1940 e 1960, as freguesias de Barcelos, Arcozelo e Barcelinhos, tiveram um aumento de 0,93%, de 0,72%, de 0,68%, respetivamente, o que em vinte anos é muito pouco.

Na década de 1960 a freguesia de Barcelos tinha 5420 habitantes e 1119 de fogos, a freguesia de Barcelinhos 2239 habitantes e 610 fogos, a freguesia de Arcozelo 2657 habitantes e 531 fogos, o que representa o total de 10 316 habitantes de 2260 fogos,

A partir da década de 1960 a cidade tradicional compacta expandiu-se a diferentes ritmos e direções, sendo que inicialmente foi no sentido Nordeste, dando origem a uma imagem urbana complexa, difusa e variável do ponto de vista das densidades, ocupando áreas de génese agrícola e florestal que em décadas anteriores possuíam um importante papel na subsistência das famílias, contudo verificamos que a sul da freguesia de Barcelos, mais precisamente no centro da freguesia de Barcelinhos a mancha do edificado não sofreu alterações significativas. Conforme se verifica pelos mapas apresentados, a mancha do edificado destacou alterações que contribuíram para a modificação do aglomerado urbano, para além da variação quantitativa, foram também as alterações qualitativas que mais marcaram a transformação morfológica.

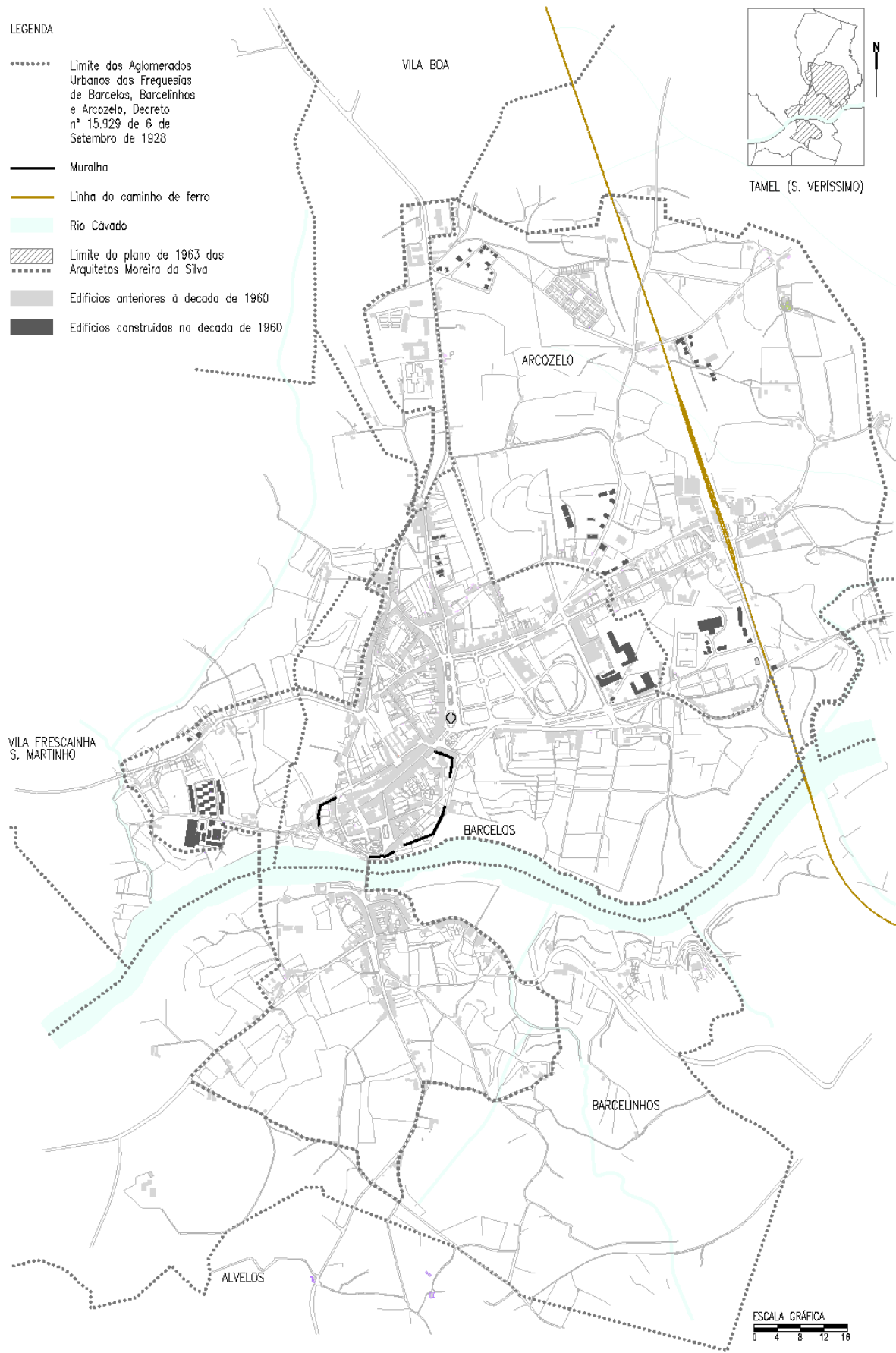


Fig. 124: Mapa dos edifícios

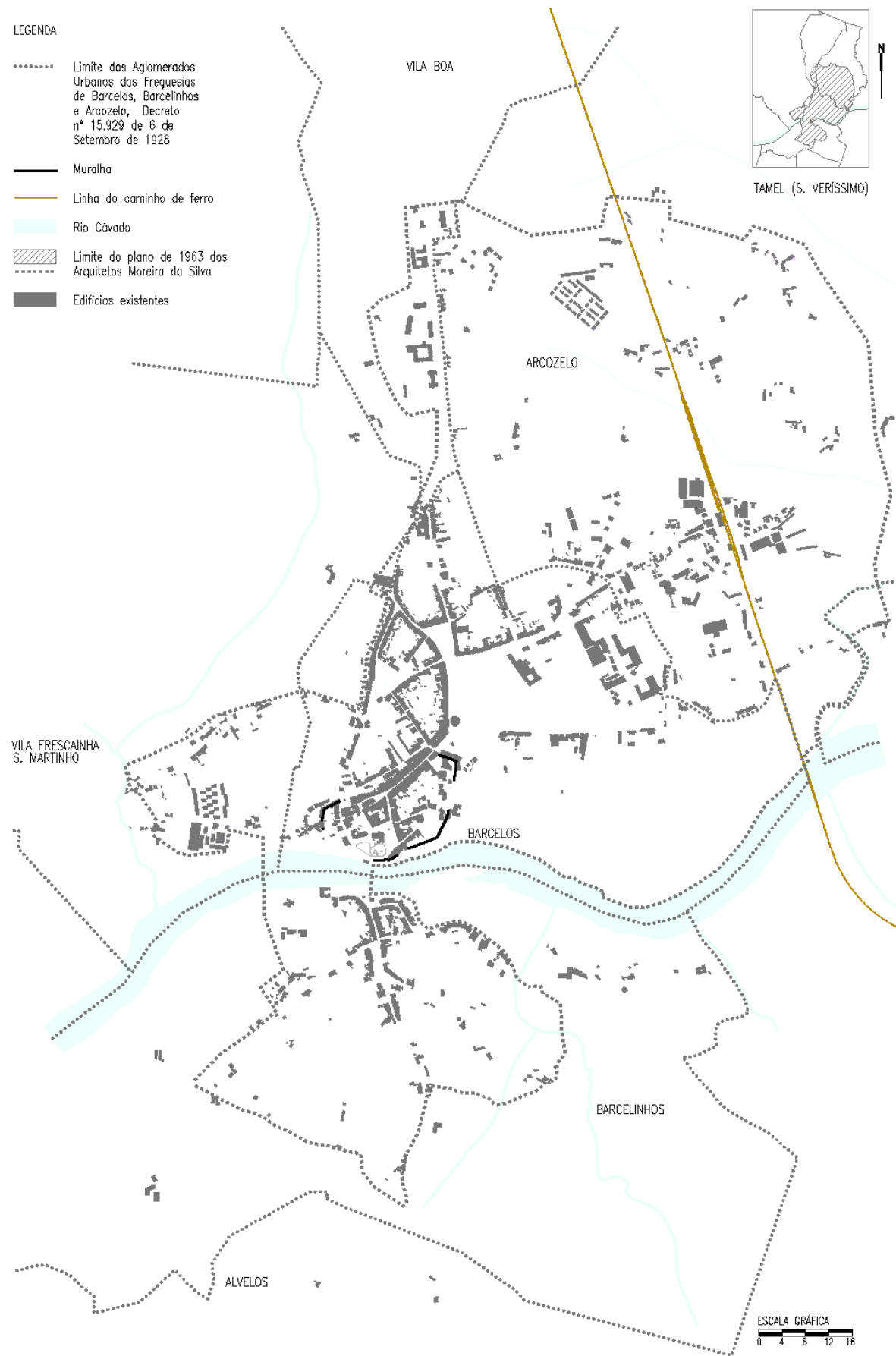


Fig. 125: Mapa do edificado

#### 4.5.3 - Tecido construído e tipologias dominantes

Nesta fase os limites da cidade estão completamente consolidados no que concerne à estrutura viária e à sua tipologia.

As habitações unifamiliares em banda ou individual, com logradouro nas zonas tardoz, sendo as cêrceas dominantes de um piso, dois e três pisos. Contudo nesta década já existiam habitações unifamiliares de dois a cinco pisos, em que a área de ocupação do solo era total, conforme se pode verificar pelas figuras 126 a 131.



Fig. 126: Dr. António Barroso (Rua Direita)



Fig. 127: Largo do Porta Nova



Fig. 128: Torre de Menagem e Largo do Porta Nova



Fig. 129: Rua Barjona de Freitas



Fig. 130: Av. António Oliveira Salazar



Fig. 131: Vista de Barcelinhos

Além da construção de habitações unifamiliares individuais com logradouro, de iniciativa privada, conforme figura 132, existiam exceções a este tipo de construção. Estão patentes no Bairro da Misericórdia (1959 – 1961) que assenta numa cêrcea de dois pisos, cujos blocos são em banda ou isolados, e do bloco habitacional João Duarte (1960 – 1961), em que assenta em dois blocos, e cêrcea de três pisos.

Este tipo de habitação surge fora dos limites da cidade, em zonas onde inicialmente não existia habitações na envolvente, talvez na tentativa de “esconder” este tipo de habitação em virtude de serem ocupadas por famílias de fracos recursos quer sociais e económicos.

É desta época a primeira habitação de iniciativa privada, trata-se de dois blocos multifamiliares de três pisos, conforme figura 133.



Fig. 132: Habitação unifamiliar individual de 2 pisos - Rua Dr. Manuel Pais, vista de oeste



Fig. 133: Blocos multifamiliares de 3 pisos -Rua Dr. Manuel Pais, vista de oeste

Este tipo de tipologias já estava definido no Esboço Geral de Urbanização, de 1963, da autoria dos arquitetos Moreira da Silva.

Com respeito às outras tipologias existentes, não podemos deixar de mencionar a habitação unifamiliar dispersa, este tipo de habitação irá ter muito significado até aos anos 1980, na redefinição da estrutura do tecido urbano, devido às novas tecnologias construtivas, bem como pelo conforto que ofereciam.

Estão rodeadas por pequenos jardins, muito frequentes nas periferias das cidades industriais, tudo isto dentro dos pressupostos higienistas do final do século XIX e princípio do século XX, que mantêm vínculos formais com as correntes arquitetónicas historicistas e formulas modernistas que não rompem com os planeamentos arquitetónicos utilizados ao mesmo tempo nos “ensanches e espaços centrais”.



Fig. 134: Habitação unifamiliar individual de 2 pisos- Avenida D. Nuno Alvares Pereira, vista de oeste



Fig. 135: Habitação unifamiliar individual de 2 pisos- Avenida Paulo Felisberto, vista de sul

A clareza do espaço urbano era marcada por uma intenção de continuidade determinada à partida pela estrutura definida pelo governo e concretizada no espaço público, por medidas de lote tendencialmente regulares, princípios tipológicos e morfológicos globalmente aceites, limitações técnicas e alguma regulamentação básica (alinhamentos, cérceas, etc...).

Além das tipologias estavam definidos os novos arruamentos que viriam a ser executados mais tarde, proliferando a construção de edifícios de habitação. Este tipo de tipologias, as características dos edifícios, e na forma como se distribuem os usos dos solos, estas expressam também uma herança da história na atual paisagem urbana.

O volume da construção e o tipo de tipologia, contribuíram para incrementar os contrastes paisagísticos entre a denominada cidade histórica e as formas urbanas recentes. Partia-se de uma imagem predefinida, cada nova construção surgia como a colmatação ou continuação do existente.

A grande diferença entre a arquitetura e o espaço intra e extra muros reside no tamanho da parcela. Por outro lado os edifícios que começam a ser construídos em ambos os lados das vias são caracterizados por um maior tamanho em planta e na dimensão das fachadas. Os quarteirões possuem formas distintas:

Tendo como exemplo a Rua D. António Barroso: do lado Norte são compostos por dois quarteirões em forma de retângulos irregulares alongados, com uma estrutura de loteamento regular que dispõe os lotes paralelos uns aos outros, oferecendo o seu menor lado para a frente da rua.

O lado Sul também é composto por dois quarteirões, um deles de estrutura idêntica aos quarteirões do lado norte mas de dimensões mais reduzidas.

O segundo, de maiores dimensões e com uma forma irregular, mantém a estrutura de lotes paralelos uns aos outros, estes com maior profundidade, proporcionando por isso uma variedade na ocupação de cada parcela.

A ocupação dos lotes encontra-se intrinsecamente associada às dimensões que a profundidade da parcela possui. Assim, no lado norte, onde a profundidade destes é menor, os lotes encontram-se ocupados na sua totalidade pelo edificado.

A Sul, no quarteirão de maiores dimensões, a ocupação dos lotes é feita localizando o seu edificado na frente de lote, ou seja, voltado para a Rua Direita, deixando o restante espaço para uso de logradouro.

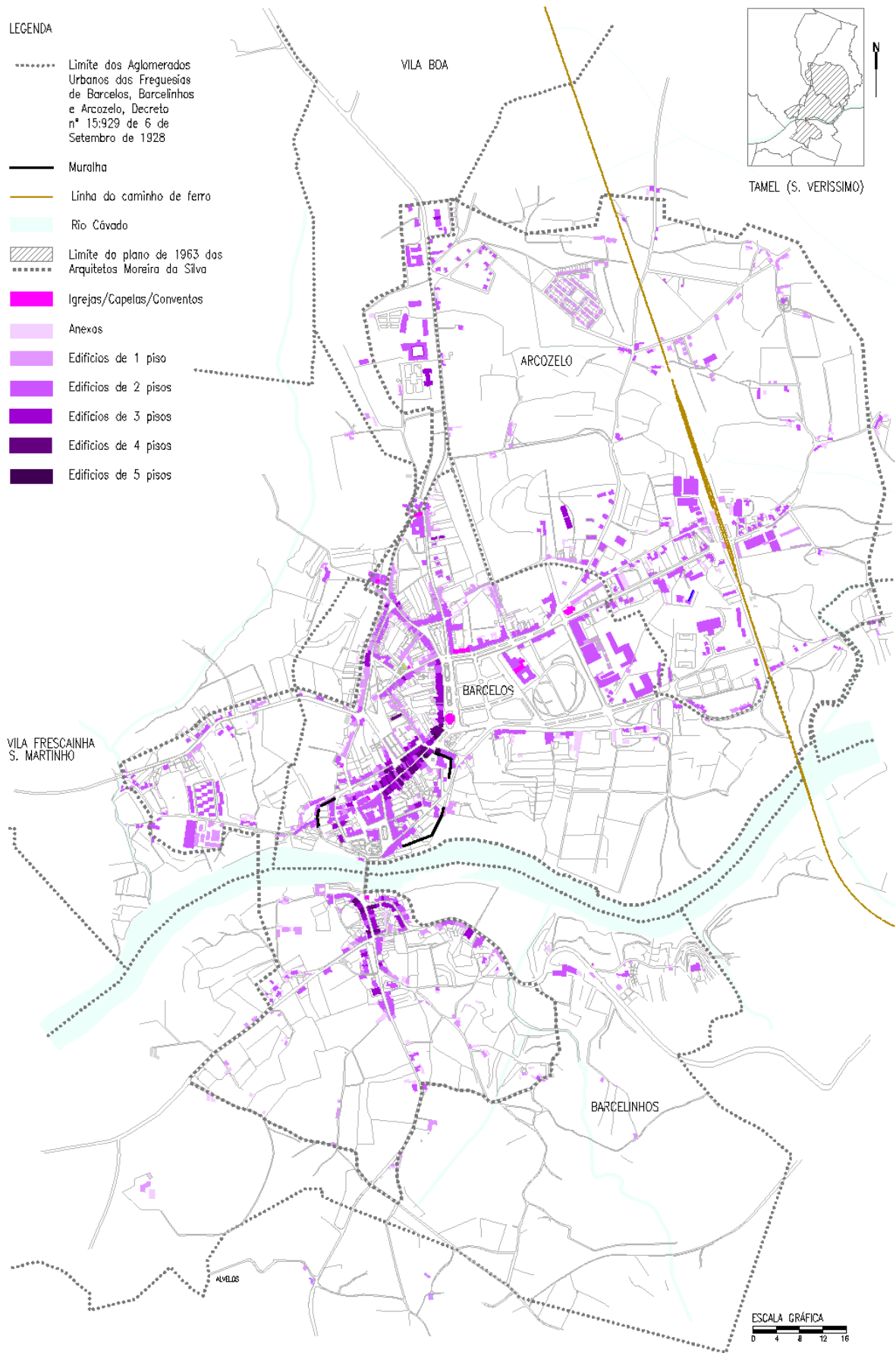


Fig. 136: Mapa de cêrceas

#### 4.5.4 – Densidades e atividades

O mapa de densidade e atividades que pode ser observado neste capítulo, figuras 137 e 138, páginas 164 e 165, o mapa de distribuição das atividades, figura 139, página 166 representam a área das freguesias de Barcelos, Arcozelo e Barcelinhos. Estas distribuem-se ao longo dos principais eixos das vias, a zona antiga da cidade de Barcelos é a que apresenta uma maior concentração de atividades. Temos como exemplo atual Rua D. António Barroso (Rua Direita) e o espaço fronteiro ao campo da Feira que merecem o maior destaque, entre outras que demonstram também uma elevada densidade de atividade, atividades essas ligadas ao setor terciário. O setor terciário ligado ao comércio e serviços, nesta década de 1960 era de cariz familiar, assim o rés-do-chão era destinado ao comércio e serviços, as traseiras eram reservados a armazém e arrumos e os pisos superiores eram destinados ao agregado familiar.

Este setor estava principalmente confinado à freguesia de Barcelos e uma parte a sul do rio, mais precisamente na freguesia de Barcelinhos, estes na sua maioria eram de cariz familiar, em que a cabeça do casal eram os proprietários e os filhos trabalhavam para ajudar o agregado familiar. O setor secundário na área do sector têxtil e transformação de madeiras, estava na sua maioria confinado na extrema nascente do limite da freguesia de Barcelos, empregava uma significativa parte da população, principalmente vinda das freguesias limítrofes à cidade. Contudo na década de 1960, o setor que ainda se mantinha com algum vigor era o sector primário ligado à agricultura, mais precisamente no setor leiteiro, onde as principais quintas estavam situadas na freguesia de Arcozelo. A população residente nas freguesias de Arcozelo e Barcelinhos era de cariz rural/agrícola, em que a maioria estava empregada no sector primário (agricultura) e no setor secundário (têxtil e indústria de madeira), trabalhando por conta de outrem.

A taxa de desemprego era muito baixa em virtude da necessidade de mão-de-obra no setor primário e secundário, a guerra nas ex-colónias portuguesas, e também na emigração. Este setor estava muito diversificado nos diversos ramos de atividades que passavam pelos alfaiates, bancos (Caixa Geral de Depósitos e Ferreira Alves e Pinto Basto), barbeiros, cabeleireiras, central de camionagem, costureiras, cafés, bem como as vulgarmente designadas “tascas”, drogeries oficinas de eletricidade, farmácias, garagistas (setor ligado à venda de bicicletas e veículos de duas rodas e a manutenção destas), mercearias, livrarias e lojas destinadas a venda de ferragens (setor ligado à venda de produtos ligados à agricultura e à construção civil). Estas três freguesias representam um total 10316 habitantes e 2260 fogos numa área de 7,5Km<sup>2</sup>. O que representa uma densidade populacional de 137,5hab/km<sup>2</sup>.

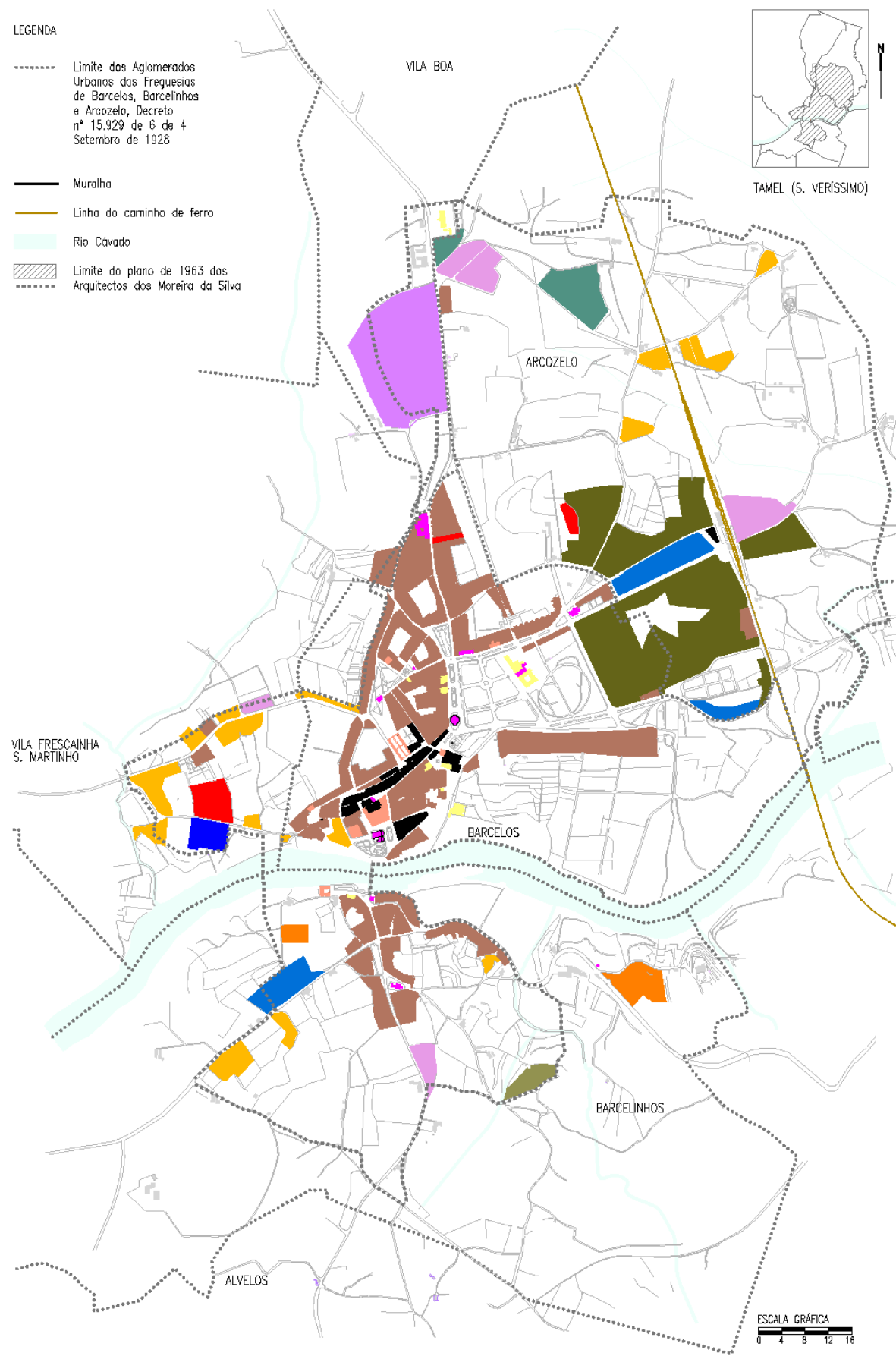


Fig. 137: Mapa de densidades.

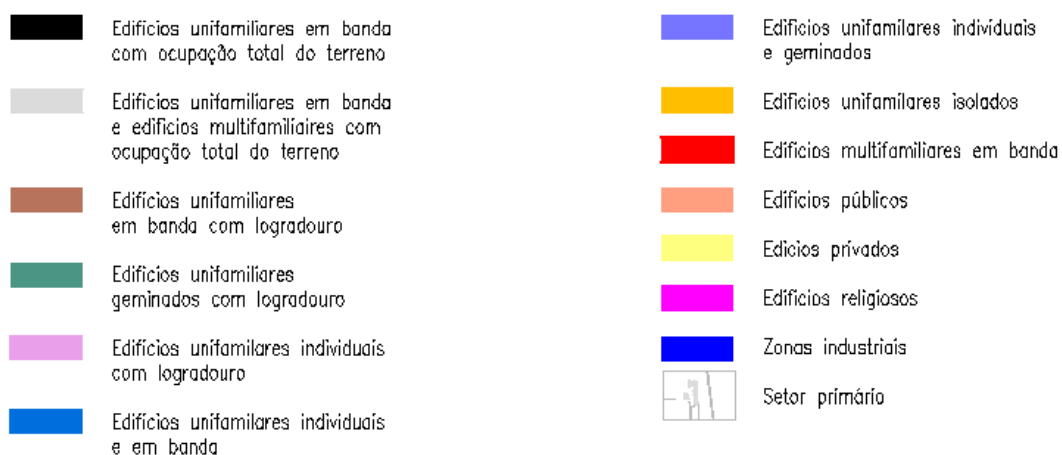


Fig. 138: Legenda do mapa de densidades

Conforme se pode verificar pelas figuras 137 a 139, páginas 164 a 166 a denominada zona antiga, a área de serviços manteve-se inalterável, contudo verificou-se que as novas zonas emergentes fora do tecido antigo da cidade apresentam uma assinalável panóplia de atividades, em que se “misturam” a habitação e a indústria quer sejam ligadas ao setor têxtil ou à indústria de madeira (serrações). Verificou-se também que as novas construções, com a especial incidência na Avenida Alcades de Faria (avenida da estação) mantinham o rés-do-chão destinado ao comércio.

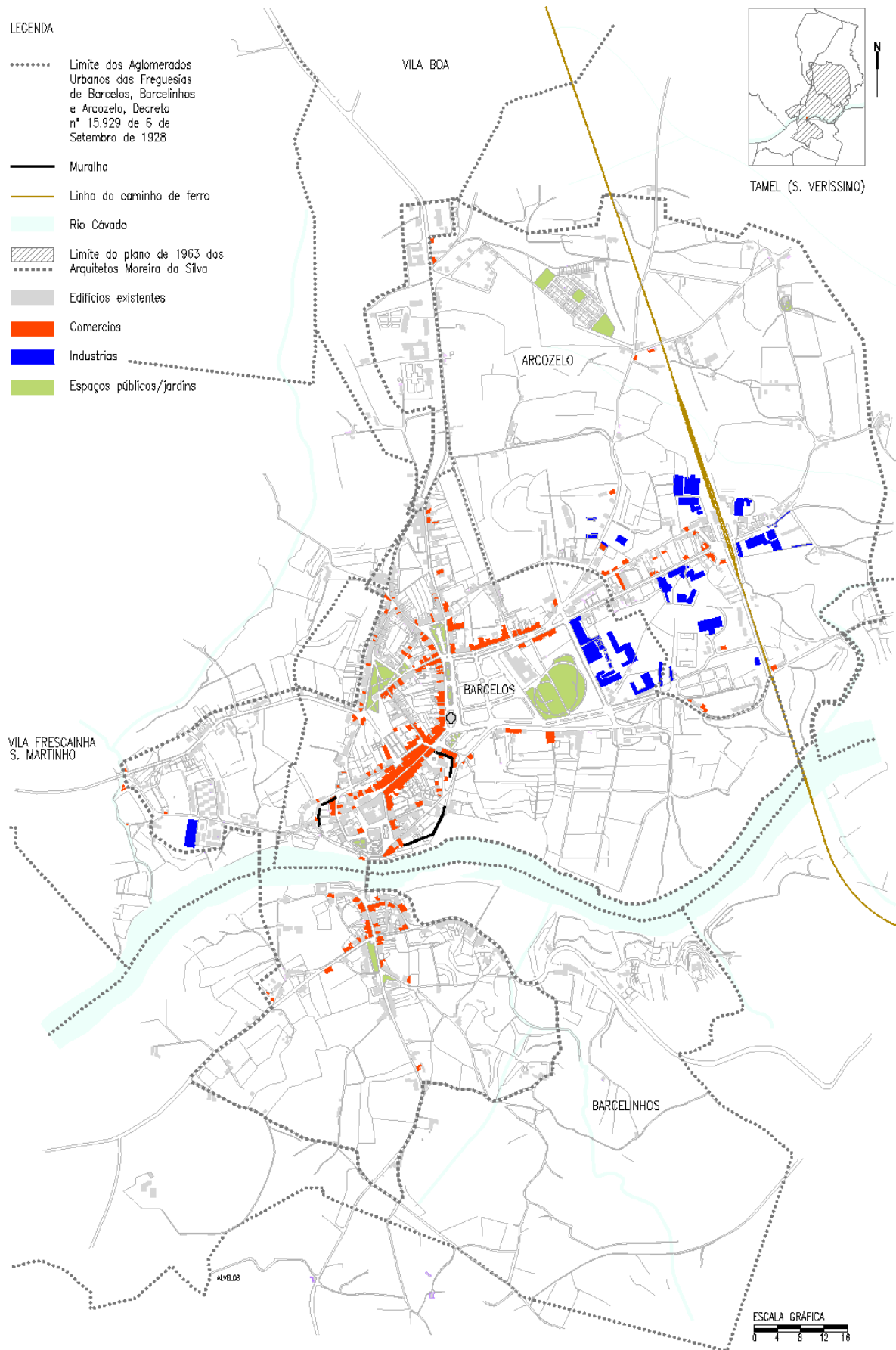


Fig. 139: Mapa de edifícios comerciais, industriais e espaços públicos

#### 4.5.5 - Equipamentos e Serviços

Os equipamentos aproximam-se do sector terciário pois, no geral, são serviços destinados a garantir a reprodução social da força do trabalho e não servem diretamente a atividade económica. Os equipamentos compreendem essencialmente quatro grandes domínios, o da saúde, o da educação, o da cultura e o do recreio ou das atividades de tempos livres. (Salgueiro, 1992, p.361)

Tendo como finalidade facilitar o movimento de pessoas e de veículos automóveis quer particulares ou de mercadorias, que era cada vez mais intenso, as intervenções nos espaços públicos foram centradas na construção de novos arruamentos, nas zonas verdes, para além da arborização das vias públicas.

Na maioria das habitações da zona antiga da cidade, o seu rés-do-chão era destinada ao setor terciário, de carácter familiar, em que os restantes pisos eram destinados ao agregado familiar. Este setor terciário, englobava uma grande diversidade de ocupações tradicionalmente consideradas de não produtivas, este tipo de setor terciário incluía o que genericamente se apelida de comércio em duas vertentes: retalhista e grossista.

Este tipo de comércio cresceu com os produtos fabricados pela indústria, bem como o incremento do nível de vida das pessoas, seguindo também a lógica da estrada. A indústria existente apresentava-se de uma forma dispersa, com a exceção da zona onde inicialmente foi construída a fábrica “Barcelense”.

Esta indústria na sua maioria eram destinadas ao ramo do sector têxtil, com a exceção de algumas indústrias de madeira (serrações), que se encontravam na envolvente do edifício dos caminho-de-ferro e paralelo à sua linha férrea.

Nesta época a cidade de Barcelos já apresentava diversos equipamentos quer sejam eles de carácter público, como são os casos de escolas (primário e secundário), campo de futebol, centro de saúde, correio, hospitais, externatos, igrejas, matadouro, notário, finanças, residenciais e edifícios destinados às forças de segurança (Policia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana), por fim monumentos (Torre da Porta Nova, Castelo, Palácio, etc.).

Conforme se pode verificar pelas figuras 140 e 141, páginas 168 e 169, as principais atividades estavam confinadas na envolvente dos Paços do Concelho, levando a que a principal atividade terciária estivesse circunscrita nas áreas envolventes.

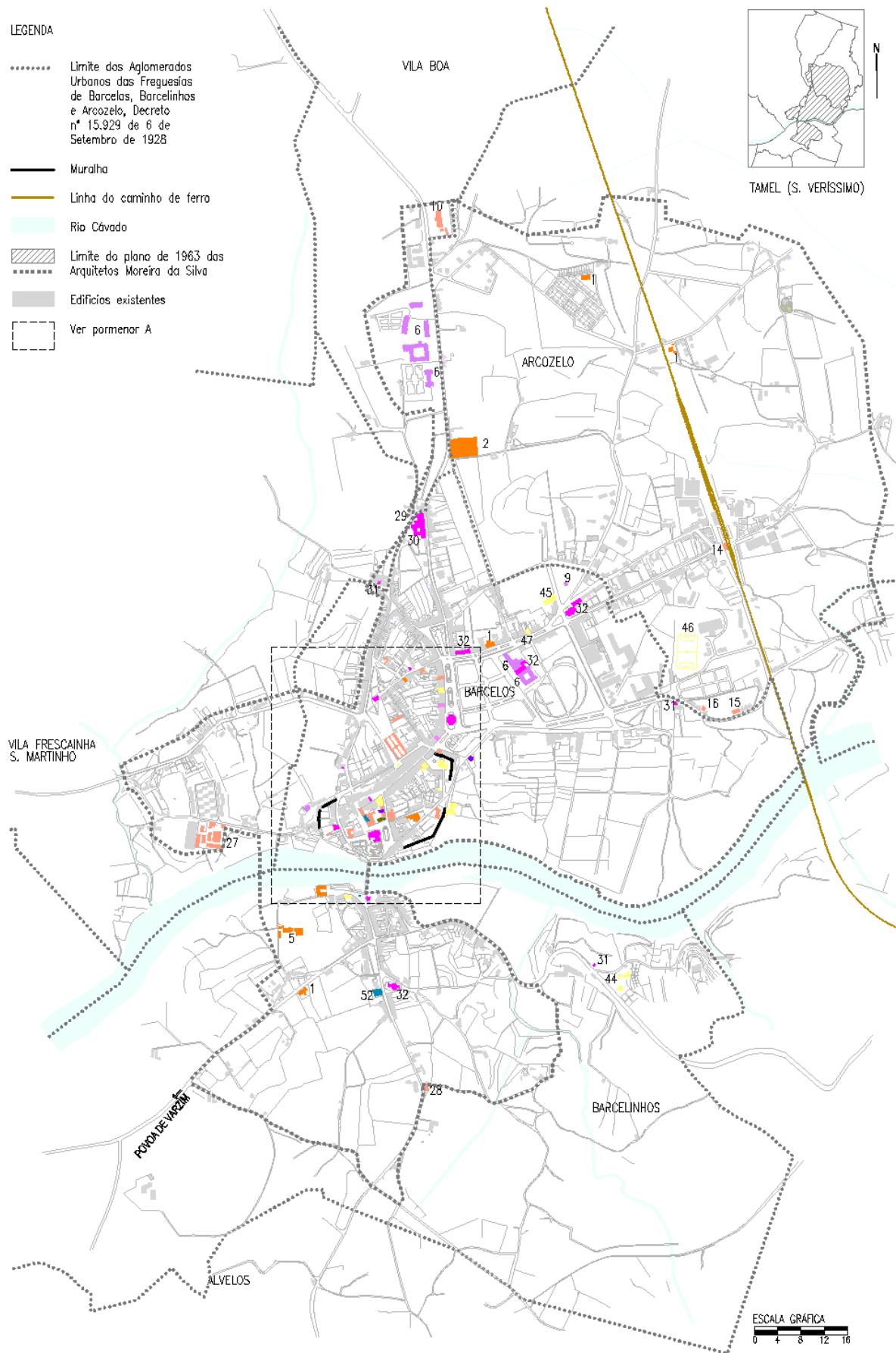
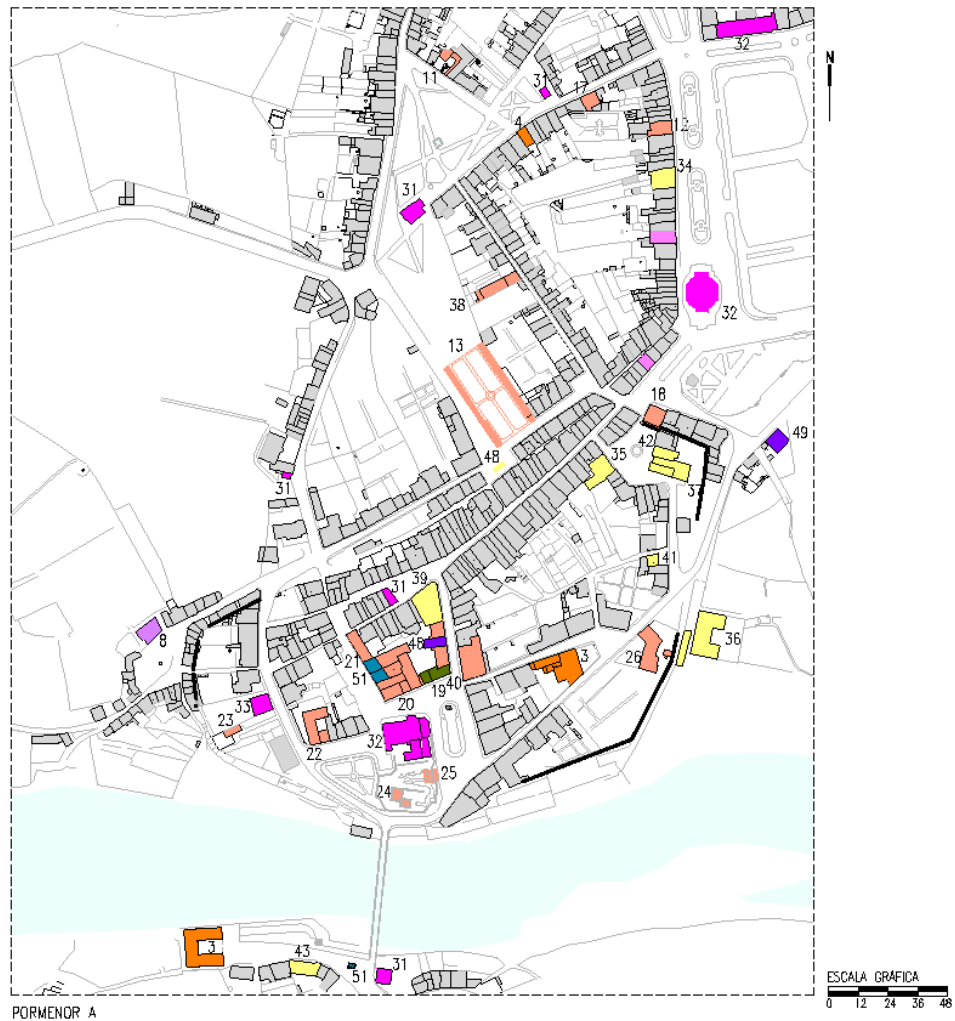


Fig. 140: Mapa das diversas atividades existentes



LEGENDA

- Escolas
- 1 Primárias
- 2 Círculo
- 3 Secundária
- 4 Primária particular
- 5 Escola Agrícola
- Hospitais
- 6 Psiquiátrica
- 7 Santa Casa da Misericórdia
- 8 Centro de saúde
- 9 Dispensário da tuberculose
- Edifícios públicos
- 10 Cadeia
- 11 Legião Portuguesa
- 12 Secretaria Notarial
- 13 Mercado
- 14 Estação dos caminhos de ferro
- 15 Celeiros da Federação Nacional dos Produtores de Trigo
- 16 Secção da Junta Autónoma de Estradas
- 17 Carreiros
- 18 Torre da Porta Nova
- 19 Repartição de finanças
- 20 Paços do Concelho
- 21 Tribunal
- 22 Solar dos Pinheiros
- 23 Posto de Turismo
- 24 Paço dos Condes
- 25 Museu
- 26 Gremio da Lavoura
- 27 Matadouro
- 28 Casa do Povo

LEGENDA

- Edifícios religiosos/Igrejas/Capelas
- 29 Igreja do Menino de Deus
- 30 Casa do Menino de Deus (convento)
- 31 Capelas
- 32 Igrejas
- 33 Residência Paroquial
- Instituições Privadas
- 34 Externato raparigas
- 35 Externato rapazes
- 36 Internato raparigas
- 37 Creche
- 38 Circulo Católico e Operário de Barcelos
- 39 Teatro Gil Vicente
- 40 Casa dos rapazes
- 41 Corpo Nacional de Escutas
- 42 Bombeiros Voluntários de Barcelos
- 43 Bombeiros Voluntários de Barcelinhos
- 44 Colegio La Salle (internato e externato)
- 45 Companhia Hidroelectrica do Norte de Portugal
- 46 Campo Adelino Ribeiro Novo (Gil Vicente Futebol Club)
- 47 Garagem "Linhares"
- 48 Bomba de gasolina
- Instituições bancárias
- 49 Caixa Geral de Depósitos
- 50 Ferrelle Alves e Pinto Bastos
- Forças de Segurança
- 51 Polícia de Segurança Pública
- 52 Guarda Nacional Republicana
- Residenciais

Fig. 141: Legenda das diversas atividades existentes



## 4.6 – Período de 1960-1990

### 4.6.1 - Evolução da estrutura urbana

Como referido em 1978 a Câmara Municipal de Barcelos, contrata o GALP, Lda., Gabinete de Arquitetura e Urbanismo do Arquiteto José Carlos Loureiro, para a elaboração do estudo prévio para o futuro Plano Geral de Urbanização da Cidade, aprovado em Assembleia Municipal de 1984.

Não havendo elementos disponíveis relativos ao Plano Geral de Urbanização da Cidade, para além da planta conforme a figura 93, página 123 e de alguns elementos avulsos relativos às intenções do plano, optou-se por delimitar e designar o período em causa como “Perímetro Urbano da Cidade”, já que os limites do perímetro urbano do Plano Geral de Urbanização da Cidade e os limites do Plano Diretor Municipal iniciado em 1991 e aprovado em Diário da República, 1ª série, B nº 152, de 4 de Julho de 1995, são praticamente idênticos, além do mais foi o Plano Geral de Urbanização da Cidade, que deu lugar ao limite do Plano Diretor Municipal.

A evolução da estrutura urbana foi e continuou a ser definida pelos quatro eixos principais, (marcação das vias designadas como estradas nacionais, foi efetuada partindo da carta militar à escala 1/25000 de 1990), se bem que no interior da “urbe”, com a abertura de novos arruamentos e obras de remodelação estas vias mantiveram-se as mesmas.

Conforme se pode verificar pelas figuras nº 144 e 145, páginas 173 e 174, a evolução da estrutura urbana deu-se para Nascente/Nordeste, mais propriamente na freguesia de Arcozelo, em que outrora eram campos de cultivo, vulgarmente designadas por “quintas” passaram a ser urbanizadas.

Com estas urbanizações, como foram os casos das Quintas do Escondidinho, Espinheira, etc., foi também feito a adição de novos arruamentos que de certa maneira foram entroncar nos quatro eixos principais, levando a que mais tarde surgissem problemas quer de circulação e de mobilidade.

Por outro lado, a estrutura urbana da cidade propriamente dita manteve-se inalterável, com alguns arranjos urbanísticos, sendo de destacar a rua António Barroso (Rua Direita), figura 142, página 172 que passou de via automóvel, para pedonal, sendo que mais tarde outras vias passarão a pedonais. As várias vias existentes denominadas de tradicionais, estão dentro do espaço antigo e estabelecem as comunicações com as vias exteriores (novas vias), em que as

infraestruturas ferroviárias se concentram dentro esse espaço, destacando-se o aumento de novas vias.

A partir de 1980 dá-se início à construção da via circular externa do perímetro urbano da cidade de Barcelos. Nos finais dos anos 1990 é construída a ponte a jusante da ponte romana. A importância das novas vias de acesso, e a sua função como estruturadoras do crescimento, marcaram o desenvolvimento espacial da cidade de Barcelos durante todo o século XX. Um dos motivos mais importantes, a destacar, foi a construção da via externa, com início na década de 1980, ainda por concluir.

Esta construção levou a que o acesso ao centro da cidade não se faça apenas pelas estradas nacionais, anteriormente mencionadas, mas sim pela via de cintura externa. A partir dos anos 1980 dá-se início à repavimentação das vias existentes em cubo de granito azul por tapete betuminoso em algumas vias, execução em novos passeios em cubo de calcário e basalto, e aplicação de guias em granito. Estes passeios foram completados com a colocação de árvores. Bem como a requalificação dos jardins, figura 143.



Fig. 142: Rua D. António Barroso, vista de oeste



Fig. 143: Jardim das Barrocas, vista da Torre de Menagem

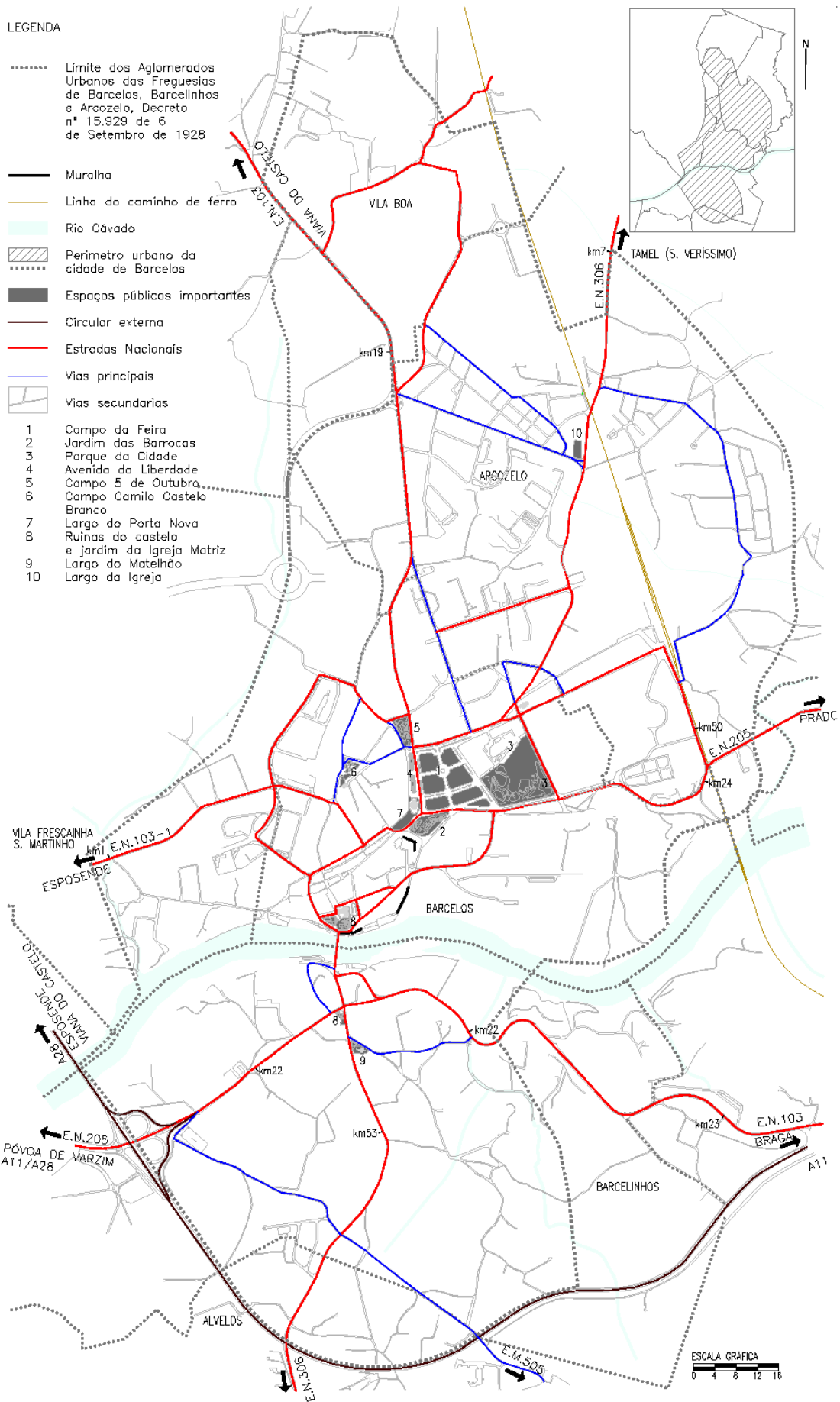


Fig. 144: Mapa da rede viária

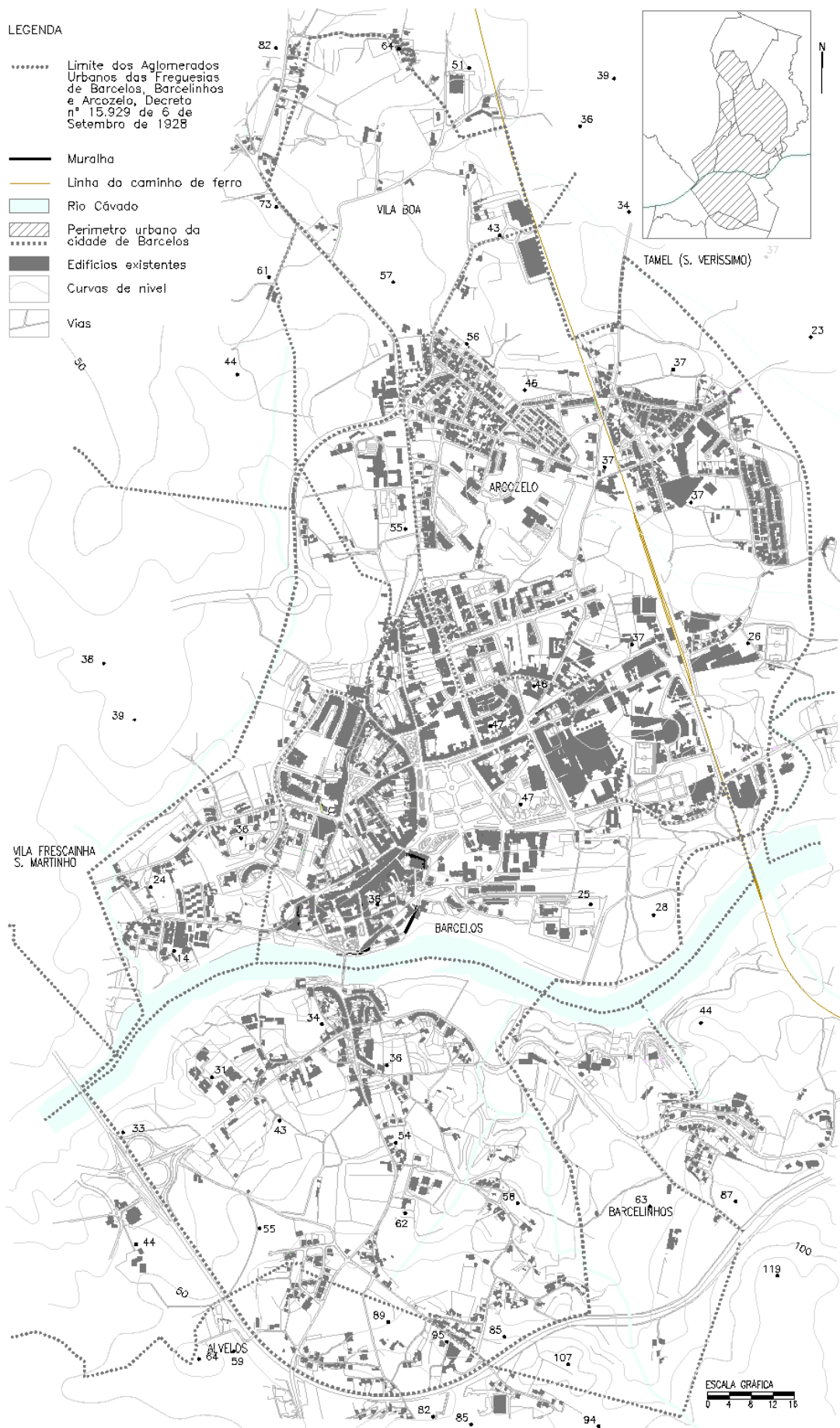


Fig. 145: Planta topográfica, com as vias e edifícios.

#### 4.6.2 – Formas de crescimento

A década de 70/80 provocou em quase todos os aglomerados do País um desordenamento notório, com a invasão indiscriminada de terrenos rurais afastados dos centros consolidados, as mais das vezes sem infraestruturas reais ou mesmo potenciais. (Abrunhosa, 1994, p. 33)

Assistiu-se à mudança do paradigma urbano que se inicia com a cidade compacta, espaço de proximidade e multifuncionalidade, que se desenvolveu de forma “arrumada” e faseada, onde o centro era facilmente identificado, facto contrastante com o perfil da cidade extensiva, linear e fragmentada dotada de uma lógica mono funcional e amplamente dependente da cidade central e das respetivas funções.

O emergir desta configuração urbana acarretou custos inquestionáveis para a sustentabilidade ambiental e financeira dos sistemas urbanos, nomeadamente pelo consumo do solo rural, de recursos hídricos e energéticos; infraestruturização das novas bolsas de urbanização, contudo houve alteração de paradigma no que respeita a: segregação social; ausência de equipamentos coletivos, serviços e funções urbanas; insegurança gerada pelo isolamento; dependência do veículo particular.

Conforme se pode verificar pelos mapas já apresentados, a mancha do edificado destacou alterações que contribuíram para a modificação do aglomerado urbano, para além da variação quantitativa, que neste caso diz respeito ao número de fogos, foram as alterações qualitativas que mais marcaram a transformação morfológica.

Este crescimento foi devido ao aparecimento de muitas indústrias, que levou a uma imigração da população das zonas rurais para a cidade. Ao analisarmos as figuras 146 e 147, páginas 176 e 177, verificamos que a maior parte do edificado construído neste período é superior ao construído na década de 1960.

Na freguesia de Barcelos e no que diz respeito à habitação, em termos percentuais houve um aumento da ordem dos 201%, a freguesia de Barcelinhos teve um aumento de 169% e por fim a freguesia de Arcozelo um aumento de 624%. No que concerne ao número de habitantes houve uma alteração significativa, tendo a freguesia de Barcelinhos um aumento na ordem dos 118%, a freguesia de Arcozelo na ordem dos 503% e em contrapartida a freguesia de Barcelos teve uma perda de 124%.

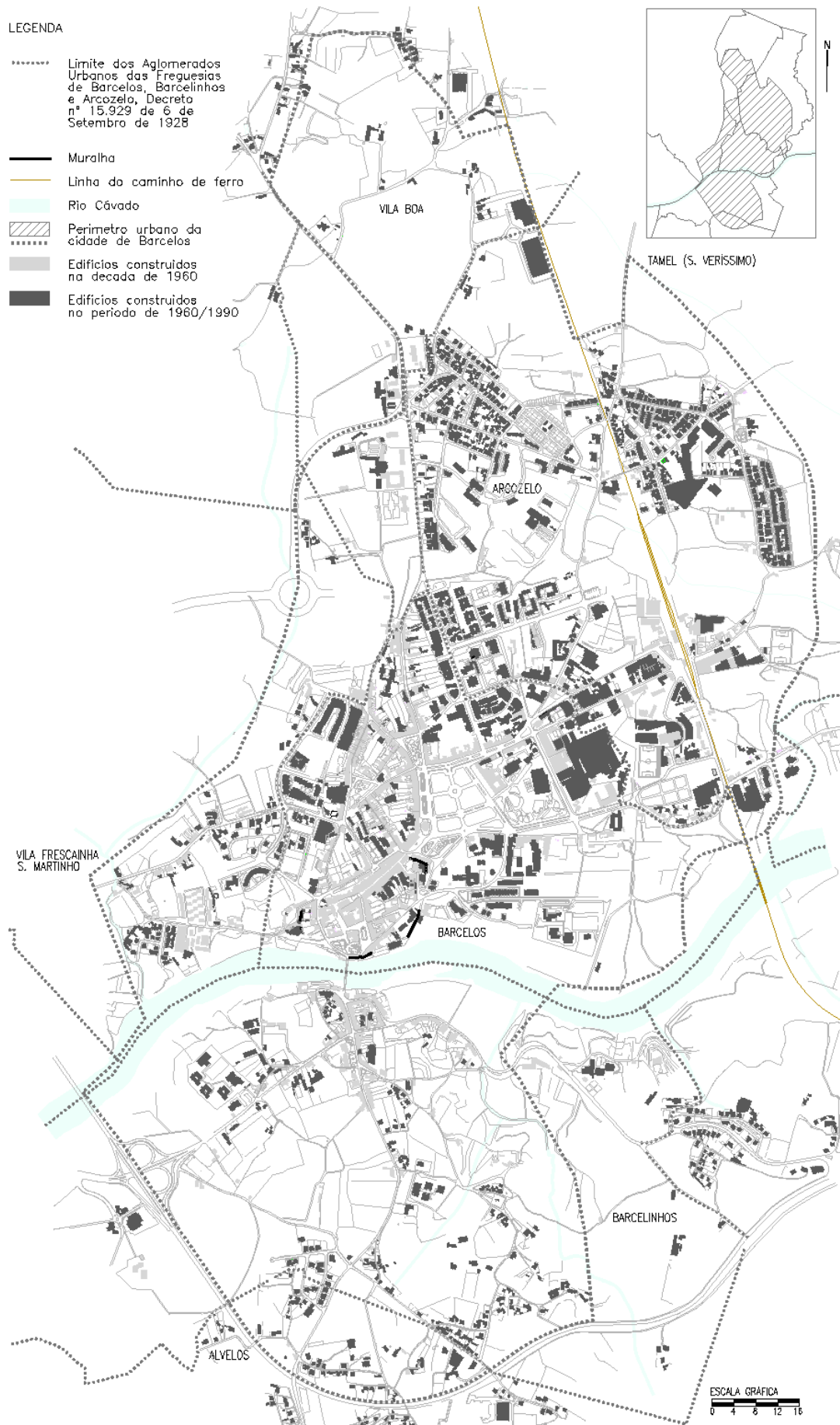


Fig. 146: Mapa dos edifícios

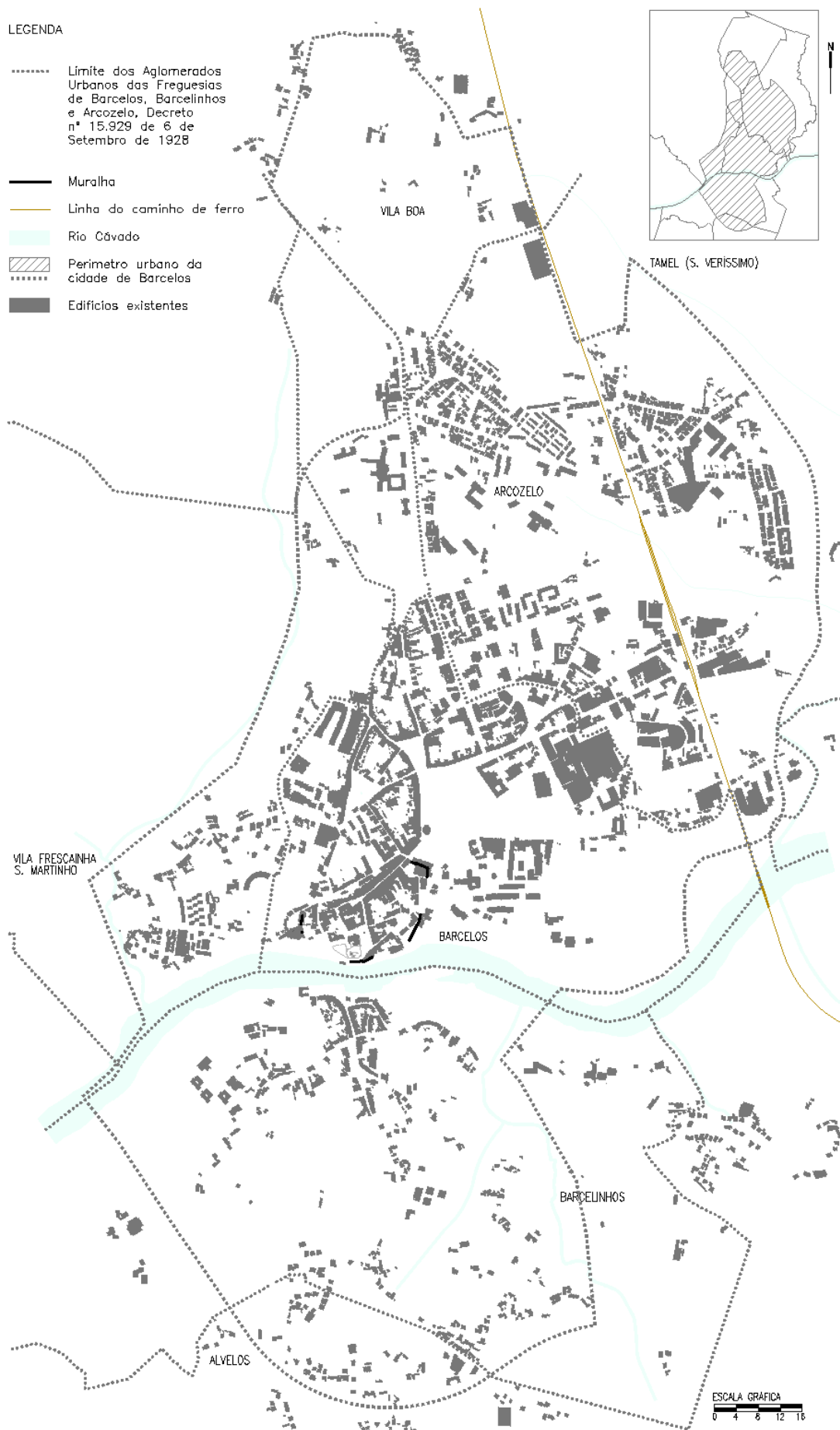


Fig. 147: Mapa do edificado

#### 4.6.3 – Tecido construído e tipologias dominantes

As urbanizações tornaram-se mais determinadas pelas volumetrias de cada edifício ou conjunto do que pelo traçado dos espaços coletivos que os servem. Aliás contra toda a tradição, os blocos nascem antes do resto, sendo a conformação final determinada pelos índices de edificabilidade abstratos, mais do que uma estrutura com um sentido próprio. (Portas, Domingues, & Cabral, 2011, pp. 164, 165)

O período 1960-1990, foi propícia a grandes alterações no tecido urbano e tipologias dominantes, figura 154, página 180. Contudo entre 1960 e 1970, na zona antiga o tecido urbano estava consolidado, havendo na sua tipologia ligeiras alterações, os edifícios que eram de cariz unifamiliar, passaram a ser multifamiliares, conforme se pode verificar pelas figuras 148 e 149.

Houve também uma progressiva ocupação edificada das traseiras das parcelas, culminando com uma redução significativa do espaço exterior livre, que antecedeu um novo ciclo de desenvolvimento.



Fig. 148: Edifício de 4 pisos-Largo Camilo Castelo Branco, vista de Sul



Fig. 149: Edifício de 5 pisos-Largo da Porta Nova, vista de Norte

Após o 25 de Abril de 1974 dá-se a alteração do paradigma da tipologia dominante, é construído o primeiro edifício multifamiliar em altura com uma cêrcea de cinco pisos, figura 150, página 179, outros seguirão com uma cêrcea de quatro pisos mas com uma área de implantação maior, figura 151, página 179.



Fig. 150: Edifício multifamiliar de 5 pisos-Rua Tenente Valadim/Rua Candido dos Reis, vista de oeste



Fig. 151: Edifício multifamiliar de 4 pisos-Rua Irma São Romão, vista de Oeste

Na década de 1980, com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986 (União Europeia na atualidade), as alterações desmesuradas no que diz respeito ao tecido urbano e às tipologias dominantes, motivadas pela especulação imobiliária, pelo dinamismo da construção civil, pelos processos imigratórios dos ambientes rurais. Passou-se da cêrcea de cinco pisos para catorze pisos.



Fig. 152: Edifício multifamiliar de 10 pisos Rua Irmãos São João de Deus, vista de oeste



Fig. 153: Edifício multifamiliar/comercio 14 pisos-Avenida Alcades de Faria, vista de este/oeste

“Deixamos de entender a aglomeração urbana como uma estrutura continua com forma própria e reconhecível e passamos a vê-la como um sistema de relações entre peças autónomas, uma cidade individual”. (Hajer, 2001, p.56).

É preciso enfatizar a dicotomia entre as novas áreas e as da zona antiga, não só pela escala dos edifícios, mas também pelo abandono destes que começam a acentuar-se. Assim uma forte dicotomia entre a cidade consolidada, mais ou menos histórica, a urbanização resultante da expansão recente, cujo défice de desenho e qualidade urbana resultou da ausência, da desadaptação ou de desajustes dos traçados previstos nos planos e noutros instrumentos de regulação urbanística.

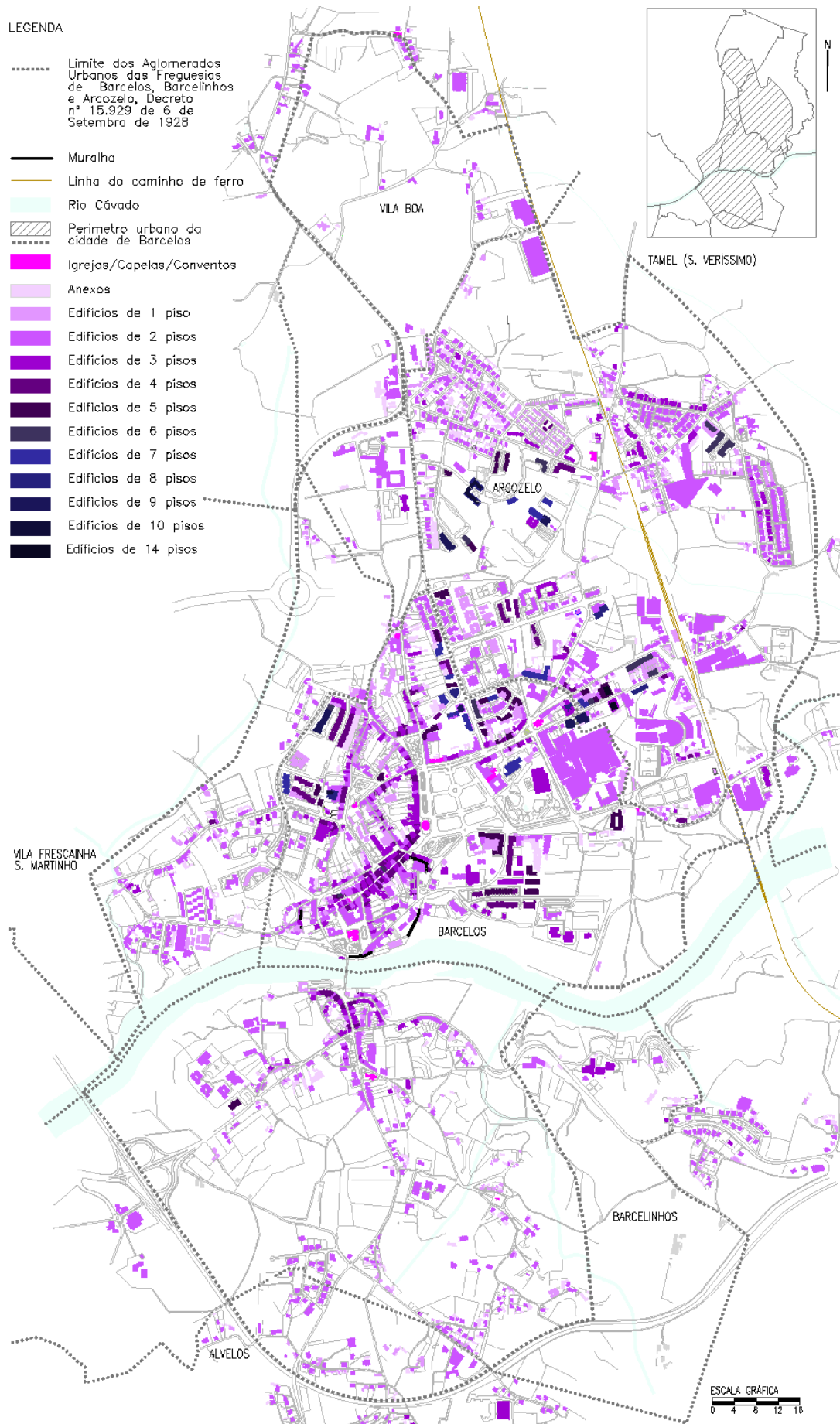


Fig. 154: Mapa de cêrceas

#### 4.6.4 – Densidades e atividades

As densidades e atividades, conforme as figuras 155 a 157, páginas 182 a 184, além de continuarem a distribuírem-se ao longo dos principais eixos das vias, da adição de vias provenientes das novas construções. A zona antiga da cidade de Barcelos continua a apresentar a maior concentração de atividades, contudo neste período houve um aumento nestas áreas para nordeste.

Na área envolvente à estação do caminho-de-ferro houve um aumento da indústria têxtil em detrimento da indústria de serração. Verificou-se também neste período a implantação da nova indústria têxtil, muitas das vezes era feita nas zonas envolventes em que a predominância era a habitação, quer esta seja unifamiliar ou multifamiliar, conforme se pode verificar pela figura 157, página 184.

O sector terciário ligado ao comércio e dos serviços, continuou a ser de cariz familiar, contudo dá-se alteração neste setor que teve a ver com a construção do primeiro centro comercial (Torre Ampal), situado na Avenida Alcaldes de Faria (avenida da estação).

Este setor que estava principalmente confinado à freguesia de Barcelos, expandiu-se para as freguesias de Barcelinhos e Arcozelo, aumento esse devido à construção. Com o aumento da construção, quer seja para habitação ou setor têxtil, a agricultura nestas freguesias quase que desaparece, levando a que população residente nas freguesias de Arcozelo e Barcelinhos, que eram maioritariamente de cariz rural/agrícola, praticamente desaparece, passe a trabalhar no setor terciário ou primário ligado à construção civil, conseqüentemente com a necessidade de mão de obra neste setor a taxa de desemprego era muito baixa

As alterações económicas ao nível de processos de produção, distribuição e consumo provocaram também profundas transformações, quer na localização em áreas específicas infraestruturadas, quer junto às vias principais e nós de acesso à rede viária principal e secundária; à diversificação de micro empresas em instalações próprias ou misturadas com a residência e outras funções; nas morfologias, de vivenda em lote próprio, aos grandes loteamentos quer residenciais em banda ou bloco, quer não residenciais em situação de descontinuidade, de rutura volumétrica, ou de desigual relação às malhas preexistentes.

Estas três freguesias representam um total de 15200 habitantes e 5537 fogos, numa área de 7,5Km<sup>2</sup>. O que representa uma densidade populacional de 202hab/km<sup>2</sup>.

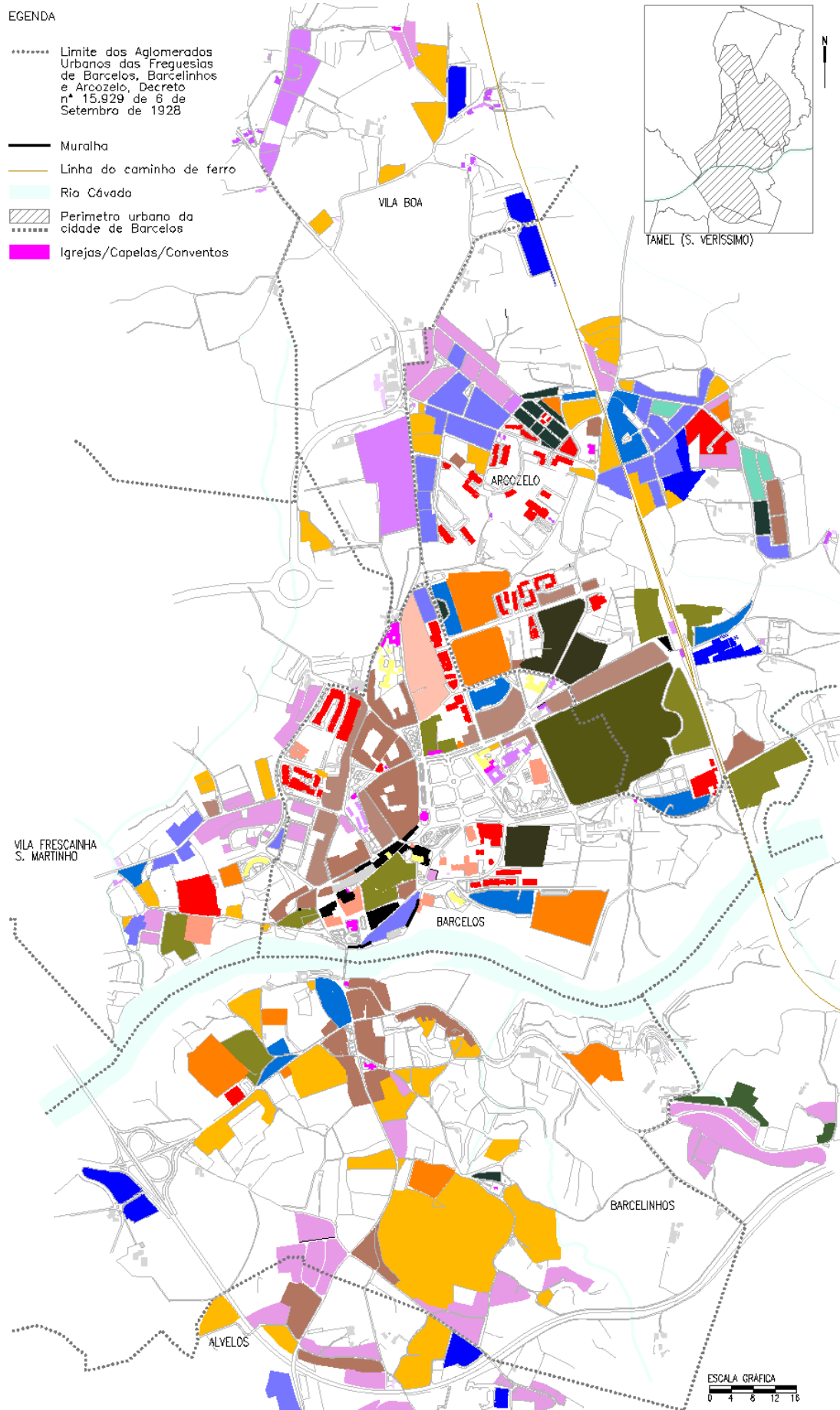


Fig. 155: Mapa de densidades



Fig. 156: Legenda do mapa de densidades

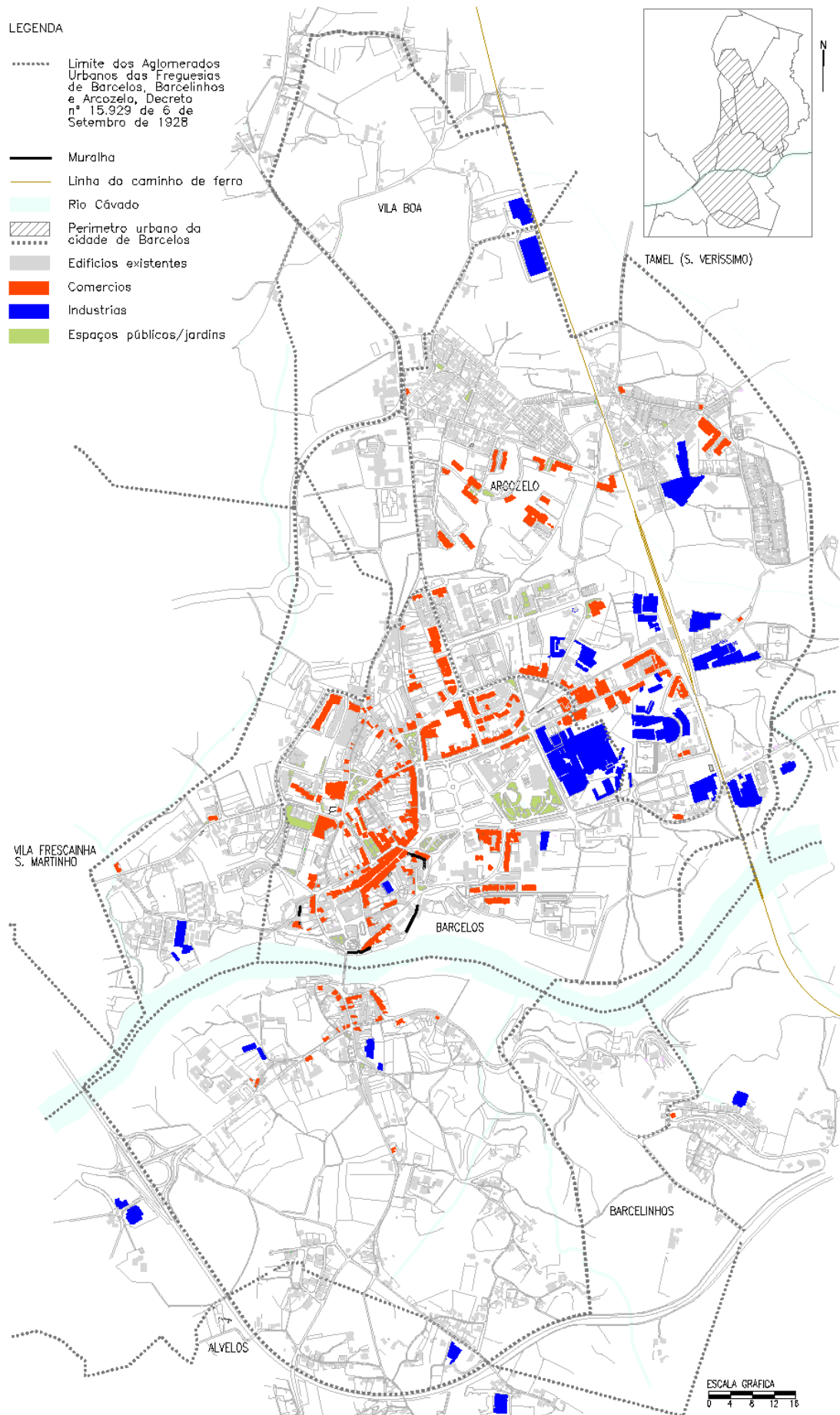


Fig. 157: Mapa de edifícios comerciais, industriais e espaços públicos

#### 4.6.5 – Equipamentos e serviços

Como referido, com a finalidade de facilitar o movimento de pessoas e de veículos automóveis, particulares ou de mercadorias, que cada vez é mais intenso, as intervenções nos espaços públicos continuaram centrados na construção de novos arruamentos, zonas verdes, para além da arborização das vias públicas.

A maioria das habitações da zona antiga da cidade, manteve o rés-do-chão destinado ao setor terciário. Os restantes pisos eram destinados ao agregado familiar. Contudo a partir do final de 1990 verificou-se alteração neste setor, que foi a aquisição da totalidade do edifício antes destinado a comércio e habitação, transformando-o unicamente em comércio.

Contudo, este tipo de setor terciário incluía o que genericamente se apelida de comércio em duas vertentes: retalhista e grossista. Este tipo de comércio desenvolveu-se com os produtos fabricados pela indústria, o incremento do nível de vida das pessoas, localizando-se ao longo das vias de comunicação.

A indústria apresentava-se confinada na área envolvente à estação do caminho-de-ferro, do campo de futebol do Gil Vicente Futebol Club, não obstante neste período novas implantações tenham surgido fora da área das antigas fábricas. Esta indústria, na sua maioria destinava-se ao ramo do setor têxtil. Complementarmente, a cidade de Barcelos teve um aumento assinalável de equipamentos ligados ao setor secundário.

Dá-se um aumento assinalável no ensino primário e secundário, figuras 158 e 159, páginas 186, com a construção de escolas fora da freguesia de Barcelos. Verifica-se o aumento generalizado na área dos serviços de apoio social com a construção da construção de lares e de infantários.

Nos anos de 1970 são construídos o centro de saúde, figura 160, página 186, hospital e o mercado municipal, figura 161, página 186. Em termos desportivos no ano de 1980 dá-se a conclusão do pavilhão municipal, figura 162, página 186. No setor terciário dá-se a inauguração do primeiro Centro Comercial (Torre Ampal), situado na Avenida Alcaldes de Faria (avenida da estação), figura 163, página 186.

Quanto à atividade relacionada com a restauração, além das residenciais e restaurantes que já existiam, é construído nos anos 1980 o primeiro hotel (Hotel Albergaria), na Avenida Alcaldes de Faria (avenida da estação), figura 164, página 187.

Dá-se também a construção do Palácio da Justiça, figura 165, página 187, o edifício destinado aos notários, a inauguração das novas instalações da Polícia de Segurança Pública, figura 166,

página 187 e da Guarda Nacional Republicana em edifícios adaptados para o efeito.

E ainda a conclusão do edifício dos Bombeiros Voluntários de Barcelos, junto ao Cemitério Municipal, figura 167, página 187.



Fig. 158: Escola Secundária Alcides de Faria, Rua Fernandes Magalhães, vista de este



Fig. 159: Liceu, Rua Irmãos La Salle, vista de nor-nordeste



Fig. 160: Centro de Saúde-Avenida S. José, vista de oeste



Fig. 161: Mercado Municipal-Praça de Pontevedra, vista de este



Fig. 162: Pavilhão Municipal, Rua Cândido Cunha, vista de oeste

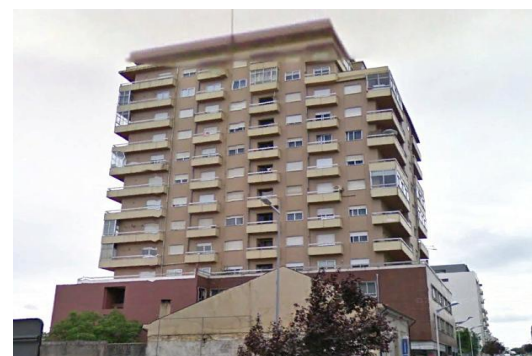


Fig. 163: Torre Ampal, Avenida Alcides de Faria, vista de este



Fig. 164: Hotel Albergaria-Avenida Alcades de Faria, vista de sul



Fig. 165: Palácio da Justiça-Rua Dr. José António Peixoto Pereira Machado, vista de sul



Fig. 166: Edifício da Policia de Segurança Pública-Avenida Dr. Sidónio Pais, vista de sul



Fig. 167: Edifício dos Bombeiros Voluntários de Barcelos- Avenida Dr. Sidónio Pais, vista de oeste

Conforme se pode verificar pelas figuras 168 e 169, páginas 188 e 189, as principais atividades, nomeadamente a terciária, continuavam confinadas à envolvente dos Paços do Concelho. Devido ao aumento da atividade económica, houve um incremento de novas agências bancárias.

Contudo, paulatinamente, muitos serviços ligados ao setor secundário e terciário foram transformados ou desapareceram contribuindo para este fenómeno vários fatores: a idade avançada dos proprietários, aliada ao fato de os descendentes não continuarem a tradição de família, que em muitos casos já vinha dos avós, o avançado estado de degradação dos prédios, aliado ao elevado custo de manutenção destes, ao baixo custo de aquisição de novas habitações fora da cidade e à transferência de vários serviços para novas instalações.

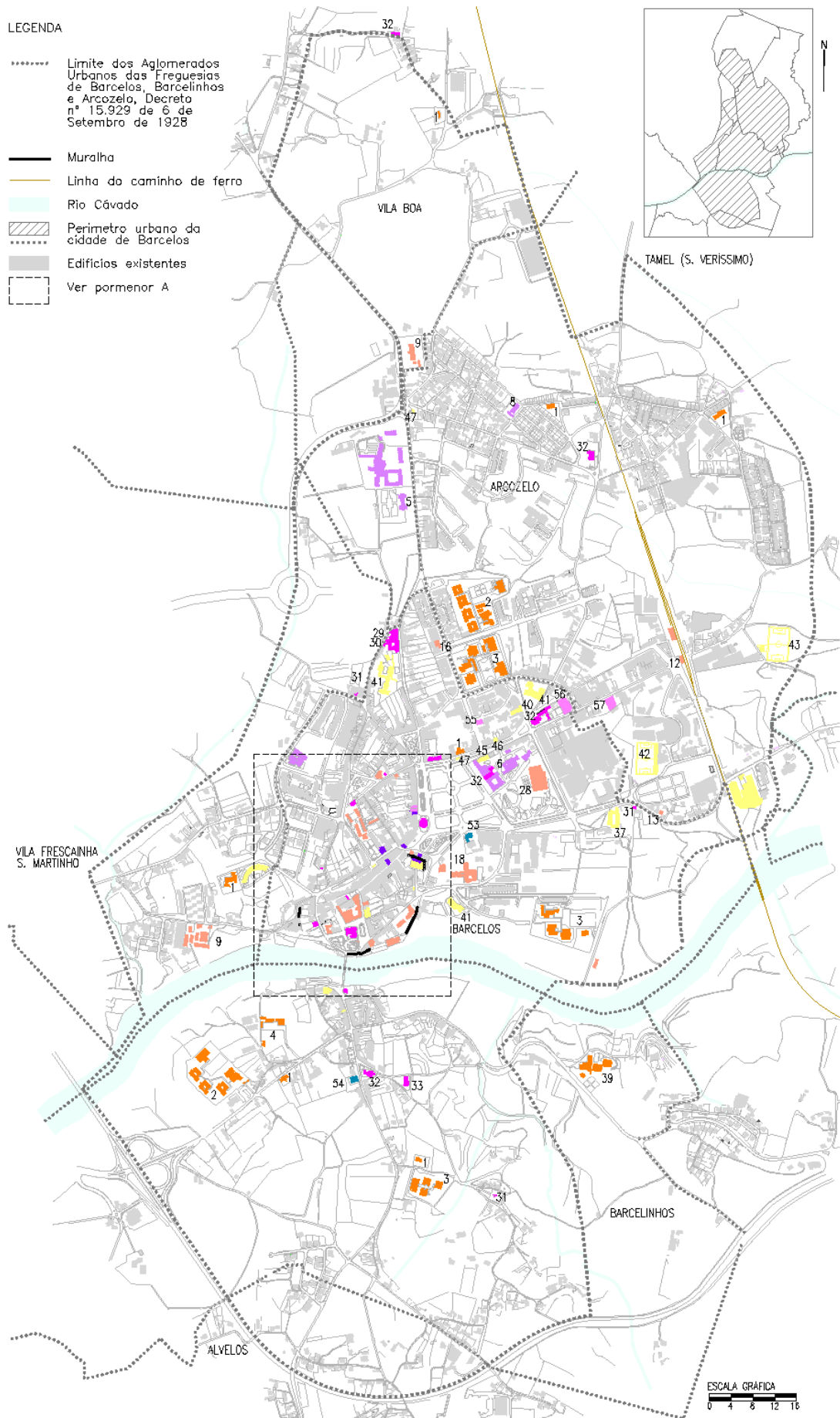
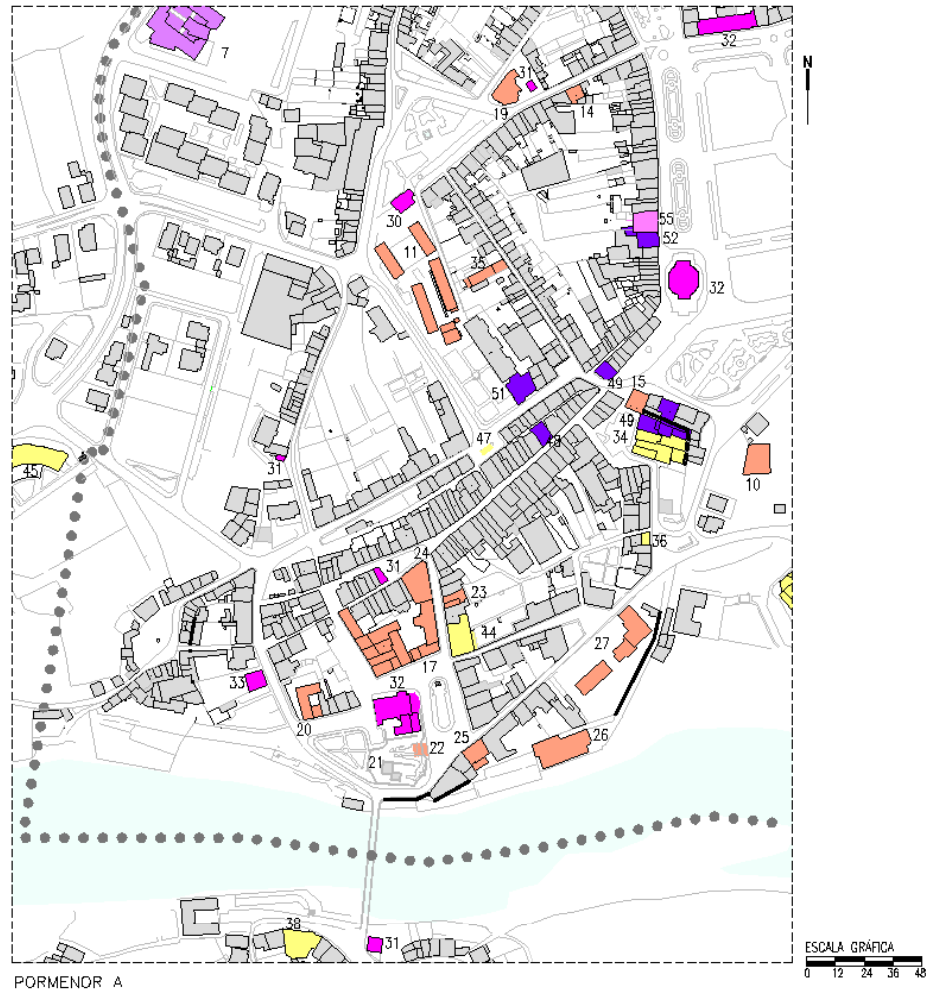


Fig. 168: Mapa das diversas atividades existentes



LEGENDA

	Escolas
1	Primárias
2	Ciclo preparatório
3	Ensino secundário
4	Escola Agrícola
	Hospitais
5	Psiquiátrico
6	Estado
7	Centro de saúde
8	Dispensário da tuberculose
	Edifícios públicos
9	Oficinas Municipais
10	Notários
11	Mercado Municipal
12	Estação dos caminhos de ferro
13	Seção da Junta Autónoma das Estradas
14	Correios
15	Torre da Porta Nova/Posto de Turismo
16	Repartição de Finanças
17	Paços do Concelho
18	Tribunal
19	Segurança Social
20	Solar dos Pinheiros
21	Paço dos Condes
22	Museu Arqueológico
23	Biblioteca Municipal
24	Teatro Gil Vicente
25	Arquivo Municipal
26	Piscina Municipal
27	Adega Cooperativa de Barcelos
28	Pavilhão Municipal
	Edifícios religiosos/Igrejas/Capelas
29	Igreja Menino de Deus
30	Casa Menino de Deus (convento)
31	Capelas
32	Igrejas
33	Residência Paroquial

LEGENDA

	Instituições Privadas
34	Infantário
35	Círculo Católico e Operário de Barcelos
36	Corpo Nacional de Escutas
37	Bombeiros Voluntários de Barcelos
38	Bombeiros Voluntários de Barcelinhos
39	Colegio La Salle (internato e externato)
40	Eletricidade de Portugal (E.D.P.)
41	Creche e jardim de infância
42	Campo Adelino Ribeiro Novo (Gil Vicente Futebol Club)
43	Campo de futebol "Os Andorinhas"
44	Casa dos Rapazes
45	Lar da Santa Casa da Misericórdia
46	Garagem "Linhares"
47	Bomba de gasolina
	Instituições bancárias
48	Banco Nacional Ultramarino
49	Banco Totta & Agores
50	Banco Pinto e Sotto Mayor
51	Caixa Geral de Depósitos
52	Banco Espírito Santo
	Forças de Segurança
53	Polícia de Segurança Pública
54	Guarda Nacional Republicana
	Hoteis/Residenciais/Centro comercial
55	Residencial
56	Hotel
57	Centro comercial

Fig. 169: Legenda das diversas atividades existentes



## 4.7 – Período de 1990-2011

### 4.7.1 - Evolução da estrutura urbana

Este período praticamente finaliza a conclusão da via de cintura externa, faltando a ligação a oeste da Freguesia de Barcelinhos, a evolução da estrutura urbana passou pela ligação de uma nova via no sentido este/oeste e pela construção de uma nova ponte a jusante da ponte do caminho-de-ferro, conforme se pode verificar pela figura 182 a 184, páginas 194 a 196.

Contudo denota-se que a evolução da estrutura urbana continua a ser definida pelos quatro eixos principais (a marcação das vias designadas como estradas nacionais, foi efetuada partindo da carta militar à escala 1/25000 de 1990). Com a conclusão das urbanizações como foram os casos das Quintas do Escondidinho, Espinheira, Quinta da Cal, Urbanização de S. José etc. e por fim a construção do Estádio da Cidade de Barcelos inserido, no complexo desportivo a sul da freguesia de Vila Boa, levou à adição de novos arruamentos que foram entroncar nos quatro eixos principais. A estrutura urbana está praticamente consolidada conforme se verifica pelas figuras nº 170 e 171.



Fig. 170: Via de cintura externa, vista de este



Fig. 171: Via de cintura externa, vista de oeste

A importância das novas vias de acesso e sua função como estruturadoras do crescimento marcou o desenvolvimento espacial da cidade de Barcelos durante o início do século XXI.

Contudo os problemas de circulação e de mobilidade mantiveram-se ou foram agravados, em virtude das ditas urbanizações e dos arruamentos irem entroncar nos principais eixos.

Dentro do perímetro urbano da cidade mantiveram-se as obras de remodelação e repavimentação dos espaços públicos (requalificação), como foram os casos da remodelação do Parque da Cidade, Avenida da Liberdade, Campo 5 de Outubro, Campo Camilo Castelo Branco, Avenida João Duarte, Largo do Apoio, Largo Dr. José Novais, figura 174, página 192 e Largo Visconde Leiria, figura 177, página 192, bem como novos reperfilamentos das vias

situadas na avenida D. Nuno Alvares Pereira, figura 175, Avenida Nossa Senhora de Fátima etc. Com a requalificação das obras da Avenida da Liberdade, figura 172, da Rua D. António Barroso (Rua Direita), e Largo do Porta Nova, figura 173 foi dado um importante passo para melhorar esta artéria comercial, melhorando significativamente as condições de utilização e fruição do espaço público, bem como a sua imagem urbana e arquitetónica. Esta transformação visou a redução do tráfego automóvel, em favorecimento dos peões, implicando também um aumento da área pedonal compreendida entre o Largo do Porta Nova e a zona do Palácio da Justiça.



Fig. 172: Avenida da Liberdade, vista de sul



Fig. 173: Largo do Porta Nova, vista de este



Fig. 174: Largo Dr. José Novais, vista de sul



Fig. 175: Avenida D. Nuno Alvares Pereira, vista de sul



Fig. 176: Avenida Nossa Senhora de Fátima, vista de este



Fig. 177: Largo Visconde Leiria, vista de este

Contudo verificou-se o oposto, que tem a ver com construções que foram edificadas à face dos arruamentos, levando a que não fosse possível o seu alargamento, ou a construções de “cul-de-sac”, cuja única finalidade foi autorizar a capacidade construtiva dos terrenos.



Fig. 178: Rua da Barreta, vista de norte



Fig. 179: Travessa do Senhor do Galo, vista de este



Fig. 180: Rua Rosa Ramalho, vista de oeste



Fig. 181: Rua sem nome, vista de norte

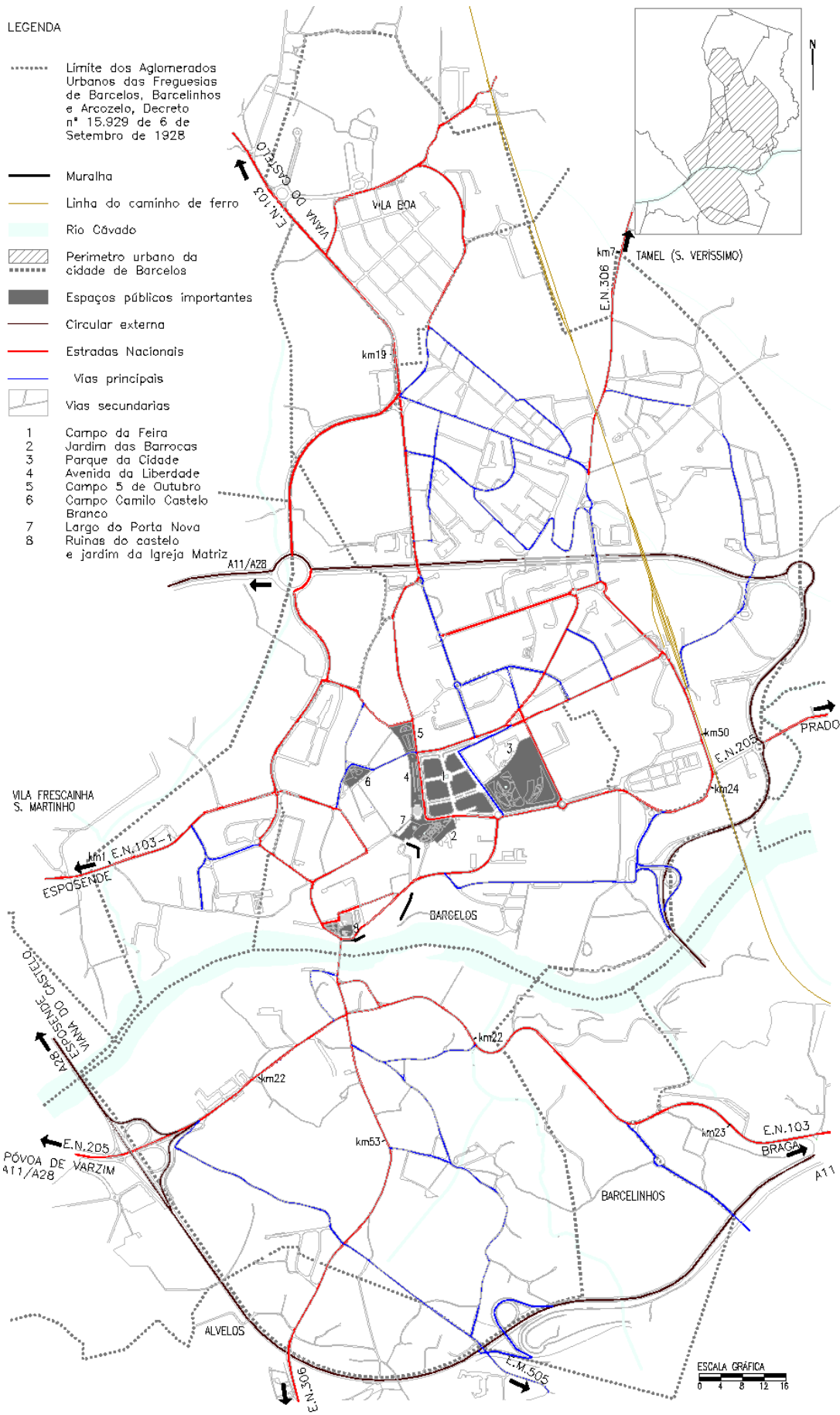


Fig. 182: Mapa da rede viária



Fig. 183: Planta topográfica, com as vias e edifícios



Fig. 184: Rede viária na atualidade

Para além da configuração radial da rede viária, a centralidade da cidade de Barcelos é também reforçada pelo centro coordenador de transportes, uma infraestrutura de dimensão muito relevante e onde operam as principais empresas prestadoras de serviços de transporte rodoviário de passageiros:

RNE – Rede Nacional de Expressos (ligações para todo o país); TRANSDEV (ligações internas no município e com o espaço regional); RENEX (ligações no eixo da A3/A1, até Lisboa); Cávado

Tour; Rodoviária do Entre Douro e Minho. O povoamento tradicional disperso, a localização de indústria difusa, o efeito da passagem da A28 e A11.

A via de cintura externa, a topografia e o minifúndio, ajudam a explicar este padrão de crescimento urbano: ora concentrado junto ao núcleo urbano antigo; ora alinhado ao longo das estradas; ora por pequenas expansões e crescimento intersticial ou junto de aglomerados preexistentes.

Esta resulta também da importância da topografia e dos traçados viários que tem vindo a condicionar, diferentemente, esta urbanização extensiva.

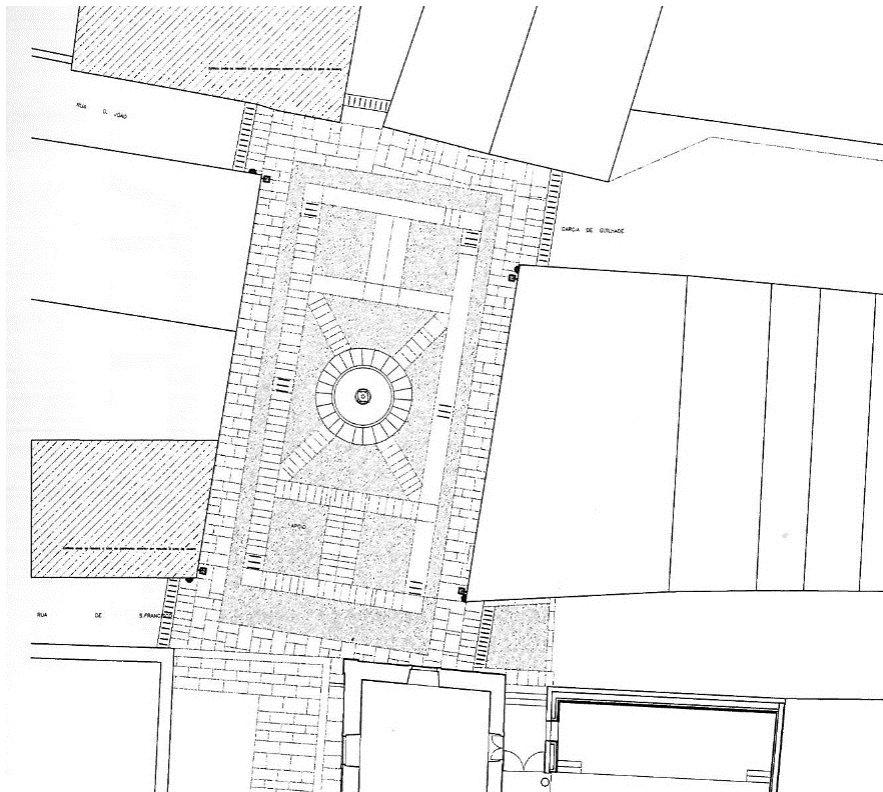


Fig. 185: Projeto de Execução do Largo do Apoio – Planta S/E



Fig. 186: Projeto de Execução do Largo do Apoio – Perfil Tipo



Fig. 187: Campo Camilo Castelo Branco, Planta S/E

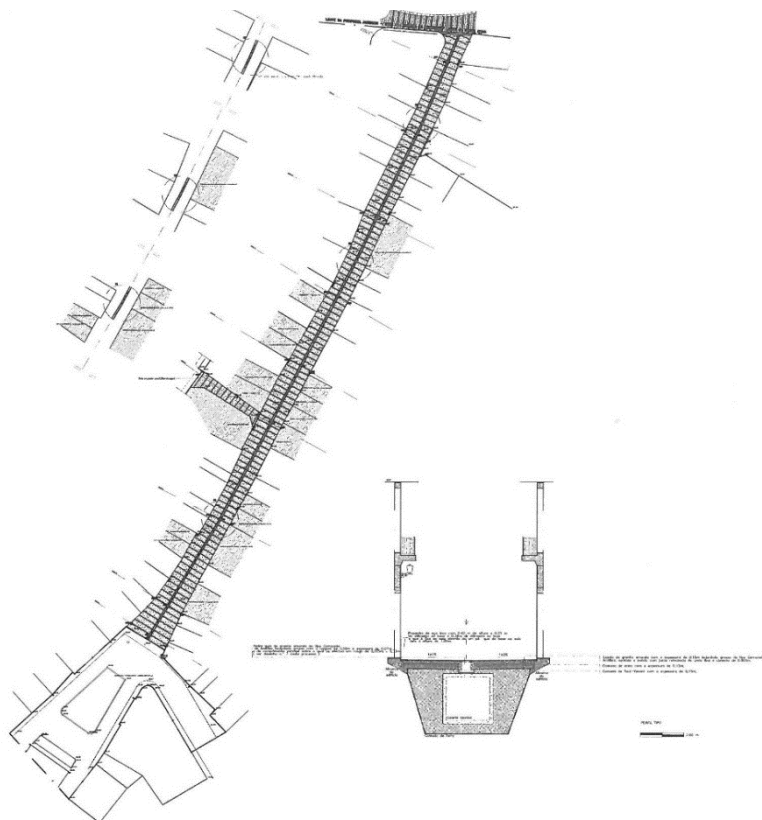


Fig. 188: Projeto de Execução para a remodelação da Rua D. António Barroso (Rua Direita) Planta e Perfil, S/E

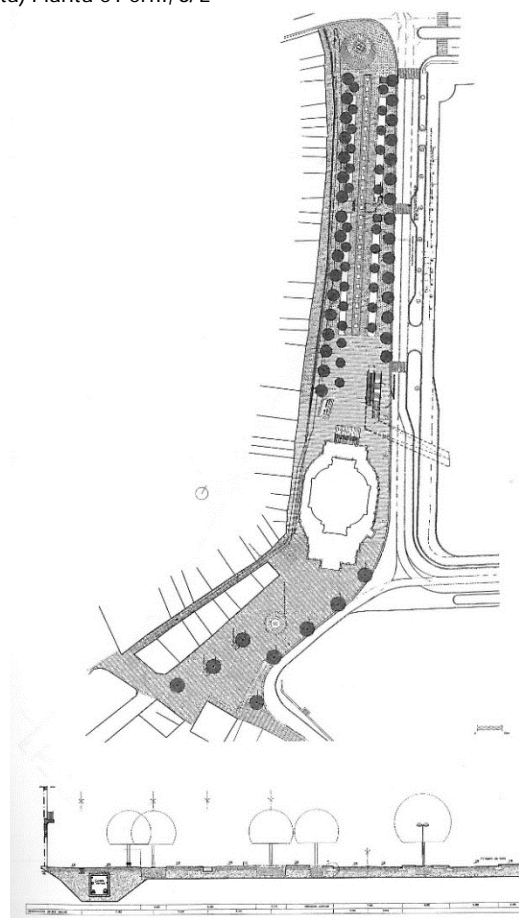


Fig. 189: Projeto de Execução para a remodelação da Avenida da Liberdade, Largo do Porta Nova e Rua do Bom Jesus da Cruz) – Planta e Perfil, S/E

#### 4.7.2 – Formas de crescimento

A mancha do edificado destacou alterações que contribuíram para a modificação do aglomerado urbano, para além da variação quantitativa, que neste caso diz respeito ao número de fogos, foram as alterações qualitativas que mais marcaram a transformação morfológica.

Ao analisarmos as figuras 190 e 191, páginas 201 e 202, verificamos que a maior parte do edificado construído neste período é superior ao construído no período de 1960-1990. Devido à conclusão das antigas urbanizações e das novas urbanizações que surgiram a oeste da cidade de Barcelos, o desaparecimento da indústria nas zonas envolventes ao edifício do caminho-de-ferro e do antigo estádio do Gil Vicente Futebol Club, alguns edifícios ficaram devolutos, outros foram demolidos dando lugar a edifícios multifamiliares.

No que diz respeito ao aumento da habitação nas freguesias de Barcelos, Barcelinhos e Arcozelo verificou-se 131%, 169% e 624%, respetivamente. No que concerne ao número de habitantes foi possível verificar um aumento significativo, sendo na freguesia de Barcelos de 106%, na freguesia de Arcozelo 179%, em contrapartida a freguesia de Barcelinhos teve uma perda de 124%.

Intensificou-se assim uma forte dicotomia entre a cidade consolidada histórica e a urbanização resultante da expansão recente, cujo défice de desenho e qualidade urbana resultou da ausência da desadaptação ou das inadaptações dos traçados previstos nos planos e noutros instrumentos de regulamentação urbanística. O desacerto entre a pressão construtiva, a desadaptação dos instrumentos de regulação urbanística e as falhas de articulação institucional entre o município e departamentos do estado central são responsáveis pelo elevado défice de qualidade urbana.

O Plano Diretor Municipal eficaz a partir de 4 de Julho de 1995 (DR 1ª Série B, nº 152), encontrou o território já muito comprometido com extensas áreas urbanizadas de modo descontínuo, com uma generalizada indisciplina na localização de atividades, bem como uma forte desarticulação entre a programação e o desenho do sistema viário e a rede pré existente. A malha urbana é, na sua maior, parte constituída pela soma das estruturas viárias e espaços coletivos propostos pelas várias operações urbanísticas de promoção privada.

As entidades gestoras do território têm vindo a permitir a construção de uma estrutura urbana complexa resultante da soma de unidades que não se relacionam entre si e que vão criando um labirinto que põe em causa o funcionamento dos serviços básicos dos aglomerados.



Fig. 190: Mapa dos edifícios



Fig. 191: Mapa do edificado

#### 4.7.3 – Tecido construído e tipologias dominantes

O período de 1990-2011 continuou a ser propícia a grandes alterações no que diz respeito ao tecido urbano e tipologias dominantes, mantendo-se a construção em altura destinada a habitação multifamiliar, situadas no centro da freguesia de Arcozelo e em zonas envolventes ao edifício do caminho-de-ferro e do antigo estádio do Gil Vicente Futebol Club, conforme se pode verificar pela figura 204, página 207.

Contudo, na freguesia de Barcelinhos a tipologia dominante não vai além do edifício multifamiliar de cinco pisos.



Fig. 192: Edifício multifamiliar/comercio de 5 pisos-Rua Miguel Bombarda/Largo Camilo Castelo Branco, vista de sul



Fig. 193: Edifício multifamiliar/comercio de 5 pisos-Largo Camilo Castelo Branco/Rua Tenente Valadim, vista de oeste



Fig. 194: Edifício de 5 pisos-Rua Celestino Costa, vista de sul



Fig. 195: Edifício de 3 e 2 pisos-Rua Celestino Costa, vista de Norte

Podemos verificar ainda que existem zonas de vazios dentro do perímetro urbano da cidade, à espera de melhores oportunidades. Cada loteamento, maximizando o volume permitido de construção, produz uma malha interior de irrigação de edifícios, ligando-se às vias principais. Esta pressão construtiva responde duplamente à proximidade da cidade e à facilidade de ligação automóvel à via circular externa.

Os espaços coletivos são marcados por uma limitada personalidade formal, sobretudo no que toca à variedade e à intensidade dos usos propostos, para além das vias que têm como único

objetivo o acesso às edificações propostas e às respetivas baías de estacionamento, figuras 196 e 197. Surgem alguns espaços verdes, meros canteiros que não propõem qualquer uso ou relação com o edificado.

Estes espaços são resultantes das áreas para espaços coletivos e cedência ao domínio público obrigatórias e são habitualmente localizadas em zonas menos qualificadas e mais difíceis de urbanizar ou estão espalhadas pelas suas margens.



Fig. 196: Rua João Duarte, vista de norte



Fig. 197: Rua João Duarte, canteiro/ estacionamento, vista de sul



Fig. 198: Rua D. António Barroso, vista de oeste



Fig. 199: Barcelinhos, vista de norte

Pelas fotografias 198 e 199, podemos verificar que na maior parte do tecido construído na zona antiga de Barcelos e Barcelinhos manteve-se inalterável entre os periodos de 1960-1990 e 1990-2011, com ligeiras alterações no que diz respeito ao espaço fronteiro de Barcelinhos, onde se pode verificar o edifício destinado aos Bombeiros Voluntários de Barcelinhos.

Contudo, cada vez mais edifícios na zona antiga da cidade, estão em risco de ruína, desocupados ou com deficientes condições de habitabilidade, figuras 200 e 201, pagina 205



Fig. 200: Edifício unifamiliar, Campo 25 de Abril, vista de norte



Fig. 201: Edifícios unifamiliares, Rua da Madalena, vista de sul

Com a aprovação do Plano diretor Municipal em 1995 houve a necessidade de efetuar a recuperação do denominado Centro Histórico de Barcelos. Nos últimos anos o Centro Histórico sofrera transformações que entraram em conflito coma a construção existente; a substituição das caixilharias tradicionais, das portadas, a substituição e alteração das formas dos telhados, etc., muitas das vezes demolia-se completamente e reconstruía-se com o recurso a novas técnicas construtivas e a materiais recentes.

Assistia-se passivamente à descaraterização e ao desvirtuamento de uma herança insubstituível do edificado. Numa tentativa de contrariar o que se estava a passar o Município, tomou a iniciativa de reabilitar alguns edifícios, como foi o caso da Casa dos Machados da Maia, situado no Largo José Novais, adaptado a Biblioteca Municipal, a 2ª fase das obras do Edifício da Câmara Municipal, do edifício adaptado a Arquivo Municipal na Rua Fernando Magalhães.



Fig. 202: Biblioteca Municipal, Largo José Novais, vista de este



Fig. 203: Arquivo Municipal, Rua Fernando Magalhães, vista de norte

Tentando-se assim sensibilizar a população para a recuperação do edificado, contudo tudo isto não passou de boas intenções por parte do Município. Ciente do problema foi elaborado em

1995 o Plano de Pormenor, Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Barcelos, conforme figura 121, pagina 149, que ainda se encontra em discussão pública.

Importa referir também a criação do G.T.L. Gabinete Técnico Local em 1997, cujas funções passavam não só pela elaboração do próprio Plano, mas também pela gestão corrente daquela unidade operativa, isto é, pelas ações de qualificação e reabilitação de espaços de utilização coletiva, ações de proteção e recuperação do património construído, ações de recuperação de espaços urbanos degradados, pedidos de obras e projetos respeitantes a edifícios no Centro Histórico e a execução de projetos de intervenção, como sejam a normalização de conjuntos de fachadas, recuperação de edifícios, tanto no exterior como no interior.

Este gabinete esteve em funções durante quatro anos, tendo as suas atribuições passado para o Gabinete do Plano de Pormenor, Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Barcelos, entretanto criado.

A mistura de usos do solo, quer nos casos da própria parcela quer nos casos da plurifuncionalidade dos edifícios, em que o rés-do-chão e o 1º andar são destinados ao uso terciário e os restantes pisos à função residencial.

A imagem da descontinuidade que caracteriza o urbano extensivo resulta da construção do urbano pela simples acrescento de pedaços, mas também do modo como estas operações se desenham e se estabelecem no território, e da forma como se fecham sobre si mesmas, impossibilitando o seu atravessamento e negando qualquer possibilidade de continuidade de malhas e de desenvolvimento de lógicas de proximidade.

Torna-se, por isso, necessário procurar perceber as coerências, as formas e os métodos que estão na base destas intervenções e o modo como concorreram para a fragmentação de estrutura urbana.

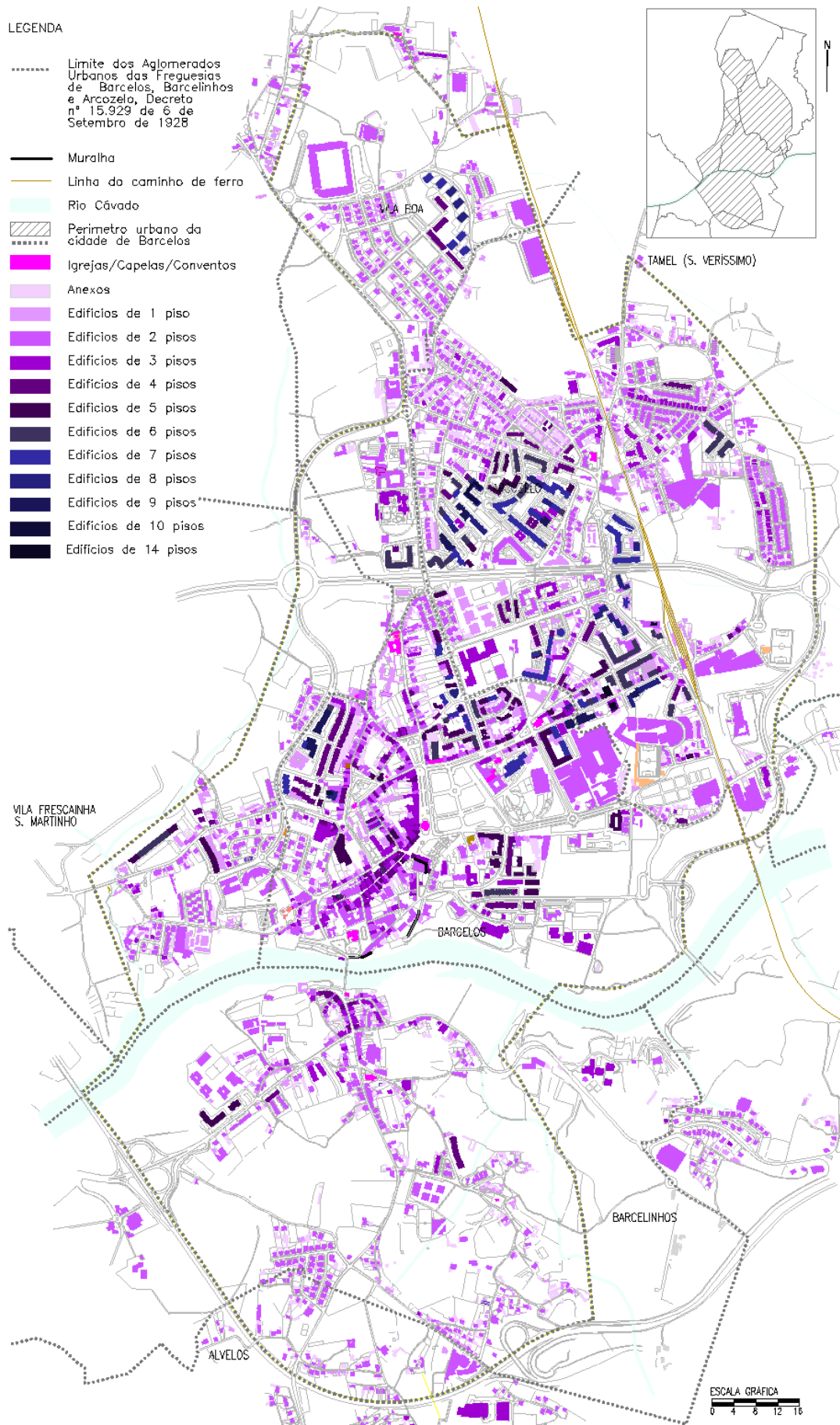


Fig. 204: Mapa de cérceas

#### 4.7.4 – Densidades e atividades

Não é possível comparar o que não é comparável. Diferentes parâmetros de edificabilidade medem diferentes realidades, tal como medições com base em áreas de referências distintas produzem resultados distintos. (Portas, Domingues, & Cabral, 2011, p. 209)

Um elevado índice de utilização do solo não corresponde necessariamente a uma alta densidade populacional, dependendo esta dos usos previstos e das tipologias propostas.

Um centro comercial, uma zona industrial ou um armazém, a sua densidade populacional será igual a zero, bem como uma elevada altura de edificação não é sinónimo de um elevado índice de utilização do solo.

Tudo isto foi criado pelas novas condições de acessibilidades, pelo traçado da circular externa e seus nós. As estradas nacionais e as suas ramificações, onde devido ao elevado fluxo de trânsito foram-se localizando atividades variadas em especialização e dimensão, misturadas com tipologias diversas de habitação.

O setor terciário ligado ao comércio e serviços, que era de cariz familiar, praticamente desaparece, dando lugar a empresas multinacionais ligadas ao setor do vestuário e calçado.

A maior concentração de atividades continuou a ser na cidade, contudo, nos novos edifícios construídos o rés-do-chão é destinado ao comércio. Neste período dá-se a alteração de paradigma no tipo de construção do edifício multifamiliar/comércio. É o caso da construção de edifícios destinados unicamente ao setor terciário, mais precisamente nas áreas liberais, conforme as figuras 205 e 206.



Fig. 205: Edifício destinado ao setor terciário 9 pisos- Avenida Alcides de Faria, vista de oeste



Fig. 206: Edifício destinado ao setor terciário 3 pisos-Rua José António Peixoto Pereira Machado, vista de sul

Dá-se também alteração em edifícios outrora destinados unicamente a habitação unifamiliar, que foram convertidos para comércio, conforme as figuras 207 e 208.



Fig. 207: Antes da intervenção-Rua Filipa Borges, vista de oeste



Fig. 208: Após a intervenção, vista de oeste

Na área envolvente à estação do caminho-de-ferro e nas zonas do antigo Estádio Gil Vicente Futebol Club, outrora áreas destinadas a indústria têxtil, foram demolidas para a construção de novos edifícios multifamiliares/serviços, ou reutilizados como armazéns e ou discotecas, figuras 209 a 210 ou simplesmente abandonadas, figura 211 e 212 em virtude das falências e da deslocação deste tipo de indústria para zonas criadas para o efeito.



Fig. 209: Edifício multifamiliar-Rua Cândido da Cunha, vista de oeste



Fig. 210: Armazéns e discoteca-Rua Cândido Cunha, vista de este



Fig. 211: Fábrica TOR-Rua Santa Maria, vista de este



Fig. 212: Fabrica PANIBAR-Rua da Valpaços, vista de sul

Novos centros comerciais foram construídos como é o caso do Centro Comercial do Terço, situado no gaveto entre a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e o Campo 5 de Outubro, figura 213, o Centro Comercial do Senhor da Cruz, situado na Avenida da Liberdade, figura 214, outros desapareceram como foi o caso centro comercial (Torre Ampal), situado na Avenida Alcaides de Faria (Avenida da Estação).



Fig. 213: Centro Comercial do Terço, Avenida dos Combatentes da Grande Guerra/Campo 5 de Outubro, vista de oeste



Fig. 214: Centro Comercial do Senhor da Cruz, Avenida da Liberdade, vista de norte

A construção de novos hotéis e residenciais, como é o caso do Hotel Bagoeira e do Hotel D. Nuno, figuras 215 e 216, em detrimento de outras, que desapareceram como é o caso do Hotel Albergaria, transformado em Lar, situado também na Avenida Alcaides de Faria (Avenida da Estação).



Fig. 215: Hotel Bagoeira-Avenida Dr. Sidónio Pais, vista de norte



Fig. 216: Avenida D. Nuno Alvares Perira e Dr. Francisco Torres, vista de norte

Ao analisarmos os quadros relativos a desempregados e empregados entre 2001 e 2011, figuras 115 a 118, páginas 144 a 146, podemos verificar que é o setor secundário, que está ligado ao têxtil que emprega mais população; em contrapartida o setor primário, este mais ligado à agricultura, é quase inexistente. Verifica-se também que os desempregados no ano 2001 relativo a homens e mulheres era quase idêntico, contudo, no ano 2011 houve uma

assinável alteração com o aumento de desempregados do sexo feminino em detrimento do sexo masculino, sendo isto mais visível na freguesia de Arcozelo.

Continuaram as alterações económicas ao nível de processos de produção, distribuição e consumo, provocando transformações quer na localização em áreas específicas, a diversificação de micro empresas em instalações próprias ou misturadas com a residência e outras funções; nas morfologias, de vivenda em lote próprio, aos grandes loteamentos quer residenciais em banda ou bloco, quer não residenciais em situação de descontinuidade, de rutura volumétrica, ou de desigual relação às malhas preexistentes.

Estas três freguesias representam um total 19281 habitantes e 8807 fogos numa área de 7,5Km<sup>2</sup>. O que representa uma densidade populacional de 257hab/km<sup>2</sup>.

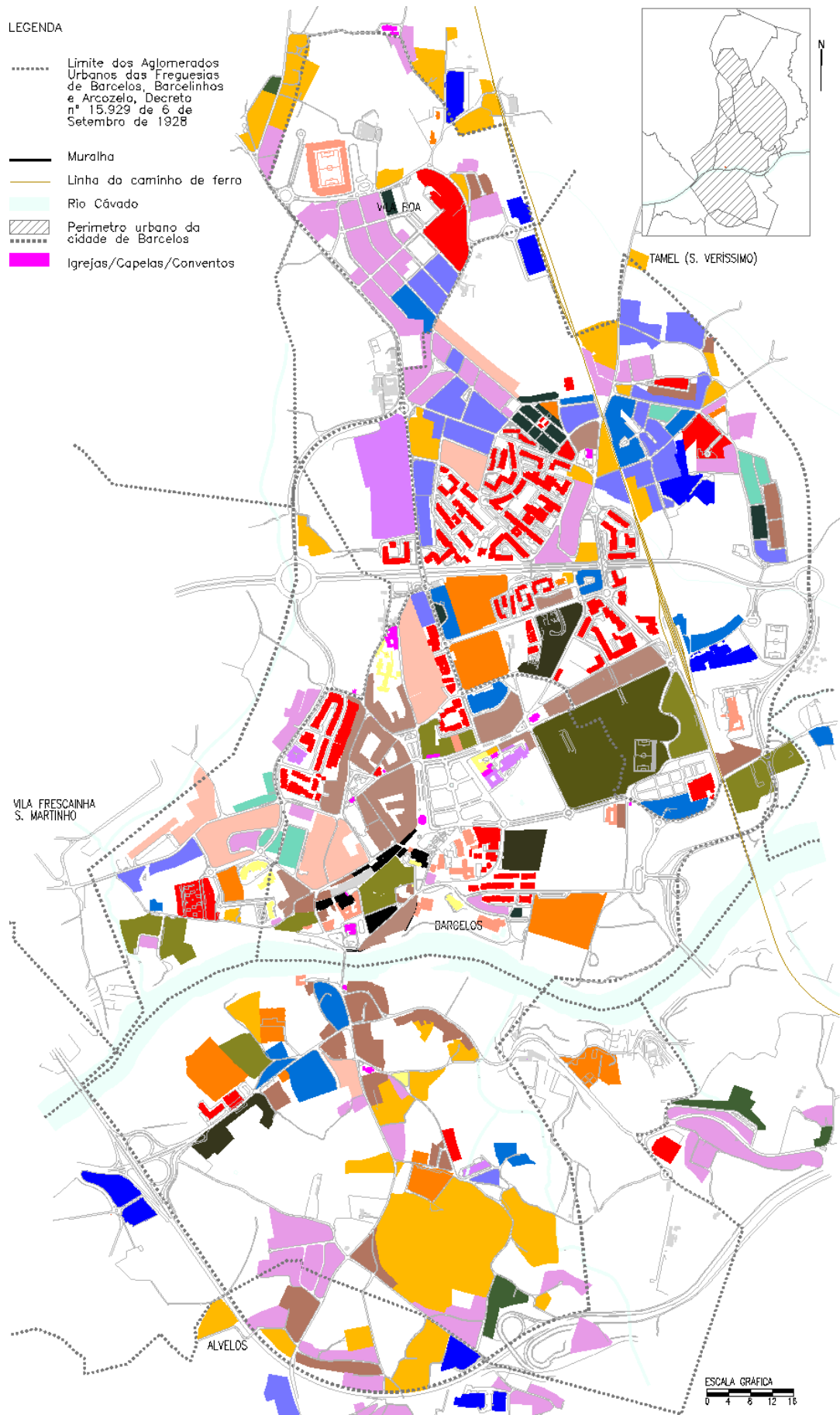


Fig. 217: Mapa de densidades



Fig. 218: Legenda do mapa de densidades

#### 4.7.5 – Equipamentos e serviços

Assiste-se a uma diversidade de funções, quer seja na habitação, nas escolas, nas indústrias, nos comércios, nos serviços etc. Como referido, paulatinamente, muitos serviços ligados ao setor secundário e terciário foram transformados ou desapareceram. As intervenções nos espaços públicos continuaram agora centradas na remodelação dos arruamentos, zonas verdes e a arborização das vias públicas.

A maioria das habitações da zona antiga da cidade, mais precisamente na Rua D. António Barroso (Rua Direita), bem como na zona antiga central da Rua Custodio José Gomes Vilas Boas e a Rua de Miguel Ângelo, da Freguesia de Barcelinhos ficaram devolutas, devido ao falecimento dos proprietários, a aquisição de novas habitações fora da cidade e à crise económica. No que concerne ao setor terciário, o comércio desenvolveu-se nas novas zonas fora da cidade, contudo na zona antiga muitas lojas do setor terciário fecharam devido às falências, permanecendo os prédios totalmente devolutos.

A indústria que se apresentava confinada na área envolvente à estação do caminho-de-ferro e do campo de futebol do Gil Vicente Futebol Club, (entretanto destinado a jogos de formação e a treinos do plantel sénior), praticamente desapareceu dando lugar a novos edifícios multifamiliares ou a novos armazéns. Indústrias são construídas junto ao limite urbano da cidade, bem como loteamentos unifamiliares de rés-do-chão e andar, mais precisamente junto à via de cintura externa, conforme figuras 231 a 233, páginas 217 a 219.

Dá-se um aumento assinalável no ensino primário e secundário com a remodelação das escolas inseridas no parque escola, figuras 219 e 220.



Fig. 219: Escola Secundária Alcaldes de Faria, vista de oeste



Fig. 220: Centro Escolar-Rua Nossa Senhora da Franqueira, vista de oeste

Verifica-se a continuação generalizada na área dos serviços de apoio social, que foi o caso da construção de lares, de infantários, serviços paliativos e de fisioterapia, figuras 221 e 222, pagina 215.



Fig. 221: Lar, Rua Dr. Santos Júnior, vista de este



Fig. 222: Edifício de serviço paliativo e de fisioterapia- sem nome de rua, vista de oeste

Em termos desportivos, dá-se a conclusão do Estádio Cidade de Barcelos, a construção das Piscinas Municipais, figuras 223 e 224, a construção de diversos equipamentos desportivos espalhados pelas três freguesias.

Foi inaugurada a Central de Camionagem, figura 225, o novo edifício dos C.T.T. Correios de Portugal (Correios, Telégrafos e Telefones), edifícios destinados aos Notários, Registo Predial e Registo Civil, figura 226.



Fig. 223: Estádio Cidade de Barcelos-Rua das Raízes /Estrada Nacional 206, vista de sul



Fig. 224: Piscinas Municipais-Rua Rosa Ramalho, vista de este



Fig. 225: Central de Camionagem, circular externa, vista de sul



Fig. 226: Cartório Notarial-Largo Lord Baden Powel, vista de sul

Começa-se a sentir a necessidade de adaptar os edifícios devolutos para novas funções como é o caso da antiga Escola Industrial e Comercial de Barcelos, em Museu de Olaria, figura 227.

Neste período dá-se também a conclusão das obras de remodelação interior dos Paços do Concelho, bem como a conclusão das obras do teatro Gil Vicente (encerrado em 1992, tendo-se iniciado obras de remodelação em 1993, ficando concluídas em 2011), figura 228. Além das instituições bancárias que já existiam foi inaugurado neste período o banco BANIF (Banco Internacional do Funchal, SA), figura 230.



Fig. 227: Museu de Olaria-Rua Fernando Magalhães/ Rua Cónego Joaquim Gaiolas, vista de este



Fig. 228: Teatro Gil Vicente, Largo Visconde Leiria, vista de este



Fig. 229: Edifício dos Paços do Concelho-Largo do Município, vista de sul

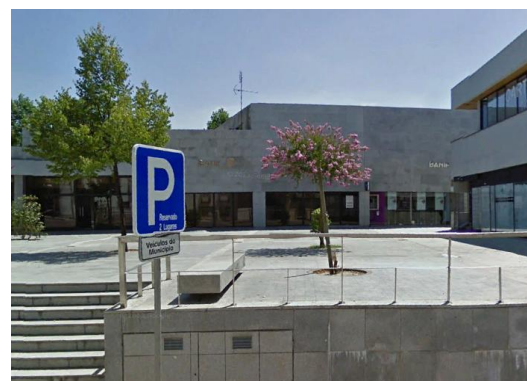


Fig. 230: BANIF-Banco Internacional do Funchal, S.A., Praceta Escultor Esteves, vista de este

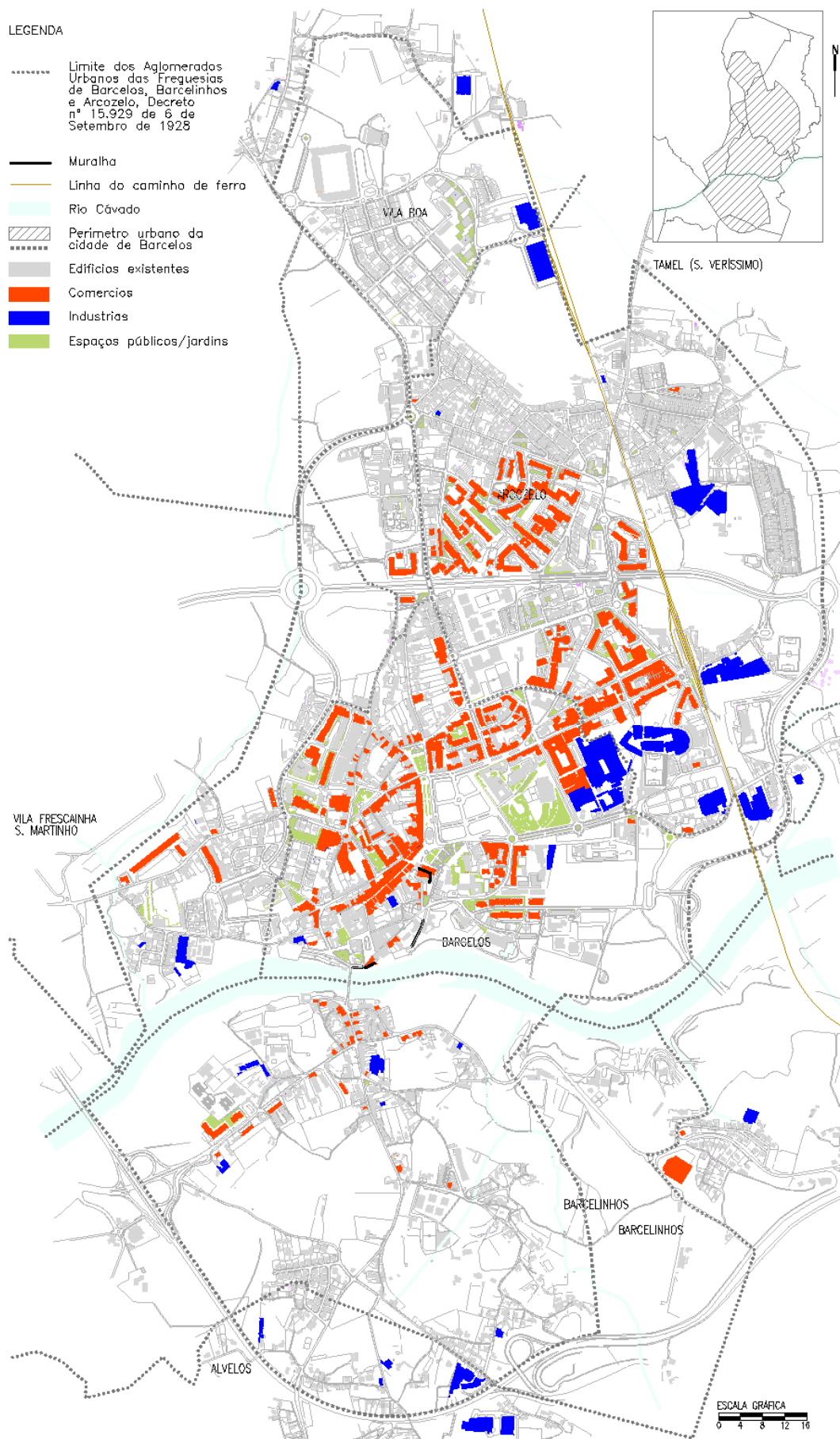


Fig. 231: Mapa de edifícios comerciais, industriais e espaços públicos

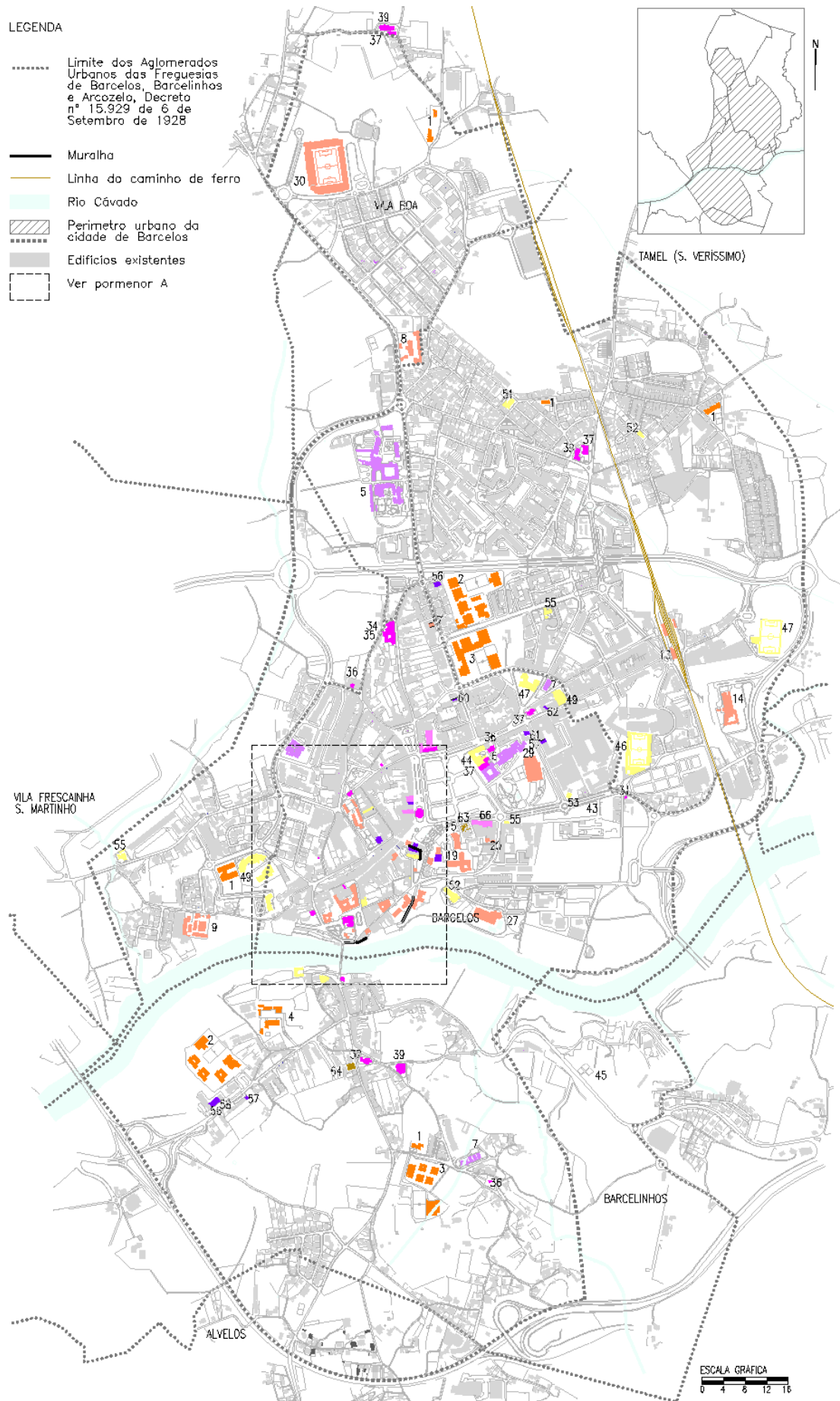


Fig. 232: Mapa das diversas atividades

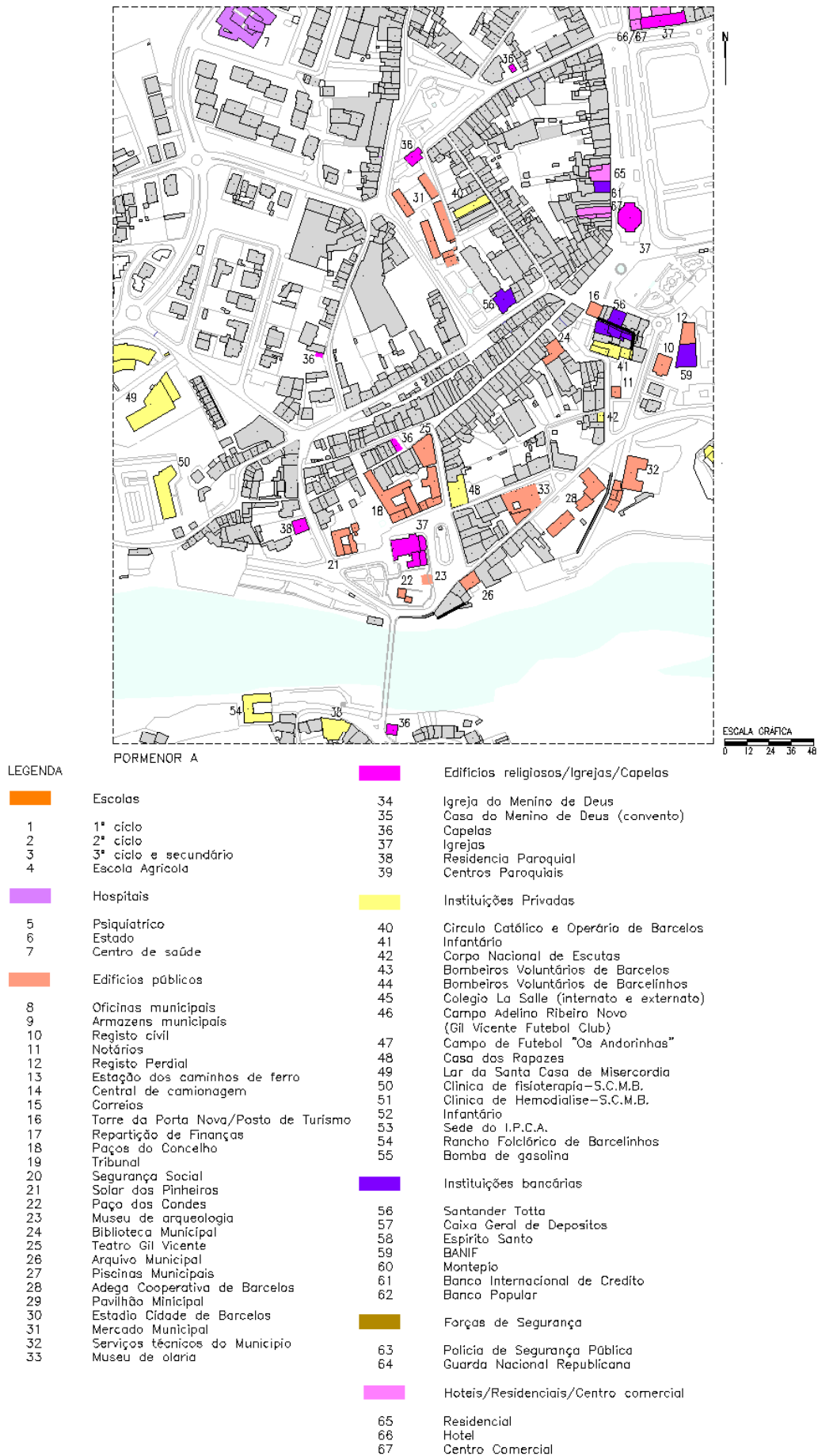


Fig. 233: Legenda das diversas atividades



## CAPITULO V

### Considerações Síntese

#### Sistematização

A investigação apresentada centrou-se na transformação da forma da Cidade de Barcelos ao longo da sua história urbana, objetivando o estudo em vários períodos, principalmente entre 1960 e 2011.

Como referido, a análise da forma urbana dividiu-se em três fases, correspondentes aos objetivos iniciais. Realizou-se um enquadramento do contexto político, económico, social e cultural, a partir do qual se extraíram fatores que condicionaram a transformação da Cidade de Barcelos, seguindo-se uma análise espacial que contemplou os fatores identificados. Para a análise morfológica convergiram dados de diversas disciplinas, que contribuíram para informação de elementos plurais sobre o tecido urbano.

As referências sobre a evolução da Cidade de Barcelos forneceram diversos dados e informações de diferentes contextos ao longo da história urbana da Cidade de Barcelos. Para o efeito foram desenvolvidos diagramas e gráficos de análise, repetindo este processo para todos os períodos em estudo, tendo como base o redesenho cartográfico.

Consolidou-se por esta via, uma perspetiva diacrónica, das mudanças verificadas na Cidade de Barcelos. A focagem deste processo iniciou-se na década de 1960 até 2011.

Para a realização do estudo de caso foi essencial escorar a metodologia articulada com o teórico.

O Capítulo II, para além de vários aspetos, apresenta um conjunto de referências relativas a autores que têm na Cidade o principal objeto de estudo, ao qual se seguiu uma abordagem das principais linhas de pensamento sobre o estado da arte, envolvendo a morfologia sobre o urbanismo, o planeamento da Cidade e a morfologia urbana, relacionadas com os instrumentos de análise e diferentes dimensões espaciais da morfologia urbana, no sentido de abstrair uma abordagem multiperspetiva para compreender o processo de transformação da forma urbana da Cidade de Barcelos.

O enquadramento teórico colaborou na obtenção de conhecimentos e noções relevantes para o estudo de caso. Dos autores tratados extraíram-se conceitos e abordagens que consubstanciaram a interpretação da análise comparativa efetuada nas várias fases do

estudo de caso. Diversas referências defendem que o processo morfológico de um aglomerado tem cariz multidisciplinar, cruzaram-se dados baseados numa perspetiva pluridisciplinar da Cidade, relaciona-los com o seu contexto e impacto na forma urbana.

Outros autores referem que o principal elemento estrutural de transformação de uma cidade é o sistema viário. Tendo-se verificado o que levou à transformação da Cidade de Barcelos, essencialmente pelo seu papel na formação e expansão do tecido urbano, revelando determinados padrões e atividades observáveis na Cidade.

Deste modo o principal elemento urbano do crescimento de Barcelos foi a infraestrutura viária avulsa, motivada pela ausência de processos de planeamento, em que o desenvolvimento foi apenas apoiado nos traçados viários existentes. Complementarmente, verificou-se ainda a importância das vias de comunicação enquanto aglutinadoras de intensidades e fluxos, promovendo a sua dinamização. Em Barcelos esta situação traduziu-se em quatro eixos principais, que ainda se mantêm nos dias de hoje, a saber:

- Para Norte no sentido de Viana do Castelo, E.N. 103;
- Para Sul no sentido de Braga e Póvoa de Varzim, E.N. 205/103 e E.N.306;
- Para Nascente no sentido de Prado, E.N. 205;
- Para Poente no sentido de Esposende, E.N. 103-1.

O desenvolvimento da Cidade de Barcelos não foi o mesmo nos diferentes períodos analisados. Observando criteriosamente os mapas interpretativos dos períodos em análise, percebeu-se como os principais eixos viários se mantiveram enquanto elementos reguladores. Numa primeira fase, o modelo de crescimento foi materializado por um carácter linear, para depois se apoiar nas estruturas secundárias que levou à adição de novos arruamentos que foram entroncar nos quatro eixos principais.

A importância dos traçados viários é igualmente determinante na capacidade de atrair dinâmicas sociais e económicas. Por fim o aparecimento da via de cintura externa na década de oitenta do século XX apoiada em sistema radial. O tecido urbano resultante destes períodos têm duas leituras diferentes: o crescimento linear associado ao edifício multifamiliar é caracterizado pela altura destes ou formam um conjunto edificado relativamente compacto. O crescimento de baixa densidade foi materializado pelos loteamentos de lote individual ou geminado. As características de cada tipo formaram um tecido diferente e que pode identificar os estratos da evolução por um quadro temporal. Portanto, a forma urbana resultante relação morfologia /tipo, é caracterizada pela sua hibridez e complexidade, devido à coexistência de dois modelos dominantes.

## Rede viária

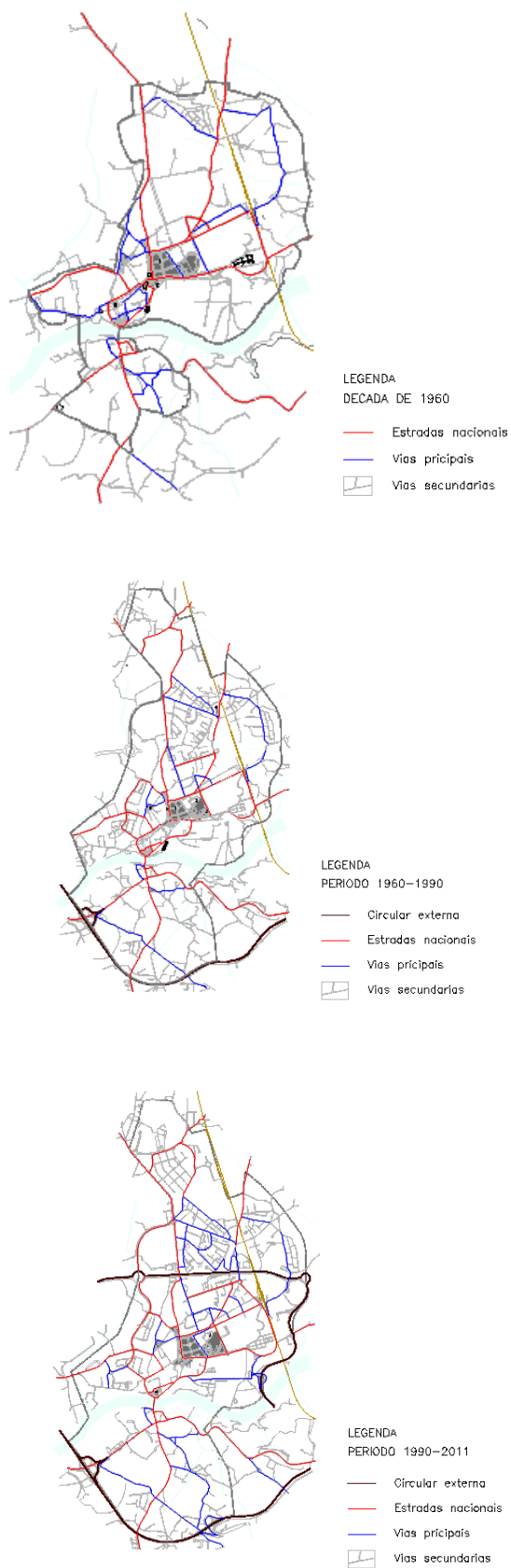


Fig. 234: Rede viária em diferentes períodos

- LEGENDA  
PERÍODO 1990–2011
- Circular externa
  - Estradas nacionais
  - Vias principais
  - Vias secundárias

LEGENDA

- Linha do caminho de ferro
- Rio Cávado
- Perímetro urbano da cidade de Barcelos
- Edifícios existentes
- Espaços públicos jardins
- Curvas de nível
- Vias



Fig. 235: Rede viária, circular externa, na atualidade

## Crescimento urbano

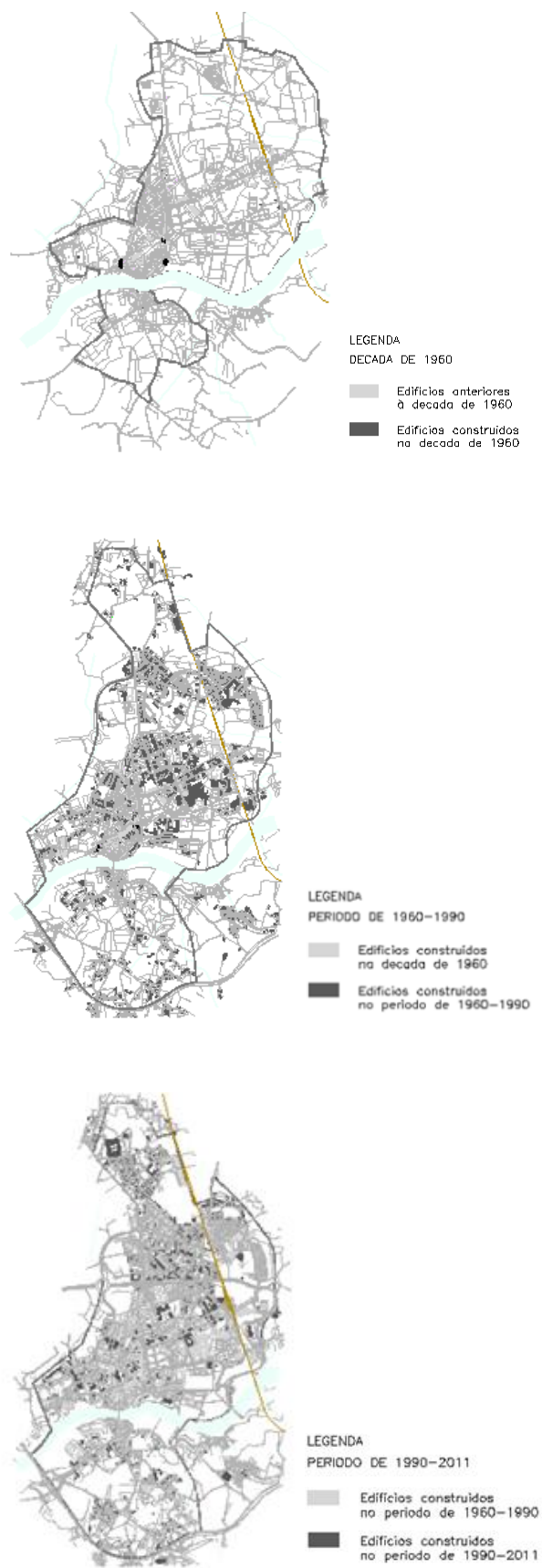


Fig. 236: Crescimento urbano nos diferentes períodos

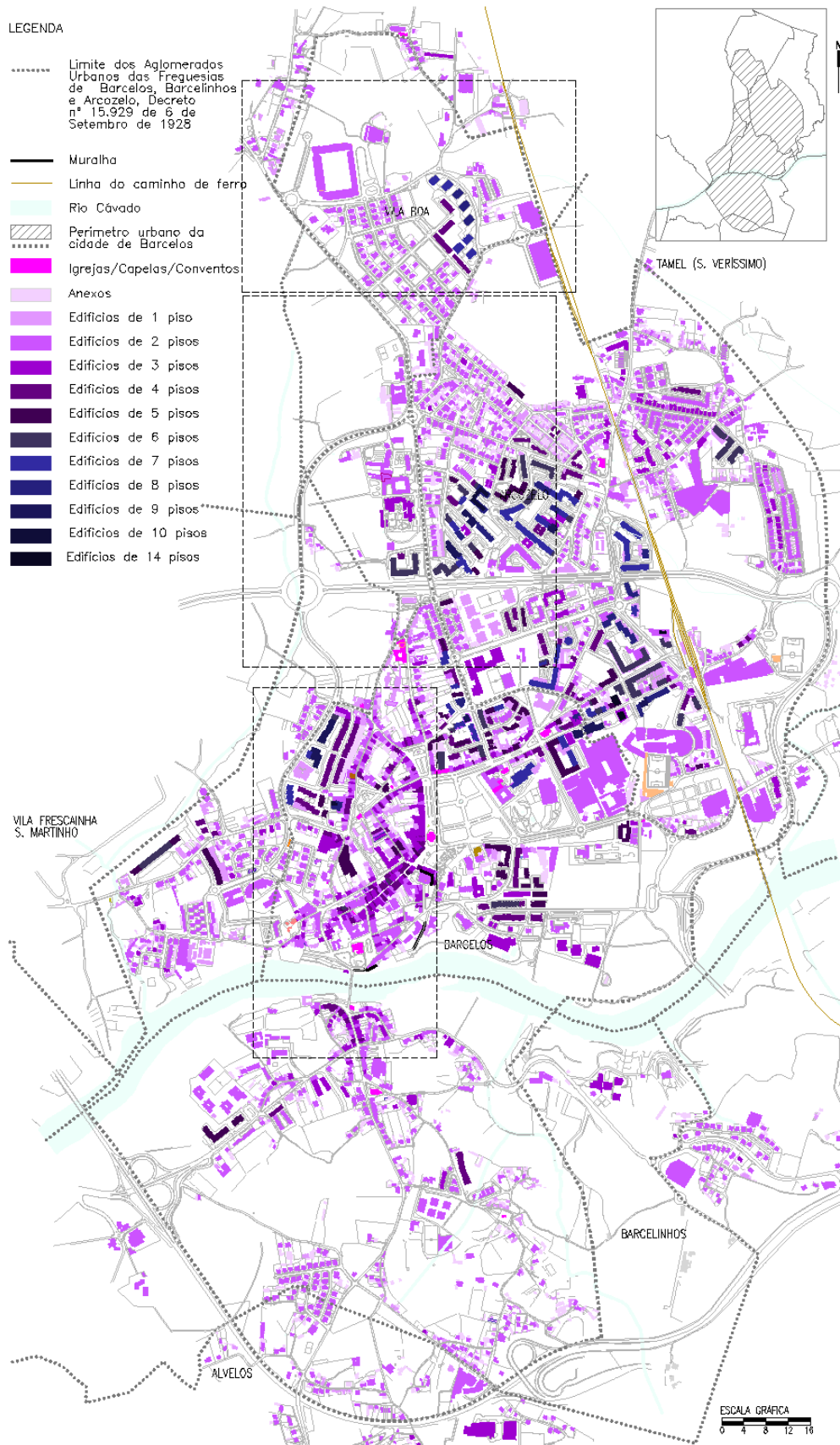


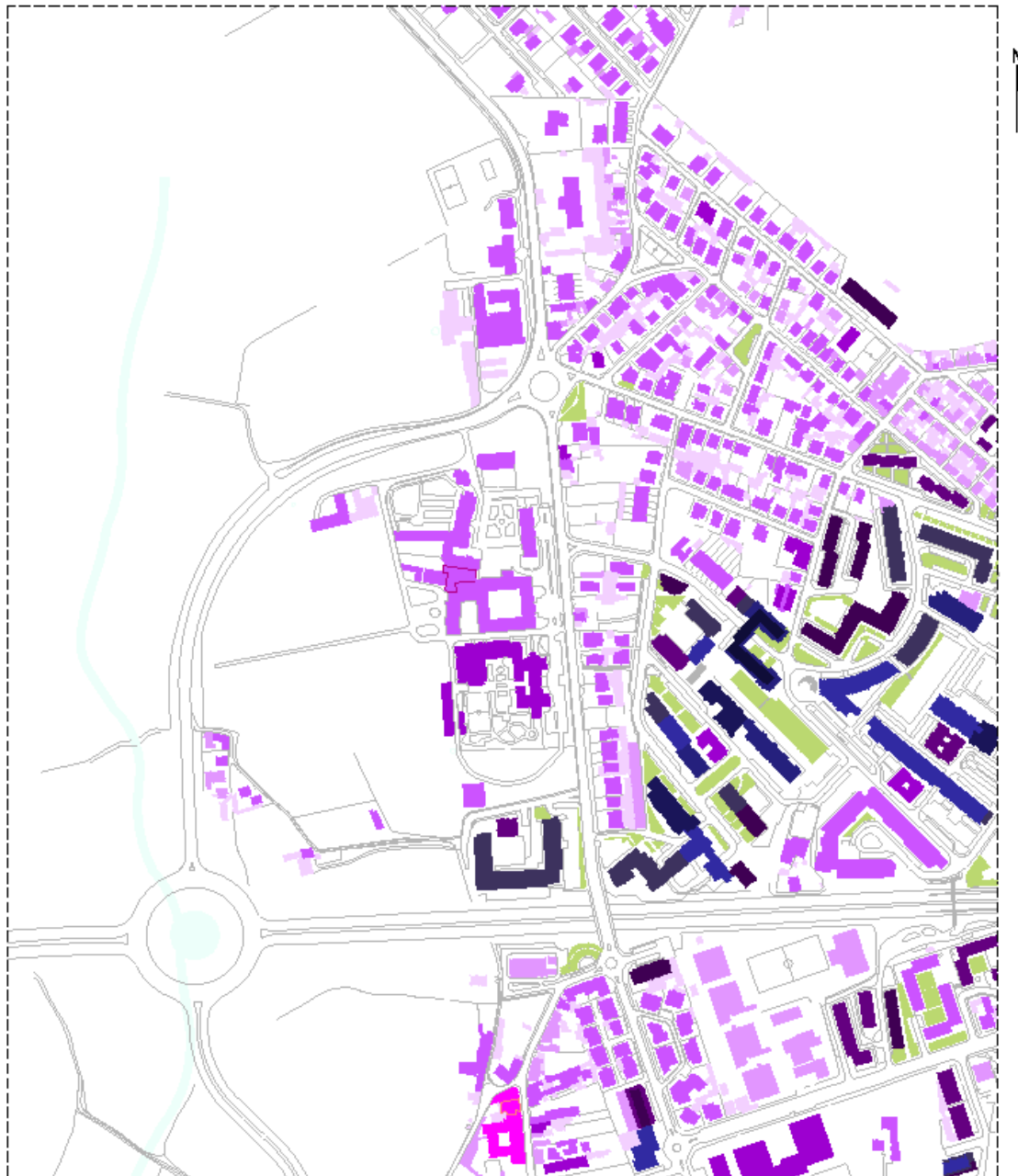
Fig. 237: Crescimento urbano no período de 1990-2011



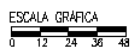
PORMENOR A

ESCALA GRÁFICA  
0 12 24 36 48

Fig. 238: Centro urbano consolidado. Exemplo de cidade compacta, onde o limite pode ser identificado, bem como a continuidade da rede viária e a intensa quantidade do edificado



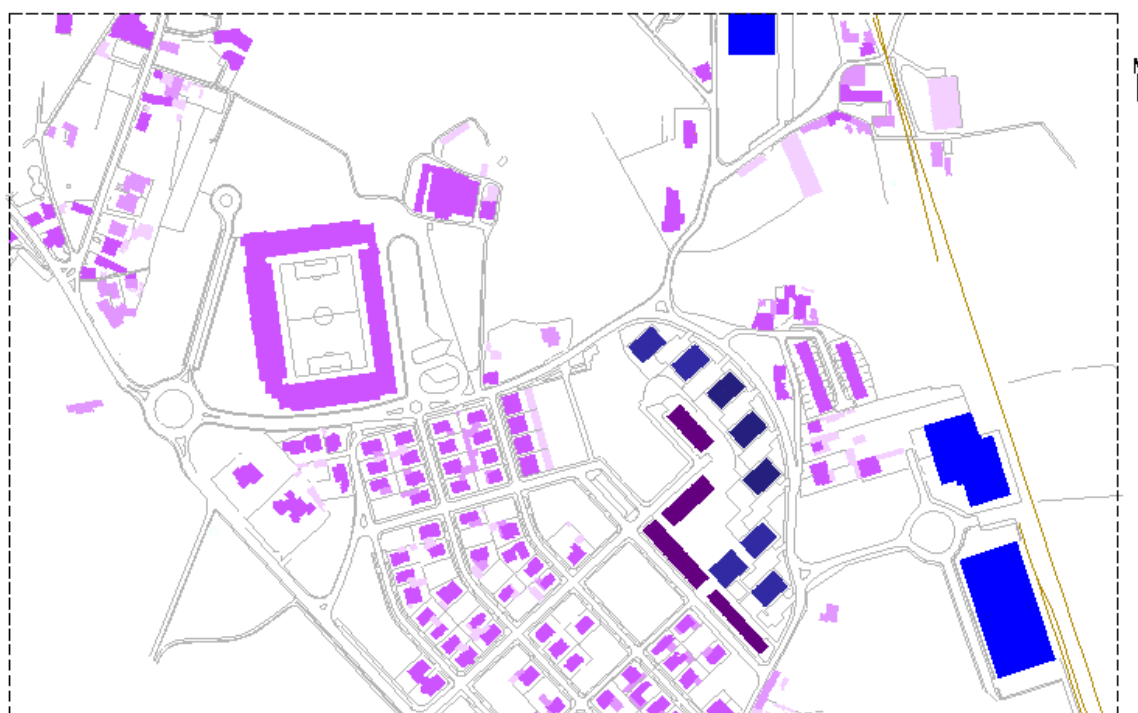
PORMENOR B



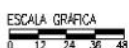
LEGENDA

-  Espaços públicos/jardins
-  Anexos
-  Edifícios de 1 piso
-  Edifícios de 2 pisos
-  Edifícios de 3 pisos
-  Edifícios de 4 pisos
-  Edifícios de 5 pisos
-  Edifícios de 6 pisos
-  Edifícios de 7 pisos
-  Edifícios de 8 pisos
-  Edifícios de 9 pisos
-  Edifícios de 10 pisos

Fig. 239: Territórios de alta densidade convivem com os de baixa densidade, num cenário caracterizado pela mistura de o urbano e o rural, fragmentado pelas recentes infraestruturas viárias



PORMENOR C



LEGENDA









-  Linha do caminho de ferro
-  Indústria têxtil
-  Espaços públicos/jardins
-  Anexos
-  Edifícios de 1 piso
-  Edifícios de 2 pisos
-  Edifícios de 4 pisos
-  Edifícios de 8 pisos

Fig. 238: Zona de alta densidade/baixa densidade. Cenário caracterizado pela mistura do urbano e rural, onde convivem indústrias têxteis e complexo desportivo.

A Dissertação pretendeu aclarar as transformações morfológicas ensaiadas pela Cidade de Barcelos na segunda metade de século XX. Durante a leitura do tecido urbano identificaram-se diversos fenómenos e principais elementos estruturadores da conversão do espaço urbano, respondendo-se ao primeiro objetivo com os resultados obtidos.

Numa primeira fase, foi necessário enquadrar o contexto para a realização da análise morfológica do objeto de estudo.

Responde-se ao primeiro objetivo - Identificar e caracterizar as principais etapas e processos de transformação da forma urbana da Cidade de Barcelos. Consideraram-se os principais condicionalismos e constrangimentos que marcaram o processo de transformação de Barcelos. A Cidade como estrutura caracterizadora de espaços, catalisadora de dinâmicas, que se

expressa na sua morfologia, na organização dos elementos comuns os quais configuram no modo como estes se distribuem.

Ao segundo objetivo - Determinar os constituintes morfológicos da cidade de Barcelos preconizadas as transformações verificadas ao longo do tempo no espaço urbano de Barcelos, enquadraram-se os principais elementos urbanos que organizam a atual Cidade de Barcelos, reconhecendo processos e variáveis, que se expressam em Ruas, Avenidas, Praças, conjuntos edificados e tipologias que definem as características morfológicas da Cidade de Barcelos.

Converteram-se os diversos elementos recolhidos num âmbito multidisciplinar na influência que teve na morfologia da Cidade de Barcelos. O contexto de um determinado momento reflete-se na morfologia de um aglomerado e no seu processo de reconversão, tendo a sociedade um papel constante de produção desses efeitos. Neste contexto, observou-se que a Cidade de Barcelos viveu dois momentos de âmbito geral que se fundem em dois dos três períodos analisados; a década de 1960 e o período de 1960 a 1990 em função de um contexto político, económico, sociais e culturais diferentes.

A década de 1960 ficou marcada pelo aumento económico e demográfico resultante a aparecimento das indústrias têxteis e de serração de madeiras. O desenvolvimento económico esteve, pelo menos até aos anos 50, subordinado à defesa da ruralidade e dos equilíbrios nominais da economia, à preservação dos valores predominantes de uma sociedade fisiocrata, onde a igreja exercia um papel determinante no controlo social, bem como à preservação da superestrutura ideológica de forma a se evitarem mudanças sociais de desequilíbrio da ordem instituída. A repressão por um lado o populismo económico e a propaganda, por outro, eram os instrumentos de estabilização que complementavam as alianças palacianas entre as elites políticas, económicas e a igreja.

O regime político limitava a formação de elites através do acesso à educação e controlava os movimentos migratórios. Os baixos investimentos em infraestruturas, nas comunicações e o papel da igreja, reforçavam o isolamento das comunidades. A atividade da população na sua maioria cinge-se ao setor primário mais precisamente na produção de leite.

A evolução da estrutura urbana foi sempre pelas vias existentes, condicionada pela topografia do terreno, sendo este crescimento linear, os arruamentos consolidados, caminhos que mais tarde se tornaram em arruamentos (vias), contudo verificou-se alterações na evolução da estrutura, que teve o seu início com a construção do Bairro 1º de Maio em 1945/1949 e do Bairro da Misericórdia em 1959/1962. Os novos arruamentos fazem parte de uma urbanização

extensiva e reticular, em virtude desta não ocorrer com as vias existentes.

O crescimento do tecido urbano deu-se para fora dos limites da cidade em virtude deste estar completamente consolidado. Este tipo de sequência de crescimento linear delimitou vazios e discontinuidades que contrastam com a compacidade e com o desenho do tecido antigo da Cidade. Este crescimento foi também devido ao aparecimento de muitas indústrias, o que levou a uma imigração da população das zonas rurais para a cidade. Além disso a maior parte do edificado construído nesta década, é relativo ao setor secundário: indústria têxtil e de madeiras.

No período de 1960-1990 dois acontecimentos marcaram as transformações mais significativas na forma urbana da cidade de Barcelos, o primeiro teve a ver com o 25 de Abril de 1974, alterou radicalmente a vida política, o que teve implicações sociais, culturais e económicas de grande dimensão, bem como nos aspetos da estrutura urbana, das formas de crescimento, das tipologias dominantes, das atividades e suas densidades e, por fim os equipamentos e serviços. O crescimento demográfico motivado pela especulação imobiliária, e pelo dinamismo da construção civil, pelos processos imigratórios dos ambientes rurais, provocados pela entrada de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986 (União Europeia na atualidade), bem como o incremento das atividades quer sejam elas, no sector primário, secundário e terciário.

Esta teve uma influência muito grande na qualidade de vida da sociedade nacional e local, criando um cenário de conforto e bem-estar. A qualidade de vida é significativamente relevante no que respeita a conforto e bem-estar, criando um conjunto de infraestruturas.

Não havendo capacidade de conter o fenómeno da construção, e sendo um período de "crédito fácil", iniciou-se um processo de construção sem grandes regras, onde surgem os grandes loteamentos com especial incidência na freguesia de Arcozelo. A diferença entre centro e periferia é clara, por um lado o núcleo urbano tem características formais e funcionais que dão um personagem central em relação ao envolvente território, apesar de terem limites distintos onde podemos verificar diferentes densidades construtivas e demográficas, um processo de crescimento já estabelecido com base na continuidade da infraestrutura rodoviária. A nível funcional é a área onde se regista um número maior de equipamentos encontra-se ainda centrada na zona antiga da Cidade.

Por outro a zona de periferia apresenta características mais variadas e heterogêneas, onde várias atividades (residencial e industrial) têm lugar. É patente a multiplicação de operações de loteamento e de edifícios multifamiliares. Os loteamentos apresentam diversas densidades

construtivas que vão desde 5 pisos até catorze pisos, os edifícios unifamiliares individuais ou geminados com dois pisos, onde muitas vezes convivem com a indústria têxtil. Com eles desenvolve-se o espaço público, nomeadamente no que diz respeito às infraestruturas de passeios, estacionamento, mas também equipamento urbano e áreas verdes.

Este período caracteriza-se por uma situação financeira que privilegia o investimento que se vai materializando no meio urbano. Associado, está igualmente implícito o investimento nas infraestruturas de mobilidade, o que acelera e intensifica as dinâmicas, os denominados movimentos pendulares.

Diferentes conjunturas sociais, intimamente relacionadas com conjunturas políticas e económicas, mantiveram efeitos diretos sobre o processo de urbanização, nomeadamente com o aparecimento dos proeminentes equipamentos e serviços na Cidade.

O terceiro período compreendido entre 1990-2011. Este período praticamente finaliza a conclusão da via de cintura externa. Contudo, denota-se que a evolução a evolução da estrutura urbana continua a ser definida pelos quatro eixos principais. Com a conclusão das urbanizações como foram os casos das Quintas do Escondidinho, Espinheira, Quinta da Cal, Urbanização de S. José etc. e finalmente a construção do Estádio da Cidade de Barcelos inserido no complexo desportivo a sul da freguesia de Vila Boa, levou à adição de novos arruamentos que foram entroncar nos quatro eixos principais, a estrutura urbana ficou praticamente consolidada. O povoamento tradicional disperso, a localização de indústria difusa, o efeito da passagem da A28 e A11.

A via de cintura externa, a topografia e o minifúndio, ajudam a explicar este padrão de crescimento urbano: ora concentrado junto ao núcleo urbano antigo; ora alinhado ao longo das estradas; ora por pequenas expansões e crescimento intersticial ou junto de aglomerados preexistentes. Esta resulta também da importância da topografia e dos traçados viários que tem vindo a condicionar, diferentemente, esta urbanização extensiva.

Assim por conseguinte, verificou-se que no primeiro objetivo foi identificar e caracterizar as principais etapas e processos de transformação da forma urbana da Cidade de Barcelos.

Neste segundo objetivo estudamos a composição morfológica da Cidade de Barcelos, pretendendo-se dar resposta com uma leitura espacial realizadas tanto em diferentes escalas como em diferentes níveis de análise morfotipológico.

Análise gráfica mostrou que os resultados físicos previamente enquadrados, ao mesmo tempo que revelaram uma série de elementos estruturantes da transformação morfológica

identificando suas principais características, relativos à evolução da estrutura urbana, formas de crescimento, tecido construído e tipologias dominantes, densidades e atividades, e por fim equipamentos e serviços, tal como se referem a maioria dos autores acerca do estudo da Cidade. Estes resultados encontram sua base na experiência adquirida com os diferentes períodos analisados.

O desacerto entre a pressão construtiva, a desadaptação dos instrumentos de regulação urbanística e as falhas de articulação institucional entre o município e departamentos do estado central, são responsáveis pelo elevado déficit de qualidade urbana.

O plano diretor municipal eficaz a partir de 4 de Julho de 1995 (DR 1ª Série B, nº 152) encontrou o território já muito comprometido com extensas áreas urbanizadas de modo descontínuo, com uma generalizada indisciplina na localização de atividades, bem como uma forte desarticulação entre a programação e o desenho do sistema viário e a rede pré existente. Aliado a tudo o que foi referido promoveu-se um conjunto habitacional excessivo, sendo possível identificar um número de alojamentos superior à população residente, na proporção de cerca de dois habitantes para um alojamento, que levou a que a maior parte das habitações na área envolvente à cidade estejam devolutas.

Estima-se em cerca de 150 edifícios em risco de ruína, desocupados ou com deficientes condições de habitabilidade. Com efeito, o crescimento habitacional não acompanha os dados demográficos surgindo uma ocupação habitacional excessiva. Ao nível morfológico, pode-se associar o fenómeno à evolução de um novo paradigma no aglomerado urbano.



## Conclusão

A Cidade de Barcelos cresceu, no essencial, de forma não regulada, em parte por ausência de planos, mas principalmente pela falta de vontade administrativa em implementar políticas e decisões urbanas. Os diferentes tipos de crescimento resultaram em espaços com forma heterogénea, revelando múltiplas abordagens e práticas de planeamento e gestão. Estes instrumentos traduziram-se em alguma rigidez no planeamento da Cidade que favoreceram, no seu processo de formação, a configuração de diferentes modelos de maior ou menor flexibilidade, através de políticas que procuraram albergar e incorporar principalmente, a iniciativa privada, cedendo, por isso, boa parte da orientação da transformação da Cidade ao "mercado urbano", deixando aos poderes públicos a correção de eventuais excessos ou insuficiências.

Neste contexto podemos considerar que a Cidade construiu-se, quase sempre, de forma fragmentada e de acordo com condicionalismos existentes às épocas, constituindo-se como "um todo urbano" heterogéneo, não obstante tentativas aparentemente coerentes e funcionais.

Durante muito tempo não houve assunção de uma política urbanística articulada com o desenvolvimento económico e sectorialmente coordenada, pelo que se remeteram os planos a meros instrumentos técnicos. Esta omissão, combinada com a pouca exigência em termos de qualidade, explica as situações problemáticas com que se debate a Cidade, que vão desde a localização de principais grandes infraestruturas e equipamentos (zonas industriais, grandes superfícies comerciais, etc.) às condições de alojamento (devolutos em ruínas, entre outros) e transportes, à menor qualidade quer do espaço construído, quer dos espaços livres, convergindo em baixos níveis de qualidade de vida urbana.

Nas duas últimas décadas a transformação tem sido assinalável pela construção de vias e estacionamento, contudo, nota-se ausência de parques de estacionamento de uso público (de iniciativa pública ou privada), originando congestionamento e estacionamento desordenado à superfície. Este problema é agravado em dias de feira, uma vez que o espaço onde esta atividade se desenvolve se revela como principal zona de estacionamento automóvel da Cidade (maior capacidade), para além de parques e jardins e atendendo à introdução ou ampliação de zonas pedonais. Tem-se assistido na tentativa de reabilitação de edifícios degradados com manutenção do tecido social, em paralelo com a oferta de fogos em edifícios novos, tanto na cidade, como na periferia.

O investimento mais notório foi em infraestruturas viárias que alteraram substancialmente o padrão de acessibilidades, fomentando o aumento da utilização do automóvel cresceu exponencialmente.

Cresceu a construção de alojamentos, de edifícios de escritórios e de comércio. Os novos loteamentos continuam a surgir em áreas limítrofes de urbanizações anteriormente constituídas, às quais se adaptam e complementam, preenchendo os espaços intermédios, entre lugares periféricos e o centro da Cidade. Procura-se consolidar o espaço urbano em áreas interiores e exteriores à Via de Cintura Externa. Estas ações urbanísticas têm contribuído para um aumento da densidade habitacional em relação a décadas precedentes.

A Cidade foi crescendo em anel, circundando a zona antiga de Barcelos, principalmente na margem norte e nascente, onde estas situações ocorriam de forma mais consolidada e estruturada, deslocando-se para aquela zona equipamentos importantes e polarizadores, como a Escola Secundária Alcaide de Faria, a Escola Secundária de Barcelos e a EB2/3 de Barcelos, para além da piscina municipal, e outros equipamentos. Os interstícios urbanos foram sendo preenchidos com zonas habitacionais de densidade superior à zona antiga.

Com a definição de importantes eixos ferroviários e rodoviários, de grande capacidade, introduziram-se na malha urbana elementos de escala dissonantes e que geraram efeito de barreira significativo na paisagem urbana, complementados pelo aparecimento de periferias urbanas descaracterizadas e desordenadas, com níveis de articulação deficitários relativamente ao restante sistema em que a cidade se insere.

Como exemplo paradigmático do acima referido, indica-se a zona de expansão urbana de Arcozelo, que para além de ter crescido de forma desestruturada e segregadora das restantes lógicas e dinâmicas do sistema urbano, com densidades elevadas e soluções tipológicas diversificadas, não conseguiu resolver da melhor forma a sua ligação ao Centro Histórico, não conseguindo romper a barreira física que a Circular Urbana representa

Em síntese, tentou-se enquadrar como a Cidade se organiza e estrutura, restando focar as áreas do tecido construído mais expectantes e que poderão, eventualmente, configurar áreas de expansão urbana qualificada, com boas condições de acessibilidade rodoviária e de aparecimento de soluções tipológicas diferenciadas.

Do levantamento do terreno e da análise da cartografia disponível resultou a tendência de crescimento urbano de Barcelos dever-se-á cingir ao território que se encontra definido pela Via Circular Externa, com especial destaque para a envolvente a Barcelinhos.

O perímetro urbano da Cidade, decretado em sede do Plano Diretor Municipal (em revisão) deveria ser equacionado ou, caso se mantenha, dever-se-iam ter em conta orientações concretas, para a densificação do centro da Cidade. Do mesmo modo considera-se fundamental que esta aposta deveria ser precedida de políticas municipais fortemente enraizadas na reabilitação urbana do Centro de Barcelos.

Nesta dissertação levantam-se a duas questões, que poderão ter interesse em futuras investigações:

- Qual o contributo dos diferentes atores, nomeadamente, dos promotores particulares de loteamentos na formação/consolidação da Cidade;
- Qual o contributo dos diferentes atores, nomeadamente públicos e privados, que poderão ter na recuperação/reabilitação do edificado. Estima-se em cerca de 150 edifícios em risco de ruína, desocupados, ou com deficientes condições de habitabilidade. Com efeito, o crescimento habitacional não acompanha os dados demográficos surgindo uma ocupação habitacional excessiva.

Esta Dissertação, reveste-se de características e conteúdos que não haviam sido reunidos e estudados de forma sistemática como aqui se apresenta, enquadram-se os principais elementos que contribuíram para a transformação da forma urbana de Barcelos na segunda metade do século XX.

Compreender a evolução morfológica, numa dimensão espacial e temporal permitiu, a consagração de um conhecimento fundamentado e estruturado em que pode auxiliar em intervenções futuras, contribuindo para soluções urbanísticas que possam resolver problemáticas urbanísticas de Barcelos.

É neste sentido que a Dissertação espera poder constituir-se como trabalho relevante para esse reconhecimento.



## Bibliografia

- Abrunhosa, M. J. (1995). Os PDM's de 1ª Geração: Planos cinzentos, ordenamento formal, resultado incerto. *Sociedade e Território*, (22), pp. 30-35.
- Almeida, C. (1990). *Cidades e Vilas de Portugal: Barcelos*. Lisboa: Editorial Presença.
- Almeida, C. (1991). *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*. Barcelos: Câmara Municipal.
- Antunes, J. (1993). Freguesias ou Paroquias. *Nova Augusta, Revista de Cultura da Biblioteca Municipal de Torres Vedras*, (7), p. 58.
- Asher, F. (2010). *Novos princípios do urbanismo: Novos compromissos urbanos: Um léxico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Aymonino, C. (1977). *Lo Studio dei Fenomi Urbani*. Roma: Officina Edizioni.
- Azeredo, F. (1954). *O paço dos Condes-Duques de Barcelos*. Porto. *Arquivo Distrital de Braga*. Registo Geral, 1529, Caixa 254, p.8.
- Arquivo da Colegiada de Barcelos*. Registo Geral, 1585, caixa 245, p.3.
- Bandeirinha, J. A. (2007). Anos sessenta: Verdades e Consequências da Crise da Habitação em Portugal. *Jornal de Arquitectos*, (226), p. 24-26.
- Barcelos, A. C. (1997). Barcelos/Esposende. *Anuário*, (9). Barcelos.
- Barcelos Terra Condal: Congresso (1988). *Actas do Congresso Histórico e Cultural* (vol. 1.). Barcelos.
- Barcelos Revista* (1982). 1(1). Barcelos: Biblioteca Pública Municipal de Barcelos.
- Barcelos Revista* (1990). 1(1). Barcelos: Biblioteca Pública Municipal de Barcelos.
- Barcelos Revista* (1990). 2(1). Barcelos: Câmara Municipal: Companhia Editora do Minho.
- Barcelos Revista* (1992).2(3) Barcelos: Câmara Municipal: Companhia Editora do Minho.
- Basto, C. (1994). O Postal Ilustrado de Barcelos: Uma Primeira Abordagem. *Barcelos Revista*, 5, pp. 8-10.
- Basto, C. (1982). As Muralhas de Barcelos. *Barcelos Revista*, 1(1). Barcelos: Companhia Editora do Minho.
- Boaventura, I. (1992). A Cidade de Barcelos e os Planos de Urbanização. *Barcelos Revista*, 11(1), p. 3. Barcelos: Companhia Editora do Minho.
- Benevolo, L. (1984). *A cidade e o Arquitecto*. Lisboa: Edições 70.
- Benevolo, L. (1987). *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Editorial Presença.
- Benevolo, L. (2005). *História da Cidade* (4ª ed.).Brasil: Editora Perspectiva.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- Bourdin, A, (2011). *O urbanismo depois da Crise*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Carta de Lei de 25 de Abril de 1835*. Divisão administrativa do Paiz.

- Carta de Lei de 6 de Junho de 1864*. Código Administrativo do Reino de Portugal.
- Carta de Lei de 2 de Julho de 1867*. Administração Civil e a Organização dos Corpos de Polícia Civil.
- Calvino, I. (2002). *As Cidades Invisíveis*, (13ª ed.). Lisboa: Editora Teorema.
- Câmara Municipal de Barcelos (12 de Junho de 1946). *Acta da Reunião Ordinária*, p.34.
- Câmara Municipal de Barcelos (1 de Agosto de 1951). *Acta da Reunião Ordinária*, p.25.
- Câmara Municipal de Barcelos (27 de Fevereiro de 1952). *Acta da Reunião Ordinária*, p.12.
- Câmara Municipal de Barcelos (13 de Fevereiro de 1956). *Acta da Reunião Ordinária*, p.3.
- Câmara Municipal de Barcelos (4 de Julho de 1956). *Acta da Reunião Ordinária*, p.8.
- Câmara Municipal de Barcelos (Fevereiro, 1986) *Actas da Reunião Ordinária*.
- Câmara Municipal de Barcelos (Fevereiro, 1988) *Actas da Reunião Ordinária*.
- Capela, J. (1986). A Câmara, a Nobreza e o Povo do Concelho de Barcelos. *Barcelos Revista*, 1(1).
- Choay, F. (2007). *A Regra e o Modelo, sobre a teoria da Arquitectura e do Urbanismo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Choay, F. (1999). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- Chueca Goitia (2003). *Breve História do Urbanismo*, (5ª ed). Lisboa: Editorial Presença.
- Cozen, M.P. (2010). *The Making of the American Landscape*. UK: Routledge.
- Cullen, G. (2008), *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições. 70.
- Chico, M. T. (1956). *A cidade Ideal do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia*. Lisboa: Junta das missões Geográficas e de Investigação do Ultramar.
- Comissão de Coordenação da Região Norte (1998). Glossário de termos: *Ordenamento do território, Ambiente, Património cultural, Reabilitação Urbana*. Porto: C.C.R.N.
- Comissão executiva do monumento a João Duarte (1967). *João Duarte: um homem, uma obra*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Costa, A. A. (1995). *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa: outros textos sobre arquitectura portuguesa*. Porto: FAUP Publicações.
- Cruz, A. (1970). *Geografia e Economia da Província do Minho do Século XVIII, plano de descrição e subsídios de Custódio de Vilas Boas*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, F.L.U.P.
- Decreto de 18 de Julho (1835). *Organização Administrativa do Reino de Portugal*.
- Decreto de 31 de Dezembro (1864). *Sistema Geral das Comunicações do Reino de Portugal*. Ministério das Obras Públicas.
- Decreto de 14 de Fevereiro. *Diário da República (1903)*. Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Decreto-lei n.º 15:929, de 6 de Setembro. *Diário da República (1928)*. Ministério do Interior, Direção Geral de Administração Política e Civil.

Decreto-lei n.º 23.052 de 23 de Setembro. *Diário da República, 1ª Série (1933)*. Presidência do Conselho.

Decreto-lei n.º 24 802 de 21 de Dezembro. *Diário da República, 1ª Série (1934)*. Ministro das Obras Públicas.

Decreto-lei n.º 2.007 de 7 de Maio. *Diário do Governo, 1ª Série (1945)*. Ministro das Obras Públicas.

Decreto-lei n.º 2092 de 9 de Abril. *Diário do Governo 1ª Série (1958)*. Presidência da República

Decreto-lei n.º 44645 de 25 de Outubro. *Diário do Governo, 1ª Série (1962)*. Ministério das Obras Públicas; Ministério do Interior.

Decreto-lei n.º 560 de 17 de Dezembro. *Diário do Governo, 1ª Série (1971)*. Ministro das Obras Públicas.

Decreto-lei n.º 208/82 de 17 de Dezembro. *Diário da República, 1ª Série n.º 119 (2008)*. Ministro da Qualidade de Vida, da Administração Interna e da Habitação, Obras Públicas e Transportes.

Decreto-lei n.º 400/84 de 31 de Dezembro. *Diário da República, 1ª Série n.º 301 (1984)*, Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Administração Interna, da Justiça, do Equipamento e da Qualidade de Vida.

Decreto-Lei n.º 176-A/88, de 18 de Maio. *Diário do República, n.º 115-I Série (1988)*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Decreto-Lei n.º 69/90 de 2 de Março. *Diário do República, n.º 51 – I Série. (1990)*. Ministérios do Planeamento e da Administração do Território.

Decreto-Lei n.º 367/90 de 26 de Novembro. *Diário do República, n.º 273-I Série. (1990)*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Decreto-Lei n.º 445/91 de 20 de Novembro. *Diário do República, n.º 267-I Série. (1991)*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Decreto-Lei n.º 25/92 de 25 de Fevereiro. *Diário da República, n.º 47-I Série. (1992)*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Portaria n.º 1182/92 de 22 de Dezembro. *Diário da República, n.º 294 Série I B. (1992)*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Decreto-Lei n.º 250/94, de 15 de Outubro. *Diário do República, n.º 239 I Série. (1994)*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Decreto-lei n.º 151/95, de 24 de Junho. *Diário da República, n.º 144 I Série (1995)*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Decreto-lei nº 152/95, de 4 de Julho. *Diário da República, I Série B (1995)*. Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-lei nº 48/98, de 11 de Agosto. *Diário da República, nº 184, I Série A (1998)*. Presidência do Conselho de Ministros.

Declaração de Retificação nº 19/2013 de 28 de Março de 2013. *Diário da República, I Série, (2013), N.º 62*. Assembleia da República.

Decreto-lei nº 11-A/2013 de 28 de Janeiro. *Diário da República, 1.ª Série (2013), N.º 1928*. Assembleia da República.

Portaria nº 1182/92 de 22 de Dezembro. *Diário da República, Série I - B. (1992)*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Departamento urbanismo, mobilidade e ambiente [DPUMA] - *Processo 8/61 – U, da Firma Têxtil João Duarte L.O. - Arcozelo*. Barcelos: Câmara Municipal.

Departamento urbanismo, mobilidade e ambiente [DPUMA] - *Processo 9/66 – U, da Firma Têxtil João Duarte L.O. – Av. João Duarte*. Barcelos: Câmara Municipal.

Departamento urbanismo, mobilidade e ambiente [DPUMA] - *Processo 9 – D, Bairro da Misericórdia – Vila Frescainha S. Martinho*. Barcelos: Câmara Municipal.

Departamento urbanismo, mobilidade e ambiente [DPUMA] - *Processo 10 – D, Bairro de Santa Marta L.O. – Arcozelo*. Barcelos: Câmara Municipal.

Departamento urbanismo, mobilidade e ambiente [DPUMA] - *Processo 11 – D, Bairro 1º de Maio - Arcozelo*. Barcelos: Câmara Municipal.

Departamento urbanismo, mobilidade e ambiente [DPUMA] - *Processo 32/42 - U da Firma Têxtil João Duarte L.O. - Estação*. Barcelos: Câmara Municipal.

Departamento urbanismo, mobilidade e ambiente [DPUMA] - *Processo 1/98, Fundo de Fomento de Habitação*. Barcelos: Câmara Municipal.

Departamento urbanismo, mobilidade e ambiente [DPUMA] - *Processo 14/D, Barcelos II, Fundo de Fomento de Habitação*. Barcelos: Câmara Municipal.

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano [D.G.O.T.D.U.]. (1951). *Extrato do Ante Plano de Urbanização da Cidade de Barcelos, Avenida Projetada entre os Largos do Município e José Novais* Recuperado de:

[http://www.dgterritorio.pt/ordenamento\\_e\\_cidades/ordenamento\\_do\\_territorio/](http://www.dgterritorio.pt/ordenamento_e_cidades/ordenamento_do_territorio/)

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano [D.G.O.T.D.U.]. (1951). *Extrato do Ante Plano de Urbanização da Cidade de Barcelos: Perfis Transversais*.

Recuperado de:

[http://www.dgterritorio.pt/ordenamento\\_e\\_cidades/ordenamento\\_do\\_territorio/](http://www.dgterritorio.pt/ordenamento_e_cidades/ordenamento_do_territorio/)

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano [D.G.O.T.D.U.]. (1951). *Extrato do Ante Plano de Urbanização da Cidade de Barcelos: Perfis Transversais*.

Recuperado de:

[http://www.dgterritorio.pt/ordenamento\\_e\\_cidades/ordenamento\\_do\\_territorio/](http://www.dgterritorio.pt/ordenamento_e_cidades/ordenamento_do_territorio/)

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano [D.G.O.T.D.U.]. (1963). *Esboçeto Geral de Urbanização da Cidade de Barcelos: Mapas de Cérceas*, Recuperado de:

[http://www.dgterritorio.pt/ordenamento\\_e\\_cidades/ordenamento\\_do\\_territorio/](http://www.dgterritorio.pt/ordenamento_e_cidades/ordenamento_do_territorio/)

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano [D.G.O.T.D.U.]. (1963). *Esboçeto Geral de Urbanização da Cidade de Barcelos: Variante ao Palácio da Justiça*.

Recuperado de:

[http://www.dgterritorio.pt/ordenamento\\_e\\_cidades/ordenamento\\_do\\_territorio/](http://www.dgterritorio.pt/ordenamento_e_cidades/ordenamento_do_territorio/)

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano [D.G.O.T.D.U.]. (1963). *Esboçeto Geral de Urbanização da Cidade de Barcelos: Execução da Variante e localização da Caixa Geral de Depósitos*. Recuperado de:

[http://www.dgterritorio.pt/ordenamento\\_e\\_cidades/ordenamento\\_do\\_territorio/8](http://www.dgterritorio.pt/ordenamento_e_cidades/ordenamento_do_territorio/8)

Domingues, A. (2006). *Cidade e Democracia: 30 anos de Transformação Urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum Edições.

Fernandes, M. G. (2002). *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Ferreira, M. (1991). Barcelos Terra de Condes uma abordagem preliminar. *Barcelos Revista*, 2(2).

Ferreira, M. (1992). Barcelos Terra de Condes Esboços da Vila Medieval. *Barcelos Revista*, 2(3).

Ferraz, A. (1909), «Barcellos Militar». *Barcelos Revista*, 4(1).

Figueira, M. (2009). *Anos 60-Anos 80: a Periferia Perfeita: Pós-Modernidade na Arquitetura Portuguesa* (Tese de Doutoramento em Arquitetura, Departamento de Arquitetura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra).

Fotografias antigas de Barcelos (n.d.) Recuperado de:

<https://www.google.pt/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0CAcQjRw&url=http%3A%2F%2Fbarcelosempostais.no.sapo.pt%2F&ei=xPvyVIK-CYa3Udi9hLAD&>

bvm=bv.87269000,d.d24&psig=AFOjCNFaYXCEDLk5FGnuBr23TPCr\_Oz3lw&ust=1425296699956670.

França, J. A. (1996). *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livros Horizonte.

George, S. (1997). *Pesquisa e Critica das Fontes de Documentação nos Domínios Económicos, Social e Politico*. In L. Albarello, et al., *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*,

(pp. 15-47). Lisboa: Gradiva Publicações.

Gonçalves, F. (1997). *Evolução Histórica do Direito do Urbanismo em Portugal (1851/1988)*. Lisboa: LNEC.

Gouveia, (1758). *Barcelos Memórias Paroquiais*. Barcelos: Câmara Municipal.

Lamas, J. R. G. (2010). *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lino, R. (1933). *Casas portuguesas: alguns apontamentos sobre o arquitetura das casas simples*. Lisboa: Edições Valentim de Carvalho.

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (1890). *Censo da População do Reino de Portugal: Censos de Fogos e População*.

Recuperado de: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main).

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (1900). *Censo da População do Reino de Portugal: Censos de Fogos e População*

Recuperado de: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (1911). *Censo da População de Portugal: Censos de Fogos e População*

Recuperado de: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (1920). *Censo da População de Portugal, Volume I: Censos de Fogos e População*.

Recuperado de: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (1930). *7º Recenseamento Geral da População*.

Recuperado de: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (1950). *IX Recenseamento Geral da População, Tomo I*.

Recuperado de: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (1960). *X Recenseamento Geral da População, Tomo I, Volume I: Prédios, Fogos e População*.

Recuperado em: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (1970). *XI Recenseamento da População, 1º Volume*.

Recuperado de: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (1981). *XII Recenseamento Geral da População. II Recenseamento Geral da Habitação*.

Recuperado de: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (1991). *XIII Recenseamento Geral da População. III Recenseamento Geral da Habitação*.

Recuperado de: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2001). *XIV Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento Geral da Habitação*.

Recuperado de: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2011). *XV Recenseamento Geral da População, V Recenseamento Geral da Habitação*

Recuperado de: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (1864). *Estatística de Portugal, Censo no 1º de Janeiro*

Recuperado de: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)

Jacobs, J. (2000). *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Brasil: Livraria Martins Fontes Editora.

Lobo, M. S. (1994). *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*. Porto: F.A.U.P. Publicações.

Loureiro, J. C., & Ramos, L. P. (1984). *Plano de Urbanização de Barcelos*. Barcelos: Camara Municipal.

Lynch, K. (2012). *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70.

Marsall, S. (2013). *Street & Patern*. USA: Spon Press.

Matos, S. (2009). *Os Expostos da Roda de Barcelos (1783-1835)*. Barcelos: Companhia Editora do Minho.

Martin, M. A. Z., & Benito, M.T.R. (2010). *Conceptos Y Práticas en Geografía Humana*. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces.

Martin, M. A. Z. & Benito, M.T.R. (2011). *Paisage, Sociedad Y Cultura en Geografía Humana*. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces.

Mapas de Portugal (n.d.). Recuperado de:

[http://www.leyaonline.com/fotos/produtos/500\\_9789895576555\\_mapa\\_portugal.jpg](http://www.leyaonline.com/fotos/produtos/500_9789895576555_mapa_portugal.jpg)

Mota, A. T., & Cortesão A. (1960). *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa: Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

Milheiro, A., & Salema, I. (2004). Entrevista de Ana Vaz Milheiro e Isabel Salema a Nuno Teotónio Pereira. *Público*, p. 4.

Neves, J. (1994). O crescimento económico Português, *Análise Social (vols. 29, 128)*, (4ª ed.).

Recuperado de: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378178X8sYF6cn2Bl69AP4.pdf>

Oliveira, V.M.A. (2011). *Avaliação em Planeamento Urbano*. U. Porto: Edições.

Oliveira, E. V., & Galhano, F. (1992). *Arquitectura tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.

Panerai, P. (1983). *Elementos de análise urbana*. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local.

Panerai, P., Depaule, J. C., & Demorgon, M. (1999). *Analyse urbaine*. Marseille: Editions Parenthèses.

- Pereira, L. V. (1982). *A definição da forma urbana no planeamento físico*. Lisboa: L.N.E.C.
- Pereira, N. T. (1996) *Escritos (1974-1966, selecção)*. Porto: FAUP Publicações.
- Percy, A. V. (2005), *Análisis Formal del Espacio urbano: Aspectos Teóricos*. Lima: Instituto de Investigación de la Facultad de Arquitectura Urbanismo y Artes.
- Portas, N. (1994). Notas sobre a experiencia dos PDM's. *Ordem dos Arquitectos*, (141).
- Portas, N. (1987). Planos sem solo ou solos sem planos: O dilema (absurdo) do urbanismo municipal. *Cadernos Municipais*, (43).
- Portas, N. (2003). *Políticas Urbanas-Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Portas, N. (2007). *A cidade como arquitectura* (4ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Portas, N. (2008). *A arquitectura para hoje* (2ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Portas, N., Domingues A., & Cabral, J. (2003). *Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Portas, N., Domingues A., & Cabral, J. (2011). *Políticas Urbanas II-Transformações, Regulação e Projectos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, O. (1992). *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Rossa, W. (1998). *Além da Baixa, indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*. Lisboa: Ministério da Cultura.
- Rossa, W. (2002). *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Edições Almedina.
- Rossi, A. (2001). *Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Salgueiro, T. B. (1992). *A cidade em Portugal: Uma geografia urbana*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sampaio J., & Soucasaux A. (1927). *Barcelos: Resenha Histórica Pitoresca Artística*. Barcelos: Companhia Editora do Minho.
- Saraiva, L. M. S. (1998). *Os Tipos de Habitação do Estado Novo* (Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada Lisboa).
- Silva, D. (1951). *Anteplano de Urbanização da Cidade de Barcelos*. Lisboa: Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - [DGOTDU].
- Silveira, L. (1951). *Ensaio de iconografia das cidades Portuguesas no Ultramar*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Sindicato Nacional dos Arquitectos (1961). *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos.
- Solá-Morales, M. (1997). *Las formas de crecimiento urbano*. Barcelona: Edicions U.P.C.

- Silva, D. & Silva, M. (1963), *Esboço Geral de Urbanização da Cidade de Barcelos*. Câmara Municipal de Barcelos.
- Tavares, M. G. (2003). *Federação de Caixas de Previdência: Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto).
- Teodoro, A. (2000). O fim do Isolacionismo: da Participação de Portugal no Plano Marshall ao Projeto Regional do Mediterrâneo. *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, (3), pp. 34-38.
- Teixeira, M. C. (1993). *A história urbana em Portugal: Desenvolvimentos recentes*. Análise Social, (vol. 27). Lisboa: Livros Horizonte.
- Teixeira, M. C. (1996). *Habitação Popular na cidade Oitocentista: As ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Teixeira, M. C. & Valla, M. (1999). *O urbanismo português, séculos XIII - XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Teixeira, M. C. (Ed.) (2001). *A praça na cidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Teixeira, M. C. (2008). *A Forma da Cidade de Origem Portuguesa*. S. Paulo: Editora UNESP.
- Teixeira, M. C. (2008). *O estado da arte da investigação urbana em Portugal: a investigação dos núcleos urbanos de origem portuguesa no mundo*. Colóquio património urbano e arquitetónico dos países de língua portuguesa.
- Recuperado de: <http://revistas.ceurban.com/numero8/artigos>
- Tian, J., Gu K., & Tao, W. (2014). *Urban Morphology: Architectural Typology and Cities in Transition*. Beijing: Science Press.
- Teles, M., & Valente, J. (1996). *Plano de Pormenor, Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Barcelos: Elementos Fundamentais e Complementares do Plano*. Barcelos: Câmara Municipal.
- Teles, M. (1996). O Centro Histórico da Cidade de Barcelos: "Memórias Presente e Futuro". *Barcelos Revista*.
- Teles, M. (1998). *Revolução no Rio*. Barcelos: Voz do Minho.
- Tostões, A. (1997). *Os verdes anos da Arquitectura Portuguesa dos anos 50* (2ª ed). Porto: FAUP.
- Tostões, A., Silva, F., Caldas, J. V., Fernandes, J. M., Janeiro, M., Barcelos, N., & Mestre, V. (2000). *Arquitectura Popular dos Açores*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.
- Tostões, A. (coord.) (2008). *1º Congresso Nacional de Arquitectura : relatório da comissão executiva, teses, conclusões e votos do congresso* (Ed. Facsimile). Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

Vasconcelos, D. (2008). *A Praça do Marquês de Pombal na cidade do Porto*. Porto: F.A.U.P. Publicações.

Vegara, A., & Rivas, J. (2004). *Territórios inteligentes*. Madrid: Fundação Metr poli.

Viana, D.(2013). *PNUM: Portuguese Network of Urban Morphology*. Recuperado de: [pnum.fe.up.pt/pt/](http://pnum.fe.up.pt/pt/)

Vieira, M. L. L. (1999-2000). A organiza o do sistema produtivo da malha em Barcelos e a sua inser o internacional. *Revista da Faculdade de Letras, Geografia*.

Whitehand, J.W.R. (1993). *The Making of the Urban Landscape*.UK: Blakwell Publishers.

Yin, R. (2003). *Case study research: Desing and Method* (3<sup>a</sup> ed.). California: Sage Publications.

## Índice de figuras

Fig. 1: Esquema interpretativo da metodologia utilizada, de autor .....	8
Fig. 2: Tabela das formas de crescimento urbano segundo Solá-Morales.....	27
Fig. 3: Mapa de Portugal, de <a href="https://maps.google.pt/">https://maps.google.pt/</a> .....	35
Fig. 4: Região Norte, de <a href="https://maps.google.pt/">https://maps.google.pt/</a> .....	35
Fig. 5: Mapa do Distrito, de <a href="https://maps.google.pt/">https://maps.google.pt/</a> .....	36
Fig. 6: Mapa do Concelho, de <a href="https://maps.google.pt/">https://maps.google.pt/</a> .....	36
Fig. 7: O lugar de atravessamento, mapa interpretativo, de autor .....	37
Fig. 8: Do livro das Fortalezas, de Duarte Armas, Vila de Barcelos, de desenho de Carlos Alberto Ferreira de Almeida .....	41
Fig. 9: Casa de D. Nuno Alvares Pereira, de fotografia cedida pela Arq. Isabel Ribeiro.....	41
Fig. 10: Aspeto de Barcelos, nos finais do séc. XVIII, de fotografia cedida pela Arq. Isabel Ribeiro. ....	41
Fig. 11: Igreja Matriz, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	42
Fig. 12: A Expansão intra muros, século XV, mapa interpretativo.....	44
Fig. 13: Postigo do Pessegal, de Arquivo da Biblioteca Municipal de Barcelos.....	45
Fig. 14: Pelourinho, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	45
Fig. 15: Solar dos Pinheiros, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	47
Fig. 16: Foral de Barcelos, de Arquivo da Biblioteca Municipal de Barcelos.....	47
Fig. 17: A Expansão extra muros, século XVI a XVII, mapa interpretativo, de autor .....	48
Fig. 18: Legenda a expansão extra muros, século XVI a XVII, de autor.....	49
Fig. 19: Largo José Novais e Torre da Porta Nova, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	50
Fig. 20: Planta da Igreja Matriz, de desenho da Arq. Clara Pimenta do livro de Carlos Alberto Ferreira de Almeida .....	50
Fig. 21: Largo do Apoio, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	50
Fig. 22: Igreja de S. José, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	50
Fig. 23: Casa de Francisco Lopes, de 1615, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	51
Fig. 24: Casa do Baú, Quinhentista, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	51
Fig. 25: Casa Dr. Domingos Figueiredo, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	52
Fig. 26: Cada dos Beças Meneses, moradia setecentista, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> ...	52
Fig. 27: Solar do Benfeito, construção dos meados do século XVIII, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	52
Fig. 28: Igreja do Senhor da Cruz, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	52
Fig. 29: Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	52

Fig. 30: Passeio dos Assentos, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	52
Fig. 31: A consolidação dos arrabaldes, século XVIII a 1806, mapa interpretativo, de autor .....	54
Fig. 32: Legenda a consolidação dos arrabaldes, século XVIII a 1806, de autor .....	55
Fig. 33: Concelho de Barcelos no séc. XVIII, de mapa do livro de Sebastião Matos .....	56
Fig. 34: O impacto do caminho-de-ferro, 1877, mapa interpretativo, de autor .....	58
Fig. 35: Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco demolida em 1930, ao fundo a igreja do Terço, e aspeto da feira semanal, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	59
Fig. 36: Edifício da Câmara Municipal, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	59
Fig. 37: Mercado D. Pedro V, vista de frente, de fotografia cedida pela Arq. Isabel Ribeiro .....	60
Fig. 38: Mercado D. Pedro, vista lateral, de fotografia cedida pela Arq. Isabel Ribeiro .....	60
Fig. 39: Fotografia do edifício original, de fotografia cedida pela Arq. Isabel Ribeiro .....	62
Fig. 40: Fotografia do alçado principal, depois da ampliação, de fotografia cedida pela Arq. Isabel Ribeiro .....	62
Fig. 41: Fotografia do alçado tardoz, depois da ampliação, de fotografia cedida pela Arq. Isabel Ribeiro .....	62
Fig. 42: Ponte do caminho-de-ferro de Gustave Eiffel, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	62
Fig. 43: Processo relativo à ruína de uma parte da torre, junto ao palácio dos Duques, 1800, de Biblioteca Nacional, BFDUL, manuscritos avulsos, XII, nº 2 .....	63
Fig. 44: Relação entre o número de fogos e ao número de habitantes, de Instituto Nacional de Estatística .....	65
Fig. 45: Relação entre o número de fogos e ao número de habitantes, entre 1801 e 1960, de Instituto Nacional de Estatística .....	76
Fig. 46: Planta da proposta final, de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos .....	86
Fig. 47: Fotografia da época, de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos .....	86
Fig. 48: Fotografia na atualidade, vista de sul, de autor .....	86
Fig. 49: Planta de implantação Bairro 1º de Maio de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos .....	88
Fig. 50: Fotografia da época de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos .....	88
Fig. 51: Fotografia na atualidade, vista de sul, de autor .....	88
Fig. 52: Extrato do Esboço Geral de Urbanização da Cidade de Barcelos de 1963 de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos .....	90

Fig. 53: Planta de Implantação dos lotes de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos.....	90
Fig. 54: Perspetiva do Bloco Habitacional de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos.....	91
Fig. 55: Fotografia na atualidade, vista de sul, de autor .....	91
Fig. 56: Extrato do Esboceto de Urbanização da cidade de Barcelos, Arq. David Moreira da Silva e Arq. Maria José Moreira da Silva de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos.....	92
Fig. 57: Perspetiva do Bloco Habitacional de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos.....	92
Fig. 58: Fotografia da época de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos.....	93
Fig. 59: Fotografia na atualidade, vista de norte, de autor .....	93
Fig. 60: Extrato do Antepiano de Urbanização, Zona do Cemitério e Estação de Caminho-de-ferro, Arq. David Moreira da Silva e Arq. Maria José Moreira da Silva de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos.....	94
Fig. 61: Perspetiva das Casas de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos.....	95
Fig. 62: Vista sobre a entrada dos fogos de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos.....	95
Fig. 63: Fotografia na atualidade, vista de norte, de autor .....	95
Fig. 64: Extrato do Esboceto de Urbanização da Cidade de Barcelos, Arq. Maria José Moreira da Silva e Arq. David Moreira da Silva de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos.....	96
Fig. 65: Fotografia dos anos de 1970 com a panorâmica da Avenida João Duarte de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos .....	96
Fig. 66: Fotografia na atualidade, vista de este, de autor .....	97
Fig. 67: Fotografia na atualidade, vista de sul, de autor .....	97
Fig. 68: Planta Geral- 1 Fase, 2 Fase de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos.....	97
Fig. 69: Fotografia na atualidade-1ª fase, vista de sul, de autor .....	98
Fig. 70: Fotografia na atualidade-2ª fase, vista de este, de autor .....	98
Fig. 71: Fotografia na atualidade-2ª fase, vista de sul, de autor .....	98
Fig. 72: Fotografia na atualidade-2ª fase, vista de sul, de autor .....	98

Fig. 73: Planta Geral, de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos.....	99
Fig. 74:Fotografia na atualidade de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos.....	99
Fig. 75: Habitações sociais na atualidade, de autor.....	100
Fig. 76: Altura das fachadas dos edifícios (cérceas) permitidas, em função das, de autor.....	102
Fig. 77: Mapa interpretativo, de autor.....	105
Fig. 78: Mapa de 1806, de Biblioteca Municipal de Barcelos.....	107
Fig. 79: Jardim das Barrocas, de Biblioteca Municipal de Barcelos.....	108
Fig. 80: Largo do Campo da Feira, de Biblioteca Municipal de Barcelos.....	108
Fig. 81: Largo José Novais, de Biblioteca Municipal de Barcelos.....	109
Fig. 82: Ante Plano de urbanização da cidade de Barcelos, 1945, de Biblioteca Municipal de Barcelos.....	112
Fig. 83: Extrato do Ante Plano de urbanização da Cidade de Barcelos, Avenida projetada entre os largos do município e de José Novais, de Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.....	113
Fig. 84: Extrato do Ante Plano de urbanização da cidade de Barcelos. Perfis transversais, de Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.....	113
Fig. 85: Extrato do Ante Plano de urbanização da cidade, perfil transversal, de Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.....	113
Fig. 86: Esboçeto geral de urbanização da cidade de Barcelos, Estado atual, de Biblioteca Municipal de Barcelos.....	115
Fig. 87: Esboçeto geral de urbanização da cidade de Barcelos, Planta de trabalho, de Biblioteca Municipal de Barcelos.....	116
Fig. 88: Esboçeto geral de urbanização da cidade de Barcelos, Planta de zonas, de Biblioteca Municipal de Barcelos.....	117
Fig. 89: Esboçeto geral de urbanização da cidade de Barcelos, Planta de apresentação, de Biblioteca Municipal de Barcelos.....	118
Fig. 90: Esboçeto geral de urbanização da cidade de Barcelos. Mapa de cérceas, afastamentos aos eixos, volumetria, etc, de Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.....	119
Fig. 91: Extrato do Esboçeto geral de urbanização da cidade de Barcelos, variante ao palácio da justiça, de Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.....	120

Fig. 92: Extrato do Esboçeto geral de urbanização da cidade de Barcelos, Execução da variante e localização da caixa geral de depósitos, de Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano .....	121
Fig. 93: Plano Geral de Urbanização da Cidade – Estudo Prévio, de mapa cedido pela Arq. Isabel Ribeiro .....	123
Fig. 94: Estudo da rede viária proposta no Esboçeto Geral de Urbanização de 1963, e o estudo prévio elaborado pela ANARCO em 1978, de mapa cedido pela Arq. Isabel Ribeiro .....	124
Fig. 95: Quadro dos planos em vigor, de autor .....	124
Fig. 96: Barcelos no mapa regional, de IGP 2008, Municipio de Barcelos .....	126
Fig. 97: Esquema viário, de IGP 2008, Municipio de Barcelos.....	127
Fig. 98: Rede viária, de IGP 2008, Municipio de Barcelos .....	128
Fig. 99: Rede ferroviária, de IGP 2008, Municipio de Barcelos .....	129
Fig. 100: Mapa das freguesias, de IGP 2008, Municipio de Barcelos.....	129
Fig. 101: Mapa hipsométrico, de IGP 2008, Municipio de Barcelos .....	130
Fig. 102: Mapa de Declives, de IGP 2008, Municipio de Barcelos .....	131
Fig. 103: Mapa do Clima, de IGP 2008, Municipio de Barcelos .....	132
Fig. 104: Mapa de Exposição de vertentes, de IGP 2008, Municipio de Barcelos .....	134
Fig. 105: Classificação dos níveis de insolação, de IGP 2008, Municipio de Barcelos.....	135
Fig. 106: Mapa de Ocupação do solo, de IGP 2008, Municipio de Barcelos .....	136
Fig. 107: Distribuição de área (%) por classe de ocupação de nível II, de IGP 2008, Municipio de Barcelos, de IGP 2008, Municipio de Barcelos .....	136
Fig. 108: Relação do número de habitantes, entre 1960 e 2011, de Instituto Nacional de Estatística .....	137
Fig. 109: Relação do número de habitantes, entre 1960 e 2011, de Instituto Nacional de Estatística .....	138
Fig. 110: Extrato da Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal de Barcelos, de mapa cedido pela Arq. Isabel Ribeiro.....	139
Fig. 111: Relação do número de famílias e a sua variação, entre 1960 e 2011, de Instituto Nacional de Estatística .....	140
Fig. 112: Relação do número de alojamentos entre 1960 e 2011, de Instituto Nacional de Estatística .....	141
Fig. 113: Relação do número de alojamentos entre 1960 e 2011, de Instituto Nacional de Estatística .....	142
Fig. 114: Relação entre o número de habitantes, número de famílias e número de alojamentos entre 1960 e 2011, de Instituto Nacional de Estatística .....	142

Fig. 115: Relação entre o número de desempregados à procura do 1º emprego e de novo emprego ano de 2001, de Instituto Nacional de Estatística .....	144
Fig. 116: Relação de empregados-ano 2001, de Instituto Nacional de Estatística .....	145
Fig. 117: Relação entre o número de desempregados à procura do 1º emprego e de novo emprego ano de 2011, de Instituto Nacional de Estatística .....	146
Fig. 118: Empregados por setores de atividade-ano 2011, de Instituto Nacional de Estatística .....	146
Fig. 119: Quadros dos planos em revisão, de autor .....	147
Fig. 120: Plano Diretor Municipal – Áreas sujeitas a estudos, de mapa cedido pela Arq. Isabel Ribeiro .....	148
Fig. 121: Plano de Pormenor, Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico da Cidade de Barcelos, de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos .....	149
Fig. 122: Mapa da rede viária, de autor .....	153
Fig. 123: Planta topográfica, com as vias e edifícios, de autor .....	154
Fig. 124: Mapa dos edifícios na década de 1960, de autor .....	156
Fig. 125: Mapa do edificado, de autor .....	157
Fig. 126: Dr. António Barroso (Rua Direita), de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	158
Fig. 127: Largo do Porta Nova, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	158
Fig. 128: Torre de Menagem e Largo do Porta Nova, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	158
Fig. 129: Rua Barjona de Feitas, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	158
Fig. 130: Av. António Oliveira Salazar, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	158
Fig. 131: Vista de Barcelinhos, de <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/">barcelosempostais.no.sapo.pt/</a> .....	158
Fig. 132: Habitação unifamiliar individual de 2 pisos -Rua Dr. Manuel Pais, vista de oeste .....	159
Fig. 133: Blocos multifamiliares de 3 pisos -Rua Dr. Manuel Pais, vista de oeste, de autor .....	159
Fig. 134: Habitação unifamiliar individual de 2 pisos-Avenida D. Nuno Alvares Pereira, vista de oeste, de autor .....	160
Fig. 135: Habitação unifamiliar individual de 2 pisos-Avenida Paulo Felisberto, vista de sul, de autor .....	160
Fig. 136: Mapa de cérceas, de autor .....	162
Fig. 137: Mapa de densidades, de autor .....	164
Fig. 138: Legenda do mapa de densidades, de autor .....	165
Fig. 139: Mapa de edifícios comerciais, industriais e espaços públicos, de autor .....	166
Fig. 140: Mapa das diversas atividades existentes, de autor .....	168
Fig. 141: Legenda das diversas atividades existentes, de autor .....	169

Fig. 142: Rua D. António Barroso, vista de oeste, de autor.....	172
Fig. 143: Jardim das Barrocas, vista da Torre de Menagem, de autor .....	172
Fig. 144: Mapa da rede viária, de autor .....	173
Fig. 145: Planta topográfica, com as vias e edifícios, de autor .....	174
Fig. 146: Mapa dos edifícios, de autor .....	176
Fig. 147: Mapa do edificado, de autor .....	177
Fig. 148: Edifício de 4 pisos-Largo Camilo Castelo Branco, vista de sul, de autor .....	178
Fig. 149: Edifício de 5 pisos-Largo da Porta Nova, vista de Norte, de autor .....	178
Fig. 150: Edifício multifamiliar de 5 pisos-Rua Tenente Valadim/Rua Candido dos Reis, vista de oeste, de autor .....	179
Fig. 151: Edifício multifamiliar de 4 pisos-Rua Irma São Romão, vista de Oeste, de autor ....	179
Fig. 152: Edifício multifamiliar de 10 pisos, de autor.....	179
Fig. 153: Edifício multifamiliar/ comercio 14 pisos-Avenida Alcaides de Faria, vista de este/oeste, de autor .....	179
Fig. 154: Mapa de cêrceas, de autor.....	180
Fig. 155: Mapa de densidades, de autor .....	182
Fig. 156: Legenda do mapa de densidades, de autor .....	183
Fig. 157: Mapa de edifícios comerciais, industriais e espaços públicos, de autor.....	184
Fig. 158: Escola Secundária Alcaides de Faria, Rua Fernandes Magalhães, vista de este, de autor .....	186
Fig. 159: Liceu, Rua Irmãos La Salle, vista de nor - nordeste, de autor.....	186
Fig. 160: Centro de Saúde-Avenida S. José, vista de oeste, de autor .....	186
Fig. 161: Mercado Municipal-Praça de Pontevedra, vista de este, de autor .....	186
Fig. 162: Pavilhão Municipal, Rua Cândido Cunha, vista de este, de autor .....	186
Fig. 163: Torre Ampal, Avenida Alcaides de Faria, vista de este, de autor .....	186
Fig. 164: Hotel Albergaria-Avenida Alcaides, vista de sul, de autor .....	187
Fig. 165: Palácio da Justiça-Rua Dr. José António Peixoto Pereira Machado, vista de sul, de autor.....	187
Fig. 166: Edifício da Polícia de Segurança Pública-Avenida Dr. Sidónio Pais, vista de oeste, de autor.....	187
Fig. 167: Edifício dos Bombeiros Voluntários de Barcelos- Avenida Dr. Sidónio Pais, vista de oeste, de autor .....	187
Fig. 168: Mapa das diversas atividades existentes, de autor .....	188
Fig. 169: Legenda das diversas atividades existentes, de autor .....	189
Fig. 170: Via de cintura externa, vista de este, de autor.....	191

Fig. 171: Via de cintura externa, vista de oeste, de autor.....	191
Fig. 172: Avenida da Liberdade, vista de sul, de autor .....	192
Fig. 173: Largo do Porta Nova, vista de este, de autor .....	192
Fig. 174: Largo Dr. José Novais, vista de sul, de autor .....	192
Fig. 175: Avenida D. Nuno Alvares Pereira, vista de sul, de autor.....	192
Fig. 176: Avenida Nossa Senhora de Fátima, vista de este, de autor .....	192
Fig. 177: Largo Visconde Leiria, vista de este, de autor .....	192
Fig. 178: Rua da Barreta, vista de norte, de autor .....	193
Fig. 179: Travessa do Senhor do Galo, vista de este, de autor.....	193
Fig. 180: Rua Rosa Ramalho, vista de oeste, de autor .....	193
Fig. 181: Rua sem nome, vista de norte, de autor .....	193
Fig. 182: Mapa da rede viária, de autor, de autor .....	194
Fig. 183: Planta topográfica, com as vias e edifícios, de autor.....	195
Fig. 184: Rede viária na atualidade, de autor .....	196
Fig. 185: Projeto de Execução do Largo do Apoio – Planta S/E, de cediada pela Arq. Isabel Ribeiro.....	197
Fig. 186: Projeto de Execução do Largo do Apoio – Perfil Tipo ,de cediada pela Arq. Isabel Ribeiro.....	198
Fig. 187: Campo Camilo Castelo Branco, Planta S/E, de cediada pela Arq. Isabel Ribeiro.....	198
Fig. 188: Projeto de Execução para a remodelação da Rua D. António Barroso, de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos .....	199
Fig. 189: Projeto de Execução para a remodelação da Avenida da Liberdade, de Departamento de Urbanismo, Mobilidade e Ambiente do Município de Barcelos.....	199
Fig. 190: Mapa dos edifícios, de autor .....	201
Fig. 191: Mapa do edificado, de autor .....	202
Fig. 192: Edifício multifamiliar/comercio de 5 pisos-Rua Miguel Bombarda/Largo Camilo Castelo Branco, vista de sul, de autor.....	203
Fig. 193: Edifício multifamiliar/comercio de 5 pisos-Largo Camilo Castelo Branco/Rua Tenente Valadim, vista de oeste, de autor .....	203
Fig. 194: Edifício de 5 pisos-Rua Celestino Costa, vista de sul, de autor.....	203
Fig. 195: Edifício de 3 e 2 pisos-Rua Celestino Costa, vista de Norte, de autor .....	203
Fig. 196: Rua João Duarte, vista de norte, de autor .....	204
Fig. 197: Rua João Duarte, canteiro/ estacionamento, vista de sul, de autor.....	204
Fig. 198: Rua D. António Barroso, vista de oeste, de autor.....	204
Fig. 199: Barcelinhos, vista de norte, de autor .....	204

Fig. 200: Edifício unifamiliar, Campo 25 de Abril, de autor .....	205
Fig. 201: Edifícios unifamiliares, Rua da Madalena, vista de sul .....	205
Fig. 202: Biblioteca Municipal, Largo José Novais, de autor .....	205
Fig. 203: Arquivo Municipal, Rua Fernando Magalhães, vista de norte, de autor .....	205
Fig. 204: Mapa de cérceas, de autor .....	207
Fig. 205: Edifício destinado ao setor terciário 9 pisos-Avenida Alcides de Faria, vista de oeste, de autor .....	208
Fig. 206: Edifício destinado ao setor terciário 3 pisos-Rua José António Peixoto Pereira Machado, vista de sul, de autor .....	208
Fig. 207: Antes da intervenção-Rua Filipa Borges, vista de oeste, de autor .....	209
Fig. 208: Após a intervenção, vista de oeste, de autor .....	209
Fig. 209: Edifício multifamiliar-Rua Cândido da Cunha, vista de oeste, de autor .....	209
Fig. 210: Armazéns e discoteca-Rua Cândido Cunha, vista de este, de autor .....	209
Fig. 211: Fábrica TOR-Rua Santa Maria, vista de este, de autor .....	209
Fig. 212: Fabrica PANIBAR-Rua da Valpaços, vista de sul, de autor .....	209
Fig. 213: Centro Comercial do Terço, Avenida dos Combatentes da Grande Guerra/Campo 5 de Outubro, vista de oeste, de autor .....	210
Fig. 214: Centro Comercial do Senhor da Cruz, Avenida da Liberdade, vista de norte, de autor .....	210
Fig. 215: Hotel Bagoeira-Avenida Dr. Sidónio Pais, vista de norte, de autor .....	210
Fig. 216: Avenida D. Nuno Alvares Perira e Dr. Francisco Torres, vista de norte, de autor .....	210
Fig. 217: Mapa de densidades, de autor .....	212
Fig. 218: Legenda do mapa de densidades, de autor .....	213
Fig. 219: Escola Secundária Alcides de Faria, vista de oeste, de autor .....	214
Fig. 220: Centro Escolar-Rua Nossa Senhora da Franqueira, vista de oeste .....	214
Fig. 221: Lar, Rua Dr. Santos Júnior, vista de este, de autor .....	215
Fig. 222: Edifício de serviço paliativo e de fisioterapia- sem nome de rua, vista de oeste, de autor .....	215
Fig. 223: Estádio Cidade de Barcelos-Rua das Raízes /Estrada Nacional 206, vista de sul, de autor .....	215
Fig. 224: Piscinas Municipais-Rua Rosa Ramalho, vista, de autor .....	215
Fig. 225: Central de Camionagem, circular externa, vista de sul, de autor .....	215
Fig. 226: Cartório Notarial-Largo Lord Baden Powel, vista de sul, de autor .....	215
Fig. 227: Museu de Olaria-Rua Fernando Magalhães/Rua Conego Joaquim Gaiolas, vista de este, de autor .....	216

Fig. 228: Teatro Gil Vicente, Largo Visconde Leiria, vista de este, de autor .....	216
Fig. 229: Edifício dos Paços do Concelho-Largo do Município, vista de sul, de autor .....	216
Fig. 230: BANIF-Banco Internacional do Funchal, S.A., Praceta Escultor Esteves, vista de este, de autor .....	216
Fig. 231: Mapa de edifícios comerciais, industriais e espaços públicos, de autor.....	217
Fig. 232: Mapa das diversas atividades, de autor.....	218
Fig. 233: Legenda das diversas atividades, de autor.....	219
Fig. 234: Rede viária em diferentes períodos, de autor.....	223
Fig. 235: Rede viária, circular externa, de autor.....	224
Fig. 236: Crescimento urbano nos diferentes períodos, de autor.....	225
Fig. 237: Crescimento urbano no período de 1990-2011, de autor .....	226
Fig. 238: Centro urbano consolidado, de autor .....	227
Fig. 239: Território de alta densidade, de autor .....	228
Fig. 240: Zona de alta densidade/baixa densidade, de autor .....	229